



Editoração Casa Civil

CÉARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 24 de janeiro de 2023 | SÉRIE 3 | ANO XV Nº017 | Caderno 2/2 | Preço: R\$ 21,97

CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003, e CONSIDERANDO os fatos constantes do Conselho de Disciplina registrado sob o SPU nº 190667844-5, instaurado sob a égide da Portaria CGD nº 519/2020, publicada no D.O.E. CE nº 258, de 20 de novembro de 2020, visando apurar a responsabilidade funcional do 3º SGT PM ARIDSON MORENO DA SILVA. Narrou-se na Portaria que a composição da viatura PM 40.851 recebeu uma notícia, através do celular da viatura, dando conta que o ocupante do veículo preto de placas ORV-4187, estava comercializando arma. Realizada a abordagem do suspeito, na BR-222, próximo da Lagoa do Tabapuá, no Município de Caucaia/CE, ele se identificou como sendo o 3º SGT PM MORENO, que estaria armado com uma pistola calibre .40 e tinha em sua posse um revólver calibre 38 com a numeração raspada. Em face dos fatos mencionados, este militar foi preso e autuado em flagrante delito na Delegacia de Assuntos Internos - DAI/CGD, por infração, em tese, ao Art. 180 do CPB (Receptação) e Art. 17 do Estatuto do Desarmamento - Lei nº 10.826/2003 (Comércio ilegal de arma de fogo), conforme o Inquérito Policial nº 323-103/2019; CONSIDERANDO que as condutas supostamente transgressivas chegou ao conhecimento deste Órgão de Controle Disciplinar por intermédio da Comunicação Interna nº 327/2019 (fls. 07), de 26/07/2019, oriunda da COINT/CGD, com sugestão de Investigação Preliminar, com posterior sugestão de instauração de Conselho de Disciplina pelo Orientador da CEPREM/CGD (fl. 99), com homologação deste entendimento pelo Coordenador da CODIM/CGD (fl. 100); CONSIDERANDO que durante a instrução probatória o aconselhado foi devidamente citado às fls. 116/117 e apresentou Defesa Prévia às fls. 124/137, momento processual em que arrolou quatro testemunhas. Demais disso, a Comissão Processante ouviu três testemunhas às fls. 144/146, 147/148 e 149/150. As quatro testemunhas indicadas pela Defesa foram ouvidas por meio de videoconferência, com registro na mídia acostada à fl. 301. O aconselhado foi ouvido em audiência de Qualificação e Interrogatório também por meio de videoconferência (fl. 301), e apresentou Razões Finais às fls. 269/286; CONSIDERANDO que o militar, assistido por defensor, apresentou Defesa Prévia (fls. 124/137), ocasião em que alegou que: “[...] A defesa alega ab initio que os fatos descritos na Portaria não se deram da forma descrita e apesar de a devida portaria não individualizar a conduta do aconselhado diante da denúncia trazida nos autos o mesmo vem perante o douto conselho alegar que o investigado NUNCA comercializou arma bem como houve equívocos por parte da projeção dos fatos como se deram, inclusive boa parte distorcido pelos programas policiais. Adiantando o limiar da real situação que condicionou o investigado, frisamos aqui que o mesmo fora abordado pela viatura onde no veículo em que se encontrava estava apenas o revólver calibre 38. A partir da oitiva das testemunhas arroladas os doutos julgadores virão que esta arma não era do aconselhado e sim do pai de um amigo dele, (Sr Eduardo Pompeu de Sousa Brasil Filho) auditor fiscal na qual faleceu há algum tempo e mantinha ainda a referida arma na casa onde morava o filho e amigo do aconselhado Eduardo Dominguez Pompeu de Sousa Brasil por conta que morava com sua esposa e filhos menores e temia que em algum momento seus filhos achassem a arma e acontecesse alguma tragédia. Sendo assim, o Sr Eduardo ligou para o aconselhado perguntando se ele não poderia dá fim na arma então o aconselhado foi a sua casa pegar a arma e acabou esquecendo a mesma dentro de seu veículo. O aconselhado protelou a entrega da arma ao Exército por falta de tempo e depois de uma semana da entrega da arma aconteceu sua prisão. O aconselhado contava com seu amigo para confirmar a situação ocorrida porém o filho veio a falecer no começo do ano de 2020 vítima de acidente de moto. Sendo assim restou apenas a esposa de Eduardo, de nome Sibelli para confirmar a situação. É mister ressaltar aqui que o aconselhado é um policial operante e sempre atuou com eficiência a disciplina no combate a violência em Caucaia. A arma .40 a qual faz menção a portaria é acautelada do batalhão da Caucaia-Ce e se encontrava em sua residência. Os policiais sem qualquer necessidade foram a sua casa sem a presença do aconselhado que estava preso e invadiram o domicílio sem a autorização da esposa do aconselhado de nome Carliene na qual a composição do COTAM nada encontrou de ilícito, apenas a pistola acautelada. Quanto às denúncias que circularam na mídia a cerca de comércio de armas o aconselhado ingressou com ação de danos contra a TV CIDADE, processo nº 0169309-13.2019.8.06.0001, que tramita na 22ª Vara Cível. Neste sentido, como o processo é lastreado exclusivamente pela prova testemunhal o mesmo vem apresentar suas testemunhas de visu e desde já aguarda a dilação probatória para assim formular sua defesa final. [...] Deve-se comentar também a total ausência de provas que demonstrem a culpabilidade do agente policial sabe-se que há presunção da inocência do acusado até que seja ele declarado culpado por sentença penal condenatória transitada em julgado. [...]”. Após tal argumentação, apresentou os seguintes pedidos: “Requer, finalmente, Vossa Senhoria, que se digne a: I- A EXTINÇÃO com o devido ARQUIVAMENTO do presente procedimento administrativo, haja vista a clareza dos fatos anteriormente alegados. II – Desde já requer todas as provas admitidas em direito, inclusive prova pericial afim de verificar a autenticidade e a origem das mensagens. III – A oitiva do rol de testemunhas em anexo. [...]”. A defesa ainda indicou 04 (quatro) testemunhas; CONSIDERANDO que em resposta ao requerido em sede de defesa preliminar, o Presidente da Comissão Processante produziu o Despacho nº 2998/2021 (fls. 139/140), no qual assentou, in verbis: “Na Defesa Prévia acostada nos autos do Processo de Conselho de Disciplina sob SISPROC nº 1906678445, da lavra do Dr. Carlos Rogério Alves Vieira - OAB nº 23.373 (ASPRAMECE), um dos advogados constituídos, representando o 3º SGT PM 21.276 Aridson MORENO da Silva - MF: 135.913-1-8, em suma, foi arguido e pedido o seguinte: 1) Na peça prévia defensiva, inicialmente foi pedido que as intimações seja realizada com exclusividade aos causídicos constantes no instrumento procuratório; 2) Em breve sinopse fática, narrou sua versão sobre os fatos, afirmando que os fatos não se deram da forma descrita na portaria inicial; 3) Quanto ao Direito, comentou sobre a total ausência de provas que demonstrem a culpabilidade do policial militar, requerendo o arquivamento do feito, inclusive trazendo a baila arquivamento nesta CGD de arquivamento de Sindicâncias por insuficiências de provas, fundando em analogia aos casos trazidos a baila para ilustrar os argumentos esposados e ao art. 156 do CPP. 4) Por fim, requereu a extinção com o devido arquivamento do presente procedimento administrativo, todavia requereu todas as provas admitidas em Direito e apresentou o rol de testemunhas. Em atenção aos termos da referida defesa prévia, após análise das argumentações e pedidos feitos e, ainda, ouvido os demais membros da Comissão Processante, este Presidente resolve: Quanto às intimações serem feitas aos causídicos constantes no instrumento procuratório foi deferido que seja feito EM NOME DE UM DOS CAUSÍDICOS constantes na procuração. Com relação a breve sinopse fática feita no item 2, somente ao final da instrução processual se poderá ter melhor como os fatos se verificaram. O arquivamento do feito por ausência ou insuficiência de provas não se mostra possível, quando o 3º SGT PM MORENO foi autuado em flagrante pelas condutas ora em perquirição, constando nos autos o registro de testemunhas ouvidas e termo de apreensão do revólver cal. 38, marca Taurus, capacidade de cinco tiros, oxidado e com a numeração suprimida. Portanto provas e indícios existem, que deram justa causa a instauração do presente e que o Sargento em epígrafe seja processado no âmbito administrativo disciplinar, também indeferindo-se esse pedido. A extinção do processo no momento em que se inicia não se justifica, na medida que o Estado tem o poder/dever de apurar irregularidades no serviço público, não cabendo qualquer discricionariedade ou juízo de valor da autoridade administrativa nessa apuração. Tudo isso visa o aperfeiçoamento e a vigência dos princípios Constitucionais do artigo 37 (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), conforme entendimento do STJ, transcrito no Despacho “CG” nº 330/2011, onde deixa claro que o ato de instauração de Procedimento não depende de qualquer juízo de valor da autoridade, deve simplesmente apurar a irregularidade apontada quando ciente desta: ‘(...) 3. O ato de instauração do PAD não depende de qualquer juízo de valor da autoridade, que tem o dever de apurar qualquer eventual irregularidade apontada, (...) “a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa”. (RMS 26.206/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, segunda turma, julgado em 15/05/2008, DJE 27/05/2008). (Despacho “CG” nº 330/2011 – DOERPM nº 05/2011) (Grifei). Enfim, como não poderia deixar de ser, foi deferido o pedido de produção de todas as provas admitidas em Direito, bem como, acatado a oitiva das testemunhas arroladas, entretanto deve-se apresentar instrumento procuratório devidamente assinado pelo constituinte e ser indicado o endereço da testemunha SIBELI ANDRADE DE MELO POMPEU BRASIL até a próxima sessão”; CONSIDERANDO que dos termos das testemunhas arroladas pela Comissão Processante (144/146, 147/148 e 149/150), exsurgem revelações importantes que aclararam os fatos em comento. Nessa perspectiva, em virtude da ausência de lembrança em relação a detalhes dos fatos, relatada pelos depoentes que efetuarão a prisão do aconselhado, demonstra-se importante a citação de pontos dos depoimentos prestados por ocasião do Auto de Prisão em Flagrante pelos policiais militares 1º TEN QOAPM Emerson Aurélio Pinto, CB PM George Emerson Barros Costa e CB José Gama Carvalho. O 1º TEN QOAPM Emerson Aurélio Pinto (fls. 17/19) afirmou naquela ocasião que recebeu uma informação via celular da VTR que uma pessoa em um veículo, com as características e placas do veículo abordado do aconselhado, estaria armado e comercializando a arma, e que este veículo estaria próximo à Lagoa do Tabapuá. O referido oficial disse que localizaram o referido veículo e seu único ocupante abordado, com quem encontraram um revólver “raspado” municiado, que foi apreendido. Disse que o abordado se identificou como policial militar, mas não estava em posse de sua identidade funcional. Disse que foi perguntado ao aconselhado “para quem iria vender o armamento, tendo ele admitido que venderia a arma, mas que,

naquele momento, não importaria mais para quem”. Disse que os policiais passaram na residência do aconselhado, para averiguar sua condição de policial militar, tendo sido autorizados pela esposa dele a proceder busca naquele local, sendo comprovado que de fato o abordado era policial militar, além de ter sido encontrado no local documento de uma arma 380 em nome do aconselhado. Relatou que por segurança, entendeu por bem apresentar uma pistola .40 da PMCE acautelada em nome do aconselhado. O CB PM George Emerson Barros Costa (fls. 25/27) naquela ocasião confirmou o termo prestado pelo 1º TEN QOAPM Emerson Aurélio Pinto, ratificando que “a arma raspada foi encontrada e perguntado sobre para quem iria vender o armamento, tendo ele confessado que iria vender a arma mas que, sem informar a quem”. Neste mesmo sentido, também o CB PM José Gama Carvalho Filho (fls. 29/31) testemunhou que ao ser perguntado ao aconselhado “para quem iria vender o armamento, tendo ele admitido que venderia a arma mas que, naquele momento, não importaria mais para quem”. Assim, embora os CB PM George Emerson Barros Costa e CB José Gama Carvalho tenham, por ocasião de seus termos no Auto de Prisão em Flagrante do processado, inclusive advertidos das penas cominadas de falso testemunho, confirmado que o aconselhado lhes respondeu que estava naquela situação com a arma com numeração suprimida a fim de comercializá-la, responderam neste processo respectivamente: “Perguntado se no ato da abordagem ao Aconselhado o mesmo em algum momento informou que o revólver apreendido era para vender, respondeu QUE não” e “Perguntado se em algum momento o SGT PM MORENO informou que o revólver apreendido era para ser comercializado, respondeu QUE não ouviu nenhuma confissão na presença do depoente”. Dessa maneira, verifica-se que mudaram suas versões, contudo em sentido totalmente contrário às provas aos autos. Por outro lado, o 1º TEN QOAPM Emerson, neste Conselho de Disciplina, asseverou que “o SGT PM MORENO não soube explicar onde tinha comprado o revólver e por que ele estava com a numeração raspada”, ratificando que o aconselhado verdadeiramente estava em posse da arma com numeração suprimida para fins ilícitos; CONSIDERANDO que em relação às testemunhas arroladas pela Defesa, ouvidas por meio de videoconferência (fl. 301), destacam-se os termos da esposa do aconselhado e da esposa do auditor-fiscal, que supostamente seria o proprietário do revólver com numeração suprimida. Ambas sugerem possível prática de segurança privada que o aconselhado faria à pessoa de Eduardo (auditor-fiscal), porém ressaltaram que acompanhamentos feitos pelo policial militar ocorriam por questões de amizade, o que teria culminado, segundo a esposa do auditor-fiscal, na entrega da arma ao aconselhado como um presente por gratidão. Embora tal tentativa de justificativa se demonstre inequivocadamente inverossímil, a assunção da versão de que o auditor-fiscal teria repassado uma arma de fogo ao aconselhado, a qual foi encontrada com numeração suprimida, por gratidão a acompanhamentos feitos pelo policial militar por si só é extremamente gravosa. Em desfavor desta versão, atribuiu-se à propriedade do revólver a alguém falecido, que sequer poderia esclarecer tal situação, além de que também se informou que o filho do suposto proprietário faleceu, fragilizando ainda mais a tese de que esta arma tenha sido repassada ao aconselhado pelo referido auditor-fiscal. Outrossim, o aconselhado apresentou justificativa diferente para o recebimento da arma, como se verá adiante na análise de seu interrogatório. Frise-se que no Auto de Apresentação e Apreensão do Inquérito Policial nº 323-103/2019 (fl. 23) consta que fora apreendido tanto o revólver cal. 38, com numeração suprimida, assim como 03 (três) unidades de munição calibre 38, ratificando-se o termo prestado pelo oficial 1º TEN QOAPM Emerson de que o revólver apreendido se encontrava municiado. As fls. 86, neste mesmo sentido, consta Decisão judicial que faz referência à prisão em flagrante do aconselhado, o qual estava em posse de um revólver cal. 38, com três munições intactas e com numeração raspada. Já às fls. 235/236, ressaltada a independência das instâncias, encontra-se Denúncia do Ministério Público em desfavor do aconselhado, como incursão no Art. 17 da Lei nº 10.826/03 (comércio ilegal de arma de fogo) e Art. 180, § 1º (receptação) do Código Penal, ratificado o recebimento conforme Decisão das fls. 237. “Comércio ilegal de arma de fogo Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Receptação Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996). Receptação Qualificada § 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)” (grifou-se). Calha destacar que a posse ou porte de armamento com numeração suprimida (raspada) é tão gravosa que a Lei nº 10.826/03 prevê em seu Art. 16: “[...]” Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) [...]” § 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) I – suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato; II – modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz; III – possuir, deter, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar; IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado [...]” (grifou-se). Confirmando a eficiência balística do revólver apreendido com número de série suprimido, consta o Laudo Pericial nº 2022.0232713 (fls. 243/249), atestando que foram efetuados tiros com a arma examinada e que seus mecanismos funcionaram normalmente, sem nenhuma deficiência assinalável; CONSIDERANDO que o aconselhado em sua audiência de Qualificação e Interrogatório, realizada por meio de videoconferência (fl. 301). Depreende-se de que este afirmou que não estava comercializando arma. Disse que foi abordado no caminho de sua casa, quando voltava do mercantil Extra. Narrou que foi abordado por uma viatura do COTAM. Disse que por uma infelicidade uma arma se encontrava dentro de seu carro. Negou que se encontrasse naquele momento com a pistola da PMCE, disse que a pistola da polícia somente apareceu após uma viatura de apoio da PMCE ter comparecido em sua residência, invadido e encontrado a pistola da PMCE, acautelada em seu nome, em cima do guarda-roupa. Afirmou que foi abordado na Lagoa do Tabapuá, disse que cooperou com a abordagem e uma arma foi encontrada dentro de seu carro. Aduziu que o Tenente que o abordou, determinou que uma equipe fosse à sua residência, pois ele não se encontrava com sua identidade funcional no momento da abordagem. Disse não ter autorizado a entrada da PMCE em sua residência, haja vista que sua esposa pediu aos policiais que aguardassem enquanto ela pegava sua identidade funcional, contudo os policiais invadiram. Disse que o revólver foi dado por um homem que morava a duas ruas de sua casa, do qual era muito amigo do filho dele (Eduardo Filho). Asseverou que ele deu a arma para que o aconselhado fizesse o descarte da arma junto aos órgãos competentes. Disse que colocou a arma dentro de seu carro, e por conta das coisas do dia a dia, bem por sua esposa ser doente, por estar constantemente levando sua esposa ao hospital, a arma acabou ficando dentro do carro e a esqueceu lá. Ao ser perguntado se o próprio proprietário não podia ter ido até uma Delegacia para fazer o descarte da arma, respondeu que Eduardo era um senhor de idade, salvo engano com mais de 80 anos. Disse que não percebeu que a arma tinha numeração raspada, do jeito que a recebeu deixou dentro do carro. Disse não ter prestado atenção nem no modelo da arma. Disse que a arma se encontrava embaixo do banco e estava desmuniada. Disse que quando foi abordado, estava transitando em seu veículo. Em relação à ligação que foi feita para a viatura, denunciando que o aconselhado estava comercializando arma, o aconselhado não soube dizer a quem atribuir. Ressaltou ter 19 anos de PMCE. Disse não respondendo a outros procedimentos em seu desfavor. Disse que à época dos fatos participava de alguns grupos de Whatsapp, em que eram comercializados vários tipos de coisas, inclusive de armas legalizadas, mas voltado para serviços como limpeza de ar condicionados, venda de videogames, e de perfumes. Salientou que participava desses grupos para interagir com colegas de farda e para vendas de objetos como videogame, móveis. Disse não recordar dos nomes dos grupos de Whatsapp que participava. Ao ser perguntado se participava de um grupo de nome “Feira Policial - G2”, respondeu que podia ser que sim, mas tinha vaga lembrança a respeito desse grupo. Ao serem exibidas as fls. 188/199, as quais têm imagens impressas de possível grupo de Whatsapp de nome “Feira Policial - G2”, com postagens de várias armas para comercialização por um perfil intitulado “Sgt Moreno”, o Aconselhado afirmou não ser recordar que tivesse feito tais postagens. Disse que não recordava o que teria dito acerca da arma para a equipe da PMCE que o prendeu em flagrante, pois estava muito nervoso. Ao ser perguntado se recordava se havia dito que iria vender a arma encontrada, bem como, naquele momento, perguntado para quem a venderia, teria respondido que “não interessaria mais dizer para quem seria”, respondeu que não se recordava disso. Ao ser perguntado se sabia por que o proprietário do revólver possuía a referida arma, respondeu que ele era um auditor da Secretaria da Fazenda e salvo engano eles têm porte de arma. Ao ser ressaltado que arma encontrada tinha numeração “raspada”, o Aconselhado afirmou que não sabia se ele “raspou” para poder entregá-la, não tendo como informar como foi nem o porquê da arma ter sua numeração suprimida. Disse que recebeu a arma por questão de amizade que tinha com o filho deste auditor. Reiterou que quando recebeu a arma não atentou que ela estivesse com a numeração “raspada”. Disse que simplesmente recebeu da mão dele, guardou embaixo do tapete do banco de seu carro e saiu. Disse que esqueceu a arma embaixo do banco, e só percebeu que a arma não tinha numeração quando do ocorrido. Disse que realizava serviços ostensivos na PMCE, já realizou várias apreensões de armas e conduções para Delegacia, acreditando se encontrar no comportamento Excelente. Disse que sua esposa se encontra em um estado de saúde crítico, sendo assistida por um reumatologista, inclusive ela passou 21 dias internada no hospital; CONSIDERANDO que em relação ao termo prestado pelo aconselhado em seu interrogatório por ocasião de sua prisão em flagrante, Inquérito Policial nº 323 - 103/2019 (fls. 33/34), este manifestou o seu desejo de permanecer calado; CONSIDERANDO que se aduz das declarações do militar, de modo geral, temos que a versão apresentada pelo aconselhado é dissonante de todas as demais provas juntadas aos autos, inclusive dos termos das próprias testemunhas indicadas pela Defesa, a esposa do aconselhado e a nora de Eduardo, as quais informaram que a referida arma fora repassada ao acusado como uma forma de gratidão em virtude da amizade de ambos. Em narrativa incoerente, o aconselhado afirmou ter recebido a arma para “descarte”, pois Eduardo seria um senhor de idade. Ademais, diferentemente do que fora relatado pelas mencionadas testemunhas, o aconselhado teria proximidade maior com o filho de Eduardo, de nome Eduardo Filho. Foge do razoável a explicação do aconselhado de que não percebeu que a arma recebida tinha numeração suprimida, mesmo contando com vários de anos de Polícia Militar e experiência no policiamento ostensivo. Em sentido contrário ao afirmado pelo acusado, a arma fora encontrada municiada, como demonstra o Auto de Apresentação e Apreensão do Inquérito Policial nº 323-103/2019 (fls. 23), bem como em perfeitas condições para uso, de acordo com o Laudo Pericial nº 2022.0232713 (fls. 243/249). Ratifica-se pelos elementos juntados aos autos que arma acautelada (pistola calibre .40) realmente se encontrava na residência do aconselhado, neste ponto específico, diferentemente do que fora narrado na Portaria. Por outro lado, acerca da Manifestação 5208053 (fls. 186/200) registrada no Ceará Transparente (Ouvidoria do Ceará), mesmo sem laudo pericial nas imagens

anexadas que tratam de comercialização de armas de fogo, exibida ao aconselhado e submetida ao contraditório por ocasião do interrogatório, demonstra-se verossimilhança na denúncia ali descrita: “No bairro tabapua existe um sargento da pm chamado moreno que trafoca armas e municao para a traficantes e assaltantes o sargento moreno mais conhecido como Aridson vem armando tanto bandidos da gde como do cv” (sic). Importante ressaltar que essa Manifestação fora registrada em 26/06/2019 e os fatos apurados ocorreram em 25/07/2019, ou seja, quase um mês após o registro da denúncia anônima na Ouvidoria do Ceará. É inequívoco que o fato da arma se encontrar com numeração suprimida facilitaria sua venda para uso em atividades ilícitas, pois sem seu número de série, não se poderia chegar ao verdadeiro proprietário desta. Outro ponto harmônico é que esta denúncia trouxe detalhes precisos em relação ao aconselhado, como sua patente, nome, bairro onde reside, além de foto em perfil de Whatsapp atribuído a ele, fortalecendo a verossimilhança da denúncia, corroborada pelas demais provas da instrução processual. O aconselhado admitiu a possibilidade de participar de um grupo intitulado “Feira Policial – G2”, referido nas imagens anexadas à Manifestação 5208053, chegando a afirmar que tinha vaga lembrança do grupo de Whatsapp, mas que não se recordava de ter feito aquelas postagens. Ocorre que todas as provas confluem para a comprovação de que tanto a denúncia repassada à equipe policial que realizou a abordagem, bem como a Manifestação 5208053 no Ceará Transparente (Ouvidoria do Ceará), registrada quase um mês antes da prisão em flagrante do aconselhado, são verossímeis, e pelo conjunto probatório produzido levam ao convencimento de que o aconselhado estava em posse do revólver cal. 38 com numeração suprimida com a finalidade de comercializá-lo com alguém, sem conseguir concretizar o feito por ter sido abordado e preso em flagrante conforme narrado na Portaria deste processo disciplinar; CONSIDERANDO que a Defesa ofertou Razões Finais (fls. 269/286), na qual, inicialmente, alegou preclusão do prazo para conclusão do processo. Posteriormente, alegou que às fls. 188 e 199 existe juntada de material midiático (fotos de Whatsapp), as quais a Defesa não tivera acesso, haja vista ter sido juntada em período pandêmico em que os procedimentos eram realizados por videoconferência. Alegou que somente tomou conhecimento das fotos no dia do interrogatório do aconselhado, quando suscitou a ausência de laudo pericial do referido material. Afirmou ter recebido como resposta do Presidente da Comissão Processante que o prazo havia precluído e que o acesso aos autos sempre foi disponibilizado por meio virtual. Alegou que nunca teve acesso a link do processo completo, e que apenas após o interrogatório recebeu link para e-mail com acesso a todo o processo e às gravações das audiências. Argumentou que o acesso às conversas telefônicas e de redes sociais devem ser reveladas mediante autorização judicial. Argumentou que a portaria processante foi instaurada a partir de uma denúncia anônima dando conta que uma pessoa estava nas adjacências da Lagoa do Tabapuá à procura de vender uma arma e que provavelmente esta pessoa seria um policial militar e que tal informação foi repassada para esta pessoa através de outro militar que participava de um grupo de policiais militares destinado a vender armas. Argumentou que as testemunhas relataram não terem ouvido nenhuma confissão das práticas pelo aconselhado. Argumentou que a esposa do deste foi ouvida, a qual tem sérios problemas de saúde, e que esta informou que o aconselhado teria recebido a arma de um vizinho de nome Eduardo, bem como afirmou que os policiais que foram à sua residência não pediram permissão para adentrá-la, tampouco para vasculhar o imóvel, momento em que encontraram uma pistola da PMCE. Argumentou que a esposa do aconselhado afirmou que nunca ouvira que ele fosse envolvido em comércio de armas. Alegou que a testemunha Sibeles, esposa de Eduardo (filho do auditor de nome também Eduardo – já falecido) foi categórica em afirmar que o acusado adquiriu a arma de seu sogro, como uma forma de agradecer ao processado, quando estava doente e no final de sua vida. Afirmou que o aconselhado disse que a arma encontrada foi doada por Eduardo, o qual morava próximo de sua casa, com o qual tinha amizade, bem como também era amigo de seu filho também de nome Eduardo e que negou que comercializasse armas, mas confirmou que participava de grupo de policiais para comercializar objetos como videogames e móveis residenciais. A Defesa reiterou que os prints do suposto grupo social não têm validade posto que não foram periciados, além de que não foram submetidos ao crivo do contraditório. Argumentou que o aconselhado recebeu a arma de calibre 38 de Eduardo a fim de entregá-la à Polícia Federal a pedido do auditor fiscal, e em nenhum momento passou pela cabeça do Aconselhado comercializar objeto irregular e ilegal. Reconheceu que quanto à infração do processado ter em sua posse o referido objeto “não há que se discutir que configura crime”. A Defesa discorreu ainda acerca da vida profissional e familiar do aconselhado. Outrossim, citou que a Lei nº 13.967, de 26 de dezembro de 2019, tornaria nula qualquer decisão atinente à prisão disciplinar. Argumentou que não existem provas suficientes que levem à certeza e ilegalidade para punir o militar através desta “Sindicância”, pelo Art. 17 do Estatuto do Desarmamento. Reiterou acerca da inexistência de perícia técnica no aparelho celular das mensagens e que não há elementos para sustentar qualquer condenação, devendo o aconselhado ser inocentado. Por fim, requereu a extinção do presente processo disciplinar pela extemporaneidade, além da nulidade das provas técnicas sem perícia e sem o devido contraditório. Caso se entendesse pela rejeição das preliminares, que fosse aplicada sanção proporcional, considerando o histórico de conduta funcional do aconselhado; CONSIDERANDO que antes da Sessão de Deliberação e Julgamento, a Comissão elaborou o Despacho nº 12.357/2022 (fls. 288/292), no qual analisou a Defesa Final em seus aspectos preliminares, ressalvadas as questões meritórias para o momento do julgamento, in verbis: “Nas Alegações Finais de Defesa (fls. 269/286) nos autos do Processo de Conselho de Disciplina (CD) sob SISPROC nº 1906678445, da lavra do DR. CARLOS ROGERIO ALVES VIERIA - OAB nº 23.373 (ASPRAMECE), um dos advogados constituídos, representando o 3º SGT PM 21.276 Aridson MORENO da Silva - MF: 135.913-1-8, em suma, foi arguido e pedido o seguinte: 1) Preliminarmente foi arguido a preclusão do prazo para a conclusão do processo, porque o prazo previsto no art. 92 da Lei nº 13.407/2003, não foi obedecido, passados da portaria de nomeação mais de 1 (um) ano e 9 (nove) meses sem ter sido concluído, e chamamento do feito a ordem, por prova ilegal e ausência de autorização judicial e perícia e do contraditório em relação a prova acostada, alegando que não teve acesso a fotos de whatsapp (fls. 188/199), juntadas posterior à defesa prévia (fls. 124/131), haja vista ter sido juntada em período pandêmico, só delas tomando conhecimento no dia do interrogatório (15/09/2020), e que nunca teria tido acesso a nenhum link do processo completo e que somente após o interrogatório foi-lhe enviado o link para acessar a integralidade dos autos; 2) Em breve sinopse fática, narrou sua versão sobre os fatos, afirmando que a portaria processante foi instaurada a partir de uma denúncia anônima, falou do ACONSELHADO e sua carreira profissional e sua relação com a família; 3) Quanto ao Direito, invocando a Lei nº 13.967, de 26/12/2019, requereu a nulidade de qualquer decisão atinente a impor prisão disciplinar e que o SGT PM MORENO não teria cometido o delito como está descrito na portaria processante, devendo-se ater aos nos deveres éticos dispostos no art. 8º da Lei nº 13.407/2003; 4) Ainda, arguiu a inexistência de perícia técnica no aparelho de celular das mensagens para afirmar não haver “elementos para sustentar qualquer condenação”, e do princípio da proporcionalidade e razoabilidade no enquadramento típico da conduta, da alçada da autoridade instauradora e proibição do excesso; 5) Por fim, requereu o recebimento das preliminares suscitadas e a extinção do processo disciplinar pela extemporaneidade, bem como, a nulidade das provas técnicas sem perícia e sem o devido contraditório, e, em caso da rejeição destas, aplicação de pena proporcional, considerando o histórico e conduta funcional do ACONSELHADO e que se optem pela permanência do mesmo nas fileiras da PMCE. Recebida referida peça defensiva tempestivamente, após análise das argumentações e pedidos feitos e, ainda, ouvido os demais membros da Comissão Processante, este Presidente resolve: Com relação a primeira preliminar arguida, importa pontuar que não há preclusão do prazo para a conclusão do processo, pois a preclusão é um instituto do Direito Processual Civil em que ocorre a perda de uma faculdade processual, ou seja, da oportunidade de manifestação ou prática de um ato no decorrer do processo. O que poderia ter sido arguido seria o excesso de prazo para a conclusão do processo, mas nem essa arguição prospera, porque a inobservância dos prazos previstos para o processo regular não acarreta a nulidade do processo, conforme inteligência do art. 71, § 2º, da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). Nesse mesmo sentido destaca-se o seguinte repertório jurisprudencial: ‘CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO C/C REINTEGRAÇÃO EM CARGO PÚBLICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - APELAÇÃO - EX-POLICIAL MILITAR - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO E CERCEAMENTO DE DEFESA - PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - NULIDADES INEXISTENTES - INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO LIMITADA AOS PARÂMETROS DA LEGALIDADE - CORRELAÇÃO ENTRE OS FATOS APURADOS E PENALIDADE IMPOSTA - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE OBSERVADO - PEDIDO DE INDENIZAÇÃO DESCABIDO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Não há falar em nulidade do PAD tão só pelo excesso de prazo. Para o reconhecimento dessa nulidade, é preciso demonstrar efetivo prejuízo, o que não ocorreu no caso dos autos (Súmula 592-STJ). 2. Por mais que extrapolado o prazo legal, vê-se dos folios processuais que o procedimento administrativo seguiu as diretrizes legais, desde a instauração da Portaria 879/2012 - GAB/CGD, publicada no D.O.E. de 1º/10/2012, até a publicação da penalidade aplicada pela autoridade competente, veiculada no D.O.E. de 15/5/2013. 3. Imprópria a alegação do apelante sobre cerceamento de defesa, em virtude de não ter sido intimado pessoalmente da conclusão do PAD, assim como seu advogado, como determina o art. 100, parágrafo único, da Lei 13.407/2003. No ponto, o apelado bem anota que a autoridade competente, sendo o Controlador-Geral Adjunto de Disciplina, pertencente à Controladoria-Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, muito mais deve observar o regimento próprio da instituição, que assim prevê em seu art. 4º, § 1º, que ‘as decisões da Controladoria-Geral de Disciplina e do Conselho de Disciplina e Correição nos procedimentos disciplinares serão publicadas no Diário Oficial do Estado, visando garantir o princípio da publicidade dos atos administrativos’. Além disso, desse ato administrativo não sobreveio prejuízo comprovado nos autos pelo apelante. 4. A nulidade do processo administrativo disciplinar somente deve ser declarada quando houver efetiva demonstração de prejuízo sofrido pela defesa do servidor. (STJ. 2ª Turma. AgInt no RMS 53.758/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 10/10/2017). 5. A intervenção do Poder Judiciário nos atos administrativos cinge-se à defesa dos parâmetros da legalidade, permitindo-se a reavaliação do mérito administrativo tão somente nas hipóteses de comprovada violação aos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, sob pena de invasão à competência reservada da autoridade competente. 6. Não há o que se falar em burla ao princípio da proporcionalidade, tendo em vista a lúdima correlação entre os fatos apurados contra o recorrente e a penalidade imposta, nos estritos termos da lei. 7. Considerado o insucesso de todos os pontos alegados, não merece provimento o pedido indenizatório formulado pelo apelante. 6. Recuso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer da apelação para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 9 de outubro de 2019. FRANCISCO GLADYSON PONTES Relator (TJ-CE - APL: 01890548620138060001 CE 0189054-86.2013.8.06.0001, Relator: FRANCISCO GLADYSON PONTES, Data de Julgamento: 09/10/2019, 2ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 09/10/2019)” (Grifamos). Portanto, indefere-se essa preliminar, porque o excesso de prazo não acarreta nulidade, conforme expresso na legislação específica que rege a matéria. Quanto a segunda preliminar arguida, de que existem provas ilegais nos autos diante da ausência de autorização judicial, perícia e contraditório, delas tendo a Defesa tomado conhecimento somente

no dia do interrogatório (15/09/2020) e somente após sua realização, foi-lhe enviado o link para poder acessar a integralidade dos autos, destaca-se o seguinte:

a) Foi solicitado ao MM Juiz de Direito da 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza/CE, através do Ofício nº 9220/2022, de 12/08/2022 (fls. 226), acesso ao Processo Judicial nº 0155945-71.2019.8.06.0001, originado do IP sob Portaria nº 323-103/2019, ao qual o responde o ACUSADO, bem como, nos termos da Súmula 591 do STJ, autorização para poder ser usado como prova emprestada no presente processo administrativo disciplinar, tendo como resposta do referido juízo que os autos do referido processo criminal estão disponíveis em meio eletrônico e foi encaminhado em anexo a senha de acesso (fls. 231/232).

b) Realmente na data do interrogatório foi-lhe enviado mais uma vez o link para acessar a pasta compartilhada (fls. 264), onde os autos foram sendo atualizados paulatinamente durante a instrução processual, para poder apresentar a Defesa Final, contudo já havia sido anteriormente disponibilizado, conforme se comprova através do Ofício nº 9305/2022, de 16/08/2022 (fls. 253/254) e, de fato, esse link e o acesso à pasta virtual dos autos do procedimento disciplinar foi concedido a Defesa pelo menos desde a 2ª Sessão, realizada em 04/10/2021, conforme respectiva ata (fls. 175) e e-mail de encaminhamento (fls. 177), sendo que na 1ª Sessão, realizada em 03/03/2021, requereu apenas cópia dos depoimentos, que foi deferido, conforme respectiva ata (fls. 151). Ainda, por exemplo, por ocasião da 3ª Sessão, realizada em 01/09/2022, quando a Defesa requereu o envio de cópia ata ao seu e-mail, foi deferido, conforme respectiva ata (fls. 257) e e-mail de envio (fls. 258). Portanto, o acesso aos autos sempre foi garantido pela Comissão Processante, no início da instrução processual, bem antes da realização do interrogatório, respeitando-se as garantias constitucionais, sendo que não é de sua responsabilidade o devido acompanhamento dos autos pelo Defensor para exercer a ampla Defesa e Contraditório. Assim, indefere-se a segunda preliminar por ausência de comprovação das alegativas apresentadas. Novamente com relação ao excesso de prazo e da alegativa da Defesa que não teve acesso aos autos, importante lembrar que são pacíficas a doutrina e a jurisprudência no sentido de que a nulidade não aproveita a quem lhe deu causa e em decorrência da aplicação da boa-fé objetiva e, ainda, em razão da vedação ao benefício decorrente da própria torpeza (nemo auditur propriam turpitudinem allegans), conforme se extrai do seguinte julgado: 'APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. POLÍCIA MILITAR. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APLICAÇÃO DA SANÇÃO DE DEMISSÃO. REAPRECIACÃO DAS PROVAS. VEDAÇÃO À ANÁLISE DO MÉRITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR. EXAME DE LEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. PRINCÍPIO DO NEMO AUDITUR PROPRIAM TURPITUDINEM ALLEGANS. VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. INÉRCIA NA APRESENTAÇÃO DA DEFESA. DECRETAÇÃO DE REVELIA. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR AD HOC. EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE AFASTADA. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. Ao Poder Judiciário, em respeito ao Princípio da Separação dos Poderes, é vedado proceder a análise do mérito administrativo, restringindo-se o seu exame aos aspectos da legalidade do PAD que culminou com a aplicação da sanção de demissão do apelante dos quadros da Polícia Militar. A alegação de ausência de comprovação da autoria e materialidade dos fatos investigados é voltada para a apreciação das provas pela comissão processante, o que não é matéria pertinente ao exame formal do procedimento, a que se deve ater o julgador, já que é a Administração Pública que, exercendo seu juízo de conveniência e oportunidade, irá ponderar sobre as provas produzidas e aplicar a penalidade adequada, no exercício do seu poder disciplinar. Assim, verifica-se a regularidade do PAD, com a observância dos trâmites legais e o respeito aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, com a nomeação de defensor ad hoc, em que pese a revelia do apelante, não tendo sido apontada ou demonstrada nenhuma ilegalidade, que pudesse macular o referido procedimento, importando na sua anulação. Mister perceber que o recorrente viola o princípio do nemo auditur propriam turpitudinem allegans, já que procura fulminar de nulidade o processo administrativo disciplinar por suposta violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo que ele próprio manteve-se inerte na apresentação da sua defesa, o que culminou na decretação da sua revelia. Quanto a alegada nulidade do PAD em virtude do excesso de prazo na sua conclusão, deve ser rechaçada, visto que a jurisprudência do STJ é pacífica sobre tal matéria, ao considerar que não há que se falar em nulidade se o excesso de prazo não trouxe prejuízo ao exercício de defesa do servidor. RECURSO IMPROVIDO. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0415017-76.2012.8.05.0001, Relator (a): Maria do Socorro Barreto Santiago, Terceira Câmara Cível, Publicado em: 25/02/2016) (TJ-BA - APL: 04150177620128050001, Relator: Maria do Socorro Barreto Santiago, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 25/02/2016)'. Quanto a ausência de perícia nas fotos juntadas aos autos (fls. 188/199) ou do aparelho celular das quais os prints formam extratos, essa Comissão Processante entendeu ser prescindível e, mesmo porque, veio em manifestação registrada no Portal Ceará Transparente, conforme a CI nº 1241/2019, de 26/06/2019 (fls. 185/187), que serão sobrepostas em momento oportuno em harmonia com as demais provas carreadas aos autos, entendendo, assim, que qualquer pedido de realização de perícia que tivesse sido feito poderia ser indeferido caso seu objeto fosse impertinente, desnecessário, protelatório ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos, além do que, no momento em que a Defesa mostrou interesse na sua constatação ou realização, por ocasião da sessão de qualificação e interrogatório (fls. 263), entendeu-se que, além de ser tal medida desnecessária, seu pleito foi extemporâneo. Ademais, observe-se, de plano, que o destinatário das provas produzidas processualmente é a Comissão Processante e que se aplica aos processos administrativos a faculdade de valoração dos pedidos de produção de provas, conferida aos julgadores, pelo art. 370 da novel legislação processual, Lei nº 13.105/15. Sendo o destinatário das provas o juiz, no processo judicial, cabe-lhe, então, determinar a realização ou não da produção probatória requerida, como bem adverte Cássio Scarpinella Bueno, que ainda acrescenta: 'na medida em que o juiz não verifique a necessidade de produção de provas além daquelas já produzidas, ele não fica adstrito ou vinculado a pedido eventualmente formulado pelas partes nesse sentido. Se a recusa da produção da prova pelo juiz é, ou não, legítima, é questão diversa que pode, até mesmo, ser discutida em sede de recurso de apelação (art. 513) ou de agravo' (cf. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2007, vol. 2, tomo I, p. 235). Lúcia Valle Figueiredo acrescenta que: 'quanto ao deferimento de provas, é claro que tanto o juiz como o administrador poderão indeferir as meramente protelatórias, provas desnecessárias ao conhecimento de quem deva decidir, mas assegurar-se de que visem apenas a prostrar a demanda faz-se absolutamente necessário' (cf. Curso de Direito Administrativo. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 470). Como aos juízes, com todo o rigorismo do processo judicial, aplica-se a faculdade de valoração dos pleitos de produção de provas, mais ainda ao julgador no plano administrativo, cujo processo é marcado pelo formalismo moderado. Com relação a breve sinopse fática feita, somente ao final da instrução processual se poderá ter melhor vislumbre de como os fatos realmente se verificaram, sendo que a portaria processante não foi instaurada a partir de uma denúncia anônima, mas sim por ter sido "preso e autuado em flagrante delito na Delegacia de Assuntos Internos - DAI/CGD, por infração, em tese, ao art. 180 do CPB (Receptação) e art. 17 do Estatuto do Desarmamento - Lei nº 10.826/2003 (Comércio ilegal de arma de fogo), fato ocorrido no dia 25/07/2019, BR222, no município de Caucaia/CE, conforme Inquérito Policial nº 323-103/2019", sendo que a composição da VTR 40.851, área do Conjunto Ceará, que efetuou a prisão do SGT PM MORENO que recebeu uma notícia, via celular da viatura, acerca de um veículo preto de placas ORV-4187 com seu ocupante comercializando arma, que foi abordado próximo da lagoa do Tabapuá, depois identificado como sendo o SGT PM MORENO, "que estava armado com uma pistola calibre .40 e também foi encontrado na posse do mesmo um revólver calibre 38 com a numeração raspada". Quanto as demais suscitações que adentram ao mérito do caso, somente por ocasião da Sessão de Deliberação e Julgamento serão apreciadas, e a consideração da carreira profissional e histórico funcional do ACUSADO, bem como, sua relação com a família, e dosimetria da sanção a ser aplicada, em caso de condenação disciplinar, somente após essa sessão. Ex positis, indefere-se no momento os pedidos feitos; CONSIDERANDO que após a regular instrução do presente processo, a Trinca Processante se reuniu na forma do Art. 98 da Lei nº 13.407/03, para sessão de Deliberação e Julgamento (fls. 300/301), na qual decidiram de forma unânime, in verbis: "A sessão foi aberta por volta das 09 horas, quando se determinou o início da gravação da mesma, sendo avisado a todos presentes que a audiência será gravada pela Comissão Processante e poderá ser gravada pela defesa, que deve manter o sigilo das informações nos termos da legislação em vigor. Passou-se então, este Conselho, a deliberar sobre o caso, tendo analisado as provas carreadas nos autos, e decidido ao final, na forma do artigo 98, § 1º, I e II, da Lei 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM), que o 3º SGT PM 21.276 ARIDSON MORENO DA SILVA - MF: 135.913-1-8, por unanimidade de votos: I - É CULPADO das acusações; e II - ESTÁ incapacitado de permanecer na situação em que se encontra na ativa"; CONSIDERANDO que, em seguida, a Comissão Processante emitiu o Relatório Final nº 299/2022, fls. 307/320, no qual, analisando todos os aspectos probatórios da instrução, firmou fundamentadamente a culpabilidade do acusado, com sugestão de demissão, sob os seguintes posicionamentos, in verbis: "3.2. Da Análise das Provas Apuradas Preliminarmente, insta destacar que a portaria que inaugurou este Processo Regular, fundamentou-se na notícia trazida ao conhecimento do Exmo Senhor Controlador Geral de Disciplina, através do Relatório Técnico nº 243/2019-COINT/CGD, dando conta da prisão e autuação em flagrante delito, do ACUSADO, por infração, em tese, ao art. 180 do CPB (Receptação) e art. 17 do Estatuto do Desarmamento - Lei nº 10.826/2003 (Comércio ilegal de arma de fogo), por fato ocorrido no dia 25/07/2019, BR222, no município de Caucaia/CE, quando ele foi encontrado portando um revólver calibre 38 com a numeração raspada (suprimida), conforme Inquérito Policial nº 323-103/2019. Ainda, mediante Despacho do Senhor Secretário-Executivo, datado de 13/10/2021, juntou-se ao bojo deste processo o SISPROC 1906455551, com a Manifestação nº 5208053, datada de 26/06/2019, informando que no bairro Tabapuá, em Caucaia/CE, o policial militar Moreno/Aridson estava realizando tráfico (comércio) de armas e munição. Vieram acompanhando esta manifestação anônima, algumas reproduções fotográficas com imagens de armas de diversos tipos, carregadores e munições, sendo ofertadas por um perfil de whatsapp com indicação "Sgt Moreno", bem como, uma imagem com o mesmo perfil "Sgt Moreno" e uma imagem fotográfica que corresponde com a imagem do ACUSADO. Importante registrar que pelos mesmos fatos ora apurado, na esfera criminal, o ACUSADO foi denunciado pelo Ministério Público no Processo nº 0155945-71.2019.8.06.0001, como incurso no art. 17 (comércio ilegal de arma de fogo), da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e art. 180 §1º (Receptação qualificada), do CPB (fls. 235/236). Prontamente, recepcionado pelo Judiciário Estadual nos mesmos termos. Cumpre lembrar que a arma apreendida com o ACUSADO, ou seja, o Revólver Taurus, Calibre 38 foi submetido a exame pericial junto à PEFOCE, que através do Laudo Pericial nº 2022.0232713 (fls. 243/250-CD), foi constatado que: "com a arma examinada foram efetuados tiros, e se observou que os mecanismos funcionaram normalmente, sem nenhuma deficiência assinalável" (fls. 246-CD). No tocante a prova testemunhal: na 1ª Sessão, realizada em 03/03/2021 (fls. 151-CD), foi ouvido o 1º Ten QOAPM ÊMERSON Aurélio Pinto - MF: 103.732-1-2, o Cb PM 23.014 George ÊMERSON Barros Costa - MF: 301.678-1-3, e o Cb PM 24.660 José GAMA Carvalho FILHO - MF: 303.377-1-9. O TEN ÊMERSON Aurélio Pinto disse que no dia dos fatos recebeu uma ligação de alguém da SSPDS falando que existia uma informação não confirmada que na frente da pracinha do bairro Tabapuá, havia possivelmente "um policial militar" em um carro, "vendendo arma". E, após haver feito deslocamento para o endereço informado,

abordou o suspeito em frente da lagoa do Tabapuá. Tendo confirmado que se tratava de um policial militar, ou seja, o SGT PM MORENO. Vindo a encontrar embaixo do banco do motorista do veículo ocupado pelo mesmo, um revólver Cal 38, “muniado e com a numeração raspada” (fls. 144/146-CD). O Cb PM George EMERSON Barros Costa e o Cb PM José GAMA Carvalho FILHO disseram que a guarnição policial comandada pelo TEN PM EMERSON recebeu a informação sobre um suposto policial militar vendendo arma de fogo nas proximidades da lagoa do Tabapuá, em Caucaia/CE. E, este suposto policial após abordado, foi identificado como sendo o SGT PM MORENO, que se encontrava com um revólver no interior do seu veículo (fls. 147/148, 149/150-CD). Sobre esses depoimentos, há que se destacar que neste processo disciplinar, ao contrário do informado pelo TEN PM EMERSON, os dois policiais declaram que não sabiam informar se a arma estava muniada ou com numeração suprimida; todavia, quando ouvidos no inquérito policial, ambos afirmaram categoricamente que o revólver encontrado com o ACUSADO estava muniado e apresentava a numeração raspada (fls. 25-CD e 29-CD respectivamente). Ainda sobre estes depoimentos, os três policiais militares, quando ouvidos na Delegacia de Polícia, nos autos do IP nº 323-103/2019, foram unânimes em afirmar que o ACUSADO havia confessado sua intenção de vender aquele revólver que foi encontrado na sua posse (fls. 17-CD, fls. 25-CD e fls. 29-CD). Na 2ª Sessão, realizada por videoconferência, em 04/10/2021 (fls. 175-CD), realizou-se a oitiva das testemunhas arroladas pela Defesa, quando foi ouvida CARLIENE FREITAS SOUSA, SIBELI ANDRADE DE MELO POMPEU BRASIL, o Cap PM RICARDO CÉSAR Magalhães Galdino - MF: 135.235-1-7, e o 2º Sgt PM 19.737 EMANUEL Carvalho de Oliveira Mendes - MF: 135.102-1-0. CARLIENE FREITAS SOUSA disse que é esposa do ACUSADO e, tinha conhecimento que o mesmo havia ganho o revólver, que foi apreendido, de uma pessoa de nome Eduardo, que já faleceu (00:04:40). SIBELI ANDRADE DE MELO POMPEU BRASIL disse que teve conhecimento que seu sogro de nome Eduardo, repassou o revólver que foi apreendido, para o ACUSADO (00:27:00). Enquanto, o Cap PM RICARDO CÉSAR Magalhães Galdino e o Sgt PM EMANUEL Carvalho de Oliveira Mendes disseram que não tinham conhecimento dos fatos apurados e nunca tomaram conhecimento de nada que desabonasse a conduta do ACUSADO, (00:46:00) e (01:00:00), respectivamente. Em seu interrogatório, na 5ª Sessão, realizado em 15/09/2022 por videoconferência (fls. 263-CD), o SGT PM ARIDSON MORENO, que por ocasião de sua prisão manteve-se calado (fls.28-CD), disse que não cometeu o crime de comércio ilegal de arma que está sendo imputado a ele (00:06:54); tendo em vista que foi abordado quando voltava do Supermercado Extra para sua residência (00:07:08), quando foi encontrado um revólver dentro de seu veículo (00:07:25, 00:09:00), inegavelmente (00:07:28). E, este revólver lhe foi entregue pelo pai de um amigo (00:11:00), para que ele realizasse a entrega desta arma junto aos órgãos competentes (00:11:15, 00:12:01). Todavia, por esquecimento, deixou a arma dentro do carro (00:12:03, 00:12:12). Respondeu que como o proprietário da arma era uma pessoa de idade avançada, não tinha como ele próprio, fazer a entrega da arma aos órgãos competentes (00:12:21). Disse ainda, que quando recebeu a arma, não verificou que a numeração da arma estava raspada (00:12:30). Acrescentando que a arma estava desmuniada (00:12:53). Admitiu que na época dos fatos apurados, participava de grupos de redes sociais destinados ao comércio de armas e outros objetos (00:16:08), além do oferecimento de prestação de serviços (00:16:28), com o objetivo de interagir com os colegas de farda (00:16:52) e realizar vendas de algum objeto que tivesse disponível (00:16:58). Lembra que participou do grupo de vendas denominado “Feira Policial” (00:17:56), todavia, não recorda que realizou alguma das postagens com ofertas de armas, munições e acessórios, que constam nas fls. 188/199-CD (00:21:19). Concluiu, afirmando que não recordava que tenha confessado para a guarnição policial que o prendeu, que pretendia vender o revólver apreendido (00:22:37). [...] 4.2. Das Alegações Finais de Defesa Nas Alegações Finais de Defesa, da lavra do DR. CARLOS ROGÉRIO ALVES VIEIRA - OAB nº 23.373 (ASPRAMECE), um dos advogados constituídos, datada de 22/01/2021 (fls. 269/286-CD), em suma, foi arguido e pedido o seguinte: 1) Preliminarmente foi arguido a preclusão do prazo para a conclusão do processo, porque o prazo previsto no art. 92 da Lei nº 13.407/2003, não foi obedecido, passados da portaria de nomeação mais de 1 (um) ano e 9 (nove) meses sem ter sido concluído, e chamamento do feito a ordem, por prova ilegal e ausência de autorização judicial e perícia e do contraditório em relação a prova acostada, alegando que não teve acesso a fotos de whatsapp (fls. 188/199), juntadas posterior à defesa prévia (fls. 124/131), haja vista ter sido juntada em período pandêmico, só delas tomando conhecimento no dia do interrogatório (15/09/2020), e que nunca teria tido acesso a nenhum link do processo completo e que somente após o interrogatório foi-lhe enviado o link para acessar a integralidade dos autos; 2) Em breve sinopse fática, narrou sua versão sobre os fatos, afirmando que a portaria processante foi instaurada a partir de uma denúncia anônima, falou do Aconselhado e sua carreira profissional e sua relação com a família; 3) Quanto ao Direito, invocando a Lei nº 13.967, de 26/12/2019, requereu a nulidade de qualquer decisão atinente a impor prisão disciplinar e que o SGT PM MORENO não teria cometido o delito como está descrito na portaria processante, devendo-se ater aos nos deveres éticos dispostos no art. 8º da Lei nº 13.407/2003; 4) Ainda, arguiu a inexistência de perícia técnica no aparelho de celular das mensagens para afirmar não haver “elementos para sustentar qualquer condenação”, e do princípio da proporcionalidade e razoabilidade no enquadramento típico da conduta, da alçada da autoridade instauradora e proibição do excesso; 5) Por fim, requereu o recebimento das preliminares suscitadas e a extinção do processo disciplinar pela extemporaneidade, bem como, a nulidade das provas técnicas sem perícia e sem o devido contraditório, e, em caso da rejeição destas, aplicação de pena proporcional, considerando o histórico e conduta funcional do ACONSELHADO e que se optassem pela permanência do mesmo nas fileiras da PMCE. Recebido a peça defensiva final, dentro dos conforme e tempestivamente, o Presidente, ouvido os demais membros, através do Despacho nº 11.384/2022, de 06/09/2022 (fls. 288/292-CD), entendeu que: Com relação a primeira preliminar arguida, não há preclusão do prazo para a conclusão do processo, pois a preclusão é um instituto do Direito Processual Civil em que ocorre a perda de uma faculdade processual, ou seja, da oportunidade de manifestação ou prática de um ato no decorrer do processo. O que poderia ter sido arguido seria o excesso de prazo para a conclusão do processo, mas nem essa arguição prospera, porque a inobservância dos prazos previstos para o processo regular não acarreta a nulidade do processo, conforme intelecção do art. 71, § 2º, da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). [...] Portanto, indeferiu-se essa preliminar, porque o excesso de prazo não acarreta nulidade, conforme expresso na legislação específica que rege a matéria. Quanto a segunda preliminar arguida, de que existem provas ilegais nos autos diante da ausência de autorização judicial, perícia e contraditório, delas tendo a Defesa tomado conhecimento somente no dia do interrogatório (15/09/2020) e somente após sua realização, foi-lhe enviado o link para poder acessar a integralidade dos autos, destacando-se o seguinte: a) Foi solicitado ao MM Juiz de Direito da 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza/CE, através do Ofício nº 9220/2022, de 12/08/2022 (fls. 226), acesso ao Processo Judicial nº 0155945-71.2019.8.06.0001, originado do IP sob Portaria nº 323-103/2019, ao qual o responde o ACUSADO, bem como, nos termos da Súmula 591 do STJ, autorização para poder ser usado como prova emprestada no presente processo administrativo disciplinar, tendo como resposta do referido juízo que os autos do referido processo criminal estão disponíveis em meio eletrônico e foi encaminhado em anexo a senha de acesso (fls. 231/232). b) Realmente na data do interrogatório foi-lhe enviado mais uma vez o link para acessar a pasta compartilhada (fls. 264), onde os autos foram sendo atualizados paulatinamente durante a instrução processual, para poder apresentar a Defesa Final, contudo já havia sido anteriormente disponibilizado, conforme se comprova através do Ofício nº 9305/2022, de 16/08/2022 (fls. 253/254) e, de fato, esse link e o acesso à pasta virtual dos autos do procedimento disciplinar foi concedido a Defesa pelo menos desde a 2ª Sessão, realizada em 04/10/2021, conforme respectiva ata (fls. 175) e e-mail de encaminhamento (fls. 177), sendo que na 1ª Sessão, realizada em 03/03/2021, requereu apenas cópia dos depoimentos, que foi deferido, conforme respectiva ata (fls. 151). Ainda, por exemplo, por ocasião da 3ª Sessão, realizada em 01/09/2022, quando a Defesa requereu o envio de cópia ata ao seu e-mail, foi deferido, conforme respectiva ata (fls. 257) e e-mail de envio (fls. 258). Portanto, o acesso aos autos sempre foi garantido pela Comissão Processante, no início da instrução processual, bem antes da realização do interrogatório, respeitando-se as garantias constitucionais, sendo que não é de sua responsabilidade o devido acompanhamento dos autos pelo Defensor para exercer a ampla Defesa e Contraditório. Assim, indefere-se a segunda preliminar por ausência de comprovação das alegativas apresentadas. Novamente com relação ao excesso de prazo e da alegativa da Defesa que não teve acesso aos autos, importante lembrar que são pacíficas a doutrina e a jurisprudência no sentido de que a nulidade não aproveita a quem lhe deu causa e em decorrência da aplicação da boa-fé objetiva e, ainda, em razão da vedação ao benefício decorrente da própria torpeza (nemo auditur propriam turpitudinem allegans) [...] Quanto a ausência de perícia nas fotos juntadas aos autos (fls. 188/199) ou do aparelho celular das quais os prints foram extraídos, a Comissão Processante entendeu ser prescindível e, mesmo porque, veio em manifestação registrada no Portal Ceará Transparente, conforme a CI nº 1241/2019, de 26/06/2019 (fls. 185/187), que seriam sobrepostas em momento oportuno em harmonia com as demais provas carregadas aos autos, entendendo, assim, que qualquer pedido de realização de perícia que tivesse sido feito poderia ser indeferido caso seu objeto fosse impertinente, desnecessário, protelatório ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos, além do que, no momento em que a Defesa mostrou interesse na sua constatação ou realização, por ocasião da sessão de qualificação e interrogatório (fls. 263), entendeu-se que, além de ser tal medida desnecessária, seu pleito foi extemporâneo. Ademais, observa-se, de plano, que o destinatário das provas produzidas processualmente é a Comissão e que se aplica aos processos administrativos a faculdade de valoração dos pedidos de produção de provas, conferida aos julgadores, pelo art. 370 da novel legislação processual, Lei nº 13.105/15. Sendo o destinatário das provas o juiz, no processo judicial, cabe-lhe, então, determinar a realização ou não da produção probatória requerida [...] Com relação a breve sinopse fática feita, somente ao final da instrução processual se poderá ter melhor vislumbre de como os fatos realmente se verificaram, sendo que a portaria processante não foi instaurada a partir de uma denúncia anônima, mas sim por ter sido “preso e autuado em flagrante delito na Delegacia de Assuntos Internos - DAI/CGD, por infração, em tese, ao art. 180 do CPB (Receptação) e art. 17 do Estatuto do Desarmamento - Lei nº 10.826/2003 (Comércio ilegal de arma de fogo), fato ocorrido no dia 25/07/2019, BR222, no município de Caucaia/CE, conforme Inquérito Policial nº 323-103/2019”, sendo que a composição da VTR 40.851, área do Conjunto Ceará, que efetuou a prisão do SGT PM MORENO que recebeu uma notícia, via celular da viatura, acerca de um veículo preto de placas ORV-4187 com seu ocupante comercializando arma, que foi abordado próximo da lagoa do Tabapuá, depois identificado como sendo o SGT PM MORENO, “que estava armado com uma pistola calibre .40 e também foi encontrado na posse do mesmo um revólver calibre 38 com a numeração raspada”. Vale ressaltar que a pistola calibre .40, marca Taurus, nº de Série SAR19297, pertencente a carga da PMCE, que se encontrava sob responsabilidade do A, mediante cautela, foi apreendida por ocasião de uma diligência realizada na residência do mesmo, após o flagrante, conforme depoimento dos policiais militares que participaram da ocorrência ora investigada. Quanto as demais suscitações que adentram ao mérito do caso, somente por ocasião da Sessão de Deliberação e Julgamento serão apreciadas, e a consideração da carreira profissional e histórico funcional do ACUSADO, bem como, sua relação com a família, e dosimetria da sanção a ser aplicada, em caso de condenação disciplinar, somente após essa sessão. Ex positis, indeferiu-se naquele momento os pedidos feitos. 4.3. Da Análise dos Fatos e da Defesa Face ao que tudo foi colacionado nos autos, verificou-se que é fato incontestável

que o Aconselhado foi preso e autuado em flagrante delito por conduzir no assoalho de seu veículo um revólver cal. 38 carregado e com a numeração suprimida. Como incontestável é ainda, que havia uma manifestação anônima com data anterior a prisão do SGT PM MORENO, informando que ele estava comercializando armas irregularmente. Como também, incontroverso, é o fato, admitido pelo próprio Aconselhado, que ele participava do grupo de comércio virtual, denominado “Feirão Policial - G2”, de onde foram extraídos cópias de imagens do oferecimento de armas e munições, realizados por uma pessoa, que se apresentava com o nome e também imagem do ora ACUSADO. Em sua defesa o ACONSELHADO admitiu que realmente se encontrava com a arma quando foi abordado pela patrulha policial. Todavia, contestou que tivesse a intenção de comercializar tal armamento. Argumentou, que recebera a arma de um servidor público aposentado, e falecido, que o encarregara de entregar o armamento no Departamento de Polícia Federal para descarte. Contudo, teria esquecido de realizar esta incumbência e passara a transitar com a arma no interior de seu veículo, sem apercebe-se. E ainda, que quando recebeu o mesmo armamento não verificou que ele estava com sua numeração identificadora raspada. Para reforçar sua versão, o ACUSADO apresentou o testemunho de sua esposa, que afirmou que o suposto proprietário da arma presenteou ele com a arma; bem como, o testemunho de uma amiga, que seria nora do suposto proprietário da arma, afirmando que a arma teria sido dada ao SGT PM MORENO como retribuição por favores que ele fez ao seu sogro. Contudo, apesar destas informações, servirem para enfraquecer a informação prestada pelo ACUSADO, de que ele recebeu a arma apreendida para entregar aos órgão competente, para descarte. Não vem carreada com comprovação material que faça crer, ou não, que esta mesma arma que supostamente o ACUSADO recebeu do falecido servidor público, seria a mesma arma que fora apreendida em sua posse por ocasião de sua prisão em flagrante. Mesmo que a seara administrativa não se preste a julgar os ilícitos criminais. Importar trazer o entendimento balizado dos Ministros dos Tribunais Superiores acerca das condutas realizadas pelo ACUSADO para fins de sopesar a gravidade de tais condutas. Neste fim, tanto o STF como STJ têm entendimentos sedimentados pelo agravamento da conduta do agente que é encontrado em seu porte ou posse, arma com numeração suprimida, posto que, isto, seria um obstáculo a realização da Segurança Pública, pelo Poder Público por meio do controle das armas existentes no País. Impedindo ou dificultando o controle da circulação de armas pela ausência dos registros de posse ou porte; ou mesmo, frustraria este controle estatal, impossibilitando a identificação dos proprietários e a origem de tais armas. Vejamos: “1. Conforme julgados desta Corte, estando o número de série da arma de fogo raspado ou suprimido (situação essa comprovada nos autos), a conduta do agente será equiparada à posse ou porte de arma de fogo de uso restrito, sendo irrelevante a identificação posterior pela perícia técnica da numeração, pois a intenção da lei foi punir com maior severidade aquele que, de qualquer modo, anula marca ou sinal distintivo da arma, permitindo-se sua transmissão a terceiros ilegalmente e obstaculizando/dificultando a identificação do verdadeiro proprietário do armamento. Incidência do enunciado 83 da Súmula deste Tribunal. [...] 3. Agravamento regimental a que se nega provimento (STJ - AgRg no AgRg no AREsp 864.075/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 07/06/2016, DJe 21/06/2016)”. (Grifamos) “Esta Corte Superior de Justiça entende que, apesar de o caput do artigo supratranscrito referir-se a armas de fogo, munições ou acessórios de uso proibido ou restrito, o parágrafo único, ao incriminar a conduta de portar arma de fogo modificada, refere-se a qualquer arma, sendo irrelevante o fato de ela ser de uso permitido, proibido ou restrito. Isso ocorre porque se deve punir mais severamente o agente que porta esse instrumento de modo a frustrar o controle estatal, impossibilitando a identificação e a origem da arma de fogo. (STJ - HC nº 233.436/RJ, Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 04/12/2012, DJe 11/12/2012)”. (Grifamos) “1. A arma de fogo, mesmo desmuniçada, não infirma a conduta penalmente punível na forma tipificada no dispositivo mencionado, porque, com ou sem munição, ela haverá de manter o seu número de série, marca ou sinal de identificação para que possa ser garantido o controle estatal. 2. A supressão ou a alteração da numeração ou de qualquer outro sinal identificador impede ou dificulta o controle da circulação de armas pela ausência dos registros de posse ou porte ou pela sua frustração. 3. Comprovação inegável do porte e posse de arma de fogo, com o seu número de série suprimido, pelo Recorrente. 4. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (STF - RHC nº 89889/DF, Relator: Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2008)”. (Grifamos) “1. A arma de fogo portada sem autorização, em desacordo com determinação legal ou regulamentar e com numeração suprimida configura o delito previsto no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.826/2003, pois o crime é de mera conduta e de perigo abstrato. 2. Deveras, para configuração do delito de porte ilegal de arma de fogo com a numeração suprimida, não importa ser a arma de fogo de uso restrito ou permitido, basta que a arma esteja com o sinal de identificação suprimido ou alterado, pois o que se busca proteger é a segurança pública, por meio do controle realizado pelo Poder Público das armas existentes no País. Precedentes: RHC 89.889/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, Pleno, DJe 5/12/2008; HC 99.582/RS, Rel. Min. Ayres Britto, 1ª Turma, DJe 6/11/2009; HC 104.116/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJe 28/9/2011. 3. In casu, o paciente foi preso em flagrante, em via pública, portando um revólver, marca Rossi, calibre 38, com numeração raspada, municiado com 05 (cinco) cartuchos, sendo a arma apreendida, periciada e considerada apta para realizar disparo. [...] 5. Ordem de habeas corpus denegada. (STF - HC: 110792 RS, Relator: Min. LUIZ FUX, julgado em 21/02/2013, DJe 26/02/2013)”. (Grifamos) Ademais, a conduta do ACUSADO afrontam alguns valores que alicerçam a moral do militar estadual, tais como: a disciplina e a constância, por não demonstrar a aceitação consciente da ética e da praxis castrenses; a lealdade e o profissionalismo, quando se utilizou da investidura policial militar para transitar livremente, realizando transporte de arma em desacordo com as normas legais; a honra e a honestidade, pois enquanto militar estadual, profissional experiente e conhecedor da legislação, deveria cultivar uma conduta exemplar de cidadão, cumprindo com as normas sociais. E, a verdade real, pois ao fim da instrução disciplinar, foi incapaz de apresentar um relato firme e coerente que demonstrasse correspondência lógica com os fatos que foram provados neste processo. Não se pode perder de vista, ainda, que na condição de servidor público, agasalhado pela fé pública que os servidores estatais gozam; sobremaneira, aqueles que pelejam na segurança pública. Caso não fosse denunciado anonimamente, o ACUSADO permaneceria impune em sua ação delituosa ad eternum, tendo em vista, não ser uma praxe que os servidores da segurança pública suspeitem de seus pares. O que torna esta conduta ainda mais grave. E, até mesmo para que se possa dar uma resposta à Sociedade, que hoje clama incessantemente por punição aos agentes estatais que contrariam as regras de comportamento social, evitando-se, com isto, a impunidade e o incentivo à prática de infrações altamente reprováveis, sob pena de, assim não se fazendo, levar a Administração ao descrédito ante os olhos da sociedade, no mínimo a questionamentos tão corriqueiros nos dias atuais. [...] 5. CONCLUSÃO E PARECER Posto isto, ao final dos trabalhos, restou comprovado que o ACUSADO mantinha em seu veículo uma arma sem registro e com a numeração identificadora raspada quando foi preso por uma patrulha policial militar, e, assim, tendo as condutas apuradas neste procedimento disciplinar, ferido os Valores da Moral Militar Estadual, previstos no art. 7º, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XI, e violado os Deveres consubstanciados no art. 8º, II, VIII, XIII, XV, XVIII, e XXIII, caracterizando transgressões disciplinares, de acordo com o art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, II, c/c art. 13, § 1º, VI, XXVII, XLVIII e LI, e § 2º, LIII, do citado códex, conforme delineado na portaria preambular. Assim, da análise de tudo contido nos autos, em especial da Defesa Prévia e Defesa Final, esta Comissão Processante passou a deliberar, em sessão própria e previamente marcada, em 11/10/2022, contando com a participação da Defensora, DRA. VALDÍVIA PINHEIRO FURTADO, OAB/CE nº 8758, em conformidade com art. 98, § 1º, I e II da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM), de forma unânime conforme respectiva ata (fls. 407-CD), que o SGT PM 21.276 Aridson MORENO da Silva - MF: 135.913-1-8: 1) É CULPADO das acusações constantes na portaria inicial; e 2) ESTÁ INCAPACITADO de permanecer na ativa da Polícia Militar do Ceará. Por conseguinte, sugerindo-se aplicação da pena disciplinar expulsão. [...]”; CONSIDERANDO que não se vislumbrou neste processo qualquer óbice ou vício de formalidade, de modo que, por isto, concordo com a pertinente análise feita pelo Sr. Orientador da Célula de Processo Regular Militar - CEPREM/CGD (fls. 322/323), corroborada pela Coordenação de Disciplina Militar - CODIM/CGD (fls. 324/325), que não identificaram nenhuma causa de nulidade no presente CD; CONSIDERANDO que cabe destacar que, no presente Conselho de Disciplina, a pretensão acusatória deduzida na portaria tem substrato fático que se amolda tanto a tipos penais, como se enquadra em transgressões disciplinares. Não obstante essa projeção do mesmo fato em instâncias punitivas distintas, o processo disciplinar não se presta a apurar crimes propriamente ditos, mas sim averiguar a conduta dos militares diante dos valores, deveres e disciplina de sua Corporação, à luz do regramento legal ao qual estão adstritos, e, consequentemente, sua capacidade moral para permanecer no serviço ativo; CONSIDERANDO que não obstante, no caso sub oculi, as transgressões disciplinares precípuas imputadas ao acusado se amoldam, conforme consta na portaria, aos tipos penais de receptação qualificada (Art. 180, §1º, do CP), posse ou posse ilegal de arma de fogo de uso restrito e comércio ilegal de arma de fogo (Art. 16 e Art. 17, respectivamente, da Lei nº 10.826/03). Observe-se, que, por força do disposto na norma de extensão do Art. 12, §1º, I, da Lei nº 13.407/03, são transgressões disciplinares os fatos compreendidos como crime, como se observa pela literalidade do texto legal: “Art. 12. [...] §1º. [...] I - todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar, especificadas no artigo seguinte, inclusive os crimes previstos nos Códigos Penal ou Penal Militar”. (grifou-se). Contudo, como aqui se apuram transgressões disciplinares e não crimes, o único requisito exigido é que a ação ou omissão apurada contrarie a disciplina militar. Nesse sentido, pertinente a lição de José dos Santos Carvalho Filho ao diferenciar o ilícito administrativo do penal: “São diversos os ilícitos penal, civil e administrativo, o que vai redundar na diversidade também da sua configuração. No Direito Penal, o legislador utilizou o sistema da rígida tipicidade, delineando cada conduta ilícita e a sanção respectiva. O mesmo não sucede no campo disciplinar. Aqui a lei limita-se, como regra, a enumerar os deveres e as obrigações funcionais e, ainda, as sanções, sem, contudo, uni-los de forma discriminada, o que afasta o sistema da rígida tipicidade. Nada impede, todavia, que o legislador estabeleça conduta dotada de tipicidade específica como caracterizadora de ilícito administrativo. Nesse caso, nenhum problema haverá quanto à punibilidade: esta ocorrerá ou não conforme tenha ou não ocorrido a conduta. Mas não é essa a regra do ilícito administrativo, como sucede em relação à ilicitude penal. Esta não admite os denominados tipos abertos, aceitos normalmente na esfera da Administração. (Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de direito administrativo – 28. ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2014. – São Paulo: Atlas, 2015. p.72)”. (Destacou-se); CONSIDERANDO que diante da desnecessidade da tipicidade tal qual na esfera criminal, por força do Art. 12, §1º, da Lei nº 13.407/03, nada obsta que se analise o caso à luz do tipo penal, sem, contudo, que deixe de incidir responsabilização caso reste caracterizada violação a valores e deveres, mesmo que falte algum elemento do tipo. Noutros termos, não necessitamos que todos os dados para a configuração dos tipos penais estejam presentes para que tenha havido violação do estatuto disciplinar imposto ao acusado. A tipicidade é exigida em sua plenitude no campo penal. No âmbito administrativo, para caracterização de uma falta funcional, não se exige tal requisito. Feita essa importante ressalva, e sendo a prova robusta e suficiente para confirmar os fatos que pesam em desfavor do Aconselhado, como já fartamente discutido, doravante far-se-á o enquadramento jurídico no caso ao regime disciplinar aplicável e, de modo concomitante, enfrentar-se-á todos os argumentos deduzidos neste processo, posto que a fundamentação para consubstanciar o mérito e deslinde deste feito encontra-se imbricada com a superação dos argumentos da

Defesa. Primeiramente, calha discutir de modo mais minudente as questões preliminares alegadas pela Defesa. O representante legal alegou, preliminarmente, que teria havido que teria havido preclusão do prazo para conclusão do processo. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça decidiu na Súmula nº 592 que: “O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa. (SÚMULA 592, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 18/09/2017)”. In casu, verifica-se que o processo teve seu andamento regular, bem como não houve qualquer demonstração de prejuízo à Defesa no decorrer da instrução processual. No tópico “1.2 CHAMAMENTO DO FEITO A ORDEM – PROVA ILEGAL – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL E PERÍCIA E DO CONTRADITÓRIO EM RELAÇÃO A PROVA ACOSTADA”, a Defesa alegou que às fls. 188/189 houve juntada de material midiático (fotos de Whatsapp) em momento posterior à Defesa Prévia, ao qual não teve acesso, haja vista ter sido juntado em período pandêmico, quando os procedimentos estavam sendo feitos por meio de videoconferência. Argumentou que só tomou conhecimento das fotos no dia do interrogatório e que nunca teve acesso a nenhum link do processo completo. Alegou, em sequência, que o acesso a conversas telefônicas e de redes sociais devem ser reveladas mediante autorização judicial, não havendo informação de juntada desses documentos à Defesa, tampouco há autorização para liberação de material nos autos e muito menos perícia. Na verdade, ao contrário do alegado pela Defesa, o conteúdo das fls. 188/189 não teve origem nos autos da Ação Penal que apura os mesmos fatos na seara criminal. Observa-se às fls. 180, no Termo de Juntada, que houve determinação contida no Despacho do Secretário Executivo (fls. 209) – datado de 13/10/2019 – que, para fins de apuração única, fosse juntado o Sisproc 190645555-1. Por sua vez, a Manifestação 5208053 e suas imagens de prints de Whatsapp foram encaminhadas ao Gabinete da Controladora Geral de Disciplina pela Comunicação Interna nº 1241/2019 (fls. 185), oriunda da Ouvidoria/Setorial da CGD, nesta narrando-se que fora registrada manifestação no Portal Ceará Transparente, com sugestão de encaminhamento à COINT/CGD. Quanto a autorizações de provas emprestadas da respectiva Ação Penal relacionada aos fatos, ratifica-se que no Ofício nº 9220/2022 (fl. 226) a Comissão Processante reiterou solicitação ao Meritíssimo Juiz da 15ª Vara Criminal do Fórum Clóvis Beviláqua para autorizar acesso ao Processo Judicial nº 0155945-71.2019.8.06.0001, originado do IP sob Portaria nº 323-103/2019, ao qual o aconselhado encontra-se como réu, bem como nos termos da Súmula 591 do STJ, para poder ser usado como prova emprestada no presente processo disciplinar. Em sequência, consta às fls. 230 o Termo de Juntada da respectiva resposta ao requerimento feito pela Comissão Processante, conforme e-mail da 15ª Vara Criminal (fl. 231) que encaminhou senha de acesso do referido processo judicial, guardando-se cópia da senha nos arquivos da 2ª CPRM e rasurando-se a senha que fica nos presentes autos (fl. 232): “Aos 16 (dezesseis) dias de agosto de 2022, na sala das sessões da 2ª Comissão de Processo Regular Militar - 2ª CRPM/CGD, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, por ordem do Senhor Presidente, faço juntada aos autos da mensagem, via e-mail, da 15ª Vara Criminal (SEJUD nº 1 Grau) que encaminhou o Ofício - Senha do Processo Judicial nº 0155945-71.2019.8.06.0001, originado do IP sob Portaria nº 323-103/2019, guardando cópia da senha nos arquivos desta 2ª CPRM e rasurando a senha que fica nos presentes autos; da denúncia oferecida pelo MP e do seu recebimento pelo MM Juiz, bem como da última movimentação processual, no caso, Certidão de Publicação e relação, datado de 14/06/2022, bem como do Laudo Pericial nº 2022.0232713, de Exame Pericial em Arma de Fogo encaminhado através do Ofício nº 1457/2022-SC/DAI/CGD, de 04/07/2022, àquele Juízo, que adiante seguem, do que para constar, lavrei o presente termo”. Por fim, quanto à falta de acesso ao processo disciplinar, não há nos autos qualquer informação de restrição que tenha sido feita à Defesa, pelo contrário, verifica-se às fl. 177 a disponibilização à Defesa de completo acesso aos autos por meio de link de acesso à pasta compartilhada do Google Drive, inclusive em data anterior à juntada da Manifestação 5208053 e suas imagens de prints de Whatsapp, logo após a 2ª Sessão (fl. 175), que iniciou a realização de audiências por videoconferência neste Conselho de Disciplina. Outrossim, demonstra-se prescindível a perícia na referida manifestação tanto por serem prints de Whatsapp, além de serem provenientes de denúncia anônima realizada por meio de Ouvidoria, sendo tratada assim neste processo como informação. Não obstante isso, os detalhes presentes nesta manifestação são pertinentes, pois se demonstraram verossímeis, servindo-se, porém, para o reforço do teor probatório dos elementos juntados aos autos. Ademais, os elementos de informação contidos na manifestação foram submetidos ao contraditório quando exibidas ao Aconselhado e à sua Defesa, momento em que o Aconselhado espontaneamente admitiu a possibilidade de participação em tal grupo. Em relação aos fatos, alegou a Defesa que: “A portaria processante foi instaurada a partir de uma denúncia anônima dando conta que uma pessoa estava nas adjacências da Lagoa do Tabapuá a procura de vender uma arma e que provavelmente esta pessoa seria um policial militar. Que tal informação foi repassada para esta pessoa através de outro militar que participava de um grupo de policiais militares destinado a vender armas”. Mais uma vez a Defesa se equivoca, pois a Manifestação 5208053, embora tenha sido registrada quase um mês antes dos fatos, não fazia parte dos elementos que contribuíram para instauração deste Conselho Disciplina, somente vindo a ser juntada durante o transcorrer da instrução processual, como já citado anteriormente. No Despacho do Controlador Geral de Disciplina que determinou a instauração deste Conselho de Disciplina (fls. 106/107) destacou-se a Comunicação Interna nº 327/2019, oriunda da Coordenadoria de Inteligência – COINT/CGD, datada de 26/07/2019, encaminhando informações sobre a prisão em flagrante delito do Aconselhado na Delegacia de Assuntos Internos (DAI/CGD), por infração, em tese, ao Art. 180 do Código Penal e Art. 17 do Estatuto do Desarmamento, fato ocorrido no dia 25/07/2019, no Município de Caucaia/CE, conforme o Inquérito Policial nº 323-103/2019. Motivou-se neste Despacho que a documentação acostada reuniu indícios de autoria e de materialidade, demonstrando, supostamente, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do aconselhado a cargo desta CGD. Prosseguiu a Defesa: “Que a viatura do COTAM que estava no Conjunto Ceará foi acionada para ocorrência e interceptou o veículo com as características repassadas e abordou o passageiro na qual identificou-se como policial Moreno e sem externar resistência confirmou que tinha uma arma no veículo e que estava embaixo do banco do veículo e assim foi encontrado a arma com supressão de identificação e assim foi dado voz de prisão”. Em esclarecimento, o 1º TEN QOAPM Emerson afirmou em seu termo que estava de serviço de oficial de operações, comandando uma viatura, quando recebeu uma ligação do pessoal da inteligência, COIN/SSPDs, informando que na frente da pracinha do Bairro Tabapuá, havia uma pessoa de carro, vendendo arma, e que possivelmente se tratava de policial militar, ou seja, em plena consonância com as informações presentes na Manifestação 5208053 denunciadas na Ouvidoria do Portal Ceará Transparente. Cabe ressaltar que a atividade de inteligência, embora não se confunda em suas finalidades com a atividade investigativa, com ela colabora, o que foi exatamente que houve no caso, mediante o fornecimento de uma informação acerca de um possível alvo. Os policiais do BPCHOQUE/COTAM, munidos de dados sobre a potencial situação delitiva e mediante a visualização de situação suspeita relacionada ao caso, diligentemente atuaram e cumpriram seu dever. A título de complementação, observe-se que se tratou de uma atividade de assessoramento oportuno, conceito que, segundo o Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021, que instituiu a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública, consiste em “contribuir com as autoridades constituídas por meio do fornecimento de informações oportunas, abrangentes e confiáveis, necessárias ao exercício do processo decisório, para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, bem como “acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa com vistas a identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças ou riscos aos interesses da sociedade e do Estado no âmbito da segurança pública; deve buscar suprimir ou minimizar essas ameaças ou riscos, de modo a evitar ou mitigar possíveis danos.” Ainda nos termos do referido decreto, e contemplando a juridicidade alusiva ao caso, frise-se que “A atividade de inteligência de segurança pública é técnica e especializada, de natureza sigilosa, e tem o seu exercício alicerçado em conjunto sólido de princípios e valores profissionais com a utilização de metodologia própria estabelecida em doutrina comum às agências de inteligência, sem prejuízo da autonomia doutrinária conferida às instituições de segurança pública. A atividade de inteligência de segurança pública é realizada sob estrito amparo legal e busca, por meio do emprego de técnicas especializadas, a produção do conhecimento”. De forma que concretizou-se na prisão em flagrante delito, com consequente Ação Penal, tendo os policiais militares afirmado em seus termos do Auto de Prisão em Flagrante Delito, como já demonstrado, que o aconselhado admitiu no momento da abordagem que estava em posse de arma revólver calibre 38, a qual estava com numeração suprimida e comunicada, com o fim de comercializá-la. A Defesa argumentou que a testemunha Sibeli (esposa de Eduardo Filho) foi categórica ao informar que o aconselhado adquiriu a arma do sogro dela, que o acusado sempre morou próximo à residência do auditor e tinham um vínculo de amizade ao ponto de o aconselhado acompanhar o mesmo em negócios familiares e profissionais, como forma de agradecer ao aconselhado, pois já estava doente e no fim da vida resolveu dar a arma ao processado. Por sua vez, argumentou que o aconselhado recebeu a arma calibre 38 do Sr. Eduardo no fito de entregar para a Polícia Federal a pedido do auditor fiscal e em nenhum momento passou pela sua cabeça comercializar objeto irregular e ilegal. Reconhecendo que com relação à infração de ter em sua posse o referido objeto, não havia o que se discutir que configurava crime. Demonstra-se, pelo exposto, que a própria defesa apresenta contradições acerca de qual versão dos fatos seria verídica, tendo em vista que enquanto a testemunha afirmou que o aconselhado recebeu a arma com numeração suprimida como presente em agradecimento por acompanhamentos feitos pelo aconselhado ao auditor fiscal em negócios particulares, de forma contraditória o processado afirmou, em sua versão, que recebeu a arma com numeração suprimida para entregá-la à Polícia Federal. Somam-se a essas fragilidades que o suposto proprietário da arma de fogo, assim como seu filho, ambos falecidos, não prestaram em nenhum momento esclarecimentos acerca dos fatos pela informação prestada pelo aconselhado e sua defesa. Logo, a tese defensiva contribui para confirmar a total inverossimilhança da fantasiosa história apresentada para justificar a posse da arma de fogo com numeração suprimida, encontrada com o aconselhado por ocasião de sua prisão em flagrante. A defesa seguiu narrando acerca da carreira profissional do aconselhado, da sua relação com a família, da extinção da pena disciplinar segundo a Lei nº 13.967/2019, e de deveres contidos na Lei nº 13.407/2003. Reiterou que não existem provas suficientes que levem à certeza e à legalidade para punir o militar através desta “Sindicância” pelo artigo 17 do Estatuto do Desarmamento. Ao contrário da frágil tese defensiva, verdadeiramente as provas se demonstram inequivocamente suficientes para o convencimento de que o aconselhado se encontrava com a arma revólver calibre 38, comunicada e com numeração suprimida (raspada), para comercializá-la. Por fim, requereu a recepção das preliminares arguidas e reconhecimento da extinção do processo disciplinar pela extemporaneidade, bem como a nulidade das provas técnicas sem perícia e sem o devido contraditório. Caso a Comissão Processante entendesse pela rejeição das preliminares, que fosse aplicada pena proporcional considerando o histórico da conduta funcional do aconselhado, optando-se pela permanência do processado nas fileiras da PMCE diante do histórico incólume e dedicado aos deveres da Segurança Pública. Como apresentado, decidiu-se pela rejeição das preliminares, pelos argumentos já expostos pela Comissão Processante, bem como pelas motivações já explicitadas nesta Decisão. Quanto ao mérito, as provas acostadas aos autos se demonstraram suficientes para o convencimento de que o aconselhado praticou a conduta narrada na Portaria deste Conselho de Disciplina; CONSIDERANDO superadas as questões preliminares, passa-se a análise das transgressões. Quanto à falta funcional equiparada ao crime de receptação qualificada, temos que o aconselhado não tem como comprovar a aquisição lícita de

uma arma com numeração suprimida. Também não é razoável a negligência alegada pelo acusado, notadamente um policial militar experiente, à época dos fatos contando com 15 anos de serviço, em receber uma arma com numeração suprimida e não ter verificado tal irregularidade. Logo, é injustificável ter recebido tal arma ilegal de terceiro, independentemente da versão apresentada pela Defesa, seja para o suposto “descarte” alegado ou como presente por gratidão a acompanhamentos particulares na suposta amizade com o auditor fiscal. Aponta-se ainda que o aconselhado faltou com a verdade ao afirmar no interrogatório que a arma estava desmuniçada, quando se encontrava municiada com três munições intactas. Agrava-se também a origem desconhecida dessa arma e a impossibilidade de apurá-la, uma vez que teve sua numeração suprimida, podendo ter sido fruto de roubo, furto, ou ainda ter sido utilizada em ações criminosas, haja vista ter sido periciada e seus mecanismos terem funcionado regularmente. Outrossim, não se olvida que cabia ao aconselhado demonstrar a origem lícita do bem, segundo farta jurisprudência do STJ nesse mesmo sentido, senão vejamos: “A conclusão das instâncias ordinárias está em sintonia com a jurisprudência consolidada desta Corte, segundo a qual, no crime de receptação, se o bem houver sido apreendido em poder do paciente, caberia à defesa apresentar prova da origem lícita do bem ou de sua conduta culposa, nos termos do disposto no art. 156 do Código de Processo Penal, sem que se possa falar em inversão do ônus da prova. Precedentes” (HC 542197/SC). “Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento de que, tratando-se de crime de receptação, cabe ao acusado flagrado na posse do bem demonstrar a sua origem lícita ou a conduta culposa, nos termos do art. 156 do CPP. Precedentes”. (HC 469025/SC). Portanto, as alegações apresentadas pela defesa e pelo aconselhado depõem contra o próprio acusado, pois o revólver calibre 38 se encontrava com a numeração suprimida, o que, por si só, já tornava o bem e a situação de quem estava em posse ilegal. O objeto apreendido com o aconselhado é um material bélico, sendo absurda a possibilidade de que um armamento com numeração suprimida e municiado possa ser dado como presente por gratidão a favores prestados a um suposto amigo. Não estamos aqui falando da compra de mercadorias comuns, mas de armas de fogo, que são produtos de circulação controlada. No caso de militares do Ceará, deve ser seguido o disposto na Instrução Normativa nº01/06-GC/PMCE, que orienta que a tradição da arma deverá ocorrer somente com a expedição do CRAF em nome do adquirente, posto o registro de porte de arma possuir natureza personalíssima. Diante de tudo isso, soa ingênuo o militar afirmar que desconhecia a condição ilícita da arma, quando na verdade sua condição irregular ao mesmo tempo que impedia a apuração de sua origem facilitava sua comercialização para terceiros com intenção de utilizá-la para finalidades ilícitas. Especificamente por se dedicar o aconselhado à atividade comercial, ainda que de modo clandestino (Art. 180, §1º do CP), entende-se que a receptação se deu na modalidade qualificada. Destaque-se que, por já se ter demonstrado que o aconselhado sabia que se encontrava com uma arma que sabia ser produto de crime, notadamente com numeração suprimida, logo incide aqui dolo direto em relação ao crime do Estatuto do Desarmamento. Veja-se que, segundo a doutrina majoritária, o tipo do §1º do Art. 180 do CP admite tanto o dolo direto como o dolo eventual na receptação qualificada. Rogério Sanches (ob. cit. p. 454) leciona que “a expressão sabe está contida naquela (deve saber), pois, se o legislador pretende punir mais severamente o agente que deveria ter conhecimento da origem criminoso do bem, é óbvia sua intenção em punir também aquele que possui conhecimento direto sobre a proveniência da coisa.” O STF, concordando com tal entendimento, declarou ainda a constitucionalidade deste dispositivo no Recurso Extraordinário Nº 443.388/SP. Isto posto, fica devidamente constatada a transgressão compreendida como Receptação Qualificada. No tocante ao porte ilegal de arma de fogo, tal transgressão, por ser de mera conduta, passou a ser praticada no momento em que o Aconselhado recebeu o revólver, e passou a transportá-lo. No caso dos autos, como a arma foi encontrada em seu veículo, o núcleo do tipo incidente à hipótese é transportar, não havendo nenhuma controvérsia quanto a existência da infração. À guisa de ilustração: “PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. INTERIOR DE CAMINHÃO. CONFIGURAÇÃO DO DELITO TIPIFICADO NO ART. 14 DA LEI 10.826/2003. 1. Configura delito de porte ilegal de arma de fogo se a arma é apreendida no interior de caminhão. 2. O caminhão não é um ambiente estático, não podendo ser reconhecido como local de trabalho. 3. Recurso especial provido” (STJ, REsp 1219901/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 10/05/2012). A propósito, como já se pronunciou o STJ, “[...] é típica e antijurídica a conduta de policial civil que, mesmo autorizado a portar ou possuir arma de fogo, não observa as imposições legais previstas no Estatuto do Desarmamento, que impõem registro das armas no órgão competente [...]”. (STJ, 6 Turma, RHC 70.141/R, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, j. 07/02/2017). Além de não servir de salvaguarda para que porte ou possua armas em desacordo com a lei, sua condição de policial é prevista como majorante dos delitos previstos na Lei nº 10.826/03, segundo consta no inciso I do Art. 20, fazendo a pena ser aumentada da metade, o que denota uma maior reprovabilidade da conduta, exatamente por ter o agente de segurança pública maior facilidade de ter acesso a armamentos, bem como o dever de coibir os crimes do estatuto do desarmamento. Oportuno ainda abrir um parêntese para registrar que consunção não se aplica entre os crimes de receptação e porte ilegal de arma de fogo. De acordo com o STJ, o indivíduo surpreendido portando ilegalmente arma de fogo adquirida como produto de crime deve ser punido por receptação em concurso material com a porte ilegal (AgRg no REsp 1.633.479/RS, Rel. Min. Jorge Mussi, J. 06/11/2018). Eis a ementa do Julgado citado: “AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL RECEPTAÇÃO (ART. 180 DO CÓDIGO PENAL) E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 14 DA LEI N. 10.203). PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. AFASTAMENTO. CONHECIMENTO DA PROVENIÊNCIA ILÍCITA DO BEM ADQUIRIDO. ÔNUS DA DEFESA. 1. É inaplicável o princípio da consunção entre os delitos de receptação e porte ilegal de arma de fogo, por serem diversas a natureza jurídica dos tipos penais. 2. Flagrado o sentenciado na posse da coisa produto de crime, a ele compete a demonstração da sua aquisição lícita, nos termos do art. 156 do Código de Processo Penal, ônus do qual não se desincumbiu a defesa. 3. Agravo regimental desprovido”. (Destacou-se). Relativamente ao revólver apreendido, o aconselhado tentou justificar-se utilizando a narrativa de que um amigo teria lhe entregue para ser apresentado aos órgãos competentes. Ademais, o acusado alegou que tanto o suposto proprietário como seu filho já haviam falecido, apresentando para prestar esclarecimentos somente a nora de Eduardo, a qual apresentou versão diferente para a entrega da arma, que teria sido dada como presente por gratidão a favores prestados pelo aconselhado ao suposto amigo. Como a prova da alegação incumbe a quem a fizer, tais versões, além de serem duvidosas por si só, carecem de qualquer elemento de sustentação e, por via de consequência, não possuem valor probatório algum, consoante o brocardo jurídico *allegatio et non probatio quasi non allegatio* (Alegar sem provar é o mesmo que nada dizer). Assim, uma arma municiada e com numeração suprimida foi apreendida em seu poder, o que eleva a periculosidade social e o grau de reprovação do comportamento do aconselhado. O próprio processado, em seu interrogatório, ao mesmo tempo que atribuía idoneidade ao suposto proprietário Eduardo, falecido, não soube a quem atribuir a supressão da numeração da arma de fogo, declarando que não percebeu que a arma tinha numeração suprimida. Em sua versão, sequer suscitou que tivesse feito questionamentos ao suposto proprietário acerca de registros dessa arma ou da condição legal dela, apresentou tão somente explicações inverossímeis e reconhecidamente transgressivas, conduta inadmissível para um profissional de segurança pública com tanta experiência. Em suma, crer na versão do aconselhado seria ofensivo à lógica mais elementar, não tendo sua alegativa força sequer para constituir uma dúvida que lhe seja favorável, posto não ser plausível que um profissional de segurança pública desconheça o fato de que não pode sair recebendo armas de fogo em condição de crime independentemente de quem a tenha repassado. No que concerne à transgressão equiparada ao comércio de arma de fogo, a prova da conduta é inconteste, conclusão elementar que se extrai dos termos prestados pelos policiais militares no Auto de Prisão em Flagrante, confirmando informações repassadas pela inteligência da COIN/SSDPS, vindo ainda o aconselhado a se tornar réu também por esta conduta, tendo espontaneamente admitido no interrogatório participação em grupos de Whatsapp em que ocorriam vendas de armas. Ademais, somam-se desfavoráveis ao aconselhado a apresentação de versões fantasiosas para tentar justificar a posse ilegal da arma de fogo, agravando-se pela numeração suprimida, faltando ainda com a verdade ao declarar neste processo que ela estava desmuniçada, contrariamente ao Auto de Apresentação e Apreensão que atestou que o acusado além do revólver calibre 38 com numeração suprimida, encontrava-se com três munições intactas, estando a arma de fogo em perfeitas condições para uso, conforme exame pericial realizado. A título de informação, a denúncia realizada no Portal Ceará Transparente, em sua Ouvidoria, embora anônima, apresentou elementos de informação verossímeis em desfavor do aconselhado quanto à comercialização de armas de fogo, quase um mês antes de sua prisão em flagrante delito por prática desta conduta. Dessarte, o esforço argumentativo da Defesa é, de todo, infrutífero. O próprio aconselhado reconheceu participação em grupos de Whatsapp, como o “Feira Policial – G2” apresentado na manifestação em Ouvidoria, além de que tinha conhecimento da compra e venda de armas em grupos de redes sociais. Há prova segura nos autos de que o aconselhado tinha conhecimento da natureza ilícita da arma de fogo, circunstância que se extrai da sua conduta de adquirir arma sem obedecer o devido processo de aquisição de material bélico e de comercializar arma ilegal em condição tão exposta a ponto de surgirem denúncias na Ouvidoria e informações da inteligência da COIN/SSDPS neste sentido; CONSIDERANDO que esgotada a análise das questões fáticas e de direito, tendo restando confirmada integralmente a hipótese acusatória, bem como diante das ponderações da Comissão Processante, que se encontram consonantes com as provas dos autos, outra sugestão não se aplica senão acolher-se a sugestão de mérito da Trinca Processante, razão pela qual se entende que o aconselhado não reúne capacidade moral desta para permanecer no serviço ativo militar. Com todas as condutas que levou a efeito, o acusado 3º SGT PM Aridson Moreno da Silva praticou transgressões equiparadas aos delitos de receptação qualificada, posse ilegal e comércio ilegal de arma de fogo, violando frontalmente os valores constantes do Art. 7º, incisos II (civismo), IV (disciplina), V (profissionalismo), VIII (verdade real), IX (honra) e XI (honestidade), bem como com infringindo os deveres consubstanciados no art. 8º, IV (“servir à comunidade, procurando, no exercício da suprema missão de preservar a ordem pública e de proteger a pessoa, promover, sempre, o bem estar comum, dentro da estrita observância das normas jurídicas e das disposições deste Código”), V (“atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares”), VIII (“cumprir e fazer cumprir, dentro de suas atribuições legalmente definidas, a Constituição, as leis e as ordens legais das autoridades competentes, exercendo suas atividades com responsabilidade, inculcando este senso em seus subordinados”), XII (“ser fiel na vida militar, cumprindo os compromissos relacionados às suas atribuições de agente público”), XV (“zelar pelo bom nome da Instituição Militar e de seus componentes, aceitando seus valores e cumprindo seus deveres éticos e legais”), XVIII (“proceder de maneira ilibada na vida pública e particular”), XXIII (“considerar a verdade, a legalidade e a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal”) e XXXIII (“proteger as pessoas, o patrimônio e o meio ambiente com abnegação e desprendimento pessoal”), caracterizando transgressões disciplinares, de acordo com o Art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, I e III, c/c Art. 13, § 1º, XVII (“utilizar-se da condição de militar do Estado para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros (G)”) e XLVIII (“portar ou possuir arma em desacordo com as normas vigentes (G)”), e § 2º, XX (“desrespeitar medidas gerais de ordem militar, judiciária ou administrativa, ou embarçar sua execução (M)”) e LIII (“deixar de cumprir ou fazer cumprir as normas legais ou regulamentares, na esfera de suas atribuições (M)”), todos da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO que nesse caminho, o Códex Processual (Lei nº 13.407/03)

esclarece que: “Art. 12. Transgressão disciplinar é a infração administrativa caracterizada pela violação dos deveres militares, cominando ao infrator as sanções previstas neste Código, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil. § 1º. As transgressões disciplinares compreendem: I – todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar, especificadas no artigo seguinte, inclusive os crimes previstos nos Códigos Penal ou Penal Militar; II – todas as ações ou omissões não especificadas no artigo seguinte, mas que também violem os valores e deveres militares. § 2º. As transgressões disciplinares previstas nos itens I e II do parágrafo anterior, serão classificadas como graves, desde que venham a ser: I – atentatórias aos Poderes Constituídos, às instituições ou ao Estado; II – [...]; III – de natureza desonrosa [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO que por conseguinte, à luz da capitulação legal a que se subsume o substrato fático acusatório, mormente pelo comércio ilegal de arma, comprovadamente oriunda de crime, tratam-se de faltas funcionais atentatórias aos Poderes Constituídos, às instituições ou ao Estado e de natureza desonrosa, nos termos do Art. 12, §2º, I e III, da Lei nº 13.407/03. Pela gravidade patente das condutas, a praça acusada não reúne a capacidade moral para permanecer nos quadros da PMCE. Em reforço da conclusão, urge pontuar que a natureza de ilícitos desta monta, praticados por um policial militar experiente, que já trabalhou em serviço operacional, outorgam um grau de reprovabilidade à conduta inconciliável com sua permanência em cargo da segurança pública. Sem embargo, a gravidade de fatos como esses exigem uma atuação efetiva do poder disciplinar, resguardando a expectativa social de que a Administração Pública tem compromisso com a atuação proba de seus agentes. Com efeito, além do caráter retributivo, a sanção deve ter um efeito dissuasivo no sentido de contribuir para que novas faltas desta ordem não se repitam, isto é, tenha uma função preventiva na manutenção da disciplina e do pundonor castrense, desiderato que não seria atingido por nenhuma outra punição diversa da demissão;; CONSIDERANDO que as ações desonrosas e ofensivas ao decoro profissional praticados ensejam como sanção legal cabível ao caso a Demissão, na forma do caput do Art. 23, II, alínea c, da Lei nº 13.407/03, haja vista a aviltante violação do pundonor castrense mediante a prática de atos que revelam patente incompatibilidade com a função militar estadual, o que restou comprovado no presente processo regular. Na mesma esteira, apenas para exaurir a fundamentação, analisando as circunstâncias previstas no Art. 33 da Lei nº 13.407/03, a natureza, a gravidade e os motivos determinantes do fato, os danos causados e a intensidade do dolo são desfavoráveis ao acusado a ponto de nenhuma outra reprimenda senão a de natureza demissória ser necessária e suficiente para cumprir as funções retributivas e preventivas da sanção. Inere-se ainda que a presente conclusão está de acordo com o enunciado contido no § 4º do Art. 28-A, da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, in verbis: “[...] O Controlador-Geral de Disciplina após o recebimento do processo proferirá a sua decisão. (...) § 4º O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos. [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO que no caso em tela, mesmo levando-se em conta o Resumo de Assentamentos do policial militar (fls. 217/218), no qual consta formalmente no comportamento Excelente, contando atualmente com 19 anos de serviço, pela gravidade dos fatos por ele praticados não se elide a consequência disciplinar ora imposta, isto é, mesmo que se leve em conta os antecedentes do agente, não há como afastar a incidência da sanção demissória; CONSIDERANDO que cabe registrar que, no ordenamento Jurídico Brasileiro predomina a independência parcial das instâncias. Assim, a Administração Pública poderá aplicar sanção disciplinar ao servidor, mesmo se ainda em curso ou não ação judicial a que responde pelo mesmo fato. Isto porque, o feito administrativo não se sujeita ao pressuposto de prévia definição sobre o fato na esfera judicial. Desse modo, em princípio, não há necessidade de se aguardar o desfecho de um processo em outra esfera para somente depois apenar um servidor pelo cometimento de falta funcional tão grave; RESOLVO: a) **Acatar a sugestão do Relatório Final da Comissão Processante** (fls. 307/320) e **punir** o militar estadual 3º SGT PM 21.276 **ARIDSON MORENO DA SILVA** – M.F. nº 135.913-1-8, **com a sanção de DEMISSÃO**, nos moldes do Art. 23, II, alínea c, c/c Art. 33, em face da prática de atos que revelaram incompatibilidade com a função militar estadual, comprovado mediante o presente Processo Regular, haja vista a violação aos valores militares contidos no Art. 7º, incisos II, IV, V, VIII, IX e XI, bem como os deveres consubstanciados no Art. 8º, incisos IV, V, VIII, XIII, XV, XVII, XXIII e XXXIII, caracterizando, assim, a prática das transgressões disciplinares capituladas no Art. 11, §1º, e Art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, I e III, c/c Art. 13, § 1º, XVII e XLVIII, e § 2º, XX e LIII, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; c) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; d) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 18 de janeiro de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, c/c Art. 32, inciso I, da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003; e, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar registrado sob o SPU nº 16261992-8, instaurado sob a égide da Portaria CGD nº 2118/2017, publicada no D.O.E CE n. 185, de 02 de outubro de 2017, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos policiais militares CB PM LUIZ GONZAGA FEITOSA DO CARMO FILHO, SD PM PAULO RÉGIS DE OLIVEIRA, SD PM FRANCISCO JALES RENOVARO JÚNIOR e SD PM JOÃO VICTOR MACHADO FIRMINO, bem como suas capacidades morais para permanecerem no serviço ativo da PMCE, em decorrência de informações noticiadas junto a este Órgão de Controle Disciplinar por meio do Ofício nº 694/2016 (fls. 08), datado de 15/04/2016, encaminhando cópia anexa da ocorrência registrada sob o nº M20160270960/887 (fls. 09/10), oriundo da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS/SSPDS), contendo relato das práticas de possíveis condutas transgressivas, fato também objeto de investigação nos autos do Inquérito Policial tombado sob nº 323-017/2016, instaurado pela Delegacia de Assuntos Internos (DAI/CGD) (mídia às fls. 61; fls. 62/259), ao cabo do qual a autoridade policial indiciou os militares epigrafados nas tenazes do Art. 3º, “b”, da Lei nº 4.898/65 (atualmente revogada – abuso de autoridade), c/c Art. 150 do CPB (violação de domicílio), sendo que o SD PM João Victor Machado Firmino foi indiciado ainda nas penas do Art. 319 do CPB (prevaricação), já os policiais militares CB PM Feitosa e SD PM Régis nos delitos do Art. 1º, inc. I, “a”, e § 4º da Lei nº 9.455/97 (tortura) e do Art. 213 do CPB (estupro), fls. 249/255; CONSIDERANDO que, iniciada a persecução disciplinar, os acusados foram regularmente citados (fls. 408/411-v), ocasião em que foram intimados para o oferecimento de defesa prévia no prazo de 03 (três) dias, nos termos do Art. 94 da Lei nº 13.407/2013. Destaque-se que os militares processados nestes autos foram devidamente assistidos por seus respectivos representantes jurídicos regularmente constituídos (vide procurações “ad judicium” às fls. 416, 420, 426 e 431), sendo adequadamente intimados a comparecerem a todos os atos instrutórios do presente Processo Regular. As defesas preliminares restaram juntadas às fls. 414/415 e 422/425, ocasião em que indicaram rol com 07 (sete) testemunhas de defesa, as quais foram ouvidas no curso da instrução processual mediante termo de declaração (fls. 505/506; 507/508; 509/510; 511/512; 513/514; 516/517; 518/520). Por seu turno, primando pela busca da verdade material, a Comissão Processante inquiriu 02 (duas) testemunhas (fls. 445/448; 449/450-v), além da suposta vítima, a qual, àquela época, encontrava-se detida no Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa em virtude de ter sido presa em flagrante delito posteriormente aos fatos apurados nestes autos por crime de natureza patrimonial, ocasião em que ratificou os termos das declarações anteriormente prestadas (fls. 480/484). Em fase ulterior, os aconselhados foram qualificados e interrogados (fls. 527/532; 533/536; 537/539; e 540/542), abrindo-se, a partir de então, prazo para apresentação das Razões Finais de defesa, as quais foram juntadas às fls. 553/566, 567/574 e 575/582; CONSIDERANDO que, em sede de Alegações Finais (fls. 553/566; 567/574; 575/582 e 697/718), os defensores dos aconselhados, em síntese, alegaram total improcedência das acusações face a ausência de provas e inexistência dos crimes a eles imputados pela vítima constanciada nos depoimentos testemunhais e nos laudos periciais carreados aos autos. Argumentaram a incidência do princípio do in dubio pro reo em razão da insuficiência de provas da autoria e da materialidade, apontando possíveis contradições nas declarações da suposta vítima e nos depoimentos testemunhais. Por derradeiro, pugnaram pelo reconhecimento da inocência dos aconselhados, com a consequente absolvição e arquivamento do feito; CONSIDERANDO que, objetivando subsidiar o processo, foi encaminhado à Perícia Forense do Ceará (Pefoce) o Ofício nº.º 4960/2018 – Cedim/CGD (fl. 490) solicitando cópia do laudo do exame laboratorial realizando nas amostras biológicas coletadas para fins de constatação de estupro na vítima. Em resposta à solicitação da Comissão Processante, a PEFOCE encaminhou o Ofício nº.º 2018 06 001 0073, datado de 17/04/2017, anexando o Laudo Pericial nº.º 2016 06 005 4616, referente à vítima, realizado para proceder a exame de pesquisa de esperma (fl. 497), cujo resultado de microscopia não constatou a presença de espermatozoide na amostra analisada (conteúdo vaginal e anal). Inobstante isso, oportuno asseverar a observação contida no referido laudo aduzindo que “um resultado negativo para detecção de esperma não descarta a possibilidade da amostra colhida na vítima apresentar o material genético do agressor”; CONSIDERANDO que, às fls. 505/506, 507/508, 509/510, 511/512 e 513/514, constam os Termos de Depoimentos das seguintes testemunhas arroladas pelos aconselhados CB. PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo e SD. PM João Victor Machado Firmino: SD PM Francisco Orlando Benício Lima (fls. 505/506); SD PM Filipe Leehaney Cavalcante da Silva (fls. 507/508); CB PM Rafael Silva Oliveira (fls. 509/510); MAJ. PM Giorgio Gonçalves (fls. 511/512); e TEN. PM Júlio César Ribeiro Assunção Filho (fls. 513/514). As referidas testemunhas foram ouvidas na 3.ª Sessão (fls. 515), realizada em 25/06/2018. Por conseguinte, conforme consignado na Ata da 4.ª Sessão (fls. 521), realizada aos 29 de mês de junho de 2018, foram inquiridas as testemunhas arroladas pelos aconselhados SD. PM Paulo Régis de Oliveira e SD. PM Francisco Jales Renovato Júnior, SGT PM José Reginaldo Oliveira Almeida (fls. 516/517) e CB PM Michel Lima de Oliveira (fls. 518/520); CONSIDERANDO que, na 5.ª Sessão (fls. 543), os aconselhados foram devidamente qualificados e interrogados mediante Termos de Qualificação e Interrogatório, fls. 527/532, fls. 533/536, fls. 537/539 e fls. 540/542; CONSIDERANDO que foi juntado aos autos o Laudo Pericial nº.º 2016 06 002 4758, referente à análise de DNA contido nas amostras de 02 (dois)

swabs vaginais, 02 (dois) swabs anais e fragmentos de unhas coletadas da vítima, além de 01 (uma) blusa estampada, 01 (uma) blusa rosa, 01 (um) short saia e 01 (um) sutiã pertencentes à vítima (fls. 613/615), cuja análise das amostras dos swabs vaginais obtiveram um perfil haplotípico do cromossomo Y, específico de indivíduo do sexo masculino, para fins de comparação com amostras de suspeitos ou de eventual parceiro; CONSIDERANDO que, em 26/04/2019, realizou-se a 10.ª Sessão (fls. 633) onde foram inquiridas as testemunhas [J. P. dos S.] (fls. 623/625), [A. G. P. dos S.] (fls. 626/628) e [F. J. da S. F.] (fls. 629/632); CONSIDERANDO que a Comissão Processante encaminhou expediente à PEFoce solicitando agendamento para a realização de DNA nos aconselhados CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho e SD PM Paulo Régis (fls. 651). Entretanto, a defesa do aconselhado CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo apresentou manifestação informando, com fundamento no princípio “nemo tenetur se detegere” (direito de não produzir prova contra si), que o aludido militar não compareceria à PEFoce para ser submetido a exame pericial (fls. 660/661); CONSIDERANDO que, em 23 de setembro de 2019, após a devida deliberação, a Comissão Processante concluiu, por unanimidade de votos, que dois dos aconselhados seriam culpados das acusações nos exatos termos constantes na Portaria e que estariam incapacitados para permanecerem na ativa (fl. 719). Os demais, embora culpados, não estariam sujeitos à penalidade exclusória. Ao final da instrução probatória, procedida em observância às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, a Comissão Processante ofereceu parecer decidindo, por unanimidade de votos, pela procedência das acusações em sessão de Deliberação e Julgamento (fl. 719), concluindo pela culpabilidade das praças, posto ter entendido haver provas suficientes de que os aconselhados teriam praticado as condutas deduzidas contra eles na inicial persecutória. Desta feita, individualizando as condutas dos aconselhados, o colegiado sugeriu que aos policiais militares CB PM Luiz Gonzaga Feitosa Carmo e SD PM Paulo Régis de Oliveira fosse aplicada sanção disciplinar expulsória em razão da prática de atos que afetaram a honra pessoal, o pundonor policial-militar e o decoro da classe. Aqui estão presentes e colacionadas, então, as circunstâncias específicas que levariam a Comissão Processante, naquela oportunidade, a sugerir a aplicação de sanção administrativo-disciplinar capital – a demissão das Praças SD PM Francisco Jales Renovato Júnior e SD PM João Victor Machado Firmino – nos termos exarados na parte dispositiva do Relatório Final nº 272/2019 (fls. 721/759); CONSIDERANDO que, em seguida, o Orientador da Célula de Processos Regulares Militar (Ceprem/CGD), por meio do Despacho à fl. 761, após inferir o atendimento das formalidades legais, ratificou o parecer conclusivo da Comissão Processante. Ato contínuo, o Coordenador de Disciplina Militar - CODIM/CGD, mediante o Despacho à fls. 762, corroborou e ratificou em todos os seus termos o parecer exarado pelo Orientador da CEPrem/CGD, submetendo os autos para análise e prolação de decisão pela Autoridade Julgadora; CONSIDERANDO que, insurgindo-se, todavia, contra o entendimento desfavorável proferido pela Comissão Processante, a defesa de Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho (fls. 773/775) e de [P.] Régis de Oliveira (fls. 776/768) protocolou petição requerendo a realização de exame comparativo de DNA dos aludidos aconselhados com o material coletado da vítima, pleito que restou fundamentadamente deferido pela então Autoridade Julgadora mediante os Despachos de fls. 763/765 e 770/772, com determinação de retorno dos autos à Comissão Processante para ser providenciado o encaminhamento dos referidos militares estaduais à Pefoce, a fim de ser coletado material genético para comparação com as amostras colhidas da vítima; CONSIDERANDO que às fls. 780/783, foi juntada cópia do Laudo Pericial nº 2016 06 002 4758, oriunda da PEFoce. Dessa maneira, Oficiou-se à PEFoce solicitando o agendamento de data para a realização de exame de DNA Forense nos policiais militares CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho e SD PM Paulo Régis de Oliveira para fins de comparação com o perfil haplotípico do cromossomo “Y” constante no laudo supra (fl. 784), sendo intimada a defesa dos aludidos aconselhados acerca do deferimento dos pedidos e para providenciar o encaminhamento dos militares à Pefoce (fls. 785 e 786); CONSIDERANDO que os Laudos Periciais nº 2020.0069530 e nº 2020.0069527, oriundos da PEFoce, ambos realizados para identificação de perfis genéticos em caso de crimes sexuais, foram juntados, respectivamente, às fls. 813/815 e 816/818; CONSIDERANDO que a Comissão Processante providenciou a realização das diligências determinadas pela Autoridade Instauradora, juntando aos autos as cópias, respectivamente, do Laudo Pericial nº 2020.0069530 (fls. 813/815), tendo como envolvidos a vítima e o Cabo PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo, e do Laudo Pericial nº 2020.0069527 (fls. 816/818), tendo como envolvidos a vítima e o SD PM Paulo Régis de Oliveira, ambos realizados pelo Núcleo de Perícia em DNA Forense da Pefoce. Referidos exames, utilizando-se dos marcadores para o cromossomo “Y”, específicos dos indivíduos do sexo masculino e adequados para a análise de casos que podem envolver misturas, nas amostras extraídas dos “swab vaginais” encaminhados para exames, obtiveram perfis haplotípicos do cromossomo Y (LP 2016 06 002 4758), não coincidentes com os perfis haplotípicos identificados nas amostras referências dos aludidos militares, indicando a exclusão destes como produtores das amostras questionadas; CONSIDERANDO que os representantes dos aconselhados foram regularmente intimados a se manifestarem no prazo de 08 (oito) dias em sede de defesa final complementar (fls. 828/830); CONSIDERANDO que à fl. 835, juntou-se requerimento da defesa do CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho solicitando a juntada de documentos (Viproc nº 07561802/2020) (fl. 835); CONSIDERANDO que, após intimados a apresentarem defesa final complementar e diante da superveniência da aludida prova técnica, os defensores constituídos pelos quatro acusados apresentaram defesa final complementar (fls. 848/872, 873/890, 891/908 e 909/911), no bojo das quais ainda incluíram Parecer Médico elaborado pela Perita Médico-legal Dra. Fernanda Nascimento Resende, CRM – 17266, no qual se analisou as provas periciais e testemunhais documentadas jungidas ao processo, em consequência do que apresentaram como pedido a reanálise da Comissão Processante reconhecendo a inocência dos processados face a improcedência das acusações, requerendo a alteração do parecer conclusivo com o consequente arquivamento do feito (fls. 873/908). Por seu turno, a defesa do CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho aduziu, em síntese, que a instrução processual, não logrou êxito em demonstrar a autoria dos supostos crimes imputados ao aconselhado, argumentando não haver prova material ou testemunhal nos autos que efetivamente comprovasse a versão fantasiosa apresentada pela suposta vítima. Ao final, pugnou pela improcedência da acusação ou que, assim não entendendo, fosse o defendente absolvido, com o consequente arquivamento do feito e o seu imediato retorno às atividades policiais ordinárias (fls. 848/872); CONSIDERANDO que a defesa dos policiais militares SD PM Paulo Régis de Oliveira e SD PM Francisco Jales Renovato Júnior, em sede de Defesa Final Complementar, alegou que as provas colhidas nos autos não conseguiram comprovar indubitavelmente a prática dos crimes atribuídos aos defendentes. afirmou também que a testemunha [A. G. P. dos S.], quando ouvida pela Comissão Processante, teria declarado que, à época dos fatos, realizou as acusações em desfavor dos policiais motivado por sentimento de raiva. Argumentou ainda que a única certeza que se extrairia dos autos é que não havia certeza do que de fato aconteceu naquela data, na medida em que as testemunhas apresentaram versões destoantes uma das outras, as quais, inclusive, teriam sido presenciadas pela própria Comissão Processante durante a oitiva da suposta vítima no dia 11/04/2018. No mesmo sentido, afirmou que, ao se analisar conjuntamente o resultado do exame de DNA e as contradições presentes nos depoimentos das testemunhas de acusação, bem como nas versões apresentadas pela vítima, não se poderia atribuir veracidade às acusações contra os petionantes, por estarem intrinsecamente ligadas, após a comprovação de que a vítima teria mentido ao afirmar ter sido estuprada. Asseverou que, após a análise do laudo do IML pela perita Dra. Fernanda Nascimento Resende, CRM nº 17266, concluiu-se que as descrições das lesões físicas apresentadas pela vítima não se coadunariam com o quadro de tortura por ela relatado e que a análise do material genético reforçaria a tese de ausência de comunicação genética entre a suposta vítima e o acusado, não confirmando, portanto, a autoria dos fatos a ele atribuídos. Ao final, requereu que fosse reconhecida a inocência do citado militar, com o refazimento do parecer conclusivo ratificando sua inocência, bem como sua capacidade de permanecer no serviço ativo da PMCE (fls. 873/908); CONSIDERANDO que a defesa do SD PM João Victor Machado Firmino, por sua vez, alegou em sede de Defesa Final Complementar que, a bem da verdade, a prova judicializada seria completamente estéril e infecunda para corroborar a tese da acusação, visto que as provas colhidas no curso da instrução processual não seriam suficientes para demonstrar qualquer culpa ou ainda conduta dolosa por parte dos acusados, em especial ao militar em questão, pois não teria logrado êxito em arremeter uma única voz, isenta e confiável, que depusesse em desfavor da conduta deles. Aduziu que o resultado do exame de DNA extirparia qualquer dúvida que, por ventura, pudesse ainda subsistir no tocante à acusação contra os militares, o que importaria suas absolvições, visto que toda a acusação se situaria na questão do estupro, na medida em que nenhum elemento indiciário desse fato teria sido encontrado. Argumentou ter restado evidenciada a atipicidade da conduta, a falta de provas e a ausência de justa causa, com fulcro nos motivos citados, mais ainda diante do resultado negativo do exame de DNA. Assim sendo, pugnou pela declaração de inocência do aconselhado mediante absolvição sumária, visando cessar a completa injustiça que suportaria. Ao final, requereu o arquivamento do processo regular, com a consequente absolvição de seu defendente das acusações levantadas contra ele (fls. 909/911); CONSIDERANDO que, atendendo à solicitação contida no Ofício nº 13697/2019 – CGD, juntaram-se os Laudos Periciais nº 2020.0069530 (fls. 917/918) e nº 2020.0069527, ambos oriundos da PEFoce (fls. 919/920); CONSIDERANDO que, posteriormente, logo depois de nova manifestação da defesa, o presidente da Comissão Processante, por intermédio do Despacho de fl. 926, sem reapreciar as novas provas colhidas, apenas declarou cumpridas as diligências complementares e encaminhou os autos para análise e deliberação desta Autoridade Controladora; CONSIDERANDO que, prezando pela dialética em que se estrutura o processo acusatório disciplinar, visto que as partes podem apresentar razões contributivas para formação da decisão final diante do acréscimo probatório e argumentativo posterior ao relatório final (fls. 720/759), a Autoridade Julgadora, sem adentrar o mérito do procedimento disciplinar, determinou o retorno do feito à Comissão Processante a fim de que se manifestasse (fls. 927/929), fundamentadamente, acerca do carreado aos autos e elaborasse novo parecer sugestivo, mantendo ou alterando o entendimento inicial; CONSIDERANDO que, mediante as petições protocolizadas sob o Viproc nº 02932693/2021 (fls. 931/944) e nº 03140545/2021 (fls. 945/959), datadas de março de 2021, as defesas dos militares Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho, [P.] Régis de Oliveira e Francisco Jales Renovato Júnior requereram o retorno do feito à Comissão Processante para haver manifestação acerca dos argumentos exsurcidos a partir da perícia comparativa de DNA a que foram submetidos os acusados e do Parecer Médico elaborado pela Perita Médico-legal Dra. Fernanda Nascimento Resende, CRM nº 17266. Na ocasião, a Defesa do CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho requereu a reapreciação de prova em decorrência de fato superveniente, tendo em vista que a suposta vítima teria dito que as lesões em sua cabeça, ombro esquerdo e joelho, não teriam sido provocadas por seu defendente; CONSIDERANDO que, de igual modo, a Defesa do SD Paulo Régis de Oliveira e SD Francisco Jales Renovato Júnior apresentou novos argumentos asseverando que, em relação às lesões apresentadas pela denunciante, “não se pode comprovar que de fato tenha ocorrido o que a suposta vítima que teria sido agredida por um policial do FTA”. A Defesa do referido militar sustentou ainda merecer destaque a afirmação da testemunha [A. G. P. dos S.] declarando que, à época do fato, teria feito as acusações aos policiais por raiva. Juntou aos autos cópia do parecer médico suso referido. Ao final, requereu que a Autoridade Julgadora determinasse o retorno dos autos a Comissão Processante a fim de se manifestar acerca de tais argumentos; CONSIDERANDO que a defesa dos aconselhados foi intimada acerca do teor do Despacho da lavra deste Controlador Geral de Disciplina às fls. 927/929 (fls. 961, 962 e 963);

CONSIDERANDO que a defesa do SD PM Francisco Jales Renovato Júnior, apresentou nova petição reafirmando que o resultado do laudo pericial favorecerá o aconselhado, o que repercutiria na imputação de prática de omissão atribuída ao citado militar, pois, não havendo crime, não se poderia acusar o peticionante de omissão. Por fim, requereu o arquivamento dos autos alegando que o Aconselhado não teria praticado as condutas delineadas na peça inaugural (fls. 976/978); CONSIDERANDO que, após analisar o novo conteúdo probatório colacionado aos autos, a Comissão Processante emitiu Relatório Complementar (fls. 1014/1017-v), no qual, em decisão unânime, modificou o entendimento anterior, asseverando merecer prosperar os argumentos apresentados pela defesa dos militares CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho e o SD PM Paulo Régis de Oliveira no sentido de ausência de autoria e materialidade transgressiva em relação às acusações de violência física e sexual contra a senhora A. G. C. L., consubstanciando nos resultados descritos nos Laudos Periciais 2020.0069530 e nº 2020.0069527. De outro modo, entendeu que os aconselhados teriam deixado de providenciar para que fosse resguardada a integridade corporal da vítima ao permitirem que outros policiais militares praticassem agressões físicas contra ela, tendo em vista que o laudo de exame de corpo de delito foi conclusivo sobre a existência de vestígio de violência física, omitindo-se de denunciá-los aos seus superiores em momento oportuno, o que configuraria o cometimento da transgressão disciplinar prevista no Art. 13, § 1.º, inciso III, da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará). Segundo ainda a Comissão Processante, ao deixarem de comunicar ao superior imediato ou, na ausência deste, a qualquer autoridade superior toda informação que tivesse sobre iminente perturbação da ordem pública ou grave alteração do serviço ou de sua marcha, logo que tenha conhecimento, os aconselhados também teriam praticado a transgressão disciplinar prevista no Art. 13, § 1.º, inciso XXXVII, bem como teriam deixado de cumprir ou fazer cumprir as normas legais ou regulamentares, na esfera de suas atribuições, incidindo nas penas da falta disciplinar prevista no Art. 13, § 2.º, inciso LIII, todos da Lei nº 13.407/2003. Nessa linha, diante de novo contexto probatório, a Comissão Processante emitiu relatório complementar (fls. 1014/1017-v) alterando o entendimento anteriormente assentado; CONSIDERANDO que, logo após, o Orientador da Célula de Processos Regulares Militar (CEPREM/CGD), por meio do Despacho nº 1367/2022 (fls. 1019/1020), depois de verificar a regularidade formal, ratificou o entendimento da Comissão Processante. Ato contínuo, o Coordenador de Disciplina Militar (CODIM/CGD), por meio do Despacho nº 1513/2022 (fls. 1021/1022), corroborou e ratificou em todos os seus termos o parecer exarado pelo Orientador da CEPREM/CGD, encaminhando o feito à apreciação e deliberação superior; CONSIDERANDO que, feito o apanhado dos atos processuais praticados, passa-se a seguir a analisar o contexto fático probatório carreado aos autos dividido em tópicos visando facilitar a compreensão da dinâmica dos acontecimentos e a percepção do grau de participação de cada aconselhado na consecução dos fatos; CONSIDERANDO que, apesar dos aconselhados terem negado a autoria das acusações e dos resultados dos exames periciais para violência sexual terem apresentado resultado negativo, fato é que existem elementos outros que sustentam suficientemente as acusações de violência física e sexual praticadas contra a ofendida, conforme discorrer-se-á adiante; CONSIDERANDO que se extrai da exordial acusatória, especialmente do teor dos relatos da ofendida A. G. C. L., o enredo dos fatos denunciados, os quais teriam sido perpetrados em 03 (três) residências distintas, todas localizadas no Bairro do Autódromo, Município de Eusébio/CE; CONSIDERANDO que, no cotejo das provas amealhadas aos autos, colhe-se dos depoimentos dos acusados a versão deles acerca do acontecido (fls. 527/532; 533/536). Segundo eles, no dia 13 de abril de 2016, por volta das 16h00, estavam de serviço na viatura de prefixo RD-1192 (fls. 02) – sob o comando na ocasião do CB PM Feitosa e conduzida pelo SD PM FIRMINO, tendo ainda como patrulheiros o SD PM RÉGIS e o SD PM Renovato realizando patrulhamento de rotina pelo Bairro do Autódromo, Eusébio/CE, em virtude de, segundo disseram, ser uma área considerada crítica em termos de criminalidade, quando avistaram um indivíduo em atitude aparentemente suspeita saindo de uma residência. O indivíduo, após visualizar a viatura aproximando-se, teria retornado de forma abrupta na tentativa de adentrar novamente a casa em que se encontrava, reforçando a suspeita da composição. Naquele instante, os policiais teriam parado a viatura defronte à sobredita residência, desembarcado e saído em perseguição ao suspeito, logrando êxito em abordá-lo antes que adentrasse o local. Tal indivíduo teria sido a pessoa de J. P. dos S., conforme o mesmo declarou (fls. 623/625); CONSIDERANDO que, conforme os policiais (fls. 527/532; 533/536), após a abordagem inicial, o CB PM Feitosa e o SD PM Régis teriam adentrado a casa do abordado objetivando averiguar a existência de outros possíveis suspeitos no interior do local, enquanto os demais policiais militares (SD PM Renovato e SD PM Firmino) permaneceram resguardando a segurança da área externa e da viatura (fls. 540/542); CONSIDERANDO que, segundo ainda os aconselhados, durante a averiguação no interior do imóvel, o CB PM Feitosa e o SD PM Régis, ao chegarem aos fundos do local, teriam avistado algumas pessoas sentadas sobre um muro, dentre as quais se encontrava uma mulher. Naquele instante, ao perceberem a chegada dos policiais militares, os jovens do sexo masculino empreenderam fuga, permanecendo apenas a mulher (a vítima), a qual passou a ser insistentemente indagada pelos militares acerca do motivo da fuga daqueles rapazes – primos dela – e do possível envolvimento deles com práticas ilícitas; CONSIDERANDO que, conforme declarou a vítima, o CB PM Feitosa não teria ficado satisfeito com as respostas dadas por ela e, suspeitando que pudesse ser a esposa de um indivíduo conhecido como “Bucho”, teria determinado ao SD PM Régis que a detivesse e a conduzisse para fora da casa, enquanto prosseguiria na busca dos elementos que haviam fugido, os quais, segundo os aconselhados, estariam supostamente armados (fls. 480/484); CONSIDERANDO que, não logrando êxito na busca pelos furtivos, o CB PM Feitosa retornou para junto de sua composição na parte externa daquela casa, onde a senhora A. G. C. L. encontrava-se custodiada sem qualquer fundamento legal, a qual, segundo declaração prestada em sede de interrogatório pelo aludido militar (fls. 527/532), teria, supostamente, tentado impedir sua saída, momento em que solicitou via Ciops o apoio urgente de outras viaturas a fim de reforçarem as buscas dos homens que haviam fugido dele; CONSIDERANDO que, enquanto aguardava a chegada do reforço policial solicitado, o CB PM Feitosa teria questionado novamente a senhora A. G. C. L. acerca do que motivou a fuga dos primos dela, ao que respondeu não saber dizer. Demais disso, os policiais teriam perguntado a ela o paradeiro de “Bucho” e o seu possível envolvimento com ele ou com práticas ilícitas, porém ela respondeu não conhecer o citado indivíduo, negando qualquer envolvimento delitivo. A mulher teria ainda sido interpelada sobre sua documentação. Todavia, por não portar qualquer documento de identificação naquele momento, os policiais acompanharam-na a pé até uma outra casa situada ali próxima, pertencente a um familiar seu, onde ela pegou e apresentou alguns documentos aos aconselhados (fls. 480/484; fls. 527/532; fls. 533/536); CONSIDERANDO que, nesse interregno, o reforço policial solicitado teria comparecido e se reunido defronte à segunda casa, tendo o CB PM Feitosa cientificado aos demais policiais acerca do que ocorrera no local da primeira abordagem (fls. 537/539; fls. 505/506; fls. 507/508; fls. 516/517); CONSIDERANDO que, na segunda residência, pertencente à senhora [A. H. P. dos S.], enquanto verificavam a documentação fornecida pela senhora A. G. C. L., os policiais militares constataram que a sobredita proprietária não se encontrava naquele imóvel, que, inclusive, estava fechado. Ainda assim, o CB PM Feitosa, na companhia do SD PM Régis e de outros dois policiais da Força Tática de Apoio (FTA), acessou o local pelo quintal através de um portão lateral que se encontrava apenas encostado, fato este percebido por alguns moradores e familiares da vítima, conforme se percebe das declarações a seguir reproduzidas, das quais se podem apreender maiores detalhes sobre a dinâmica do ocorrido naquele imóvel (fls. 449/450v; fls. 480/484; fls. 527/532; fls. 533/536; fls. 540/542). Nesse local, as agressões físicas teriam se iniciadas contra a vítima, objetivando extrair dela possíveis informações sobre o paradeiro do indivíduo conhecido por “Bucho” (fls. 480/484); CONSIDERANDO que, em dado momento, estando a vítima totalmente subjugada em poder dos policiais militares na residência em questão, onde, segundo ela, teria sido submetida a uma sessão de agressões físicas mediante mergulho forçado em um balde com água, perpetradas pelo CB PM Feitosa e pelo SD PM Régis, teria caído de um dos bolsos da vestimenta da ofendida uma chave residencial. Diante daquele achado, os agentes então passaram a questionar a Sra. A. G. C. L. a que imóvel pertencia aquela chave, tendo a declarante respondido ser de uma casa situada em outra rua, cujo numeral não soube precisar, de propriedade de uma senhora de nome D. P. de S.; CONSIDERANDO que, como se percebe, o CB PM Feitosa, facilitado pelo fato de estar na posição de comandante da fração policial militar em virtude de ser o mais graduado do quarteto, teria assumido o controle imediato de toda a empreitada transgressiva, não somente praticando diretamente os atos, como determinando ao SD PM Régis, a quem caberia deixar de cumprir eventual ordem ilegal, as condutas transgressivas que seriam praticadas e o modo como deveriam ser executadas; CONSIDERANDO que o SD PM Régis, por não estar submetido à coação física irresistível, tampouco moral, tinha plena e total condição de não participar ativamente dos bárbaros atos infringidos à vítima, como também se opor firmemente a tudo aquilo. Todavia, de modo contrário, preferiu quedar-se alheio ao sofrimento da vítima, atuando em verdadeira coautoria com o CB PM Feitosa, cooperando com este em seu intento transgressivo, ou seja, em concurso de pessoas e de transgressões disciplinares graves; CONSIDERANDO que, por não se conformarem com as respostas negativas dadas pela vítima ante os questionamentos por eles formulados, mesmo após uma série de agressões e ameaças infringidas à ofendida, o CB PM Feitosa e seu companheiro, o SD PM Régis, de posse da chave encontrada, conduziram-na, ainda que supostamente a convite dela, a uma terceira residência, de propriedade da senhora D. P. de Sousa; CONSIDERANDO que, segundo informações do monitoramento e do rastreamento da CIOPS/SSPDS (fl. 19), a RD-1192 permaneceu cerca de 41 minutos nos dois locais em que se deram as abordagens suso referidas, o que se compatibiliza temporalmente com os depoimentos da vítima e das testemunhas (fls. 480/484; fls. 449/450v; fls. 507/508; fls. 516/517); CONSIDERANDO que não há nenhuma menção nos autos de que, no decurso dos fatos até então relatados, a Sra. A. G. C. L. tenha recebido voz de prisão de qualquer dos agentes policiais. Nem poderia ser diferente, pois, como os próprios militares que a detiveram declararam, que nenhum ilícito fora encontrado em posse dela, tampouco se achava em situação flagrancial que justificasse a imposição legal de qualquer medida restritiva. Apesar disso, além de agredida fisicamente, a vítima foi submetida a inúmeras situações constrangedoras frente a vizinhos e familiares, inclusive sendo colocada no xadrez da viatura enquanto era transportada de uma casa a outra em uma verdadeira exposição pública humilhante e vexatória. É dizer, ainda que as condutas mencionadas tivessem cessado naquele instante, já estaria caracterizada, extreme de dúvidas, uma série variada de ações arbitrárias e abusivas por parte dos aconselhados que configurariam o cometimento de transgressões disciplinares de natureza grave; CONSIDERANDO que os policiais militares que ali se encontravam reunidos sob a liderança do CB PM Feitosa, dirigiram-se ao novo endereço. Lá chegando, constataram que a residência se encontrava fechada. Todavia, a senhora A. G. C. L., que se encontrava de posse da chave, procedeu a abertura do imóvel franqueando a entrada dos militares a fim de que continuassem as buscas por eventuais instrumentos ou materiais ilícitos. Porém, mais uma vez, nada de ilegal ou irregular fora encontrado (fls. 449/450v); CONSIDERANDO que se observou a convergência entre o teor da denúncia e os dados de rastreamento da viatura fornecidos pela CIOPS/SSPDS, de onde se verificou que a RD-1192 permaneceu cerca 47 minutos parada no endereço em questão (fl. 19). O que chama atenção ainda é que o próprio SD PM Régis afirmou que o imóvel tinha tamanho reduzido, não podendo ser crível a versão de que, durante tanto tempo, tenham apenas realizado buscas no local, pois, apesar do pequeno espaço físico, encontravam-se naquele ambiente o CB PM Feitosa, o SD PM Régis e a denunciante (fls. 480/484; fls. 518/520; fls. 537/539;

fls. 540/542); CONSIDERANDO que, em razão de nada irregular ter sido encontrado em posse da denunciante ou nos locais vistoriados, a composição policial comandada pelo CB PM Feitosa teria se retirado do local e ido embora, deixando ali a senhora A. G. C. L., que logo após saiu a procura de auxílio junto a seus familiares, aos quais, chorando bastante, relatou a violência por ela sofrida; CONSIDERANDO que, inobstante todo o ocorrido, conforme relatos da vítima e de testemunhas, pouco tempo depois a mesma composição teria retornado à residência da senhora [H.] a fim de devolver documentos da denunciante que haviam ficado retidos na posse do CB PM Feitosa (fls. 445/448; fls. 449/450v; fls. 480/484; fls. 527/532; fls. 533/536; fls. 537/539); CONSIDERANDO que, diante do acontecido, a vítima dirigiu-se à Delegacia Metropolitana de Eusébio, onde relatou os fatos à autoridade policial, sendo, em ato contínuo, encaminhada à PEFOCE a fim de ser submetida a exame de corpo de delito (fl. 53), onde restou constatada de pronto a presença de lesões corporais. Entretanto, em relação à existência ou de conjunção carnal recente ou de ato libidinoso diverso da conjunção carnal relacionado ao fato em apuração, a resposta do exame pericial inicial teve resultado negativo. Inobstante esse resultado, oportuno asseverar a observação exarada no referido laudo aduzindo não se poder descartar, naquele instante, a possibilidade de ter ocorrido ou não violência sexual; CONSIDERANDO que, segundo declaração da vítima junto à Delegacia de Assuntos Internos (DAI/CGD), no dia 12 de maio de 2016, em sede de inquérito policial, os policiais a teriam procurado no dia seguinte, possivelmente no intuito de removê-la da denúncia (fl. 40); CONSIDERANDO as declarações indispensáveis ao desenlace dos fatos apurados, a seguir transcritas: Termo de Declarações que prestou A. P. dos S. (fls. 445/448): [...] A declarante é tia da vítima; [omissis]; Que a declarante não presenciou os fatos constantes na portaria inaugural, pois neste horário encontrava-se trabalhando; Que no dia dos fatos foi informada por várias pessoas que presenciaram os fatos ora em apuração, que os componentes de uma viatura da PMCE, por volta das 17h00, abordou seu sobrinho, [J. P. dos S.], dentro da residência do Sr. [P.]; Que no momento da abordagem a seu sobrinho [J.], seus sobrinhos, [J. P. dos S.] e [J. P. dos S.], estavam pulando o muro do quintal do Sr. [P.] em direção ao quintal da residência da declarante; Que o filho da declarante, [R. P. dos S.], também pulou o muro do quintal do Sr. [P.], na companhia de seus sobrinhos; Que sua sobrinha, [omissis], conhecida pela alcunha de “Pepita”, também estava no quintal do Sr. [P.], mas não saltou em direção ao quintal da declarante, permanecendo na companhia do seu outro sobrinho, [J.]; Que os policiais militares perguntaram o que eles estavam fazendo naquele local, tendo [J.] respondido que estavam ali para usar a internet da residência da declarante, via wi-fi; Que diante da informação dada por [J.], os policiais militares levaram sua sobrinha [A. G. C. L.] para que fosse mostrado o endereço onde seus sobrinhos estavam; Que os policiais militares adentraram na casa da declarante, através de um portão lateral, dirigindo-se ao quintal através do corredor lateral; Que no quintal da residência da declarante sua sobrinha [A. G. C. L.], mostrou aonde estavam seus primos, os quais haviam saltado o muro em direção a residência da declarante; Que os policiais militares passaram a afirmar que [A. G. C. L.] estava escondendo bandidos naquela residência, tendo [A. G. C. L.] afirmado que apenas seus primos estavam naquele local; Que nesse instante os policiais militares conduziram [A. G. C. L.] para a varanda da outra casa que ficava dentro do terreno da residência da declarante; Que nesse momento o esposo da declarante, [F. J. da S. F.], e seu sobrinho, [A.], já haviam chegado no local; Que após o esposo da declarante sair para apanhá-la no trabalho, os policiais militares ordenaram que [A.] enchesse um balde com água, o qual foi utilizado para praticarem afogamento com [A. G. C. L.], a fim de que contasse onde os bandidos estavam escondidos; Que durante a sessão de afogamento, a qual acontecia na varanda da casa dos fundos localizada no terreno da declarante, uma chave caiu de um dos bolsos da roupa de [A. G. C. L.]; Que os policiais militares perguntaram de onde era aquela chave, tendo [A. G. C. L.] respondido que era da residência da Dona [D.], a qual estava para alugar; Que então os policiais militares conduziram [A. G. C. L.] a residência da Dona [D.], localizada na rua [omissis], não se recordando do número, local onde teriam estuprado sua sobrinha; Que por volta das 18h30, a declarante já se encontrava em casa, quando sua sobrinha chegou, toda molhada e passou a mencionar os fatos acima narrados; Que pouco tempo depois da chegada de sua sobrinha a residência da declarante, a mesma viatura que havia conduzido para o local onde foi praticado o estupro, a procurou novamente para entregar-lhe seus documentos; Que os documentos foram entregues pelos policiais pela própria [A. G. C. L.]; Que os policiais insistiram para falar novamente com [A. G. C. L.], mas como essa estava chorando bastante, a declarante pediu os policiais a deixassem em paz; Que nesse momento [A. G. C. L.] falou para os policiais que iria denunciá-los; Que não visualizou nenhuma lesão aparente em [A. G. C. L.], mas essa chorava bastante; Que na mesma noite [A. G. C. L.] procurou a Delegacia do Eusébio para denunciar os policiais militares, tendo sido encaminhada para outra Delegacia, a qual não sabe informar; Que perguntado respondeu que [A.] não presenciou a sessão de afogamento, pois os policiais haviam colocado um tapete na janela; Que perguntado respondeu que não sabe informar se algum vizinho presenciou a sessão de afogamento; Que perguntado respondeu que em nenhum momento os policiais entraram na residência da declarante; Que perguntado respondeu que em nenhum momento os policiais pediram para vistoriarem a casa da declarante; Que perguntado respondeu que na época dos fatos, [A. G. C. L.] morava com sua mãe, próximo a casa da declarante, não sabendo precisar o endereço; Que perguntado respondeu que várias pessoas presenciaram o estupro, mas não quiseram se envolver em razão de ameaças sofridas por [A. G. C. L.], por haver denunciado os policiais militares responsáveis pelo estupro; Que perguntado respondeu que [A. G. C. L.] não repassou nenhuma informação de que no dia da abordagem, os policiais militares teriam se apropriado de alguma quantia em dinheiro, ou qualquer outro objeto; Que perguntado respondeu que [A. G. C. L.] se encontra presa devido sua participação num suposto roubo de carga; Que perguntado respondeu que não tem conhecimento de que sua sobrinha tenha envolvimento com outros crimes; Que perguntado respondeu que o esposo de [A. G. C. L.] foi preso por porte ilegal de armas no Eusébio, também tendo sido preso em Beberibe, mas não sabendo porque; QUE DADA A PALAVRA AO DR. WAGNER, este passou a perguntar, Perguntado respondeu que esta foi a primeira vez que sua sobrinha [A. G. C. L.] foi presa; Que perguntado respondeu que seus sobrinhos que estavam com [A. G. C. L.], no dia dos fatos, nunca foram presos; Que perguntado respondeu que no momento em que chegou do trabalho, os policiais já não se encontravam em sua residência, mas sim, na residência de Dona [D.], local onde aconteceu o estupro; Que perguntado respondeu que teve interesse de ir ao local onde sua sobrinha estava, mas soube por outra sobrinha, [E. P. de L.], que os policiais não deixavam ninguém se aproximar, e se tentassem, eles atirariam; Que perguntado respondeu que no local onde aconteceu o estupro, haviam muitas pessoas nas proximidades da residência; Que perguntado respondeu que não conhece nenhuma pessoa com a alcunha de “Bucho”, mas que uma semana antes de acontecerem os fatos ora em investigação, os mesmos policiais militares que praticaram o estupro contra [A. G. C. L.], estiveram na residência da declarante a procura de “Bucho”, mas esta lhe informou que sua família era evangélica e que não conhecia a referida pessoa; Que perguntado respondeu que não era rotineiro que a polícia comparecesse a sua residência, tendo acontecido apenas 03 (três) vezes na semana anterior aos fatos ora em apuração, devido a denúncias anônimas; Que perguntado respondeu que dos 03 (três) policiais presentes no local, 02 (dois) a estupraram, tendo o terceiro dito que não iria participar de tal ato, mas nenhum momento [A. G. C. L.] chegou a declinar nomes; [...] CONSIDERANDO o Termo de Declarações que prestou E. L. L. (fls. 449/450-v): [...] A declarante é prima da vítima; Que a depoente não presenciou os fatos que deram origem ao presente procedimento; Que a depoente tomou conhecimento dos fatos através da sua própria prima, [A. G. C. L.]; Que [A. G. C. L.] foi abordada pelos policiais militares no quintal da casa do Sr. [P.], aonde a mesma estava se utilizando do wi-fi da casa de sua tia [H.]; Que os policiais a perguntaram pelo documento do celular que estava com [A. G. C. L.], tendo ela respondido que estava na casa do pai da depoente, Sr. [E. M. de L.]; Que os policiais conduziram [A. G. C. L.] até a casa da depoente; Que a depoente se encontrava na casa do Sr. [E.]; Que a depoente perguntou a [A. G. C. L.] o que os policiais estavam fazendo ali com ela, tendo respondido que estavam a procura do documento do celular que estava com ela; Que a depoente perguntou aos policiais o que aconteceria se o documento não fosse encontrado, tendo eles respondido que a conduziram até a Delegacia; Que o documento não foi encontrado e [A. G. C. L.] foi conduzida até as proximidades da viatura; Que [A. G. C. L.] falou em tom elevado para a depoente escutasse, que os policiais estavam ameaçando de forjar um flagrante contra [A. G. C. L.]; Que a depoente tentou se aproximar de [A. G. C. L.], mas sofreu um empurrão por parte de um dos policiais, com as seguintes características: moreno alto, de rosto afilado, tratando-se do SD PM João Vitor Machado Firmino, M.F.: 304.453-1-7, o qual se encontra neste recinto; Que 02 (dois) dos 03 (três) policiais que se encontravam com [A. G. C. L.] próximo a viatura a conduziram caminhando até o quintal da casa de sua tia [H.]; Que a depoente neste momento visualizou somente 03 (três) policiais nas proximidades da viatura; Que a depoente, seu esposo, [A. M. de M. L.], sua irmã, [E. P. de L.] e outras pessoas que moravam vizinho a depoente, ficaram aguardando em frente o portão da casa do pai da depoente, aproximadamente 30 (trinta) minutos; Que neste ínterim não escutou nenhum grito ou pedido de socorro de [A. G. C. L.]; Que passado este tempo os 02 (dois) policiais retornaram do quintal da casa de [H.] e colocaram [A. G. C. L.] no Xadrez da viatura; Que os 02 (dois) policiais que permaneceram com [A. G. C. L.] no quintal da casa de [H.], foram os policiais apontados pela depoente como sendo o CB Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho, M.F.: 302.584-1-X, e o SD PAULO RÉGIS de Oliveira, M.F.: 304.509-1-4; Que o terceiro policial que permaneceu na viatura foi o SD Firmino, que já foi identificado anteriormente pela depoente; Que os policiais se dirigiram com [A. G. C. L.] para uma residência localizada na rua [omissis], acreditando que seja o número 411, de propriedade da Sra. [D.P. de S.]; Que [A. G. C. L.] se encontrava com a chave da referida casa para alugar; Que a depoente foi até a casa de sua genitora que fica aproximadamente 100 (cem) metros da casa aonde os policiais estavam com [A. G. C. L.]; Que passado cerca de 15 (quinze) minutos, após ter visualizado a viatura na casa da Sra. [D.], viu quando a viatura deixou o local, não sabendo se [A. G. C. L.] estava na viatura ou se permanecia no interior da casa; Que passado 05 (cinco) minutos viu quando [A. G. C. L.] saiu da casa e correu em direção a sua irmã [I.]; Que a depoente perguntou a [A. G. C. L.] o que teria acontecido, tendo essa respondido que os policiais a haviam torturado, colocando sua cabeça em um balde com água, ainda quando estava no quintal da residência de sua tia [H.], e que no interior da casa da Sra. [D.] haviam abusado sexualmente dela; Que [A. G. C. L.] lhe informou que fora abusada por 02 (dois) dos 03 (três) policiais que se encontravam com ela, sendo 01 (um) havia permanecido na viatura e 02 (dois) teriam entrado com ela na casa; Que após ser abusada, [A. G. C. L.] contou que foi obrigada a tomar banho, sendo deixada sozinha no local ainda sem roupas; Que como já estava escuro no interior da casa [A. G. C. L.] pegou uma roupa que ela encontrou, vestindo-se e saiu da casa; Que a depoente, [A. G. C. L.] e [I.], foram para casa da sua tia [H.]; Que passado cerca de 10 (dez) minutos, aqueles mesmos policiais foram até a casa da Sra. [H.], a fim de devolver os documentos de [A. G. C. L.]; Que [I.] relatou para os policiais do que [A. G. C. L.] lhe havia contado com relação a violência que sofrera, tendo um dos policiais, dito: que ela teria que esclarecer essa denúncia, haja visto, serem eles pais de família; Que a depoente e [A. G. C. L.] encaminharam-se para uma Delegacia, próximo a Delegacia da Mulher, não sabendo especificar o bairro onde estava localizada a Delegacia; Que no dia seguinte, a depoente, [A. G. C. L.] e [G.], procuraram o Fórum do Eusébio para formular uma denúncia, que foram encaminhadas para a Delegacia do Eusébio, onde foi expedida guia de exame de corpo de delito para [A. G. C. L.]; Que perguntado respondeu que a [A. G. C. L.] lhe informou que sofrera as sessões de afogamento debaixo da área de uma casa, que fica nos fundos do quintal da casa de sua

tia [H.]; Que perguntado respondeu que [A. G. C. L.] não tem envolvimento na prática de crimes; Que perguntado respondeu que sobre os policiais nunca ouviu falar de alguma coisa que desabonasse suas condutas, haja vista não os conhecer; QUE DADA A PALAVRA AO DR. ARNALDO, este passou a perguntar, Perguntado respondeu que sua prima ao sair da residência da Sra. [D.], estava de short e blusa, porém sem calcinhas, conforme relatado pela própria [A. G. C. L.]; Que perguntado respondeu que antes do acontecimento dos fatos sua prima vestia short jeans, camisa branca de tecido fino, com flores pregadas ao redor do colarinho; Que perguntado respondeu que chegou a visualizá-la com esta roupa quando [A. G. C. L.] estava nas proximidades da casa do pai da depoente, quando a conduziram a primeira vez para a viatura; Que perguntado respondeu que lhe chamou a atenção o fato de [A. G. C. L.] está toda molhada e bastante abalada; Que perguntado respondeu que a casa estava para alugar aproximadamente 15 (quinze) dias, não sabendo informar se a casa estava completamente desocupada; Que perguntado respondeu que não sabe informar se na sua vizinhança há intenso tráfico de drogas; Que perguntado respondeu que não tem conhecimento de que algum traficante tenha alugado uma casa próximo da Dona [H.]; QUE DADA A PALAVRA AO DR. WAGNER, este passou a perguntar, Perguntado respondeu que teve contato com [A. G. C. L.] por volta das 15h00 no dia dos fatos; Que perguntado respondeu que [A. G. C. L.] havia falado que os policiais a abordaram em razão da suspeita que seu celular fosse roubado; Que perguntado respondeu que já ouviu falar mas não sabe quem é a pessoa de alcunha “Bucho”; Que perguntado respondeu que não sabe dizer se [A. G. C. L.] já foi presa outras vezes; Que perguntado respondeu que tem conhecimento que [A. G. C. L.] encontra-se atualmente presa na Penitenciária Auri Moura Costa; Que perguntado respondeu que não sabe precisar quanto tempo transcorreu entre os afogamentos e o suposto estupro sofrido pela vítima; Que perguntado respondeu que [A. G. C. L.] foi conduzido a casa da depoente por volta das 16h00, e deixou a casa de Dona [D.], por volta das 18h30; Que perguntado respondeu que por volta das 16h00 outras viaturas compareceram no local, não sabendo precisar quantas; Que perguntado respondeu que [A. G. C. L.] afirmou que localizou uma roupa no chão da casa de Dona [D.] e vestiu-se com esta; Que perguntado respondeu que conhece do esposo de [A. G. C. L.] pois trata-se do irmão da depoente; Que perguntado respondeu que seu irmão já foi preso; Que não presenciou nenhum dos fatos narrados na portaria inicial; Que perguntado respondeu que não sabe informar que forneceu o balde, supostamente utilizado nos afogamentos praticados contra [A. G. C. L.]; Que perguntado respondeu que segundo [A. G. C. L.] falou que foi torturada para informar o paradeiro do traficante conhecido pela alcunha de “Bucho”. [...]; CONSIDERANDO as declarações da vítima A.G.C.L. prestadas no dia 11 de abril de 2018 junto a Comissão Processante, destacando-se a descrição minuciosa das agressões sofridas, inclusive pormenorizando a participação de cada agressor nos atos. Vejamos os relatos constantes das fls. 480/484: “[...] A declarante encontra-se recolhida no Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa; Perguntado respondeu que estava na casa do Sr. [P.], seu vizinho, acompanhada de mais 03(três) primos, no caso, [G.], [J.] e [J.], todos menores na época; Que a declarante e os primos estavam no quintal da casa, utilizando o wifi da tia dos mesmos, Sra. [H.], enquanto o proprietário da casa, Sr. [P.], estava no interior da residência; Que por volta das 16:30 horas chegou uma viatura policial composta por 05(cinco) policiais militares, não recordando o número da viatura; Que a declarante presenciou o momento em que 02(dois) policiais militares dos quais não sabe apontar os nomes, solicitaram autorização ao Sr. [P.], morador da casa, para entrar no imóvel sendo autorizado por este; Que quando avistaram os policiais entrando, os 03(três) primos da declarante pularam o muro e correram, ficando apenas a declarante no local; Que os policiais então perguntaram a declarante se os seus primos possuíam algo de ilícito para terem corrido, tendo a declarante dito que não; Que os policiais perguntaram por um indivíduo conhecido por “Bucho”, tendo a declarante dito que não o conhecia, tendo os policiais insistido em dizer que a declarante era esposa do “Bucho”; Que então os policiais convidaram a declarante a pegar seus documentos na sua residência, tendo a própria declarante ter pego seus documentos e apresentado aos policiais; Que em seguida os policiais afirmaram para a declarante que o “Bucho” estaria no imóvel de número 28, na rua [omissis], imóvel este pertencente a tia da declarante, Sra. [H.], então os policiais solicitaram a declarante para acompanhá-los até a casa de sua tia [H.]; Que ao chegarem a casa da Sra. [H.], não havia moradores no local, estando a casa fechada; Que como a casa estava fechada acessaram o quintal do imóvel por um corredor que existia nos fundos, através de um portão que dava acesso ao quintal da casa, o qual estava apenas encostado; Que então os policiais e a declarante entraram no quintal da casa, onde não havia ninguém; Que neste local acompanhando a declarante havia cerca de 06(seis) policiais, pois neste momento já havia chegado uma outra viatura; Que então os policiais passaram a perguntar a declarante a localização do indivíduo chamado “Bucho”; Que a declarante ao responder que não sabia, os policiais Luiz Gonzaga e Paulo Régis, começaram a agredir a declarante com uma coronhada na cabeça, não sabendo apontar qual dos 02(dois) policiais tinha efetuado a agressão; Que em seguida o seu tio [F.], marido da Sra. [H.] e proprietário da casa chegou e perguntou aos policiais o que estava acontecendo, tendo os policiais respondido que estavam apenas fazendo algumas perguntas a declarante; Que o Sr. [F.] não solicitou que os policiais se retirassem do imóvel, dizendo em seguida que iria entrar em casa, sendo interrompido por um dos policiais, que não sabe o nome, que lhe pediu que lhe trouxesse um balde d’água, tendo o Sr. [F.] atendido o pedido, trazendo o balde cheio de água; Que então os policiais pediram para que seu tio entrasse em casa e fechasse as portas que iriam continuar conversando com a declarante, ocasião na qual o Sr. [F.] mais uma vez acatou a solicitação dos policiais; Que quando seu tio entrou, um dos policiais segurava os braços da declarante, enquanto o outro segurava pelas pernas colocando-a de cabeça para baixo e imergindo sua cabeça na água, enquanto perguntavam aonde estava o “Bucho”; Que a declarante insistia em responder que não sabia a localização desse indivíduo; Que com as respostas os policiais repetiram o ato por mais 02(duas) vezes, totalizando 03(três) imersões; Que não sabe precisar o tempo que permanecia com a cabeça submersa na água, chegando a desmaiar; Que reafirma que apenas os policiais Paulo Régis e Luiz Gonzaga, praticaram estes atos; Que quando retomou a consciência, viu que uma chave que possuía no bolso havia caído e estava com os policiais; Que então os policiais perguntaram de onde era a chave, tendo a declarante respondido que era de uma casa situada na rua [omissis], não sabendo precisar o número, pertencente a Sra. [D.], a qual teria se mudado e deixado a chave com a declarante para que esta colocasse o imóvel à venda; Que então os policiais perguntaram o que havia dentro da casa, respondendo a declarante que não havia nada de ilícito nesse local, apenas os móveis da proprietária; Que os policiais duvidaram da declarante, momento no qual esta convidou os policiais a irem até a casa para confirmar que não havia nada de ilícito no local; Que ratifica que foram até a casa por convite da própria declarante; Que chegou na casa acompanhada por cerca de 08(oito) policiais componentes de 02(duas) viaturas, os quais realizaram uma vistoria no imóvel e nada de ilícito encontram; Que findada a busca os policiais saíram com exceção dos policiais PAULO RÉGIS, Luiz Gonzaga e um terceiro, o qual não sabe o nome, apenas lembrando que tratava-se de um policial moreno, baixo e forte; Que não sabe precisar quanto tempo decorreu do início da vistoria, até o momento em que os 05(cinco) policiais saíram; Que após a saída desses 05(cinco) policiais, ficando apenas os 03(três) já apontados, o policial Paulo Régis determinou a declarante que esta tirasse a roupa e se agachasse por 03(três) vezes para verificar se havia drogas no seu órgão genital; Que então a declarante obedeceu e assim o fez, não sendo encontrado nenhuma droga; Que em seguida os 03(três) policiais foram até a cozinha onde ficaram conversando a sós, enquanto a declarante permaneceu na sala; Que momentos depois os policiais Paulo Régis e Luiz Gonzaga retornaram a sala onde estava a declarante, tendo o terceiro policial permanecido na cozinha; Que então o policial Paulo Régis determinou novamente que a declarante repetisse o procedimento de retirar a roupa e fazer os 03(três) agachamentos, tendo a declarante repetido o ato; Que a partir deste momento a declarante não sentiu-se a vontade para narrar com detalhes os atos seguintes perpetrados pelos policiais contra ela, momento no qual lhe foi apresentado o seu termo de inquirição acostado às fls. 226/227 deste processo, prestado em 27/09/16 a Delegada lotada na Delegacia de Assuntos Internos da CGD, confirmando o seu teor na integralidade; Que não há testemunhas dos fatos narrados neste termo, pois os policiais não permitiam a aproximação de quaisquer pessoas; Que não sabe precisar quanto tempo permaneceu no interior da casa da Sra. [D.], na companhia dos 03(três) policiais, lembrando apenas que quando entrou na casa ainda havia luz solar e quando saiu já era noite; Que após o término dos atos praticados pelos policiais já narrados às fls. 226/227, os 02(dois) policiais mandaram a declarante tomar banho; Que após o banho vestiu uma roupa diferente daquela com a qual estava ao entrar na casa, sendo esta roupa de saída da casa, uma blusa cor rosa e um short azul, e teria entrado na casa com uma blusa florida e um short jeans; Que após concluir o banho e vestir-se os policiais foram embora, permanecendo a declarante sozinha antes de ir embora; Que o terceiro policial, que estava no interior da casa, não praticou nenhum ato de violência contra a declarante, tendo este permanecido todo o tempo na cozinha, não tendo visto em nenhum momento a violência sexual praticada pelos outros 02(dois) policiais; Que antes de começar os abusos sexuais cometido pelos policiais Paulo Régis e Luiz Gonzaga, presenciou o terceiro policial moreno, aconselhando que os outros policiais não praticassem a violência sexual contra a declarante, porém nada fez para impedir a consumação dos atos; Que se houvesse outros policiais nesta composição, estes permaneceram do lado de fora da casa, pois a declarante não os viu durante a prática da violência sexual; Que após os policiais irem embora a declarante saiu da casa e foi para casa de sua tia [H.], onde narrou para esta todo o ocorrido; Que algum tempo depois o policial Paulo Régis, retornou a casa de sua tia, ainda na viatura, a fim de devolver os documentos da declarante, pedindo à Sra. [H.], para falar com a declarante; Que sua tia negou o acesso do policial à declarante, pois já sabia do ocorrido e que iriam fazer a denúncia contra os policiais; Que então o policial Paulo Régis solicitou a sua tia, que não fizesse a denúncia para não prejudicar os policiais, pois estes tinham filhos para criar; Que após esse dia, a declarante não foi mais procurada pelos policiais; Perguntada respondeu que somente se dirigiu a Delegacia do Eusébio no dia seguinte ao fato, uma vez que o dia do ocorrido coincidiu com o feriado, e ao se dirigir a Delegacia da Mulher, esta se encontrava fechada; Perguntada respondeu que ao se fazer presente a autoridade da Polícia Judiciária foi encaminhada ao IML, onde foi submetida a exames em todas as suas partes íntimas; Perguntada respondeu que as roupas utilizadas pela declarante durante o ato da violência sexual também foram recolhidas para posterior perícia; Perguntado respondeu que atualmente se encontra recolhida a este Instituto Penal, por haver sido presa sob acusação de roubo de carga; Perguntada respondeu que não possui qualquer envolvimento com o indivíduo conhecido como “Bucho”; [omissis]; Perguntada respondeu que não conhecia os policiais aconselhados antes do ocorrido; Pergunta respondeu que a iluminação da casa de [D.] estava normal, bem iluminada. Perguntada respondeu que desde a época dos fatos, mantinha matrimônio com o Sr. [H. P. de L.], vulgo “[F.]”, o qual a época dos fatos já possuía antecedentes criminais, contudo não era integrante da quadrilha de “Bucho”; QUE DADA A PALAVRA AO DEFENSOR LEGAL, este inquiriu a declarante, qual foi o motivo que seu marido foi preso, respondeu que por porte ilegal de armas; Perguntada respondeu que não sabe o porquê não mencionou em outras oportunidades o fato que foi seu tio quem forneceu o balde aos policiais; Perguntada respondeu que quem lhe desferiu uma coronhada foi um policial pertencente ao FTA, descrito pela declarante como sendo moreno, forte, de estatura baixa, o qual a declarante alega poder reconhecê-lo. Perguntada respondeu que somente passou a identificar os PMS que a violentaram quando fora submetida ao reconhecimento dos mesmos na DAI/CGD. [...]”; CONSIDERANDO que, no dia 27 de setembro de 2016, a vítima foi inquirida acerca das denúncias (fls. 226/227). Na ocasião, perante a titular da Delegacia de Assuntos Internos (DAI/CGD), detalhou tudo

que ocorreria com ela, não se olvidando, novamente, de individualizar as condutas de seus agressores, inclusive apontando características do órgão genital de um dos acusados que a teria forçado a realizar nele sexo oral. É o que se percebe a seguir: [...] QUE então LUIS GONZAGA mandou a declarante tirar as roupas em seguida mandou a declarante “se acocar” por três vezes, com o intuito de ver se a declarante tinha drogas escondidas nas partes íntimas; QUE a declarante provando que não tinha nada, se vestiu; QUE os policiais saíram da sala e foram até a cozinha falar com o policial JOÃO VICTOR e voltaram e nesse momento mandaram a declarante tirar a roupa de novo; QUE RÉGIS disse para LUIS GONZAGA “eu vou primeiro!”; QUE RÉGIS pegou a declarante pelos cabelos e a levou até o banheiro; QUE chegando no banheiro, RÉGIS abriu o zíper da calça, coloca o órgão genital para fora e manda a declarante ficar de costas e se apoiar no vaso sanitário; QUE RÉGIS introduziu o pênis na vagina da declarante, demorando cerca de cinco minutos no ato, mas na hora de “gozar”, RÉGIS fez fora; QUE enquanto RÉGIS fazia sexo vaginal com a declarante, LUIS GONZAGA entrou, se posicionou próximo ao vaso sanitário, abriu o zíper da calça, tirou o órgão sexual e mandou a declarante fazer sexo oral nele, ou seja, os dois fizeram sexo com a declarante ao mesmo tempo, sendo um sexo vaginal e o outro sexo oral; QUE RÉGIS tirou o pênis e “gozou” fora e então LUIS GONZAGA foi para trás da declarante e tentou introduzir o pênis no ânus da declarante; QUE então RÉGIS disse “ela não vai aguentar!”; QUE LUIS GONZAGA tentou introduzir o pênis no ânus da declarante, mas a declarante gritou e LUIS GONZAGA parou, mas ficou se masturbando até “gozar”; QUE guardou detalhes do órgão sexual de LUIS GONZAGA, pois ele ficou de frente para a declarante durante o sexo oral; QUE pode afirmar que LUIS GONZAGA tem um pênis grande, branco (dá pra ver as veias) e a pele que cobre a “cabeça do pênis” desce toda, ou seja, não fica grudada na “cabeça do pênis”; QUE terminado o ato, eles mandaram a declarante se lavar; QUE então eles ficaram esperando a declarante tomar banho e terminado o banho, RÉGIS pegou uma toalha e deu a declarante; QUE então eles mandaram a declarante se vestir e ficar deitada, pois eles iriam embora; QUE durante o ato sexual, eles não usaram nenhum tipo de preservativo; QUE também os policiais não usaram de violência física contra a declarante, mas eles ameaçaram a declarante de morte, caso relutasse; QUE toda a ação demorou cerca de uma hora e meia, pois quando a declarante entrou nessa casa (onde ocorreu o estupro) ainda tinha sol e quando eles foram embora, já estava de noite, ou seja, escuro; QUE quando eles foram embora, eles pediram que a declarante não os denunciasse, pois se a declarante fizesse isso, elas “perderiam a farda” e alegaram que tinham filhos “para criar”; QUE durante todo o ato, a declarante chorava bastante e pediu várias vezes que eles não fizessem aquilo com ela, pois a declarante dizia “eu sou casada e tenho filhos” [...] (sic); CONSIDERANDO que, no dia 11 de abril de 2018, perante os membros da Comissão Processante e dos representantes dos aconselhados, a senhora A. G. C. L. foi novamente inquirida, oportunidade em que reiterou o inteiro teor de todos os depoimentos prestados anteriormente por ela (fls. 480/484); CONSIDERANDO que as declarações prestadas pelas testemunhas arroladas pela defesa dos imputados pouco contribuíram para o esclarecimento do caso, visto que, além de enaltecerem a conduta profissional dos policiais militares acusados, tais testemunhas, em suma, afirmaram terem estado no local do ocorrido apenas para prestarem apoio à composição dos aconselhados, a exceção do SGT PM José Reginaldo e do CB PM Michel Lima, que apresentaram versão condizente em parte com os relatos da vítima (fls. 505/506); CONSIDERANDO que as demais testemunhas indicadas pela defesa, em síntese, disseram não se recordar dos fatos, limitando-se a negarem a prática de qualquer transgressão por parte dos imputados (fls. 507/508; fls. 509/510; fls. 511/512; fls. 513/514); CONSIDERANDO que, nesse ponto, merece especial atenção o depoimento do SGT PM José Reginaldo Oliveira de Almeida, (fls. 516/517), dissidente em relação às declarações das demais testemunhas acima mencionadas, o qual afirmou ter visto a Sra. A. G. C. L. detida pelos soldados da composição acusada, embora não soubesse precisar o motivo, inclusive disse que a denunciante apresentava algumas alterações visíveis, como choro. Senão vejamos: “[...] Que quando estava no local só avistou na Rua, os policiais Renovato, Régis e Firmino, não recordando de ter visto no local o CB Feitosa; Que presenciou a permanência desses três policiais do lado de fora na Rua, por cerca de vinte minutos, tempo este no qual não avistou o CB Feitosa; Que não sabe informar onde se encontrava o CB Feitosa; Que não presenciou nenhum dos policiais acusados adentrando imóveis, mesmo que fosse apenas nas áreas dos quintais; Que recorda que tinha uma mulher detida pela composição, não sabendo informar o seu nome; Que a mulher encontrava-se fora na Rua próximo as viaturas; Que não sabe informar qual o motivo que a mesma estava detida; Que não sabe de onde veio a mulher, nem pra onde foi conduzida posteriormente; Que só havia essa mulher detida; Que quando o depoente voltou para a sua área de atuação, no momento de sua saída do local da ocorrência, avistou que a mulher permanecia detida junto a composição, não sabendo informar qual foi o resultado dessa detenção; Que a mulher detida chorava e reclamava algumas coisas, porém o depoente não prestou atenção no que ela falava; Que não recorda se a mulher detida estava com os cabelos molhados ou não; Perguntado respondeu que sobre a indumentária da mulher detida, não recorda se estava rasgada, mas recorda que era uma roupa curta; Perguntado respondeu que nunca viu, ou mesmo ouviu comentários de que os policiais aconselhados tiveram se envolvido em ocorrência similar a que foi transcrita na portaria inaugural deste processo [...]”; CONSIDERANDO que as declarações do CB PM Michel Lima de Oliveira, fls. 518/520, também destoaram em alguns pontos das falas de outras testemunhas arroladas pela defesa, corroborando em parte com os depoimentos das testemunhas de acusação e da vítima. Vejamos: “[...] Que quando teve ciência de que um traficante conhecido na região estava numa localização do Bairro Autódromo, no Município de Eusebio, passando a composição do depoente a diligenciar junto a equipe do CB Feitosa na busca desse traficante, do qual não recorda o nome, nem alcunha; Que foram até a casa onde esse traficante reside e no local não o encontram, pois o mesmo havia se evadido, entretanto no local estava a esposa do traficante, da qual não recorda o nome; Que o depoente estava em diligências nos terrenos em busca do traficante, enquanto a composição policial comandada pelo CB Feitosa estavam na presença da mulher do traficante; Que não sabe informar se a composição do CB Feitosa encontrou algum material ilícito na residência aonde estava a esposa do traficante; Que tomou conhecimento de que esta mesma mulher havia convidado os policiais a irem até uma outra residência onde segundo ela seu marido estocava drogas; Que essa mulher possuía a chave de uma outra casa e abriu as portas para que os policiais a vistoriassem; Que participaram desta vistoria tanto a composição do depoente como a do CB Feitosa; Que até então a casa estava fechada, não havendo ninguém no seu interior; Que segundo a mulher a casa era de posse de seu marido; Que nada de ilícito foi encontrado nessa casa; Que não recorda quanto tempo esta vistoria demorou, mas afirma que logo após o término da vistoria, as duas composições saíram do local; Que enquanto os policiais faziam a vistoria na casa, a mulher permanecia na sala; Que em nenhum momento presenciou tortura contra a mulher durante as diligências; Que a própria mulher afirmou possuir a cópia da chave da casa e a abriu espontaneamente; Que após o término da vistoria o depoente afirma que todos os policiais, sem exceção, saíram da residência entraram em suas viaturas e forma embora, tendo a mulher permanecido no interior da casa; Que durante as diligências nada aconteceu que justificasse a mulher molhar o seu cabelo, nem mesmo que tenha tomado banho; Que no momento que a composição do depoente se deslocou para a sua área de origem, visualizou que a viatura comandada pelo CB Feitosa fez deslocamento para o Quartel para realizar a rendição; Que em nenhum momento presenciou cenas de tortura ou de estupro praticado pelos policiais contra essa mulher; Que não recorda da vestimenta da mulher; Que do momento em que as composições chegaram na primeira casa, onde encontram a mulher, até o momento em que a ocorrência findou-se com o deslocamento das viaturas, houve um intervalo de cerca de uma hora; Que durante toda as diligências nenhum familiar da mulher apareceu para falar com alguém das composições; Que a composição do depoente não chegou a voltar ao local no mesmo dia [...]; CONSIDERANDO, respectivamente, as declarações das testemunhas J. P. dos S., A. G. P. dos S. e F. J. de F., a seguir transcritas: “Termo de Declarações de J. P. DOS S. (fls. 623/625): [...] o declarante afirma que no dia do fato, não recordando a hora, mas que era no período da tarde, ao sair da casa de sua prima [V.] e chegar a adentrar na casa de seu vizinho de nome [P.], teria sido abordado por uma composição policial a qual teria lhe perguntado o porquê estaria fugindo da Polícia após visualizar a viatura; Que o declarante afirma que tal abordagem teria ocorrido na entrada da residência e por seguinte os policiais teriam adentrado naquela casa; Que o declarante afirma também que no ato da entrada dos policiais naquela residência, não pediram autorização ao ocupante daquele imóvel; Que o declarante afirma que teria ficado no mesmo local onde fora abordado pelos policiais, não visualizando o que ocorreria no quintal daquela residência, escutando os policiais comentários de que uma pessoa armada estava fugindo; Que um dos policiais daquela composição teria ficado acompanhando o declarante no local em que havia sido abordado e teria perguntado qual a procedência e aonde o mesmo morava; Que o referido policial teria perguntado ao declarante quem teria fugido por aquele quintal, não sabendo o mesmo responder; Que momentos depois os policiais teriam liberado o declarante e se deslocado para uma rua por trás da residência abordada; Que o declarante então retornou para sua residência e de lá não mais saiu; Que soube através de terceiros que os policiais teriam torturado, espancado e estuproado a Sra. [A. G. C. L.], a qual é sua prima; Que nesse mesmo dia não chegou mais a ter contato com a [A. G. C. L.]; Que o declarante afirma que [P.] não teria comentado mais nada sobre a ação policial ao entrarem em sua residência; Que os policiais não agrediram o declarante durante a abordagem; Que o declarante não sabe quem eram as pessoas as quais os policiais perseguiram no momento em que lhe abordaram; Que em nenhum momento esteve junto de [A. G. C. L.] no dia do fato; Que o declarante não possui antecedentes criminais; Que o declarante afirma que em momento algum os policiais que o abordaram teriam mencionado o nome de algum suspeito procurado por eles; Que lido seu termo de declarações prestado anteriormente, fls. 215/216, que não confirma o trecho em que afirma ter presenciado os policiais ter levado [A. G. C. L.] para sala da residência; Que o declarante afirma que tinha ciência que seu irmão [G.] e seu primo [R.] encontravam-se naquela residência, mas não sabia que [A. G. C. L.] e [J.] também se encontravam lá; Que confirma que o Sr. [P.] se encontrava dentro da residência no momento da abordagem; Que tomou conhecimento através de seu primo [G.], quando o declarante já estava na casa de sua mãe, que [A. G. C. L.] teria sido conduzida ao Xadrez da viatura e tomado rumo ignorado; Que reconhece os policiais da ocorrência através das fotos apresentadas em seu depoimento de Assuntos Internos; Que o declarante não sabia o que [G.] e [R.] estaria fazendo no quintal da casa do Sr. [P.]; QUE DADA A PALAVRA AO DR. DANIEL, este perguntou: se para o acesso ao quintal, no beco se existe portão, respondeu que não; Perguntado ao declarante se viu os policiais torturarem, espancarem ou estuprarem a Sra. [G.], respondeu que não; Perguntado ao declarante que não viu [A. G. C. L.] ser conduzida para a sala da residência do Sr. [P.], respondeu que não; Perguntado ao declarante se ouviu seu irmão [G.] dizer que [A. G. C. L.] foi posta no Xadrez da viatura, respondeu que sim; QUE DADA A PALAVRA AO DR. RÉGIO, este perguntou: Se o declarante costumava frequentar a casa do Sr. [P.], respondeu que sim; Perguntado se costumava frequentar o quintal daquela residência, respondeu que não; Perguntado ao declarante se quando saiu da casa de sua prima [V.], teria visto a viatura, respondeu que sim, fazendo a curva na esquina da rua [...]”; Termo de Declarações de A. G. P. DOS S. (fls. 623/625): “[...] o declarante afirma que no dia do fato encontrava-se em cima do muro na companhia de [A. G. C. L.] e [R.], tentando se conectar com sinal da INTERNET vindo do quintal de sua tia de nome [H.], a qual reside vizinho a casa do Sr. [P.]; Que após 10 minutos naquele local teria escutado o seu irmão [J.] adentrando na residência e ser abordado por uma equipe de policiais militares, os quais perguntaram porque ele estava fugindo dele; Que em dado momento alguns policiais chegaram no quintal aonde se encontravam

apontando pistolas e fuzis para eles, pedindo para não correrem; Que afirma que com a chegada da equipe de policiais todos teriam se assustado, tendo o declarante na companhia de [R.] e [J.] pulado o muro do quintal da vizinha de trás a qual dava acesso a uma rua paralela a rua da casa do Sr. [P.]; Que a [A. G. C. L.] estaria também em cima do muro e teria pedido para os policiais não atirarem no declarante e nos que estavam o acompanhando; Que a [A. G. C. L.] teria ficado no quintal do Sr. [P.]; Que o declarante afirma que teria se deslocado naquela ocasião para a casa de uma prima conhecida por “Telo” e que lá permaneceu até por volta das dezenove horas; Que o declarante teria saído da casa onde estava e foi para sua casa por volta das dezenove horas, onde tomou conhecimento do que havia ocorrido com sua prima [A. G. C. L.], através de sua ex namorada na época, chamada [L.]; Que o declarante afirma que só manteve contato com [J.], quando este teria ido a casa de seus pais, por volta das 21h30min, uma vez que [J.] morava com a sogra do mesmo; Que não sabe informar qual seria o motivo que os policiais teriam entrado em casa de [P.] para abordar seu irmão e sua prima [A. G. C. L.]; Que nega ter passagem pela Polícia, porém sabe que sua prima [A. G. C. L.] teria sido presa após esse fato; Que o declarante afirma que o ex marido de [A. G. C. L.] era conhecido vulgarmente por “[F.]”; Que o declarante afirma que em outra oportunidade quando esteve com [A. G. C. L.] esta teria afirmado para sua pessoa que os policiais militares da abordagem na casa do Sr. [P.] teriam a conduzido para a casa de sua tia [H.] e lá os policiais teriam mergulhado sua cabeça em um balde com água e a sufocado com um saco plástico e após estes perceberem que ela estava com uma chave, teriam a conduzido para sua residência onde ela teria sido levada ao banheiro sendo submetida a um banho no chuveiro depois abusada sexualmente e novamente submetida a outro banho; Que o declarante que a suposta não teria mencionado o nome dos policiais especificamente; Que o declarante afirma também que segundo a [A. G. C. L.] os policiais dentro de sua residência estariam procurando drogas e também procurando por seu marido “[F.]”; Perguntado respondeu que não tem conhecimento que “[F.]” vendia qualquer tipo de drogas, mas que trabalhava em construção como pedreiro; Perguntado respondeu que desconhece o fato de [A. G. C. L.] tivesse caído do muro no momento da abordagem inicial; Perguntado respondeu que pularam o muro com medo dos policiais, pois é comum os mesmos abordarem as pessoas e ficarem perguntando por pessoas suspeitas; Perguntado respondeu que deixaram [A. G. C. L.], porque os policiais já estavam muito próximos a ela; Que lido o termo de declarações constante às fls. 222/223, não confirma ter presenciado os policiais conduzirem até a casa de sua tia e também não ter visto [A. G. C. L.] sair com os cabelos molhados; Que afirma também [A. G. C. L.] ser conduzida para a casa que teria havido o estupro; Que nega também que teria visto [A. G. C. L.] chorando e lhe relatado que teria sido torturada e estuprada naquele dia, uma vez que soube do ocorrido com sua prima através de sua namorada; QUE DADA A PALAVRA AO DR. DANIEL, este perguntou: o porque de negar algumas de suas declarações prestadas anteriormente, respondeu que a época as fez por raiva; Perguntado ao declarante se a casa do Sr. [P.] é geminada muro com muro com a casa de [H.], respondeu que não, que a casa do Sr. [P.] dá o fundo com o quintal da Dona [T.]; Perguntado ao declarante quando os policiais entraram no quintal do Sr. [P.], se estavam os quatro em cima do muro, respondeu que sim; Perguntado ao declarante se viu o esposo de [A. G. C. L.] no dia abordagem, respondeu que não, pois estava viajando; Perguntado ao declarante se no dia do fato chegou a conversar com Jean sobre o ocorrido, respondeu que não [...]; Termo de Declarações de F. J. de F. (fls. 623/625): “[...] Que o depoente é casado com a tia da [A. G. C. L.] de nome [A. H. P. dos S.]; Que no dia do fato chegou em sua residência por volta das 16h05min, quando visualizou duas viaturas policiais estacionadas em frente a sua casa; Que embora tenha achado estranho seguiu para o interior de sua residência; Que dentro de sua casa encontrava-se seu sobrinho de nome [A. A. da S.]; Que então não teria perguntado nada ao seu sobrinho a respeito da presença dos policiais naquele local, bem como o mesmo não lhe falou nada; Que se dirigiu para a cozinha de sua casa, a qual dá acesso ao quintal do imóvel, ocasião em que visualizou através da porta daquele recinto vários policiais no quintal estando presente também [A. G. C. L.], a qual se encontrava sentada em uma cadeira; Que a [A. G. C. L.] se encontrava na posição de perfil, não tendo a mesma percebido a chegada do depoente no recinto em que ele se encontrava; Que afirma não ter percebido se [A. G. C. L.] encontrava-se algemada, agredida ou molhada; Que em dado momento um dos policiais, ao perceber a presença do depoente, teria o mandado se afastar e fechar a porta daquela cozinha obstruindo totalmente a sua visão do local onde se encontravam os policiais, ou seja, o quintal; Que antes de chegar no quarto de sua residência para trocar de roupa, teria sido surpreendido por um policial na porta da frente de sua residência, o qual perguntou o que o depoente estaria fazendo lá e quem seria a sua pessoa; Que ao explicar sua presença lá no local, o policial teria lhe determinado para o mesmo se retirar daquela casa; Que então o depoente sem questionar o policial, teria ido buscar a sua esposa, a Sra. [A. H.], em seu local de trabalho; Que no intervalo de tempo de quinze minutos, que fora o tempo decorrido para buscar a sua esposa e retornar para sua residência, percebeu que os policiais e a Sra. [A. G. C. L.], não se encontravam mais em sua casa; Que o depoente afirma que no meio do trajeto retornando para sua residência teria falado para a mesma a respeito da presença dos policiais na sua casa, tendo a mesma também ficado surpresa; Que ao chegarem em sua residência, não se encontrando mais os policiais no local, soube através de seu sobrinho, que no intervalo de tempo que teria ido buscar sua esposa, os policiais teriam lhe pedido um balde com água, pensando seu sobrinho que seria para lavar os coturnos, tendo em vista o quintal ter muita lama em época de chuva, e que também da mesma forma que o depoente fora tratado, o seu sobrinho alegou que também teria recebido determinação dos policiais de sair da cozinha, tendo ficado a parte de cima da porta da cozinha aberta e seu sobrinho continuou em casa, na sala de estar; Que o seu sobrinho não teria informações do destino de [A. G. C. L.] e nem o motivo que levaram os policiais a conduzirem a mesma, sob suas custódias; Que o depoente desse fato, desconhece qualquer ato que desabone a conduta de [A. G. C. L.]; Que conhece o ex marido de [A. G. C. L.], conhecido vulgarmente por “[F.]”; Que não sabe informar nada a respeito de “[F.]”; Que o depoente afirma que por volta das 17h50min teria ido participar de um culto numa igreja evangélica, ficando sua esposa em casa, e que ao retornar para sua residência, por volta das 20h30min, soube através de sua cônjuge o que teria acontecido com a [A. G. C. L.], referente aos abusos supostamente ocorrido com a mesma por parte dos policiais; Que o depoente não ter tido nenhum contato direto com [A. G. C. L.] no dia do fato, dessa forma não tem como afirmar realmente como a mesma se encontrava psicologicamente, nem fisicamente; Que o depoente afirma que [R.] é seu enteado, porém o mesmo não comentou nada a respeito da abordagem policial ocorrida na casa do Sr. [P.]; Que o depoente afirma não ter intimidade com o Sr. [P.], mas que seu enteado tem o hábito de conversar com o mesmo; Que o depoente confirma o fato de [A. G. C. L.], [J.] e [G.] usarem o sinal de INTERNET advindo de sua casa; Que o depoente afirma que a suposta vítima e os primos [J.] e [G.], faziam uso da INTERNET, normalmente dentro de sua casa, no quintal ou na calçada, e não lembra de tê-los visto em cima do muro para se utilizarem da INTERNET; Perguntado respondeu que no quintal de sua casa não tem galinheiro, apenas um cachorro; Perguntado respondeu mesmo o depoente e sua esposa estranhando aquela situação e mesmo não vendo mais os policiais e [A. G. C. L.] quando chegaram em casa, o mesmo foi se arrumar para ir para o culto, e sua esposa não sabe informar, o que a mesma teria feito nesse tempo; Perguntado respondeu que não tem conhecimento se [A. G. C. L.] era envolvida em práticas ilícitas; Perguntado respondeu que não tem conhecimento que [A. G. C. L.] tomava conta de uma casa destinada a aluguel; Perguntado respondeu que o balde comentado por seu sobrinho, chegou a vê-lo, próximo a porta da cozinha de sua casa, vazio; QUE DADA A PALAVRA AO DR. DANIEL, este perguntou: se tomou conhecimento através de [A.], ou de algum vizinho, se nesse intervalo que teria ido apanhar sua esposa no trabalho, se ouviram gritos ou gemidos, respondeu que não tomou conhecimento; Perguntado ao depoente se tomou conhecimento de confronto de gangues, respondeu que depois desse fato, tomou conhecimento de confronto de gangues com a Polícia; Perguntado o porque de [A. G. C. L.] ter afirmado em seu depoimento que teria sido o depoente que teria entregue o balde ao policial, respondeu que não sabe, até porque estaria no trajeto para apanhar sua esposa no trabalho; Perguntado o porque [A. G. C. L.] afirmou que ao entrar na casa, o depoente, [H.] e [A.], já se encontravam em casa, respondeu que não foi assim [...]; CONSIDERANDO que as testemunhas, embora não tenham presenciado diretamente os fatos, relataram terem tomado conhecimento posteriormente acerca do ocorrido por meio da vítima e de outras pessoas; CONSIDERANDO, por conseguinte, os aconselhados foram interrogados acerca dos fatos, cujos depoimentos seguem transcritos a seguir: Termo de Qualificação e Interrogatório que prestou o CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho, (fls. 527/532): “[...] Na sequência, passou-se ao interrogatório do aconselhado, na forma que adiante segue: que estava de serviço no dia dos fatos constantes na portaria, na função de Comandante, com o SD Régis e o SD Renovato como Patrulheiros, e o SD Firmino como Motorista, não recordando o prefixo da viatura; que no dia dos fatos estavam realizando patrulhamento na área mais crítica do Eusébio, conhecida por Autódromo, onde o tráfico de drogas é intenso; que em determinado momento perceberam um indivíduo saindo para a rua, contudo ao perceber a presença da viatura retornou imediatamente para dentro da residência; que diante disso achou a atitude daquele indivíduo suspeita; que ressalta que este indivíduo gritava, como se tentasse avisar que a viatura estava no local, contudo não sabe declinar o que ele dizia; que iniciou a perseguição ao indivíduo, quando este ainda não tinha entrado na residência; que iniciou a perseguição porque era comum naquela área que os indivíduos que deviam a Justiça corriam quando percebiam a presença da Polícia; que o interrogado entrou pelo corredor lateral da residência em direção do quintal, enquanto o SD Régis adentrou na residência; que percorreu o corredor e viu dois homens em cima do muro; que um desses homens tentou ajudar a subir no muro também; que ressalta que esses dois homens estavam armados; que diante da situação apontou sua arma, deu ordem de parada e disse que se não parassem o interrogado iria atirar; que mesmo assim os dois indivíduos empreenderam fuga; que esclarece que o SD Régis chegou logo em seguida para prestar apoio ao interrogado; que deu a ordem ao SD Régis que deter-se aquela senhora, enquanto o interrogado em perseguição aqueles dois indivíduos armados; que pulou para a casa dos fundos correspondentes; QUE perguntado respondeu que não sabe afirmar com certeza, aonde Renovato e Firmino, mas que acredita que eles ficaram em diligências próximo a residência; Que esclarece que reconheceu um dos indivíduos como sendo o “BUCHO”, que estava com um mandado em aberto e residia duas casas depois da casa que inicialmente entraram; Que “Bucho” tomou destino ignorado, contudo como dito, continuou a perseguição a outro indivíduo, cujo nome não sabe declinar, e nem o conhece; Que o indivíduo que perseguiu seguiu em direção a um matagal que ficava em frente a residência dos fundos correspondentes; Que quando tentou passar pela porta foi barrado por uma senhora, a qual fechou a porta, impedindo de sair; Que o interrogado vinha com muita velocidade e acabou esbarrando nessa porta; Que o interrogado sobre posteriormente se tratava da proprietária da casa; Que retornou pulando o muro novamente, fez uma volta de aproximadamente de duzentos metros e encontrou a senhora detida e a composição da viatura enfrente a residência que a senhora tinha barrado a saída do interrogado; Que nesse momento pediu “um socorro urgente”, tendo em vista que o Bucho é de extrema periculosidade, esclarecendo que aquele matagal, para onde Bucho correu era comum a troca de tiros; Que perguntado respondeu que do tempo que conheço a perseguição ao indivíduo, dentro da casa, até o momento em que encontrou a composição novamente se deu por cinco minutos; Que perguntado respondeu que várias viaturas compareceram ao local, não sabendo precisar a quantidade; Que uma viatura da Gurda Municipal também compareceu ao local; Que as viaturas permaneceram no local e realizaram algumas diligências no intuito de localizar Bucho, mas depois retornaram para sua área de serviço; Que perguntado respondeu que manteve

conversa com a Sra. [A. G. C. L.], para solicitar sua documentação e informasse quem eram aqueles dois homens armados; Que tal Senhora respondeu que um deles se tratava de seu marido de nome [H.], não sabendo responder o motivo pelo qual eles correram; Que [A. G. C. L.] negava que os homens estavam armados e fazia muito “estardalhaço”, dizendo que o interrogado queria forjar alguma situação para [A. G. C. L.]; Que [A. G. C. L.] gritava para chamar atenção da população; Que nesse momento já havia muitos populares na rua; Que o interrogado conversou com a Sra. [A. G. C. L.] a fim de que ela colaborasse com o trabalho da Polícia, uma vez que foi encontrada com dois homens armados e que não tinha nada contra ela; Que perguntou a Sra. [A. G. C. L.] se ela sabia da existência de armas e drogas dentro da residência dela, no que [A. G. C. L.] respondeu que não tinha nenhuma uma droga, nem armas dentro de sua residência, e se prontificou a levar os policiais da composição do interrogado até a residência dela; Que o interrogado e a sua composição juntamente com a composição do FTA dirigiram-se a uma residência ao lado, onde a Sra. [A. G. C. L.] afirmava que era a sua “verdadeira” residência; Que perguntado ao interrogado o nome dos policiais do FTA, respondeu que não se recorda; Que perguntado quantos policiais eram do FTA, respondeu que não lembra; Que perguntado respondeu que como entrou no corredor da lateral no primeiro momento, não sabe informar se tinha outras pessoas dentro da residência; Que a Sra. [A. G. C. L.] levou a composição do intaerrogado e a composição do FTA a um quintal da residência do tido dela, afirmando que ali estava a sua residência, contudo o interrogado achou estranho que aquele quartinho tão pequeno fosse a residência dela, que ressaltava que aquele quartinho não tinha portas e apenas grades nas janelas, não entraram naquele quartinho; Que esclarece que nesse momento estavam o interrogado, o SD Régis e mais dois policiais do FTA e os demais permaneceram foram da residência impedindo que outras pessoas atrapalhassem aquela abordagem; Que esclarece que o muro do quintal do tido da [A. G. C. L.] era relativamente baixo e várias pessoas permaneceram observando tudo de cima desse muro; Que o interrogado acrescenta que alguns populares faziam gestos com a mão, dando a entender que aquela Senhora era mal vista; Que em determinado momento um senhor chegou no local pelo corredor, o qual se identificou como sendo proprietário daquela residência para aos policiais que estavam resguardando a entrada da residência, que indagou aquela pessoa se ele conhecia [A. G. C. L.], no que respondeu que era tio e que “não queria tomar parte daquela situação porque falta de avisos não foi”; Que o tio de [A. G. C. L.] não interferiu na abordagem e entrou para dentro de sua casa, permanecendo dentro da casa; Que [A. G. C. L.] explicou ao interrogado que o quartinho teria sido vendido para o pagamento do advogado do seu marido, conhecido por “[F.]”, o qual tinha sido preso por porte ilegal de armas; Que durante a conversa mantida com a Sra. [A. G. C. L.], ainda no quintal, caiu uma chave de suas vestimentas; Que perguntado o interrogado respondeu que não viu a chave cair e que acredita que o interrogado e o Régis, que viram a chave cair; Que o interrogado ressaltava que mais manteve contato com [A. G. C. L.], foi o interrogado e o Régis; Que explica que tanto o interrogado como o Régis, mantiveram mais contato com a [A. G. C. L.], enquanto o SD Firmino fazia a cobertura da composição e o SD Renovato resguardava a viatura; Que o interrogado indagou da [A. G. C. L.] de onde seria aquela chave, no que ela tentou ludibriar o interrogado dizendo que aquela casa era de aluguel; Que o interrogado entendeu que de alguma forma [A. G. C. L.] tentava afastar a composição daquela casa, e por conta disso o interrogado solicitou a [A. G. C. L.] se poderiam levá-los até aquela residência, respondendo que sim; Que perguntado respondeu que se dirigiram para a outra residência a pé, pois ficava bem próximo da casa do tio de [A. G. C. L.]; Que a viatura seguiu até a esta última residência, enquanto o interrogado, SD Régis e o FTA, se dirigiram a pé; Que chegaram na residência entraram o interrogado, SD Régis e os policiais do FTA, e encontraram no quintal da residência um portão arrombado, que tal situação causou estranheza para o interrogado, tendo em vista que aquela Senhora estava indicando vários locais, a fim de ganhar tempo; Que o interrogado entendeu que [A. G. C. L.] estava fazendo isto para que outras pessoas tivessem comparecido no local e feito uma limpeza, retirando do local, eventuais objetos ilícitos como drogas, armas e etc; Que pela sua experiência de policial militar, entendeu que aquele local era uma “boca de fumo”; Que os policiais encontraram sacos plásticos, linhas, tesouras, latinhas de alumínio para uso de crack; Que esclarece que aquela residência tinha bastante móveis que caracterizava que utilizada para moradia; Que perguntado respondeu que não sabe precisar quanto tempo permaneceram nesta última casa, mesmo porque no calor da ocorrência, a adrenalina sobe e acabam perdendo a noção do tempo; Que o interrogado perguntou aquela Senhora o que realmente se tratava aquilo ali, se referindo aos objetos encontrados naquela residência; Que [A. G. C. L.] começou a esclarecer que seu marido, “[F.]”, vendia drogas, inclusive ocupantes de um Celta vermelho vinha de quinze em quinze dias deixar a droga; Que realizaram uma busca na residência, principalmente no quintal da casa; Que recorda bastante que essa casa é cercada por uma cerca vazada e populares acompanhavam a abordagem; Que lido o termo de qualificação e interrogatório constantes às fls. 56/58-PAD, e perguntado respondeu que ratifica o termo, contudo quer fazer o seguinte esclarecimento: que no mesmo dia dos fatos, momentos após ter finalizado a abordagem com a Sra. [A. G. C. L.], o interrogado percebeu que a identidade teria ficado na prancheta, que diante disso retornou a procura dela; Que inicialmente foi na casa que tinha deixado [A. G. C. L.], mas não estava mais lá; Que então se dirigiu a casa da tia dela, cujo nome não sabe informar e viu que [A. G. C. L.] estava em uma janela; Que conversou com [A. G. C. L.] e entregou a sua carteira; Que populares então acusavam a composição de terem agredido e estuprado a mesma; Que nesse momento [A. G. C. L.] disse que não teria acontecido aqueles fatos; Que o interrogado indagou da Sra. [A. G. C. L.] que sobre o fato dizendo que aquela acusação era muito séria e solicitou que ela se dirigisse com a composição para a UPA, a fim de fazer os exames necessários para eventuais agressões; Que [A. G. C. L.] se negou a ir, bem como os familiares também se opuseram; Que perguntado respondeu que todo o seu trajeto feito com [A. G. C. L.] foi a pé, mesmo porque todas as residências eram próximas uma das outras; Que esclarece que dentro da doutrina operacional não era de bom alvitre andar naquela Comunidade de viatura; Que perguntado respondeu que no quintal da segunda residência, em nenhum momento a Sra. [A. G. C. L.] permaneceu só e sempre estavam acompanhados pelo SD Régis e os policiais do FTA; Que perguntado respondeu que quando estiveram na terceira casa não permaneceu sozinho com [A. G. C. L.], acrescentando que em nenhuma das casas permaneceu sozinho com a mesma; Que perguntado respondeu que toda a abordagem nas três casas foram acompanhadas por populares; Que perguntado respondeu que em momento nenhum colocou sacos na cabeça de [A. G. C. L.], nem fez imersão de sua cabeça dentro de balde de água; Que perguntado respondeu que não manteve relações sexuais com [A. G. C. L.], muito menos praticou atos libidinosos com a mesma; Que perguntado respondeu que não presenciou o SD Régis mantendo relação sexual com [A. G. C. L.], muito menos praticando com ela outro ato libidinoso; Que perguntado respondeu que não agrediu com coronhadas, nem sequer segurou [A. G. C. L.] pelo braço, ressaltando que [A. G. C. L.] sempre acompanhava o interrogado e o SD Régis; Que até onde sabe [A. G. C. L.] acusa os policiais do FTA de terem a agredido com coronhadas, entretanto não presenciou nenhuma agressão praticada pelos policiais do FTA; Que perguntado respondeu que nem “Bucho” e nem “[F.]”, foram capturados; Que perguntado respondeu que não conhece as pessoas de [J. P. dos S.], [R. P. dos S.] e [J. P. dos S.]; Que perguntado respondeu que não conhece a pessoa de [P. J.]; Que perguntado respondeu que não conhecia a pessoa de [H. P. L.], vindo a conhecê-lo após ter sido preso por duas ocasiões por porte de armas, esclarecendo que não foi o interrogado que efetuou essas prisões; Que perguntado respondeu que o motivo pelo qual a Sra. [A. G. C. L.] fez as denúncias ora em apuração, respondeu que acredita que foi por retaliação ao trabalho da composição do interrogado na área do Autódromo, visto que traz muito prejuízo ao tráfico; Que ressaltava que inclusive já recebeu vários títulos honoríficos, inclusive elogios pela atuação do interrogado e de sua composição naquela área; Que perguntado respondeu que até o dia dos fatos ora apurados não conhecia a pessoa de [A. G. C. L.]; Que perguntado respondeu no momento inicial em que [A. G. C. L.] era puxada por um dos indivíduos que se encontrava no muro, este a soltou em razão de ter percebido a presença do interrogado, momento em que esta caiu num “Garajau”, tipo um aqueiro de porcos ou galinhas, vindo a quebrar telhas de amianto e ficando dentro, sendo ajudada pelo SD Régis e o interrogado; Que esclarece que [A. G. C. L.] estava com um pé no “Garajau” e outro no muro; Que perguntado respondeu que acredita que [A. G. C. L.] caiu de uma altura de aproximadamente de um metro de altura; QUE DADA A PALAVRA A DRA. BRENA, esta perguntou e o interrogado respondeu; Que não fez nenhuma revista íntima pois não tinha nenhuma policial feminina no local, como rege a doutrina; Perguntado respondeu que em nenhum momento foi preciso o uso da força na abordagem com a Sra. [A. G. C. L.], visto que esta sempre colaborou; Perguntado respondeu que hoje encontra-se no comportamento ÓTIMO, sem registro de punições disciplinares; QUE DADA A PALAVRA AO DR. ARNALDO, Perguntado respondeu sua composição já fez inúmeras abordagens a pessoas envolvidas com drogas ilícitas e armas de fogo, acrescentando que sua equipe foi elogiada em formaturas como destaque em números de apreensões; Perguntado respondeu que não houve comentários por parte da composição a respeito dos fatos ora em apuração, a saber tortura e estupro; Perguntado respondeu que se tivesse presenciado qualquer um dos seus subordinados comentando abuso de qualquer natureza, teria autuado em flagrante. [...]” (sic); CONSIDERANDO o interrogatório do SD PM João Victor Machado Firmino (fls. 533/536): “[...] Na sequência, passou-se ao interrogatório do aconselhado, na forma que adiante segue: Que estava de serviço no dia dos fatos, na viatura RD 1192 com o SD Feitosa(Comandante), SD Régis e SD Renovato(Patrulheiros) e o interrogado como Motorista; Que estava no serviço de patrulhamento no Bairro do Autódromo, quando na Rua Guimarães Passos perceberam que um rapaz que vinha saindo de uma residência ao avistar a viatura retornou rapidamente para a casa; Que por conta da atitude do rapaz resolveram abordá-lo; Que parou a viatura em frente aquela residência, todos desembarcaram e o SD Régis e o CB Feitosa, adentraram na residência; Que acredita que o CB Feitosa, na época soldado, entrou pelo corredor lateral e o SD Régis por dentro da residência; Que perguntado respondeu que não se recorda se entrou na residência; Que de frente da residência ouviu a suposta vítima dizendo “não atira, não atira”, que em seguida o SD Régis voltou com acompanhado dessa Senhora; Que ficaram aguardando o CB Feitosa resguardando a viatura juntamente com o SD Renovato; Que quando o CB Feitosa voltou este narrou viu dois homens armados pulando o muro, sendo que um deste tentava ajudar a Senhora a escalar o muro; Que um dos indivíduos que estava ajudando a tal Senhora a soltou e essa caiu encima de um galinheiro; Que Feitosa também lhe repassou que tinha reconhecido um dos indivíduos como sendo o “Bucho”, um dos elementos da quadrilha do “Vitor Salchicha” e “Roberto Oião”; Que “Bucho” estava com mandado de prisão em aberto, inclusive indicando o endereço dele como sendo no Autódromo; Que soube do SD Feitosa que este pulou o muro para a casa dos fundos correspondentes em perseguição aos indivíduos, contudo quando foi passar pela porta da outra casa, foi barrado por uma Senhora que fechou a porta na cara dele; Que perguntado respondeu que não se recorda se havia outras pessoas dentro da casa; Que se dirigiram para uma residência, a qual a suposta vítima, informou que se tratava de sua casa; Que a Sra. [A. G. C. L.] informou que seus documentos estavam nessa residência; Que o interrogado foi conduzindo a viatura, acompanhando o SD Feitosa, SD Régis, SD Renovato e [A. G. C. L.]; Que esclarece que a residência que [A. G. C. L.] disse que morava fica há poucos metros de onde se iniciou a abordagem; Que permaneceu próximo a viatura junto com o SD Renovato, enquanto que o SD Feitosa, SD Régis e a [A. G. C. L.], adentraram na residência; Que não presenciou a conversa mantida entre os policiais e [A. G. C. L.], contudo quando estes retornaram da casa e repassaram para o interrogado teriam encontrado uma chave e que iam se dirigir até a residência dessa chave; Que perguntado respondeu que foi solicitado apoio de outras viaturas enquanto estavam na

residência que iniciou a primeira abordagem; Que perguntado respondeu que não sabe precisar o momento exato em que as viaturas chegaram para dar apoio; Que afirma que quando elas chegaram a composição já estava na segunda casa; Que perguntado respondeu que a viatura do FTA compareceu ao local, bem como a viatura da Guarda Municipal; Que não se recorda se o policiamento do FTA adentrou na residência; Que, salvo engano, o Comandante da viatura do FTA, era o SGT Fernando; Que perguntado respondeu que não presenciou as cenas de tortura, como as relatadas pela Sra. [A. G. C. L.]; Que esclarece que a residência era pequena e com certeza se alguém fosse torturada lá dentro, daria para ouvir os gemidos, gritos, entre outros; Que não torturou a Sra. [A. G. C. L.]; Que durante o período que permaneceram em frente a segunda residência, o SD Renovato ficou próximo ao interrogado; Que foi conduzindo a viatura e a Sra. [A. G. C. L.], foi no banco de trás, sem está algemada; Que a terceira residência fica numa Rua bem próxima da última casa e o trajeto foi bastante curto, não sabendo precisar o tempo; Que não se recorda se fora a [A. G. C. L.], alguém mais foi na viatura; Que esclarece que as residências ficam bem próximas uma das outras(conjugadas), pois lá é um Conjunto Habitacional; Que perguntado respondeu que algumas viaturas permaneceram no local fazendo diligências no sentido de localizar os indivíduos que se evadiram e a viatura do interrogado foi acompanhada da viatura do FTA e lá permaneceram por algum período; Que dessa vez adentrou na residência juntamente com o SD Régis, SD Feitosa, a Sra. [A. G. C. L.] e a Equipe do FTA; Que o interrogado percebeu que um portão tinha sido arrombado; Que no seu entendimento a Sra. [A. G. C. L.] tentou ganhar tempo indicando a segunda casa como a sua, enquanto os indivíduos que tinha se evadido inicialmente foram até aquela residência para retirar eventuais objetos ilícitos como armas e drogas; Que esclarece que o SD Renovato ficou a todo instante junto a viatura resguardando-a; Que o interrogado voltou logo para junto da viatura; Que pouco tempo depois retornaram de dentro da casa e como não foi encontrado nada de ilícito a Sra. [A. G. C. L.] foi liberada; Que posteriormente efetuou a prisão da cunhada de [A. G. C. L.] e da sua sogra, cujo nomes não recorda; Que após lido o termo constante às fls. 54-PAD, perguntado se ratifica todo o teor, respondeu que sim; Que perguntado respondeu que em momento nenhum durante a abordagem, o interrogado permaneceu sozinho com a Sra. [A. G. C. L.]; Que perguntado respondeu que não presenciou a Sra. [A. G. C. L.] sendo agredida em nenhum momento; Que perguntado respondeu que manteve contato com [A. G. C. L.] superficialmente; Que perguntado respondeu que logo em seguida constatarem que a identidade da Sra. [A. G. C. L.] ter ficado dentro da viatura, por isso retornaram a terceira casa, mas a Sra. [A. G. C. L.] não se encontrava lá; Que resolveram ir até a casa da tia de [A. G. C. L.] e o SD Feitosa e o SD Régis foi que mantiveram contato com [A. G. C. L.]; Que perguntado respondeu que todas as denúncias relatadas pela Sra. [A. G. C. L.] são falsas e acredita que as acusações foram feitas em retaliação a atuação da composição do interrogado na área do Autódromo; Que inclusive recebeu vários elogios, na época, de seus comandantes, em razão das várias apreensões de armas e drogas naquela área, ressaltando que só recebem reclamações das pessoas envolvidas em atos ilícitos que querem impedir o trabalho da Polícia; Que perguntado respondeu que vários populares acompanharam a abordagem; Que perguntado respondeu que não conhecia a Sra. [A. G. C. L.] antes dos fatos ora apurados; Que perguntado respondeu que não conhece as pessoas [J. P. dos S.], [R. P. dos S.], [A. G. P. dos S.]; Que perguntado respondeu que talvez a pessoa de [A. H. P. dos S.] (tia de [A. G. C. L.]) teria sido a pessoa que fechou a porta impedindo que o SD Feitosa passasse, atrapalhando a perseguição aos indivíduos armados; Que perguntado respondeu que tem conhecimento que a Sra. [D.], era que dava apoio a pessoa de “Salchicha”; Que perguntado respondeu que um dos homens armados se tratava de [H. P. L.], vulgo “[F.]”, e era esposo da Sra. [A. G. C. L.], que tal informação foi repassada por ela mesma; Que perguntado respondeu que não viu qualquer lesão na pessoa de [A. G. C. L.], quando a mesma foi trazida a primeira vez pelo SD Régis; Que perguntado o motivo pelo qual não conduziu a Sra. [A. G. C. L.] até a Delegacia, apesar das supostas evidências encontradas na terceira casa, respondeu que era apenas uma desconfiança de sua parte e da composição de que a Sra. [A. G. C. L.] estava ganhando tempo e que tal desconfiança não era suficiente para conduzi-la à Delegacia; QUE DADA A PALAVRA A DRA. BRENA, esta perguntou. Que perguntado se presenciou alguma revista íntima na Sra. [A. G. C. L.], respondeu que não, mesmo porque a maior parte do tempo próximo a viatura; Perguntado respondeu que em nenhum momento foi praticado qualquer tipo de violência física ou verbal contra a Sra. [A. G. C. L.] [...] (sic); CONSIDERANDO o interrogatório do SD PM Paulo Régis de Oliveira (fls. 537/539): “[...] Na sequência, passou-se ao interrogatório do aconselhado, na forma que adiante segue: Que após lido o termo constante às fls. 61-PAD, ratifica todo o teor na íntegra; Perguntado respondeu que quando a suposta vítima, que tentava subir o muro caiu, esta caiu dentro de um garajau, o qual tinha usado como apoio para subir no muro; Que não recorda se [A. G. C. L.] estava lesionada após a queda; Perguntado respondeu que quem solicitou o apoio das outras viaturas, que ele fez tal solicitação no início da ocorrência, assim que perceberam o rapaz em atitude suspeita; Perguntado respondeu que se dirigiram para a segunda casa, momento esse em que as viaturas de apoio chegaram; Perguntado respondeu que compareceram ao local uma viatura da Guarda Municipal e outra da Força Tática; Perguntado respondeu que enquanto estavam no quintal da residência onde a Sra. [A. G. C. L.] disse que morava, receberam a informação de que um dos indivíduos que se evadiram se tratava de seu marido, se tratava de “[F.]”, o qual se encontrava com mandato de prisão em aberto; Que o outro indivíduo foi reconhecido como sendo “Bucho”, remanescente da quadrilha do “Salchicha”; Que no período que permaneceu no quintal da segunda casa conversando com a Sra. [A. G. C. L.], a fim de colaborar com a Polícia no sentido de capturar os dois indivíduos que estavam armados, também estavam presentes vários policiais, entre eles: SGT Oliveira e o policiamento do FTA; Perguntado respondeu que não torturou a suposta vítima, nem presenciou nenhum dos componentes da sua composição fazer tal coisa; Que esclarece que a suposta vítima permaneceu sentada bem próximo a composição durante a permanência nesta casa; Que ressalta que tal abordagem foi acompanhada pelos familiares da suposta vítima; Que inclusive manteve contato com o tio da Sra. [A. G. C. L.] e disse “que não estou nem aqui” e entrou na residência sem interferir na ocorrência; Perguntado respondeu que não se recorda se [A. G. C. L.] foi conduzida pela viatura até a terceira casa, contudo tem certeza que ela não foi algemada; Perguntado respondeu que mostrou as residências de livre e espontânea vontade; Perguntado respondeu que o SD Renovato permanecia próximo da viatura pois sua função era resguardá-la; Perguntado respondeu que não manteve nenhum acordo entre os policiais no sentido de que a Sra. [A. G. C. L.] pagaria com “boquetes” alguma eventual dívida com a composição; Perguntado respondeu que a segunda casa era pequena e qualquer gemido ou grito seria ouvido pelas pessoas que estivessem no local, pois se tratava de um Conjunto de casas conjugadas; Perguntado respondeu que a Sra. [A. G. C. L.] apresentou uma chave dizendo que essa era realmente a da sua casa; Que a partir daí os policiais começaram a desconfiar que a Sra. [A. G. C. L.] estava “enrolando” a composição, pois começaram a suspeitar que os indivíduos que evadiram armados iriam até a residência cuja a chave estava com a Sra. [A. G. C. L.], a fim de fazer uma limpeza, para retirar objetos ilícitos; Que na terceira casa entraram o interrogado, o SD Feitosa, vários policiais, que estavam prestando apoio, e a Sra. [A. G. C. L.]; Perguntado respondeu que de forma nenhuma praticaram violência sexual com a Sra. [A. G. C. L.], mesmo porque estavam sempre acompanhados pela vizinhança; Perguntado respondeu que dentro desta última casa, a Sra. [A. G. C. L.], estava sempre acompanhada do interrogado e de outros policiais; Perguntado respondeu que Firmino entrava e saía da casa prestando apoio, enquanto Renovato permaneceu a todo instante próximo a viatura; Perguntado respondeu que conhece a pessoa de [D.], que era proprietária, cujo [A. G. C. L.] tinha a chave, e que se trata de uma pessoa com envolvimento com tráfico de drogas; Perguntado respondeu que conheceu [A. G. C. L.] apenas no dia dos fatos; Perguntado respondeu que o motivo pelo qual a Sra. [A. G. C. L.] faria as denúncias contra o interrogado, era apenas para afastar a Polícia do local; Perguntado respondeu que chegaram a volta a casa de [A. G. C. L.], apenas com intenção de devolver o documento de identidade; Perguntado respondeu que não agrediu de forma alguma, tampouco viu algum policial de sua composição, nem os outros policiais do apoio praticarem tal ato; QUE DADA A PALAVRA AO DR. ARNALDO, este perguntou. Perguntado respondeu que não viu, não autorizou, nem fez revista íntima na Sra. [A. G. C. L.]; Perguntado respondeu que o interrogado, junto com sua composição, chegaram a realizar várias apreensões de drogas, armas e outras naquela área, que inclusive o traficante vulgo “Macaco”, que morava vizinho a terceira casa, se evadiu do local em razão da atuação da composição do interrogado na área; Perguntado respondeu que durante toda abordagem, nenhum popular, tampouco populares chegaram a reclamar da ação dos policiais; Que perguntado ao interrogado se admitiria alguma conduta irregular por parte de qualquer membro da composição, respondeu categoricamente que jamais; [...]” CONSIDERANDO o termo de qualificação e interrogatório do SD PM Francisco Jales Renovato Júnior (fls. 540/542): “[...] Na sequência, passou-se ao interrogatório do aconselhado, na forma que adiante segue: Que após lido o termo constante às fls. 199/200-PAD, ratifica todo o teor na íntegra; Perguntado respondeu que no dia dos fatos exercia a função de Patrulheiro; Perguntado respondeu que não entrou na residência onde se iniciou a abordagem; Perguntado respondeu que não se recorda por qual policial, a suposta vítima, foi trazida de dentro da casa; Perguntado respondeu que não viu nenhuma lesão aparente na suposta vítima; Perguntado respondeu que durante a abordagem, na segunda casa, foi encontrado alguns familiares de [A. G. C. L.]; Perguntado respondeu que permaneceu todo o tempo fora da segunda casa, pois em frente tinha um matagal onde bandidos se escondem e o interrogado estava atento para ver se nenhum desses bandidos desse matagal, que por conta disso não sabe precisar quem realmente entrou nessa segunda residência junto com [A. G. C. L.]; Perguntado respondeu que chegaram as viaturas do FTA, Guarda Municipal e outras do policiamento ostensivo, acionadas pela equipe do interrogado, em virtude daquele local ser uma área de risco; Perguntado respondeu que nem fez, nem viu nenhum policial militar agredindo a Sra. [A. G. C. L.]; Que o interrogado afirma que a Sra. [A. G. C. L.] estava com uma chave e prontificou-se a levar a composição para confirmar que não tinha nada de ilícito naquela residência; Perguntado respondeu que o interrogado foi acompanhando a viatura a pé e que não se recorda se a Sra. [A. G. C. L.] foi conduzida na viatura; Perguntado respondeu que não se recorda o tamanho da residência, apenas que é tipo uma casa de Vila; Que esclarece que permaneceu do lado de fora resguardando tanto a composição como a viatura; Perguntado respondeu que toda a abordagem realizada dentro da terceira casa foi acompanhada por vários populares, havendo cerca de trinta pessoas no local; Perguntado respondeu que se algo de anormal tivesse ocorrido no interior daquela casa, tipo gritos, gemidos ou espancamentos, teria sido ouvido por uma dessas pessoas que ali se encontravam, inclusive pelo interrogado; Perguntado respondeu que dentre estas trinta pessoas alguns eram policiais do FTA; Perguntado respondeu que se recorda do SD Michel, hoje cabo PM, e mais um soldado e um sargento; Perguntado respondeu que não conhecia a pessoa de [A. H. P. dos S.], contudo sabe que essa Senhora foi presa alguns meses atrás, pois foi encontrada em sua casa uma moto roubada; Perguntado respondeu que soube que no início da abordagem foram vistos dois homens armados sendo um conhecido por “Bucho”, que é acusado de tráfico e o outro que se tratava de “[F.]”, esposo de [A. G. C. L.], que é envolvido com tráfico de drogas e roubo de cargas, que inclusive na época dos fatos, estava com mandato em aberto; Perguntado respondeu que ouviu dizer que a pessoa de [D.] tinha envolvimento com tráfico; Perguntado respondeu que não conhecia a Sra. [A. G. C. L.] até o dia dos fatos ora apurados; Que o interrogado acrescenta que a última casa indicada pela Sra. [A. G. C. L.] como sendo para alugar na verdade continha algumas roupas e utensílios, deixando implícito que morava gente naquele local; QUE DADA A PALAVRA AO DR. ARNALDO, este perguntou. Perguntado respondeu que não houve qualquer reclamação por parte de populares

em relação a algum tipo de abuso praticado pela composição do interrogado; Perguntado respondeu que não ouviu a Sra. [A. G. C. L.] de ser agredida fisicamente, ou molestada sexualmente; Perguntado respondeu que denunciaria qualquer tipo de conduta irregular praticada por qualquer um da composição, ressaltando que repudia esse tipo de comportamento [...]; CONSIDERANDO que, não obstante os acusados tenham buscado justificar o motivo da alteração na roupa da vítima alegado que ela teria supostamente pulado por cima do muro de um dos quintais, e, conseqüentemente, teria caído em cima de um galinheiro e, por isso, ficado suja, não restou confirmado por nenhuma das testemunhas inquiridas a hipotética existência do referido local nas casas por onde a vítima teria passado. Diversamente do que foi alegado pelos acusados, a Sra. A. G. C. L. afirmou categoricamente que, por mais de uma vez, antes de sofrer violência sexual, recebeu a ordem para retirar totalmente suas roupas, a fim de ser submetida a uma pretensa busca de entorpecentes em suas regiões genitais (fls. 480/484), o que configura abuso e constrangimento; CONSIDERANDO que, demais de tudo que já foi dito, causa certa estranheza as alegações de que, conforme narrado pelos próprios aconselhados, a composição policial, estando envolta em uma situação de elevado estresse na busca por prender um suposto traficante, de alta periculosidade e foragido da justiça, possivelmente portando arma de fogo, tenha tido tempo de permitir e esperar que a Sra. A. G. C. L. tomasse banho e trocasse de roupa. Não se apresenta crível tal versão; CONSIDERANDO que, como dito anteriormente, percebe-se do contexto fático probatório que o CB PM Feitosa detinha completo controle de tudo que ocorreu no dia 13 de abril de 2016 nos locais pelos quais passaram, desde a abordagem inicial até o seu desfecho. Nesse sentido, embora estivesse motivado por um senso exacerbado de fazer justiça na busca por prender os criminosos que, possivelmente, assolavam aquela região e seus moradores, as ações por ele praticadas extrapolaram em muito diversos preceitos constitucionais, convencionais e legais, conduzidas com as quais não se pode transigir. Além disso, não satisfeito em se conduzir de forma ilegal e abusiva, ainda atuou para que o restante da composição por ele comandada praticasse também condutas eivadas de ilegalidades, na contramão das garantias e dos direitos que compõem o plexo normativo vigente no Brasil, especialmente na norma funcional própria, ou seja, na Lei n.º 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO que, em respeito à norma processual, o CB PM Feitosa, estando diante de situação revestida de fundada suspeita envolvendo pessoa do sexo feminino, deveria, por medida de cautela, ter solicitado junto à CIOPS o auxílio de uma viatura disponível na área que tivesse uma integrante policial feminina. Entretanto, procedeu ilegalmente à busca pessoal na Sra. A. G. C. L., inclusive determinando que ficasse despidas na frente dos policiais masculinos; CONSIDERANDO que o Código de Processo Penal – que regula os procedimentos pertinentes à busca pessoal – preceitua o seguinte sobre a busca pessoal em mulheres: “Art. 249. A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.” (grifou-se). Isso significa que um Policial Masculino pode, sim, realizar busca pessoal numa mulher caso não haja alternativa. Apesar dessa possibilidade, o procedimento geralmente é evitado ao máximo, pois sempre há a possibilidade de interpretações negativas quanto à atuação do policial masculino em contato com o corpo feminino numa busca, além do constrangimento causado à mulher; CONSIDERANDO que, convém salientar que, com relação à coronhada que a vítima disse ter sofrido, não se pode atribuir uma determinada autoria, posto que a própria declarou em sede de declarações perante a Autoridade Processante “[...] não sabendo apontar qual dos 02 (dois) policiais tinha efetuado a agressão”. É dizer, embora a agressão tenha sido de fato praticada, não há elementos suficientes para determinar, extreme de dúvidas, quem de fato cometeu o ato, o que não exclui as outras agressões; CONSIDERANDO que, demais disso, as testemunhas arroladas pela Comissão Processante, notadamente a Sra. A. H. P. dos S. (fls. 445/448) e a Sra. E. L. L. (fls. 449/450v), relataram que os policiais teriam solicitado um balde com água, ao que tudo indica para ser utilizado na sessão de afogamento. Além disso, relataram ter visto a vítima molhada e chorando após os fatos. Ao encontro disso, tais testemunhos favorecem a compreensão acerca da coerência e verossimilhança das palavras da vítima; CONSIDERANDO que, em relação à violência sexual, o Laudo pericial foi inconclusivo, embora, não tenha descartado de pronto sua ocorrência, visto que crimes dessa natureza nem sempre deixam marcas ou vestígios. Caminhou nesse sentido o entendimento da autoridade policial no ato de indiciamento dos aconselhados (fls. 249/259); CONSIDERANDO que, em sede de Alegações Finais (fls. 553/566; 567/574; 575/582 e 697/718), os defensores dos aconselhados, em síntese, alegaram total improcedência das acusações em decorrência da ausência de provas e inexistência dos crimes a eles imputados pela vítima, com supedâneo nos depoimentos testemunhais e nos laudos periciais carreados aos autos. Argumentaram ainda a incidência do princípio do in dubio pro reo em razão da insuficiência de provas da autoria e da materialidade, apontando possíveis contradições nas declarações da suposta vítima e nos depoimentos testemunhais. Por derradeiro, pugnaram pelo reconhecimento da inocência dos aconselhados, com as respectivas absolvições e o conseqüente arquivamento do feito. Tais argumentações foram devidamente analisadas e rebatidas de forma fundamentada pela Comissão Processante na primeira decisão (fls. 720/759); CONSIDERANDO que, mesmo ambos tendo se negado, em um primeiro momento, a se submeterem a exame para fins de comparação com as amostras biológicas coletadas da vítima durante o exame de corpo de delito, os aconselhados CB PM Feitosa e SD PM Régis, logo após o primeiro julgamento da Comissão Processante, tendo decorrido quase 04 (quatro) anos do ocorrido, peticionaram à Autoridade Instauradora mudando de ideia e requerendo a realização dos aludidos exames. Os supracitados aconselhados submeteram-se a exames de comparação, cujos Laudos Periciais n.º 2020.0069530 e n.º 2020.0069527, oriundos da PEFOCE, ambos realizados para identificação de perfis genéticos em caso de crimes sexuais, foram juntados, respectivamente, às fls. 813/815 e 816/818. Referidos exames, utilizando-se dos marcadores para o cromossomo “Y”, específicos dos indivíduos do sexo masculino e adequados para a análise de casos que podem envolver misturas, nas amostras extraídas dos “swab vaginais” encaminhados para exames, obtiveram perfis haplotípicos do cromossomo Y (LP 2016 06 002 4758), não coincidentes com os perfis haplotípicos identificados nas amostras referências dos aludidos militares, indicando a exclusão destes como produtores das amostras questionadas; CONSIDERANDO que, após regularmente intimados a apresentarem defesas finais complementares e diante da superveniência da aludida prova técnica, os defensores constituídos pelos quatro acusados apresentaram as peças defensivas complementares (fls. 848/872, 873/890, 891/908 e 909/911), no bojo das quais ainda incluíram Parecer Médico elaborado pela Perita Médico-legal Dra. Fernanda Nascimento Resende, CRM – 17266, no qual esta analisou as provas periciais e testemunhais documentadas no processo, em conseqüência do que apresentaram como pedido a reanálise da comissão reconhecendo a inocência dos processados face a improcedência das acusações, requerendo a alteração do parecer conclusivo com o conseqüente arquivamento do feito (fls. 873/908); CONSIDERANDO que, como dito alhures, a Comissão Processante, emitiu o Relatório Final n.º 272/2019 (fls. 721/759), acolheu as teses das defesas e, em decisão unânime, emitiu novo relatório em caráter complementar (fls. 1014/1017-v) alterando o entendimento anteriormente assentado, asseverando merecer prosperar os argumentos apresentados pela defesa no sentido de ausência de autoria e materialidade transgressiva em relação às acusações de violência física e sexual; CONSIDERANDO que, de outro modo, a Comissão Processante entendeu que os aconselhados teriam deixado de providenciar para que fosse resguardada a integridade corporal da vítima ao permitirem que outros policiais militares praticassem agressões físicas contra ela, omitindo-se de denunciá-los aos seus superiores em momento oportuno, o que configuraria a prática de transgressão disciplinar prevista no Art. 13, § 1º, inciso III, da Lei n.º 13.407/2003 (Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará). Segundo a Comissão Processante, ao deixarem de comunicar ao superior imediato ou, na ausência deste, a qualquer autoridade superior toda informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública ou grave alteração do serviço ou de sua marcha, logo que tenha conhecimento, os aconselhados teriam praticado a transgressão disciplinar prevista no Art. 13, § 1º, inciso XXXVII, bem como teriam deixado de cumprir ou fazer cumprir as normas legais ou regulamentares, na esfera de suas atribuições, incidindo nas tenazes da falta disciplinar prevista no Art. 13, § 2º, inciso LIII, todos da Lei n.º 13.407/2003; CONSIDERANDO que, de todo o exposto, impende asseverar que, a despeito dos resultados a que chegaram os exames, a autoria da violência sexual, tampouco das agressões físicas, não poderá ser afastada tendo por base apenas tais resultados em dissociação com o restante do contexto probatório, visto que a própria vítima relatou perante a Autoridade Policial e ratificou na presença da trinca processante que os aconselhados teriam praticado com ela atos libidinosos diversos da conjunção carnal mediante presunção de violência consistente na incapacidade dela de oferecer resistência às condutas dos agentes. Segundo ela, um deles a obrigou a realizar nele felação, ou seja, sexo oral, enquanto o outro teria tentando praticar coito anal, não logrando êxito em razão de certa dificuldade encontrada. Além disso, ainda conforme relato da ofendida, após os referidos atos, os policiais mandaram-na que tomasse banho objetivando fazer desaparecer quaisquer vestígios do ocorrido (fls. 226/227); CONSIDERANDO que o Laudo Pericial de exame de corpo de delito (fl. 53), a que foi submetida a Sra. A. G. C. L., apontou a existência de equimose no braço esquerdo e edema em região esquerda da cabeça da vítima (referente a possível coronhada sofrida pela periciada); CONSIDERANDO que, em relação à individualização das condutas, possível inferir do conjunto probatório coligido aos autos o grau de participação dos envolvidos na consumação das ações transgressivas (fls. 226/227). Assim sendo, os policiais militares CB PM Feitosa e SD PM Régis, em unidade de desígnios e concurso de crimes/transgressões, praticaram, sob violência e grave ameaça, as agressões físicas e sexuais cometidas na clandestinidade contra a senhora A. G. C. L.; CONSIDERANDO que, por ser tal transgressão praticada muitas vezes na clandestinidade, a palavra da vítima tem grande importância, desde que em convergência com as demais provas dos autos; CONSIDERANDO que, as provas amealhadas aos autos são tendentes a confirmar a tese acusatória em relação ao CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo e ao SD PM Paulo Régis de Oliveira, posto apontarem no sentido de que, além de terem praticado uma série de ilícitos penais, infringiram seus deveres funcionais ao violentarem física e sexualmente a vítima. De outra sorte, quanto ao SD PM João Victor Machado Firmino e ao SD PM Francisco Jales Renovato Júnior, restou comprovada a participação omissiva deles em parte dos fatos transgressivos ocorridos naquele fatídico dia 13 de abril de 2016. É dizer, o SD PM Firmino, que exercia a função de motorista da RD-1192, foi apontado pela Sra. A. G. C. L. como sendo o terceiro policial que adentrou o interior da casa de D., e que a referida praça, embora não tenha participado diretamente dos atos delitivos, teria inteiro conhecimento acerca do que ocorria naquele imóvel. Apesar disso, nada teria feito para impedir os atos abusivos praticados por seus companheiros contra a vítima, caracterizando, portanto, conduta omissiva. O aludido soldado, embora tenha negado veementemente as acusações, assumiu no seu auto de qualificação e interrogatório que de fato esteve no interior da terceira residência acompanhado do CB PM Feitosa, do SD PM Régis e da Sra. A. G. C. L., além de uma equipe da Força Tática de Apoio (FTA) (fls. 533/536); CONSIDERANDO que a presença do policiamento da FTA no referido local em nada contrariou as informações prestadas pela vítima, tendo em vista que a Sra. A. G. C. L., em todas as oportunidades em que prestou declarações, mencionou a presença de outros policiais militares. Entretanto, disse que as outras viaturas saíram do local depois de não terem encontrado nada de ilegal, sendo que apenas a composição dos acusados permaneceu naquele endereço, o que se confirmou nos dados de rastreamento juntado às folhas 626/628; CONSIDERANDO que, no ato de qualificação e interrogatório, o SD PM Firmino declarou ainda que o SD PM Renovato esteve alheio aos atos praticados no interior dos imóveis, pois permaneceu guardando a segurança da viatura durante as diligências realizadas na terceira residência, o que foi confirmado pelo próprio SD PM Renovato

por ocasião de seu interrogatório, quando afirmou “que permaneceu do lado de fora resguardando tanto a composição como a viatura” (fls. 540/542). Coaduna-se nessa linha as declarações da Sra. A. H. quando afirmou que tomou conhecimento, por meio de sua sobrinha E., de que haviam policiais defronte a sua casa impedindo a entrada de outras pessoas, motivo pelo qual não compareceu ao referido local onde a vítima se encontrava (fls. 445/448); CONSIDERANDO que a defesa aduziu haver contradições nos depoimentos das testemunhas quanto a identificação do motorista da composição ora investigada. Entretanto, os próprios aconselhados assumiram que o SD PM Firmino, que exercia naquele serviço a função de motorista, teria entrado em uma das casas, enquanto o SD Renovato, que era patrulheiro, permaneceu fazendo a segurança da viatura (fls. 533/536); CONSIDERANDO que, dessa forma, verifica-se que, em diferentes graus, o SD PM Firmino e o SD PM Renovato, conforme as condutas acima informadas, participaram da abordagem abusiva, onde uma mulher foi conduzida de forma coercitiva de uma casa para outra, tendo sido privada de sua liberdade por mais de uma hora, sem o acompanhamento de um familiar ou de qualquer vizinho, sob comando de uma composição que não permitia a aproximação de qualquer pessoa, de acordo com os depoimentos de A. H. e E. L. L. (fls. 445/450-v); CONSIDERANDO que, da análise dos autos, percebe-se que a Sra. A. G. C. L. não era o alvo inicial das buscas dos acusados, sequer a composição ora investigada a conhecia e vice-versa, tampouco a encontraram em qualquer atitude criminosa ou mesmo portando algum material potencialmente ilícito. Em verdade, segundo os aconselhados, a pessoa procurada era um possível traficante conhecido por “Bucho”, o qual, segundo os acusados, seria possível foragido da justiça e que existia em desfavor dele um mandado de prisão pendente de cumprimento. Apesar de tudo, nenhum indicativo foi encontrado nas casas revistas que comprovasse algum tipo de relação da vítima para com o suposto traficante; CONSIDERANDO que, não obstante a defesa tenha alegado que A. G. P. dos S. teria mudado a versão dos fatos por ocasião da sua oitiva no âmbito desse PAD, convém esclarecer que a citada testemunha não afirmou que os fatos não ocorreram, disse apenas que não viu como A. G. C. L. se encontrava após a abordagem, e que só tomou conhecimento do estado aparente da vítima por meio de sua ex-namorada, ficando ciente do ocorrido alguns dias depois através da própria vítima (fls. 626/628). Sobreditas alegações foram devidamente analisadas e refutadas fundamentadamente pela Comissão Processante na primeira decisão (fls. 720/759); CONSIDERANDO que o CB PM FEITOSA, o SD PM RÉGIS, o SD PM FIRMINO e o SD PM RENOVATO também restaram indiciados criminalmente nos autos do Inquérito Policial nº 323 – 17/2016 (fls. 249/259), sendo em seguida denunciados e tornados réus no processo penal nº 0016124-29.2016.8.06.0075, tramitando na 3ª Vara da Comarca de Eusébio/CE (fl. 546), o que fortalece a tese acusatória; CONSIDERANDO que, apesar do esforço argumentativo das defesas, encontram-se claramente delineados nos autos diversos elementos probatórios que comprovam a prática de transgressões disciplinares consubstanciadas nas ações de violência física, abuso de autoridade e de estupro praticados mediante conduta comissiva ou omissiva por parte dos aconselhados, tendo como vítima a Sra. A. G. C. L., consoante as declarações por ela prestadas em diferentes ocasiões, corroborados pelas demais provas nos autos, notadamente as testemunhais; CONSIDERANDO que a tese suscitada pelos aconselhados, objetivando questionar a veracidade das acusações, aduzindo que a vítima, em conluio com seus familiares, teria formulado as graves denúncias no intuito de prejudicar o trabalho da composição no combate a ilícitos naquela região, não encontra sustentação. Ao contrário, não parece crível que a vítima tenha fantasiosamente inventado e sustentado por tanto tempo perante o Ministério Público, a Polícia Civil, a Autoridade Sindicante e a Comissão Processante, com riqueza de detalhes, uma denúncia caluniosa tão elaborada visando unicamente prejudicar os aconselhados. Não parece crível que a vítima suportaria o constrangimento de revelar os fatos para a família, na delegacia e no processo regular, sempre repetindo a mesma versão, se os fatos não fossem verdadeiros. Não há sequer indício de que ela tivesse a intenção de imputar falsamente as transgressões aos aconselhados; CONSIDERANDO que, em relação à pretensa falta de prova material, foram atribuídos aos acusados atos libidinosos diversos da conjunção carnal, que, comumente não deixam vestígios, de maneira que o resultado negativo dos exames de corpo de delito, por si só, não aproveita aos aconselhados; CONSIDERANDO que, antes, contudo, de expor as razões que orientaram a solução do mérito, calha assentar que, além dos 04 (quatro) aconselhados figurarem no polo passivo da relação processual estabelecida no presente processo regular, o objeto da acusação se divide em mais de um episódio; CONSIDERANDO que, em relação às transgressões relacionadas ao delito de tortura, de acordo com os autos, no dia 13 de abril de 2015, por volta das 16h00min., na localidade de Autódromo, município de Eusébio/CE, conforme declarações da vítima, os policiais militares acusados teriam desembarcado da viatura e, a pretexto de colherem informações acerca da localização de um indivíduo de alcunha “Bucho”, possivelmente envolvido com o tráfico de drogas, a teriam conduzido a um imóvel sito a Rua Guimarães Passos, onde passaram a constrangê-la com emprego de violência física na tentativa de localizar material ilícito ou de colher informação acerca do paradeiro do suposto indivíduo. Referidos fatos também foram registrados pela vítima na Promotoria de Justiça do Eusébio (fls. 73/74) e também foram ratificados em sede de apuração policial (fls. 104/105). Durante as diligências realizadas em ao menos três imóveis, nenhum objeto ilícito fora localizado; CONSIDERANDO que, dos mapas de rastreamento, percebe-se que no número de sequência 15 a viatura foi desligada e permaneceu parada por 41 min e 57 ss nas coordenadas lat -3° 53' 50" e long -38° 27' 47". No sequenciamento de nº 21, a viatura permaneceu parada por 47 minutos e 59 segundos nas coordenadas de lat -3° 53' 46" e long 38° 27' 50" (fls. 19; 89/99; 114/118; 626/628). Referidos dados de posicionamento, após consulta ao sistema SIGV, indicaram os pontos georreferenciados como sendo os endereços indicados pela vítima e pelos acusados, corroborado por consulta ao Google Maps (fls. 182/186). O que se coaduna com os depoimentos da vítima; CONSIDERANDO que os depoimentos da vítima prestados na fase inquisitiva e no curso do processo foram unânimes em confirmar as agressões sofridas, de forma contínua e cruel, para que informasse a localização do indivíduo “Bucho” ou de possíveis drogas ou armas; CONSIDERANDO que a versão apresentada narra de forma clara e coerente a ordem dos acontecimentos e as lesões sofridas, restando cristalina a materialidade e a autoria transgressiva; CONSIDERANDO que a vítima, sob o domínio e a vigilância dos acusados, sozinha e sem possibilidade de reação, foi torturada e estuprada; CONSIDERANDO que os acusados, em linhas gerais, negaram o cometimento dos delitos em exame, alegando se tratar de denunciamento com o objetivo de retirar a equipe da área, que teria uma atuação eficaz no combate ao tráfico de drogas na região. Não prosperou essa tese; CONSIDERANDO que há infrações cujas provas são abundantes, flagrantes, saltam aos olhos, e há infrações cujas provas são escassas, tímidas, ficam às escondidas, de forma sub-reptícia. A tortura se insere na segunda categoria; CONSIDERANDO que, doutrinariamente, a prática da tortura é percebida como um crime de oportunidade (MAIA, Luciano Mariz. Do controle judicial da tortura institucional no Brasil hoje. Tese de Doutorado em Direito. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/06/DO-CONTROLE-JUDICIAL-DA-TORTURA-INSTITUCIONAL-NO-BRASIL-HOJE.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022. p. 20), ou seja, ocorre em ambientes ou dinâmicas em que sua prática é favorecida pelo contexto, pelos agentes envolvidos e, especialmente, pela invisibilidade; CONSIDERANDO que não se pode deixar de esclarecer que a eventual ligação da vítima ao tráfico de drogas ou dedicação a atividades criminosas não é objeto do presente processo regular, e de forma nenhuma legítima o evidente excesso e crueldade das agressões perpetradas a pretexto de um bem maior, qual seja, a segurança pública. Como agravante, as agressões ocorreram durante abordagem policial; CONSIDERANDO que o ordenamento jurídico pátrio encontra-se norteado primordialmente pela dignidade da pessoa humana, princípio síntese de uma série de valores existenciais, os quais o Estado tem por fundamento a fim de que se estabeleça uma sociedade livre e justa, em que atos nefastos como a tortura são repudiados, mormente diante da degradante situação na qual subjugam o ser humano; CONSIDERANDO que, pelo que se extrai dos autos, a vítima foi submetida à tortura mediante a prática do método ilícito de interrogatório conhecido como “submarino” (“waterboarding”, em inglês), que consiste em simular o afogamento da pessoa, submergindo-a de várias maneiras na água. A vítima sofreu atos de tortura física e psíquica, por meio da simulação de afogamento conhecida como “SACO D'ÁGUA” (subjugação por afogamento) sob a ameaça de ser ilegalmente presa ou sofrer coisa pior, inicialmente com o fim de obter informações sobre a localização de “Bucho” e de integrantes de facções criminosas. Na sequência dos atos de tortura, foi submetida a agressão sexual; CONSIDERANDO que, segundo estudiosos, essa técnica tem duas variantes: o “submarino seco” e o “submarino molhado” (SANTANA, Geane da Silva. O teatro sem fronteiras de Aristides Vargas: memória e exílio na América Latina. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Natal: 2019. 104 f. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/27772/1/Teatrosemfronteiras_Santana_2017.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022. p. 67); CONSIDERANDO que o “submarino molhado” consiste em algarimar a pessoa e introduzi-la de cabeça em um tanque com água salgada, urina ou outro líquido, com as pernas suspensas para cima até que ela comece a se afogar; CONSIDERANDO que o Protocolo de Istambul (Manual para a Investigação e documentação eficazes da Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes) do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, trata da prática da “quase asfixia” no ponto 7 (ONU. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Protocolo de Istambul: Manual para a investigação e documentação eficazes da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Nova Iorque: ONU, 2001. p. 62): “[...] A quase asfixia por sufocação é um método de tortura cada vez mais comum. Em geral não deixa quaisquer vestígios e a recuperação é rápida. Este método de tortura foi tão utilizado na América Latina que a sua designação em espanhol, submarino, se tomou parte do vocabulário dos direitos humanos. [...] Esta forma de tortura é conhecida como “submarino molhado [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO que, partindo-se da premissa de que a acusação em desfavor dos processados adequa-se, em tese, a uma transgressão equiparada ao delito de tortura, temos que, analisando-se o caso, mutatis mutandis, à luz do entendimento que se daria na seara penal, posto compartilharem da mesma ratio juris, conclui-se que os 04 (quatro) PPM praticaram condutas distintas, tendo o CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo e o SD PM PAULO RÉGIS de Oliveira participado do fato de maneira comissiva (ativa), e os outros dois – SD PM Francisco Jales Renovato Júnior e SD PM João Victor Machado Firmino – na modalidade omissiva (passiva). Nessa senda, a imputação contra os policiais militares CB PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo e SD PM PAULO RÉGIS de Oliveira, subsumem-se a transgressões análogas ao delito de tortura na modalidade probatória, cuja ação consiste em constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, cuja finalidade específica é a obtenção de informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa. De outra sorte, as imputações em desfavor dos militares estaduais SD PM Francisco Jales Renovato Júnior e SD PM João Victor Machado Firmino, amoldam-se a transgressões assemelhadas ao delito de tortura na modalidade omissiva, cuja conduta não exige finalidade específica, consistente em “nada fazer”, quando tinham o dever de evitá-la (garante). Nessa perspectiva, dada a relevância do ocorrido, cabe discernir que a conduta dos aconselhados, na forma praticada nos autos, amoldam-se, formal e materialmente, a tipos penais previstos na Lei nº 9.455/1997; CONSIDERANDO que a prática da tortura reveste-se de tal gravidade que a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, inc. III, prevê que é direito fundamental do ser humano não ser torturado. Além disso, o inc. XLIII do mesmo excerto considera o crime em comento como inafiançável e insuscetível de graça e anistia. Portanto, a Lei de Tortura atende a

um mandado expresse de criminalização dessa prática. É conduta equiparada a hediondo (pois, recebe o mesmo tratamento). Dessa forma, o legislador constituinte definiu a necessidade de dar tratamento mais rígido a esse tipo de comportamento; CONSIDERANDO, na mesma esteira, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF): “[...] a tortura constitui a negação arbitrária dos direitos humanos, pois reflete – enquanto prática ilegítima, imoral e abusiva – um aceitável ensaio de atuação estatal tendente a asfixiar e, até mesmo, a suprimir a dignidade, a autonomia e a liberdade com que o indivíduo foi dotado, de maneira indisponível, pelo ordenamento positivo.” (HC 70389); CONSIDERANDO que o Estado Brasileiro é signatário de tratados internacionais que tratam do tema, por meio dos quais se obrigou perante a comunidade internacional a reprimir os crimes de tortura. Um desses instrumentos é a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes, promulgado pelo Decreto n.º 40, de 15 de fevereiro de 1991, que conceitua o termo “tortura” em seu artigo 1.º, I; CONSIDERANDO que a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, promulgada pelo Decreto n.º 98.386, de 9 de dezembro de 1989, definiu em seu Art. 2.º o conceito de “tortura” para fins de aplicação do instrumento normativo; CONSIDERANDO, no plano normativo interno, o caso em tela se amolda ao disposto na Lei Federal n.º 9.455/1997, que definiu os crimes de tortura, especificamente ao teor do Art. 1.º, inc. I, alínea “a” e §§ 2.º e 4.º, inc. I; CONSIDERANDO que, com efeito, a definição exarada no Art. 1.º, inc. I, alínea “a”, da Lei n.º 9.455/1997 trata da denominada “tortura probatória”, ou seja, aquela conduta cujo o fim é a obtenção de informações, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa. Sob essa perspectiva, a norma protege o bem jurídico da incolumidade física da pessoa em sentido amplo, a saber, a integridade corporal, mental e a saúde. Além disso, resguarda a tutela de garantias constitucionais e legais das pessoas em geral frente aos arbítrios cometidos por funcionários públicos e/ou por particulares. Nessa esteira, é evidente a adequação da conduta descrita nos autos às normas em comento. Noutro sentido, o Art. 1.º, § 2.º, ao dispor que: “Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a 4 anos”, revela a figura da denominada “tortura-omissão ou tortura-imprópria”; CONSIDERANDO que, na participação por omissão, o omitente, tendo o dever jurídico de evitar o resultado, enquanto na condição de garante, concorre para ele, ao quedar-se inerte, enquanto os autores diretos realizam a conduta comissiva. Assim, no caso vertente, o SD PM João Victor Machado Firmino assistiu às cenas de agressão, sem nada fazer, anuindo, de certa forma, na concretização dos atos, permanecendo inerte, aderindo com sua conduta omissa às ações do Cb PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo e do Sd PM Paulo Régis de Oliveira, que realizavam a ação principal, devendo, portanto, ser responsabilizado pela passividade, na medida de sua culpabilidade. O SD PM Francisco Jales Renovato Júnior, apesar de não ter presenciado diretamente os acontecimentos, tinha ciência do que ocorria e nada fez para cessar as agressões. Assim sendo, ambos se omitiram dos deveres legais inerentes aos cargos públicos que ocupavam de coibir a prática de tal crime. Assim, realizaram condutas que correspondem às hipóteses tipificadas no Art. 1.º, § 2.º, da Lei n.º 9.455/97 (omissão perante a tortura); CONSIDERANDO que a prova material das agressões sofridas pela vítima A. G. C. L. está assentada nos depoimentos testemunhais e no laudo do exame de corpo de delito de lesões corporais. Portanto, como se vê, não há como negar a existência consistente da autoria e provas robustas da materialidade das transgressões; CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 29, do CPM: “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”; CONSIDERANDO que a doutrina tem definido o concurso de agentes como a reunião de duas ou mais pessoas, de forma consciente e voluntária, concorrendo ou colaborando para o cometimento de certa infração penal; CONSIDERANDO que os atos praticados pelos militares estaduais convergem para transgressões disciplinares de natureza grave, de forma que o manancial probatório acostado aos autos confere convencimento de que tais faltas funcionais ocorreram e que seus autores foram os militares em epígrafe; CONSIDERANDO, isto posto, que, de modo a exaurir a cognição e justificar a punição expulatória em face dos militares estaduais Cb PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo e do Sd PM Paulo Régis de Oliveira, e a sanção diversa da demissão em relação aos policiais SD PM João Victor Machado Firmino e SD PM Francisco Jales Renovato Júnior, é pertinente pontuar que o poder disciplinar busca, como finalidade fundamental, velar pela regularidade do serviço público, aplicando, para tanto, medidas sancionatórias aptas a atingir tal desiderato, respeitando-se sempre o princípio da proporcionalidade e seus corolários (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito); CONSIDERANDO que se faz importante observar que, no delito de tortura, há o preceito primário referente ao intenso sofrimento físico ou mental, sendo que este último pode dar-se das mais variadas formas, v.g., mediante ameaças, etc. Logo, afigura-se dispensável a prática de agressões física e/ou a presença de lesões corporais graves para a caracterização do delito; CONSIDERANDO que os aconselhados questionaram a gravidade das lesões para alegar não ter havido a tortura, porém há precedente judicial entendendo que o ato de forçar a prática de sexo oral também configura tortura (Acórdão 20098048 do Tribunal de Justiça de Sergipe); CONSIDERANDO que os Tratados Internacionais sobre o tema e também a Lei n.º 9.455/1997 enunciam que as práticas de tortura não são esgotadas nessas legislações, devendo o julgador, ao apreciar os casos concretos, aferir se a violência praticada, seja ela qual for, se enquadra, ou não, no tipo penal da tortura. Assim é que a produção de provas para apuração do crime da tortura pode ter a forma de um relatório médico, uma avaliação psicológica, declaração da vítima, declarações de testemunhas, gravações, outros tipos de prova de terceiros (como o testemunho de um médico ou de outro especialista), ou uma prova objetiva de incidentes generalizados de tortura nas circunstâncias referidas. Em resumo, pode ser qualquer material que possa ajudar a corroborar e demonstrar uma denúncia (GIFFARD, Camile. Manual de denúncia da tortura: como documentar e apresentar denúncias de tortura no âmbito do sistema internacional para a proteção dos direitos humanos. Reino Unido: Universidade de Essex, 2000. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_tortura_giffard.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022. p. 59); CONSIDERANDO que, muitas vezes os ferimentos e lesões desaparecem até a data da realização da perícia e ensinam a realização de exame indireto de corpo de delito. Outras tantas, atos violentos, apesar de caracterizarem tortura, são desferidos, propositadamente, de maneira a não deixarem vestígios ou apenas leves escoriações na pele da vítima (GOULART, Valéria Diez Scarance Fernandes. Tortura e prova no processo penal. Dissertação de Mestrado em Direito. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001. p. 99 e 101). Deste modo, não se pode admitir que tais crimes sejam menos graves do que aqueles que deixam marcas físicas e visíveis nos corpos, posto que, à sua maneira, também deixam marcas e cicatrizes nas vítimas; CONSIDERANDO que, quanto aos sistemas de avaliação da prova, o ordenamento jurídico brasileiro adotou, como regra, o sistema do livre convencimento motivado, segundo o qual o magistrado tem ampla liberdade para valorar as provas dos autos (que legal e abstratamente têm todas o mesmo valor), mas, por outro lado, tem o dever de fundamentar sua decisão – com base nas provas coligidas aos autos (Art. 93, IX, da CF/88). Assim é que o depoimento do ofendido, um dos meios de prova previstos pelo CPP (art. 201), também deverá ser livremente valorado pelo julgador, quando da prolação da decisão; CONSIDERANDO que, na maioria das vezes, a tortura, por ocorrer em locais ocultos, é cometida sem a presença de outros observadores ou testemunhas do ato. Assim, normalmente, a única pessoa apta a descrever os tormentos e sofrimentos é a própria vítima – já que o perpetrador dificilmente se disporá a fazê-lo (GOULART, 2001, p. 115). Uma peculiaridade que envolve o crime de tortura é o seu local de cometimento, já que, “normalmente, a sessão de suplicios é feita em locais fechados” (Goulart, 2001, p. 4), o que dificulta sua publicidade e, consequentemente, posterior comprovação; CONSIDERANDO que se colhe dos autos que as agressões físicas ocorreram com emprego de violência, consistente em asfixia com uso de saco plástico na cabeça e na boca (método conhecido como “submarino seco”), dificultando com isto a respiração da vítima, além de afogamento simulado com a submersão em um balde com água (prática conhecida vulgarmente por “submarino molhado” ou “waterboarding”), causando-lhe sofrimento físico e mental, assim a torturando, com o fim de obter informações acerca do suposto paradeiro de um indivíduo alcunhado de “Bucho”, possivelmente envolvido no tráfico de entorpecentes local (fls. 09/10; fls. 16; fls. 73/74 fls. 76/77; fls. 104/105; fls. 480/481); CONSIDERANDO que, diante do exposto, o comportamento dos aconselhados revelou obtuso desprezo ao sofrimento alheio (ser humano), conduta esta a ser repreendida no seio da Corporação Policial Militar, traduzindo qualquer conivência nesse sentido uma verdadeira autodestruição institucional. Desta forma, a ação dos militares deve ser vista como grave violação à dignidade da pessoa humana e à cidadania (fundamentos da República Federativa do Brasil, Art. 1.º, da CF/88), posto que nenhum cidadão pode ser submetido a tratamento desumano ou degradante. Nessa vertente, a violência fardada distorce o conceito de ética e moral, e ainda alimenta um sentimento de descontrole e insegurança à sociedade; CONSIDERANDO que, diante desse quadro fático, há de se analisar as condutas do SD PM João Victor Machado Firmino e do SD PM Francisco Jales Renovato Júnior, sobre duas vertentes: a primeira, em face do tratamento jurídico dispensado aos comportamentos omissivos (autônomos) perante a norma que trata do caso praticado, assim como diante do contexto fático e das peculiaridades que o caso requer; CONSIDERANDO que, nesse diapasão, embora digna de reprovação, a conjuntura de inação dos 02 (dois) aconselhados deve ser analisada no caso concreto, pois a própria Lei n.º 9.455/1997 proporciona tratamento diferenciado (privilegiado) ao servidor que comete a falta na modalidade omissiva em relação ao agente que a efetua nas demais modalidades, impondo-lhe pena menor, senão vejamos: “§ 2.º, do art. 1.º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos” (grifou-se). Nessa perspectiva, a tortura por omissão refere-se à inércia, ou seja, o não agir por parte de quem esteja obrigado por ofício de intervir, porém, ao contrário, mantém-se parado/complacente quando deveria evitar a prática criminosa. Dessa forma, a figura privilegiada visa a incriminar com sanção bem menos rigorosa (reprimenda leve, diferenciada) aquele que, podendo e devendo repeli-la, abstém-se de evitar a sua prática ou, não sendo possível evitá-la, deixa de adotar as medidas cabíveis. Assim sendo, a CF/88 expressamente determina a punição do agente que, por omissão, contribui para o delito em questão (art. 5.º, XLIII), ao reprimir a conduta, o legislador infraconstitucional imprimiu um tratamento mais benéfico; CONSIDERANDO, no caso sob apreço, que a omissão do SD PM João Victor Machado Firmino e do SD PM Francisco Jales Renovato Júnior tutela, precipuamente, a moral administrativa, já a infração propriamente dita, perpetrada pelo Cb PM Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo e pelo SD PM Paulo Régis de Oliveira, afrontou a dignidade humana como bem jurídico principal; CONSIDERANDO que a conduta compreendida como omissiva não é sequer equiparada a hedionda, inclusive no âmbito criminal, permitindo o pagamento de fiança. Além disso, o regime inicial de pena não é o fechado, a pena é a metade da equivalente à infração verificada nas demais modalidades e o sistema de punição é por meio do instituto da detenção. Nessa esteira, haja vista a condição diferenciada dada aos agentes que, de forma omissiva, praticarem o delito de tortura, a própria Lei n.º 9.455/97 fugiu à regra da teoria unitária, tendo adotado como exceção a teoria pluralística, segundo a qual cada partícipe responde por um delito diferente. Nesse caso, aquele que, podendo evitar a prática da conduta delitiva, a ela assiste passivamente, cooperando com a execução dos atos, mediante omissão, não responderá pelo mesmo crime cometido pelos autores principais, como determina o Art. 29, caput, do CP (teoria unitária ou monista), mas pela forma prevista no Art. 1.º, § 2.º, da mesma Lei, ou seja, pela conduta autônoma. Portanto, o legislador quis dar um tratamento mais brando (diferenciado) ao agente que incorre neste delito, na modalidade omissiva, considerando-o, assim, conduta de menor gravidade. Na mesma senda, desconsiderou-se também o disposto no Art. 13, § 2.º, do CP, que estabelece regras atinentes à omissão do

garante, que “deve responder por esse delito, em paridade de tratamento com os autores diretos do crime”; CONSIDERANDO que não se pode olvidar que, abstraindo-se do mundo jurídico, o militar que presencia o cometimento de conduta ilícita por seu superior hierárquico fica em uma situação extremamente delicada, tendo em vista a incidência dos rígidos preceitos da hierarquia e disciplina que regem as Instituições Militares. Todavia, tais preceitos não podem servir de escudo para a prática de abusos e arbitrariedades. Assim sendo, inobstante a hierarquia e disciplina não poderem ser utilizadas de salvo-conduto para a prática de atos ilícitos, ainda que perpetrado por superior hierárquico, também não seria proporcional uma sanção mais rígida para os subordinados que somente presenciaram o fato; CONSIDERANDO que, dessa maneira, independentemente de quem as comete, o policial militar que presencia agressões tem o dever de agir para evitá-las. Caso não aja, comete transgressão passível de reprimenda. No caso, a conduta dos 02 (dois) aconselhados envolveu um fator relevante que coibiu suas ações e que influenciou sobremaneira nas suas omissões, ou seja, a condição de superior hierárquico de um dos agressores, que, naquele momento, exercia a função de comando sobre os demais aconselhados. Na mesma esteira, posicionou-se o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT): “[...] PENAL E PROCESSO PENAL. TORTURA. CONDENAÇÃO. RECURSO DOS RÉUS E MINISTÉRIO PÚBLICO. AUTORIA. DESCLASSIFICAÇÃO. COMPETÊNCIA. PERDA DO CARGO. TORTURA COMISSIVA E OMISSIVA. PROPORCIONALIDADE. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. POSSIBILIDADE. 1. SE HÁ PROVAS SUFICIENTES DE QUE O APELANTE SUBMETEU AS VÍTIMAS A SOFRIMENTO FÍSICO E PSICOLÓGICO COM A FINALIDADE DE OBTER INFORMACÃO E CONFISSÃO, SUA CONDOTA SE SUBSUME AO DELITO DE TORTURA, E NÃO LESÃO CORPORAL OU ABUSO DE AUTORIDADE. O POLICIAL MILITAR QUE DEIXA DE AGIR PARA EVITAR AS AGRESSÕES PERPETRADAS POR OUTRO MILITAR RESPONDE POR OMISSÃO, POIS TEM O DEVER LEGAL DE PROTEGER A SOCIEDADE. 2. O CRIME DE TORTURA É COMUM NÃO TENDO CORRESPONDENTE NO CÓDIGO PENAL MILITAR, DEVENDO SER PROCESSADO E JULGADO PERANTE A JUSTIÇA COMUM E NÃO ESPECIALIZADA, COMO A CASTRENSE. DE IGUAL MODO, TRATANDO-SE DE DELITO COMUM, A COMPETÊNCIA PARA DECRETAÇÃO DA PERDA DO CARGO É DA JUSTIÇA COMUM. 3. EM QUE PESE A GRAVIDADE DA OMISSÃO DO POLICIAL NO CRIME DE TORTURA PERPETRADO POR OUTRO POLICIAL, NÃO SE PODE APENÁ-LO COM A MESMA INTENSIDADE IMPOSTA AO AUTOR DO CRIME DE TORTURA NA SUA MODALIDADE COMISSIVA, RAZÃO PELA QUAL PODE SER AFASTADA O DECRETO DE PERDA DO CARGO E A INTERDIÇÃO PARA SEU EXERCÍCIO PELO DOBRO DO PRAZO EM HOMENAGEM AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 4. NÃO HÁ ÓBICE LEGAL A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO SE O CONDENADO POR CRIME DE OMISSÃO EM DELITO DE TORTURA PREENCHE OS REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS INSCULPIDOS NO ART. 44, DO CÓDIGO PENAL. [...] (Acórdão nº 647853, nº 20090110660850APR, Relator JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, julgado em 17/01/2013, DJ 24/01/2013 p. 360)”. (grifou-se); CONSIDERANDO que, em que pese o cometimento das infrações supramencionadas, quando se delineou os fundamentos fáticos e de direito demonstrando a culpabilidade do CB PM Feitosa e do SD PM Régis, não se alcançou, ao revés, o mesmo grau de culpa em relação aos outros acusados (SD PM Firmino e SD PM Renovato), notadamente, em vista das circunstâncias do caso, conforme expandido outrora. In casu, a dinâmica dos fatos é claramente reveladora dos propósitos do CB PM Feitosa e do SD PM Régis, ante suas condutas comissivas, e do SD PM Firmino e do SD PM Renovato, com suas omissões. Nessa senda, a robusta prova testemunhal/material constante nos autos comprova que os acusados, recalcitrantes ao cumprimento do que prevê a lei, demonstraram evidente prática transgressiva; CONSIDERANDO que, conforme se depreende dos próprios depoimentos dos aconselhados, nada de ilegal foi encontrado em posse da vítima, não sendo comprovada qualquer participação com o tráfico de drogas ou envolvimento com alguma organização criminosa, e sequer fora conduzida à Delegacia Especializada, pelo contrário, após a sessão de espancamento foi liberada no local.; CONSIDERANDO que a culpabilidade dos policiais militares, ora processados, é inescusável, posto que, na condição de agentes da segurança pública, têm o dever de agir com prudência, preservando a ordem pública e promovendo o bem-estar da sociedade, buscando com o máximo esforço não proceder de forma contrária. As provas existentes nos autos vão de encontro às afirmações constantes nas razões finais de defesa dos aconselhados. Assim sendo, da análise do caderno processual, conclui-se que a materialidade e a autoria transgressiva restaram plenamente comprovadas, ante a vasta documentação acostada. Cabe, pois, concluir que no caso em comento, o conjunto probatório carreado nos autos demonstra, inequivocamente, as condutas descritas na Portaria Inaugural; CONSIDERANDO que, apesar de os aconselhados refutarem a autoria das transgressões, devemos entender tal negação como exercício do nemo tenetur se detegere, ou seja, ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, levando-se ao extremo a aplicação dos princípios constitucionais da ampla defesa e da presunção do estado de inocência. Nessa toada, a prova testemunhal, notadamente os depoimentos da vítima e das testemunhas de acusação, aliada à prova material, qual seja o laudo de exame de corpo de delito, subsistiram imprescindíveis para o esclarecimento do ocorrido, atribuindo com solidez a autoria aos acusados. Portanto, o conjunto probatório amalhado aos autos demonstraram a dinâmica em que as condutas ilícitas se consumaram, evidenciam a culpabilidade dos aconselhados na medida de suas respectivas condutas; CONSIDERANDO que, na mesma perspectiva, necessário sublinhar ainda que o valor probatório dos indícios colhidos durante a fase inquisitorial tem a mesma força que qualquer outro tipo de prova, com a ressalva de não serem analisados de forma isolada, posto que devem ter coerência com as demais provas (MIRABETE, 2007); CONSIDERANDO que, nessa senda, calha ressaltar a unidade e harmonia dos depoimentos, seja em sede inquisitorial, seja neste Processo Administrativo Disciplinar, demonstrando, assim, que as provas depõem contra os acusados, sendo reiteradas neste processo sob o pálio do contraditório, afastando assim, qualquer condenação baseada na exclusividade da prova indiciária, sem no entanto, desmerecer sua importância; CONSIDERANDO que, nesse contexto, o julgador apreciará a prova pericial, indicando na decisão os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo. Ademais pericia alguma vincula o julgador, que pode formar sua convicção a partir dos demais elementos do processo. Este posicionamento é reiterado pela jurisprudência: “3. O juízo não está adstrito às conclusões do laudo médico pericial, nos termos do artigo 479 do NCPC (O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito), podendo discordar, fundamentadamente, das conclusões do perito em razão dos demais elementos probatórios coligidos aos autos. (TRF4, AC 5022927-03.2017.4.04.9999, Relator(a): [P.] AFONSO BRUM VAZ, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SC, Publicado em: 21/09/2017)” (grifou-se); CONSIDERANDO que, em relação as transgressões relacionadas ao delito de estupro, atente está que os tipos penais/transgressivos mencionados são totalmente incompatíveis com o desempenho da atividade policial militar, posto que foram praticados em circunstâncias degradantes para a vítima; os motivos fúteis, insignificantes, manifestamente desproporcionais em relação aos resultados produzidos, demonstrando insensibilidade moral dos agentes; e as consequências dos crimes se revelaram sórdidas e verdadeiramente desastrosas, ensejando alto grau de reprovação por parte da sociedade, uma vez que o comportamento da vítima em nada concorreu para a altíssima gravidade das agressões sofridas, seja nas lesões corporais ou no estupro; CONSIDERANDO que não subsiste a alegação apresentada pelos aconselhados e por seus respectivos defensores de que as denúncias formuladas pela vítima foram motivadas por um certo sentimento de retaliação em decorrência das ações repressivas por eles empreendidas na localidade em que se deram os fatos, o que teria causado prejuízo aos criminosos atuantes na área e atraído o desejo de vingança contra os policiais; CONSIDERANDO que as alegadas contradições suscitadas pela defesa nos depoimentos da vítima e de algumas das testemunhas não tiveram o condão de afastar as acusações de violência mediante o emprego de força física (vis absoluta) capaz de dificultar, paralisar ou impossibilitar a real ou suposta capacidade de resistência da vítima, resultando em vias de fato ou lesão corporal, e sexual praticadas contra a ofendida, visto que, apesar do intervalo de tempo entre os termos de declaração prestados pela Sra. A. G. C. L., a descrição dos fatos e a identificação de seus autores não se alteraram substancialmente a ponto de afastar a materialidade e a autoria transgressiva. Além disso, os testemunhos apontados como pontualmente contraditórios foram dados por pessoas que afirmaram nem mesmo terem presenciado o ocorrido, mas que teriam tomado conhecimento por intermédio de terceiros; CONSIDERANDO que, muito embora os acusados em geral não estejam obrigados a se autoincriminarem em decorrência do princípio da não autoincriminação (nemo tenetur se detegere), ou seja, a produzir prova contra si mesmo (nem o suspeito ou indiciado, nem o acusado, nem a testemunha, etc), causa certa estranheza que os policiais militares CB PM Feitosa e SD PM Régis tenham, ao menos até o desfecho do processo administrativo, declinado da oferta da Comissão Processante para a submissão, sem qualquer ônus pecuniário, aos exames de comparação com os vestígios biológicos coletados na vítima. Obviamente que, do princípio acima mencionado somado à presunção de inocência, depreende-se que da não colaboração do suspeito ou acusado com a produção de qualquer tipo de prova incriminatória não se pode inferir qualquer tipo de presunção contrária ao réu, muito menos a presunção de culpabilidade; CONSIDERANDO que o delito de estupro foi praticado em concurso entre o CB PM Feitosa e o SD PM Régis. Assim sendo, conforme o Art. 226, inc. I, do CP, se o crime é cometido em concurso de duas ou mais pessoas, aumenta-se a pena pela quarta parte. Esse aumento de pena tem fundamento na maior facilidade obtida pelo agente no emprego dos meios de execução do delito. Como bem observou André Estefam, “a coparticipação de duas ou mais pessoas no proceder dirigido à violação da dignidade sexual, sem dúvida, facilita a subjugação do ofendido” (ESTEFAM, André. Direito Penal – Parte Especial – Volume 3. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 145); CONSIDERANDO ser pacífico na jurisprudência que, em crimes contra a dignidade sexual, frequentemente cometidos às ocultas, à míngua de testemunhas, as declarações da vítima possuem inegável alcance, em especial quando harmônicas e coesas entre si e estejam em sintonia com outros elementos jungidos ao processo, como ocorre na hipótese dos autos, revestindo-se de especial valor probante, formando um conjunto probatório suficientemente hábil a fundamentar a edição de decreto condenatório, especialmente quando postas em confronto entre si e com as demais provas, não havendo motivos para desacreditá-las no caso concreto dada a precisão de detalhes fornecidos pela vítima; CONSIDERANDO que a vítima descreveu minuciosamente a dinâmica dos fatos, o que foi corroborado pela prova testemunhal, não havendo que se falar em insuficiência de provas para amparar a condenação; CONSIDERANDO que se depreende dos autos que a vítima não pode oferecer resistência à ação dos aconselhados, pois estava com sua capacidade diminuída pela coação moral e real ante o temor fundado no receio de se ver agredida ainda mais ou ainda de ser presa ilegalmente com base em um flagrante armado, tendo em vista que estava acuada em uma residência na qual não haviam outras pessoas senão ela e os policiais militares acusados, sendo gravemente ameaçada, constrangida e intimidada; CONSIDERANDO que, desde a antiguidade, o crime sexual se apresenta como um grave problema que aflige a sociedade, compreendendo um ato consistente ou não no contato físico, compreendendo vítimas de várias idades e de ambos os sexos, sendo considerado como um tipo de comportamento agressivo bastante reprovado socialmente. Em regra, é cometido na clandestinidade quando a vítima não tem condições de clamar por socorro ou mesmo para se defender;

CONSIDERANDO que o crime de estupro é identificado como uma violação física, fundamentado em uma agressão sexual, que pode envolver a conjunção carnal ou a prática de atos libidinosos diversos sem o consentimento da pessoa ofendida; CONSIDERANDO que a conjunção carnal é consumada com a introdução completa ou incompleta do órgão sexual do estuprador na cavidade vaginal da mulher/ofendida (CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, parte especial: arts. 213 a 359-H. v. 3. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018). Pode ser comprovada pela materialidade, tendo como alguns exemplos o espermatozóide do agressor, ruptura do hímen e outros. Já o ato libidinoso, é aquele praticado de forma diversa da cópula vaginal, isto é, quando não há a conjunção carnal entre a vítima e o suposto agressor. Ainda nesse mesmo pensamento, afirmou Capez (2018, p. 88): “Os atos libidinosos diversos da conjunção carnal passaram a também configurar o delito de estupro, de forma que, uma vez comprovada a sua realização, o crime do art. 213 será considerado consumado”; CONSIDERANDO que, de acordo com a nova redação determinada pela Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009, ao Art. 213 do Código Penal, constitui crime de estupro a ação de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Nesse sentido, na acepção conceitual do tipo descrito, constranger significa forçar, compelir, coagir alguém a: (a) ter conjunção carnal; ou (b) a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. O intuito da norma repressiva é, portanto, resguardar o bem jurídico da liberdade individual; CONSIDERANDO que, com a nova redação do artigo que tipifica o crime de estupro, não é necessário ter havido conjunção carnal para haver o enquadramento na aludida infração penal, pois a atual redação abrange o estupro para não somente o coito, mas também para qualquer ato libidinoso. Dessa forma, é possível violentar uma pessoa sexualmente sem deixar rastros ou vestígios, tornando difícil comprovação da violência e de quem foi o violentador através de provas como corpo de delito; CONSIDERANDO que sobre o termo da sua expressão mais elementar, a privacidade e a intimidade, que são aspectos da liberdade individual, passam a assumir dimensão superior quando se referem à liberdade sexual, compreendendo em sua plenitude a inviolabilidade carnal, que, inclusive, deve ser respeitada também pelo cônjuge; CONSIDERANDO que, conforme assentado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o depoimento da vítima em casos de estupro e assédio sexual tem valor de prova relativa e pode ser satisfatório para a condenação do agressor. Nestes casos, a versão da vítima para os fatos deve sobrepor-se às negativas do acusado, salvo se provado de forma cabal e incontroversa que a suposta vítima se equivocou ou mentiu, senão vejamos: “[...] 1 – Nos crimes sexuais, geralmente cometidos às ocultas e sem a presença de testemunhas, são de real valor probatório as declarações da vítima, máxime se coerentes com as demais provas.” (Acórdão 1246024, 00015962920198070019, Relator: JAIR SOARES, Segunda Turma Criminal, data de julgamento: 30/4/2020, publicado no PJe: 11/5/2020); “2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que, em crimes de natureza sexual, à palavra da vítima deve ser atribuído especial valor probatório, quando coerente e verossímil, pois, em sua maior parte, são cometidos de forma clandestina, sem testemunhas e sem deixar vestígios. (...)” (STJ, AgRg no AREsp 1594445 / SP); “É firme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que, em crimes contra a liberdade sexual, praticados, em regra, de modo clandestino, a palavra da vítima possui especial relevância, notadamente quando corroborada por outros elementos probatórios” (AgRg no AREsp 1.586.879/MS, Sexta Turma, j. 03/03/2020)” (grifou-se); CONSIDERANDO que, sendo assim, a palavra da vítima no crime de estupro detém uma atenção especial dos julgadores, pois conciliado e em conformidade a outras provas do fato, ela tem ganhado cada vez mais força e credibilidade. Contudo, por ser característico do crime de estupro a obscuridade, a falta de testemunha visual, ou até mesmo a prática no ambiente familiar, a comprovação da materialidade obsta comprometida, pois é possível que não haja laudo pericial probatório da violência sexual. Sendo assim, a palavra da vítima, conciliada a outras provas, resta suficiente para a condenação do réu ao crime de estupro; CONSIDERANDO que, nos crimes contra a dignidade sexual, por se tratarem de delitos praticados em clandestinidade tornam a tarefa de constituição de provas bem mais complexa. Nestes casos a palavra da vítima tem valor probatório relativo. Assim, manifestou-se o Supremo Tribunal Federal: “A configuração do crime de estupro prescinde da realização do exame de corpo de delito, sendo suficiente a manifestação inequívoca e segura da vítima, quando em consonância com os demais elementos probatórios delineados no bojo da ação penal. (HC 8.720-RJ, 6ª T., rel. Vicente Leal, 16.11.1999, v.u., DJ 06.12.1999, p. 126)”; CONSIDERANDO que no sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional, o julgador não se encontra vinculado aos valores das provas. Neste, o julgador é livre para se convencer com relação às provas, não se comprometendo ao critério de valoração antecedente das provas colhidas. A prova pode ser livremente escolhida de acordo com que lhe parecer mais comprovador na busca da verdade material. Nesse contexto, o julgador tem mais liberdade para analisar as provas de acordo com os seus critérios e convicções, a fim de aplicar o justo, devendo fundamentar ou explicar o porquê decidiu por aquela decisão. Essa fundamentação deve ser baseada em argumentos e justificativas racionais. Assim, afirmou Pacelli (PACELLI, Eugênio. Curso de processo penal. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2018. p. 344): “Um único testemunho, por exemplo, poderá ser levado em consideração pelo juiz, ainda que em sentido contrário a dois ou mais testemunhos, desde que em consonância com outras provas”; CONSIDERANDO que o tipo penal do estupro, com o advento da Lei n.º 12.015/2009, passou a tutelar a dignidade sexual individual da pessoa. A despeito disso, sabe-se que tal delito, normalmente, é cometido na clandestinidade, ou seja, às ocultas, onde não há testemunhas e em quase todos eles não se encontra a materialidade delitiva. O crime de estupro é um dos atos de infração considerados mais repugnantes pela sociedade, pois não fere somente o direito individual da pessoa, mas sim, toda a sociedade; CONSIDERANDO que, ao eleger a dignidade sexual como bem jurídico protegido, o Código Penal estabeleceu a devida sintonia com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (CF/88, Art. 1.º, III), considerado um princípio fundamental da proteção ao indivíduo, com o objetivo de proteger sua moral, honra e dignidade sexual. Sendo assim, é uma referência constitucional que busca garantir o conforto das pessoas e liberdade de suas próprias escolhas com seus parceiros sexuais. Afinal, toda pessoa humana tem o direito de exigir respeito em relação à sua vida sexual, como também tem a obrigação de respeitar as opções sexuais alheias e, para tanto, deve o Estado assegurar os devidos meios; CONSIDERANDO que a pessoa humana possui um conjunto de princípios e direitos com toda legislação elencada no Direito Brasileiro e nas Convenções Internacionais, a fim de resguardar os seus direitos individuais e coletivos que devem ser respeitados pelo Estado e pela sociedade; CONSIDERANDO que o objeto jurídico do crime de estupro é a liberdade sexual. As pessoas têm o direito de dispor do próprio corpo como também a plena liberdade de escolha do parceiro sexual, para com ele, de forma consensual, praticar a conjunção carnal ou outro ato libidinoso. Objeto material é a pessoa constrangida, sobre a qual recai a conduta criminosa do agente; CONSIDERANDO que, com relação à grave ameaça, não é necessário que o agente tenha intenção ou efetiva condição para concretizar a ameaça (praticar o mal prometido), basta que a ameaça seja séria, capaz de intimidar. A ameaça também pode ser direta ou imediata quando dirigida contra a vítima, titular do bem jurídico tutelado, ou indireta ou mediata quando dirigida a terceiros ligados à vítima por relações de amizade e parentesco; CONSIDERANDO que, ara configurar o estupro é necessário o dissenso (não consentimento) sincero e positivo da vítima durante todo o ato sexual, ou seja, uma reação efetiva à vontade do agente de com ele ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ela se pratique outro ato libidinoso. Para comprovar o dissenso não se exige que a vítima pratique atos heroicos. Na lição de Cezar Roberto Bitencourt, “não é necessário que se esgote toda a capacidade de resistência da vítima, a ponto de colocar em risco a própria vida, para reconhecer a violência ou grave ameaça” (BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal – Parte Especial – Volume 4. São Paulo: Saraiva, 6ª ed., 2012, p. 51); CONSIDERANDO que, em regra, o estupro é um crime que, na maioria das vezes, deixa vestígios na vítima ou no acusado. Observa-se, em outros casos, entretanto, a dificuldade em se constatar a violência e grave ameaça. Apesar disso, não se quer dizer que o acusado sairá impune, pois o julgador poderá analisar outras provas e circunstâncias que corroboram com a infração. Frise-se, nessa senda, que apesar de haver exame pericial concluindo pela ausência de vestígios de que tenha havido conjunção carnal, pela condição da natureza do fato da prática de ato libidinoso, que, de regra, não deixa vestígios, a declaração da vítima possui especial valor probatório; CONSIDERANDO que o exame de corpo de delito, por mais que corrobore com as demais provas, poderá ser ineficaz em alguns casos, pois as provas podem desaparecer no decurso do tempo ou não comprovar efetivamente que o ato libidinoso ou a conjunção carnal foram consentidos. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal se manifestou: “O fato de os laudos de conjunção carnal e de espermatozóides resultarem negativos não invalida a prova do estupro, dado que é irrelevante se a cópula vaginal foi completa ou não, e se houve ejaculação. Existência de outras provas. Precedentes do STF. (STF, HC 74.246-SP, 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Velloso, DJU, 13-12-1996, p. 50165)”; CONSIDERANDO que, dessa forma, os Exames de Corpo de Delito (Crimes Sexuais) no caso em análise não são essenciais para consubstanciar a comprovação da transgressão apurada, posto que a vítima ratificou os termos prestados preliminarmente com detalhes e total consonância, bem como as referidas declarações se mostraram totalmente coerentes e condizentes com as demais provas materiais e testemunhais. Demais disso, não é imperioso que se faça coleta e perícia de sêmen, até porque, mesmo no crime de estupro, tais vestígios nem sempre são deixados na vítima, e, ainda que isso ocorra, esta prova não é reclamada, embora possa ser produzida em reforço a tese acusatória; CONSIDERANDO o disposto no Art. 33 do Código Castrense, in verbis: “[...] nas aplicações das sanções disciplinares serão sempre considerados a natureza, a gravidade e os motivos determinantes do fato, os danos causados, a personalidade e os antecedentes do agente, a intensidade do dolo ou do grau da culpa”. (grifou-se); CONSIDERANDO que restou plenamente comprovado que o Cb PM Luiz Gonzaga FEITOSA do Carmo e o Sd PM PAULO REGIS de Oliveira praticaram as condutas descritas na exordial acusatória, fato inescusável, afrontando a dignidade sexual da vítima, descumprindo os mandamentos da função policial militar de garantir, na esfera de suas atribuições, a manutenção da ordem pública e proteção às pessoas/sociedade, com a promoção do bem-estar comum, em estrita observância às normas jurídicas e às disposições do Código Disciplinar; CONSIDERANDO que, diante do conjunto probatório (testemunhal/material), os fatos ficaram mais que evidenciados, sem deixar qualquer dúvida acerca da autoria transgressora. Da mesma forma, a materialidade do delito também restou igualmente comprovada nos relatos da vítima e na prova testemunhal; CONSIDERANDO que o estupro, consumado ou tentado, em qualquer de suas figuras (simples ou qualificada), é considerado crime hediondo (CF/88, Art. 5º, inc. XLIII). No ordenamento jurídico, os crimes hediondos estão dispostos na Lei n.º 8.072, de 1990, como insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança, dada a natureza da conduta, que se revela sórdida e repulsiva, violadora da dignidade humana, causadora de grande comoção e reprovação social, dentre eles o crime de estupro (Art. 1.º, inc. V, CPB). Este também é o entendimento sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ): “[...] 1. Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, ainda que em sua forma simples, configuram modalidades de crime hediondo porque o bem jurídico tutelado é a liberdade sexual e não a integridade física ou a vida da vítima, sendo irrelevante, para tanto, que a prática dos ilícitos tenha resultado lesões corporais de natureza grave ou morte (...) (STJ. 3ª Seção. REsp 1110520/SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 26/09/2012)”; CONSIDERANDO que, quanto ao delito em discussão, não se pode conceber que, em pleno século XXI, ainda existam seres capazes de constranger, forçar, compelir mulher à conjunção carnal – independentemente de suas qualidades (honesta ou desonesta, recatada ou promíscua, casada ou solteira, velha ou jovem, delinquente ou não) - mediante

violência ou grave ameaça, e pior, quando a prática de tal ato recai sobre policiais militares no exercício de suas funções. Nesse sentido, a conduta apurada é de extrema gravidade, de maneira que provoca sequelas de ordem psíquica e emocional; CONSIDERANDO que, em relação à acusação de violação de domicílio, não há elementos probatórios suficientes e concretos para comprovar a sua ocorrência, mormente porque a própria vítima afirmou em seu depoimento à Comissão Processante que na primeira casa os policiais “solicitaram autorização ao Sr. [P.], morador da casa, para entrar no imóvel sendo autorizado por este”. Nos demais endereços, a vítima disse ter franqueado o acesso dos policiais militares; CONSIDERANDO que, em relação às transgressões análogas ao crime de abuso de autoridade, os fatos apurados se assemelham ao tipo descrito no Art. 13 da Lei n.º 13.869/19 (nova lei de abuso de autoridade); CONSIDERANDO que os aconselhados, além de submeterem a vítima a toda a grave violência física, ainda mantiveram-na sob vigilância sem qualquer indício material de crime, colocando-a no xadrez da viatura sem estar presa e a submetendo a situação vexatória e constrangedora perante os familiares e populares por um prolongado período, infringindo, portanto, os mais caros direitos da pessoa humana, notadamente a dignidade humana. No exercício de suas funções, agiram com abuso de poder com a finalidade de prejudicar a vítima e por mero capricho; CONSIDERANDO que, demais disso, obrigaram a vítima, mulher, a se despir e baixar para verificar se esta escondia drogas ou outros instrumentos ilícitos em suas partes íntimas em clara situação vexatória, arbitrária e absolutamente ilegal. Não há nos autos nenhuma menção de solicitação de uma policial feminina para proceder à busca pessoal na pessoa de A. G. C. L.; CONSIDERANDO que, a respeito da violação dos valores e deveres militares estaduais, vê-se que, diante do caso concreto, os militares estaduais percorreram o caminho oposto do que preceitua o Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei n.º 13.407/2003), ao qual prestaram compromisso de honra, afirmando a livre e consciente aceitação dos valores e deveres militares e a firme disposição de bem cumpri-los; CONSIDERANDO a importância dos termos e dos demais elementos de provas obtidas durante a fase inquisitorial, haja vista ter sido aquele o momento em que a parte ofendida relatou com riqueza de detalhes as circunstâncias em que ocorreram os fatos, sendo crucial para o seu esclarecimento; CONSIDERANDO que, ante o conjunto probatório coligido ao feito, infere-se que os acusados praticaram condutas transgressivas claramente incompatíveis com a função pública, maculando o decoro policial militar, ferindo o brio da classe e, consequentemente, provocando evidentes prejuízos à imagem da Instituição Polícia Militar do Ceará perante a sociedade cearense, que espera e exige dos agentes públicos uma conduta proba, digna de quem recebeu o múnus de zelar pela segurança pública. Demais disso, tais comportamentos redundaram péssimos exemplos aos demais integrantes da Corporação, composta, massivamente, por homens e mulheres reconhecidos pela audácia, abnegação, honra e nobreza com que exercem seus ofícios; CONSIDERANDO que os valores protegidos pelo Direito Administrativo são distintos daqueles tutelados na esfera penal. Os valores protegidos pelo Direito Penal são aqueles considerados mais relevantes e importantes para o convívio em sociedade, ou seja, é o ramo do direito que só se ocupa com ofensas realmente graves aos bens jurídicos protegidos (princípio da fragmentariedade). Por outro vértice, os valores protegidos na esfera administrativa são aqueles que dizem respeito à defesa do interesse público e dos princípios básicos da Administração Pública presentes no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, os quais condicionam o padrão que as organizações administrativas e seus agentes devem seguir. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; CONSIDERANDO que, sob a perspectiva deontológica de regulação da conduta profissional, os efeitos decorrentes da prática de um ilícito penal podem ser potencializados quando a autoria recai sobre militar estadual, o qual firmou compromisso solene mediante juramento protocolar no ato de ingresso na carreira policial perante as autoridades, familiares e amigos, nos termos do art. 49, inc. I, alínea “a”, do Estatuto dos Militares Estaduais do Estado do Ceará, de regular sua conduta pública e particular em estrita observância aos preceitos morais e determinações legais (Art. 49, inc. I); CONSIDERANDO que são infamantes não somente os ilícitos funcionais mais graves, mas todos aqueles que repercutem na esfera da dignidade humana e que, por via de consequência, refletem no brio da profissão, atingindo e prejudicando a imagem daqueles profissionais que pautam suas ações pelos preceitos éticos e morais. No mesmo sentido, são também considerados infamantes os crimes que a Constituição da República taxou como inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, bem como os crimes hediondos – que se revestem de excepcional gravidade, seja pela natureza do bem jurídico ofendido ou pela condição da vítima, por quem o agente infrator revela total desprezo e insensibilidade ao sofrimento físico ou moral alheios; CONSIDERANDO que a lealdade, a constância, a honra e a dignidade humana são alguns dos valores inerentes à função militar que devem ser desrespeitados no cotidiano do policial, sobre quem recai ainda o dever de cumprir a Constituição e as leis, assim como observar a legalidade e a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal, buscando sempre atuar com probidade, seja na vida pública e/ou privada. Assim sendo, ainda que esteja em horário de folga, o militar estadual deve manter comportamento adequado e compatível com a função que exerce, podendo responder administrativamente por atos da vida pessoal ou até mesmo ser excluído da Corporação caso fique comprovado que praticou atos criminosos e/ou que causaram grave escândalo à imagem da Corporação. Por isso, comumente se diz no seio da tropa que ser policial militar não é uma mera atividade laboral como as demais, mas um verdadeiro sacerdócio, pois dele se exigem sacrifícios não exigidos normalmente dos demais profissionais, tais como a dedicação integral ao serviço policial-militar, a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida, a obediência à disciplina, o respeito à hierarquia e o rigoroso cumprimento das obrigações e ordens recebidas, além de capacidade física e emocional equilibrada; CONSIDERANDO que o policial militar, por ser um profissional de segurança pública, deve possuir acurado controle emocional, pois está sujeito a qualquer momento a se deparar com situações que demandarão pronta resposta, muitas vezes sem margem de tempo para poder pensar. Nesse sentido, os militares, notadamente os que atuam na atividade operacional, devem estar sempre treinados e prontos para eventuais situações de conflito, assim como psicologicamente equilibrados, pois são várias as situações ocorridas no cotidiano policial em que o militar mal preparado ou mal-intencionado poderá cometer desvios de conduta, como tortura, abuso de autoridade e demais crimes, o que pode acarretar a perda da função pública, a depender do caso; CONSIDERANDO que, em virtude de se tratarem de militares estaduais com vasta experiência profissional (todos com mais de 05 anos de serviço à época dos fatos), as infrações disciplinares por eles praticadas restaram ainda mais agravadas, posto que, mesmo já tendo alcançado a estabilidade e, consequentemente, maturidade no serviço público, os militares em questão ainda apresentaram comportamentos não condizentes com a atuação de um integrante da Instituição PMCE, denotando incapacidade moral para permanecerem compondos as fileiras da Corporação Militar Estadual, no caso o CB PM Feitosa e o SD PM Régis. Por isso mesmo, o § 3.º do art. 11 do CDPMBMCE preconiza que “A violação da disciplina militar será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer”; CONSIDERANDO que todas as teses levantadas pela Defesa foram devidamente analisadas e valoradas de forma percuente em conformidade com as garantias estruturantes da Administração Pública, tendo por bússola o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Todavia, não foram suficientes para demover as provas que consubstanciaram as infrações administrativas em desfavor dos acusados, mormente não terem apresentado qualquer justificativa plausível com força suficiente para afastar as gravíssimas imputações deduzidas contra eles; CONSIDERANDO que, da análise sistemática das provas amealhadas aos autos, restou patente que os militares ora aconselhados cometeram, seja por omissão, seja por comissão, quase a totalidade das graves condutas que motivaram a deflagração do presente Processo Regular, configurando embasamento suficiente para a condenação e, portanto, para a declaração de incompatibilidade do CB PM Feitosa e do SD PM Régis para permanecerem nos quadros da Polícia Militar do Ceará, visto que de seus integrantes se esperam homens e mulheres mantenedores da disciplina, com elevado senso de dever e firme disposição de bem observar os ativos valores e deveres militares que norteiam o exercício da atividade policial militar, servindo à sociedade com zelo e desprendimento a fim de manter a ordem pública e a paz social, objetivos que, ao contrário, não foram observados nas condutas dos militares em evidência; CONSIDERANDO que, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é possível a exclusão, em processo administrativo, de policial militar que comete faltas disciplinares, independentemente do curso de ação penal instaurada em razão da mesma conduta. (Tese definida no ARE 691.306 RG, rel. min. Cezar Peluso, P, j. 23-8-2012, DJE 178 de 11-9-2012, Tema 565). Firmou-se, ainda, entendimento de que não há óbice à aplicação de sanção disciplinar administrativa antes do trânsito em julgado da ação penal, pois são relativamente independentes as instâncias jurisdicional e administrativa. (ARE 767.929 AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, 2ª T, j. 12-11-2013, DJE 231 de 25-11-2013); CONSIDERANDO que, no caso concreto, em decorrência do acentuado grau de reprovabilidade das condutas comprovadas, não se impõe outra solução disciplinar como mais adequada e, ao mesmo tempo, necessária, senão a pena extrema, qual seja a perda do cargo público, porquanto, diante das infrações funcionais de patente natureza desonrosa levadas a efeito pelos policiais militares CB PM LUIZ GONZAGA FEITOSA DO CARMO FILHO e SD PM PAULO RÉGIS DE OLIVEIRA, a aplicação de qualquer outra sanção diversa da demissória não atingiria o fim que orienta a própria razão de ser da atividade correccional disciplinar, pois não se admite que servidores remunerados pelo erário para exercer o policiamento ostensivo, resguardar o patrimônio, a incolumidade das pessoas e preservar a ordem pública ajam de maneira tão repugnante; CONSIDERANDO que, estando comprovadas a materialidade e a autoria transgressiva, estreme de dúvidas, a punição disciplinar capital é a medida disciplinar a ser imposta, posto que os elementos colhidos durante a instrução processual formaram um conjunto probatório forte, íntegro e uniforme no sentido da comprovação da culpabilidade dos acusados pelas condutas dispostas no raio apuratório, passível de responsabilização; CONSIDERANDO que a aplicação da sobredita penalidade, além de estar disposta na Lei Estadual n.º 13.407/2002, resta pacificada no entendimento do Egrégio Supremo Tribunal Federal, nos moldes do teor da Súmula n.º 673: “O art. 125, § 4º, da Constituição não impede a perda da graduação de militar mediante processo administrativo”; CONSIDERANDO que o comportamento de um militar estadual, sob o ponto de vista disciplinar, abrange o seu proceder na esfera pública e particular, de forma que, um integrante da Polícia Militar do Ceará sempre sirva de exemplo, tanto no âmbito social/moral, como no disciplinar. Desta maneira, a conduta do acusado afetou mortalmente o pundonor policial militar, alcançando a seara da desonra, revelando que lhe falta condições morais, essenciais ao exercício da função policial, de permanecer na PMCE; CONSIDERANDO que, no âmbito das corporações militares, o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor policial militar e o decoro da classe impõem a cada um de seus integrantes conduta moral e profissionalmente irrepreensível, com observância aos preceitos dispostos na Lei Estadual n.º 13.407/2003; CONSIDERANDO que vale ressaltar que a pretensão acusatória deduzida na Portaria Inaugural do presente Processo Administrativo Disciplinar tem substrato fático que se amolda tanto a tipos penais, como também, paralelamente, a transgressões disciplinares. Apesar disso, é pacífico entre os doutrinadores e na jurisprudência a questão da autonomia dos Poderes no que se refere à apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa do militar; CONSIDERANDO que a punição administrativa ou disciplinar independe do processo civil ou criminal a que se sujeite também o servidor pela mesma falta, nem obriga a administração aguardar o desfecho dos demais processos, pois a punição interna, autônoma que é, pode ser aplicada ao servidor antes do julgamento judicial do mesmo fato. Apurada a falta funcional pelos meios adequados, o servidor fica sujeito, desde logo, à penalidade administrativa correspondente,

visto que o ilícito administrativo independe do ilícito penal. Excepcionalmente, a absolvição criminal só afastará o ato punitivo se ficar provada, na ação penal, a inexistência do fato ou que o acusado não foi seu autor; CONSIDERANDO que, ao se instaurar o processo regular não se objetiva julgar o crime em si, mas o resíduo moral, as consequências do ato na esfera administrativa. O crime é da alçada da Justiça, a transgressão funcional do Poder Executivo, neste caso representado institucionalmente pela CGD. Assim sendo, não obstante a projeção do mesmo fato em instâncias punitivas distintas, visto que as infrações praticadas pelos aconselhados são, ao mesmo tempo, definidas em lei como ilícitos penais e ilícitos administrativos, o processo disciplinar não se presta a apurar crimes propriamente ditos, mas, sim, averiguar as condutas e a responsabilidade dos servidores diante de indícios de violação de valores, deveres e da disciplina de sua respectiva Corporação à luz do regimento legal ao qual estejam adstritos. Trata-se, portanto, de um julgamento moral pelos valores que devem nortear a Instituição; CONSIDERANDO que a Administração Pública não necessita aguardar o desfecho do pronunciamento criminal, vez que a previsão do fato criminoso como transgressão disciplinar a autoriza a agir desde logo, aplicando a pena correspondente que sua legislação específica cominar. Sempre foi pacífico que as esferas penal, civil e administrativa são independentes, e, em princípio, não vinculam umas às outras. O militar se sujeita a esta tríplice responsabilidade; CONSIDERANDO que houve a prática de diversas transgressões em concurso material e de agentes, as quais, embora distintas, foram cometidas no mesmo contexto fático, razão pela qual, nesta decisão, preferiu-se analisá-las separadamente de modo a facilitar uma melhor compreensão dos fatos tal como ocorreram e dos respectivos graus de participação dos aconselhados nos resultados verificados; CONSIDERANDO que todas as teses levantadas pela defesa foram devidamente analisadas e valoradas de forma percutiente, como garantia de zelo às bases estruturantes da Administração Pública, imanados nos princípios regentes da conduta desta, bem como aos norteadores do devido processo legal, não foram suficientes para demover a existência das provas que consubstanciaram as infrações administrativas em desfavor dos aconselhados, visto não terem apresentado justificativa plausível para contestar as imputações que depõem contra suas pessoas; CONSIDERANDO que, respeitado o devido processo legal, restou plenamente demonstrado que os acusados incorreram, na medida das respectivas culpabilidades, nas condutas descritas na Portaria Inaugural do presente feito; CONSIDERANDO que não se vislumbrou neste processo qualquer óbice ou vício de formalidade; CONSIDERANDO que, individualizando-se as condutas e suas respectivas responsabilidades, constatou-se, respectivamente, o seguinte, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei n.º 13.407/2003: a) o CB PM 23.507 Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho participou diretamente de todos os fatos, além disso, foi o mentor intelectual do estupro e da tortura perpetrados contra a Sra. A. G. C. L.. Teve o domínio do fato. Participou efetivamente, fomentou e possibilitou que tudo ocorresse sob o manto de seu comando; b) o SD PM 25.792 Paulo Régis de Oliveira, agindo em unidade de desígnios com o CB PM Feitosa, independentemente do fator hierárquico, praticou os atos de estupro e de tortura na mesma intensidade que o comandante da composição, acompanhando-o de forma livre e consciente. Nessa perspectiva, os comprovados comportamentos transgressivos dos acusados aludidos militares, conforme restou suficientemente elucidado nos presentes autos, impõem a exclusão dos mesmos dos quadros da Corporação Policial Militar, visto que as ações por eles praticadas acarretaram sérios danos não apenas à integridade da vítima, mas também descrédito à Instituição Policial Militar do Ceará, revelando atitudes frontalmente contrárias aos princípios basilares que fundamentam a razão de existir da referida instituição quase bicentenária. Assim sendo, referidas condutas feriram os valores da moral militar estadual previstos no art. 7.º, bem como malferimento aos deveres consubstanciados no art. 8.º, ofendendo os valores e de deveres contidos no art. 11, § 3.º, caracterizando, deste modo, o cometimento de transgressões disciplinares, todos do Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará (Lei Estadual n.º 13.407/2003); c) o SD PM 25.736 João Victor Machado Firmino, participou indiretamente, de forma omissiva, ou seja, parcial, em tudo que ocorreu no dia 13 de abril de 2016, tendo ciência dos fatos praticados contra a vítima, porém sem esboçar nenhuma atitude que pudesse cessar imediatamente as investidas transgressivas de seus companheiros ou mesmo minimizar a gravidade dos atos praticados. Demais disso, negou sua participação e dos demais acusados, mesmo o conjunto probatório amalhado ao processo tendo percorrido o sentido contrário. Nesta linha, com sua conduta feriu os valores da moral militar estadual previstos no Art. 7.º, bem como a violação dos deveres consubstanciados no Art. 8.º, caracterizando, assim, a prática de transgressões disciplinares, todos da Lei Estadual n.º 13.407/2003; d) Por fim, em relação ao SD PM 27.589 Francisco Jales Renovato Júnior, este teve a menor participação na consumação dos atos, pois a própria vítima, além dos demais acusados e das testemunhas, declararam de forma uníssona que ele permaneceu fora dos ambientes onde foram perpetrados os fatos transgressivos resguardando a segurança dos locais e da viatura policial, embora tivesse ciência de parte do que ocorria, sem, no entanto, atuar para intervir. Nesta senda, feriu os valores e deveres da moral militar estadual, caracterizando, assim, a prática de transgressões disciplinares; CONSIDERANDO os antecedentes funcionais dos aconselhados (fls. 671/675, 676/678, 679/681 e 682/684): a) O CB PM 23.507 Luiz Gonzaga Feitosa do Carmo Filho, M.F. 302.584-1-X, conforme Resumo de Assentamento às fls. 671/675, foi incluído na PMCE no dia 26 de junho de 2009, contando até o presente com cerca de 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de serviço na Corporação Policial Militar. Atualmente, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento Policial Militar (SAPM), encontra-se na categoria de comportamento EXCELENTE, registrando em sua ficha 09 (nove) elogios por bons serviços prestados e nenhuma punição disciplinar; b) O SD PM 25.792 Paulo Régis de Oliveira, M.F. 304.509-1-4, segundo o Resumo de Assentamento às fls. 679/681, foi incluído nos quadros PMCE no dia 08 de setembro de 2010, contando até o presente momento com cerca de 12 (doze) e 02 (dois) meses de serviço ativo na Corporação. Atualmente, encontra-se figurando no comportamento ÓTIMO, registrando em sua ficha funcional 09 (nove) elogios por bons serviços prestados, além de computar 02 (duas) representações; c) O SD PM 27.589 Francisco Jales Renovato Júnior, M.F. 305.583-1-6, conforme consta no Resumo de Assentamento às fls. 682/684, foi incluído nas fileiras da PMCE no dia 1º de novembro de 2013, contando até a presente data com cerca de 09 (nove) anos de serviços prestados à Corporação Policial Militar. Atualmente encontra-se no comportamento ÓTIMO, registrando 04 (quatro) elogios e nenhuma punição disciplinar em sua ficha funcional; e d) O SD PM 25.736 João Victor Machado Firmino, M.F. 304.453-1-7, segundo o Resumo de Assentamento às fls. 682/684, foi incluído na PMCE no dia 08 de setembro de 2010, contando até o presente momento com cerca de 12 (doze) anos e 02 (dois) meses de serviços prestados à Corporação. Atualmente, encontra-se no comportamento, registrando em sua ficha funcional 09 (nove) elogios e computando 01 (uma) Permanência Disciplinar; CONSIDERANDO, por derradeiro, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da autoridade processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando o entendimento exarado for contrário às provas dos autos, ex vi do Art. 28-A, § 4º, da Lei Complementar nº 98/2011; CONSIDERANDO que, por todo o exposto e por tudo que consta dos autos, instruído o processo em estrita observância ao devido processo legal, respeitando-se as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, como medida de direito e de justiça pertinentes ao caso sob apreço, julgo procedente a pretensão acusatória deduzida na Portaria Inaugural; RESOLVO: a) **Deixar de acatar a fundamentação exarada no Relatório Complementar** emitido pela Comissão Processante (fls. 1014/1017-v), e, acatando os fundamentos assentados no Relatório Final nº272/2019 (fls. 721/759), **punir os MILITARES estaduais CB PM LUIZ GONZAGA FEITOSA DO CARMO FILHO – M.F. nº 302.584-1-X, e SD PM PAULO RÉGIS DE OLIVEIRA – M.F. nº 304.509-1-4, já qualificados nos autos, com a sanção de EXPULSÃO**, nos moldes do Art. 24, c/c Art. 33, como decorrência de terem os aludidos aconselhados, livres e conscientemente, em comunhão de desígnios e ações entre si, constrangeram A. G. C. L., com emprego de violência, consistente em coronhadas com o cabo de uma arma de fogo, asfixia com uso de saco plástico na cabeça e na boca (método conhecido como “submarino seco”), dificultando-lhe com isto a respiração, além de afogamento simulado com a submersão em um balde com água, causando-lhe sofrimento físico e mental, assim a torturando, com o fim de obter informações da vítima acerca do suposto paradeiro de um indivíduo alcunhado de “Bucho”, possivelmente envolvido no tráfico de entorpecentes local. Demais disso, não satisfeitos com a aviltante ação relatada, ainda cometeram infamante violência sexual contra a vítima enquanto esta estava sozinha e sem qualquer capacidade de reação frente aos atos praticados pelos acusados, conforme sobejamente comprovado no curso do Processo Regular, haja vista a violação aos valores da moral militar estadual, previstos no art. 7.º (Os valores fundamentais, determinantes da moral militar estadual, são os seguintes), incisos IV (a disciplina), V (o profissionalismo), VI (a lealdade), VIII (a verdade real), IX (a honra), X (a dignidade humana) e XI (a honestidade), bem como malferimento aos deveres consubstanciados no art. 8.º, incisos II (cumprir os deveres de cidadão), IV (servir à comunidade, procurando, no exercício da suprema missão de preservar a ordem pública e de proteger a pessoa, promover, sempre, o bem-estar comum, dentro da estrita observância das normas jurídicas e das disposições deste Código), V (atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares), VIII (cumprir e fazer cumprir, dentro de suas atribuições legalmente definidas, a Constituição, as leis e as ordens legais das autoridades competentes, exercendo suas atividades com responsabilidade, inculcando este senso em seus subordinados), XIII (ser fiel na vida militar, cumprindo os compromissos relacionados às suas atribuições de agente público), XV (zelar pelo bom nome da Instituição Militar e de seus componentes, aceitando seus valores e cumprindo seus deveres éticos e legais), XVIII (proceder de maneira ilibada na vida pública e particular), XXIII (considerar a verdade, a legalidade e a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal), XXV (atuar com prudência nas ocorrências militares, evitando exacerbações), XXVI (respeitar a integridade física, moral e psíquica da pessoa do preso ou de quem seja objeto de incriminação, evitando o uso desnecessário de violência), XXIX (observar os direitos e garantias fundamentais, agindo com isenção, equidade e absoluto respeito pelo ser humano, não se prevalecendo de sua condição de autoridade pública para a prática de arbitrariedade) e XXXIII (proteger as pessoas, o patrimônio e o meio ambiente com abnegação e desprendimento pessoal), ofendendo os valores e de deveres contidos no art. 11 (A ofensa aos valores e aos deveres vulnera a disciplina militar, constituindo infração administrativa, penal ou civil, isolada ou cumulativamente), § 3.º (A violação da disciplina militar será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer), caracterizando, deste modo, o cometimento das transgressões disciplinares dispostas no art. 12, § 1.º (As transgressões disciplinares compreendem), incisos I (todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar, especificadas no artigo seguinte, inclusive os crimes previstos nos Códigos Penal ou Penal Militar) e II (todas as ações ou omissões não especificadas no artigo seguinte, mas que também violem os valores e deveres militares), c/c § 2.º (As transgressões disciplinares previstas nos itens I e II do parágrafo anterior, serão classificadas como graves, desde que venham a ser), incisos II (atentatórias aos direitos humanos fundamentais) e III (de natureza desonrosa) e art. 13, § 1.º (São transgressões disciplinares graves), incisos III (deixar de providenciar para que seja garantida a integridade física das pessoas que prender ou detiver), VI (faltar com a verdade), XXXII (ofender a moral e os bons costumes por atos, palavras ou gestos), XXXIV (desrespeitar, desconsiderar ou ofender pessoa por palavras, atos ou gestos, no atendimento de ocorrência militar ou em outras situações de serviço), XXXVII (deixar de comunicar ao superior imediato ou, na ausência deste, a qualquer autoridade superior toda informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública ou grave alteração do serviço ou de sua marcha, logo que tenha conhecimento) e LVIII (ferir a hierarquia ou a disciplina, de modo comprometedor

para a segurança da sociedade e do Estado), e § 2.º (São transgressões disciplinares médias), incisos XV (não levar fato ilegal ou irregularidade que presenciar ou de que tiver ciência, e não lhe couber reprimir, ao conhecimento da autoridade para isso competente) e LIII (deixar de cumprir ou fazer cumprir as normas legais ou regulamentares, na esfera de suas atribuições), todos do Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 13.407/2003), c/c art. 3.º, “b”, da Lei nº 4.898/65 (atualmente revogada — abuso de autoridade) e art. 213 do CPB (estupro), do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) De outro modo, **punir o militar estadual SD PM JOÃO VÍCTOR MACHADO FIRMINO** — M.F. nº 304.453-1-7, **com sanção de 10 (dez) dias de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR**, consoante previsão do Art. 17 c/c Art. 42, inc. III, a saber: apesar de não haver participado ativamente das agressões físicas e da violência sexual, quedou-se inerte diante da ação e assistiu a tudo de forma passiva e omissiva, em contrariedade aos valores militares contidos no Art. 7.º, incs. IV, VI, VII, IX e XI, bem como a violação dos deveres consubstanciados no Art. 8.º, incs. II, IV, XIII, XV, XVIII, XXIII, XXXIII e XXXIV, caracterizando, assim, a prática das transgressões disciplinares capituladas no Art. 12, § 1.º, incs. I e II, e § 2.º, incs. II e III, c/c o Art. 13, § 1.º, incs. III e IV, c/c § 2.º, incs. XVIII (trabalhar mal, intencionalmente ou por desídia, em qualquer serviço, instrução ou missão) e LIII, todos do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (Lei Estadual nº 13.407/2003), c/c Art. 1.º, inc. I, “a”, e § 4.º da Lei nº 9.455/97 (tortura na forma comissiva) e **punir com a sanção de 10 (dez) dias de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR** o SD PM FRANCISCO JALES RENOVATO JÚNIOR — M.F. nº 305.583-1-6, consoante previsão do Art. 17 c/c Art. 42, inc. III, a saber: apesar de não ter participado diretamente dos fatos apurados, teve participação reduzida na consumação dos atos, pois a própria vítima, além dos demais acusados e das testemunhas, declararam ter ele permanecido fora dos ambientes onde foram perpetrados os fatos transgressivos apurados resguardando a segurança dos locais e da viatura policial. Apesar de ter ciência de parte do que ocorria, não envidou esforços no sentido de fazer cessar as violações. Nesse sentido, incorreu em contrariedade aos valores militares contidos no Art. 7.º, incs. IV, VI, VII, IX e XI, bem como violou os deveres consubstanciados no Art. 8.º, incs. IV, XIII, XV, XVIII, XXIII, XXXIII e XXXIV, caracterizando, assim, a prática das transgressões disciplinares capituladas no Art. 12, § 1.º, incs. I e II, e § 2.º, incs. II e III, c/c o Art. 13, § 1.º, inc. III, c/c § 2.º, incs. XVIII e LIII, todos do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (Lei Estadual nº 13.407/2003), c/c Art. 1.º, inc. I, “a”, e § 4.º da Lei nº 9.455/97 (tortura na forma comissiva); c) Nos termos do art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98/2011, de 13/06/2011, caberá recurso em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, o qual deverá ser dirigido ao Conselho de Correição Disciplinar (CODISP/CGD), nos moldes do que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE/CE nº 100, de 29/05/2019; d) Transcorrido o prazo recursal ou julgado improcedente o recurso interposto, a decisão fixada será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD, será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou nos assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção administrativo-disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta em consonância com o disposto no Art. 34, § 7º e § 8º, anexo I do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 — CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA — CGD, em Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

PORTARIA CGD Nº034/2023 - A SINDICANTE ELZINETE BARBOSA DE ARAÚJO - 1º TEN PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR (CESIM), por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria CGD nº343/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 219 de 02/10/2020; CONSIDERANDO os fatos constantes no expediente protocolado sob SISPROC nº 2007155758, com o intuito de apurar ocorrência envolvendo o CB PM 24.056 ANTÔNIO ISMAEL SOARES DO NASCIMENTO - MF: 302.334-1-7, que teria, em tese, agredido e ameaçado sua ex-companheira de nome Ana Júlia Gomes de Barros Lima, a qual registrou o Boletim de Ocorrência nº 303-5448/2020 por violência doméstica, na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza/CE, posteriormente convertido no Inquérito Policial nº 303-1092/2020. Fato ocorrido no dia 09/09/2020, no bairro Presidente Kennedy, nesta Capital; CONSIDERANDO que nas informações acostadas aos autos, vislumbra-se indícios quanto ao cometimento de transgressão disciplinar passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO a tramitação prioritária dos procedimentos administrativos disciplinares envolvendo vítimas de violência doméstica disciplinada pela Portaria CGD nº 404/2022, publicada no DOE nº 176, de 30/08/2022; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, IX e X, e violam os Deveres Militares incursos no art. 8º, II, VIII, XVIII, XXII e XXXIII, configurando transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e art. 13, § 1º, XXX, XXXI e XXXII, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração em toda sua extensão no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** tendo como sindicado o CB PM 24.056 ANTÔNIO ISMAEL SOARES DO NASCIMENTO - MF:302.334-1-7; II) CIENTIFICAR o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34º, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 19 de janeiro de 2023.

Elzinete Barbosa de Araújo
1ºTEN PMSINDICANTE

PORTARIA CGD Nº035/2023 - A SINDICANTE ELZINETE BARBOSA DE ARAÚJO - 1ºTEN PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR (CESIM), por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria CGD nº 343/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 219 de 02/10/2020, CONSIDERANDO os fatos constantes no Despacho Fundamentado advindo da Delegacia Municipal de Itrapajé/CE, datado de 22/10/2020, referente ao Boletim de Ocorrência nº 465-1094/2020, que versa sobre ocorrência envolvendo os policiais do RAI/O de Itapajé/CE: 3º SGT PM 23.889 RAMALHO EANES DUTRA TEIXEIRA - MF: 302.710-1-7, o SD PM 29.401 JOSÉ RAPHAEL DE CASTRO SOUSA - MF: 307.299-1-9, o SD PM 29.895 ISMAEL CAMILO BORGES - MF: 307.083-1-8 e o SD PM 30.758 FERNANDO CLINTON MESQUITA DO NASCIMENTO - MF: 308.666-4-9, que, em tese, em uma abordagem policial teriam agredido com murros e chutes, além de ameaçar o menor de iniciais P. K. F. S. Fato ocorrido no dia 19/10/2020, no Bairro Monte Castelo, na cidade de Itapajé/CE; CONSIDERANDO que nas informações acostadas aos autos, vislumbra-se indícios quanto ao cometimento de transgressão disciplinar passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO a tramitação prioritária dos procedimentos administrativos disciplinares envolvendo como vítimas crianças e adolescentes, disciplinada na Portaria CGD nº 526, publicada no DOE nº 233, de 23/11/2022; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º II, IV, V e X e violam os Deveres Militares incursos no art. 8º, II, IV, VIII, XV, XVIII, XXIII, XXV, XXVI, XXIX e XXXIII configurando transgressões disciplinares previstas no art. 12 § 1º, I e II, art. 13, § 1º, II, XXX, XXXII e XXXIV, § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração em toda sua extensão no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** tendo como sindicados os **POLICIAIS**: 3º SGT PM 23.889 RAMALHO EANES DUTRA TEIXEIRA - MF: 302.710-1-7, o SD PM 29.401 JOSÉ RAPHAEL DE CASTRO SOUSA - MF: 307.299-1-9, o SD PM 29.895 ISMAEL CAMILO BORGES - MF: 307.083-1-8 e o SD PM 30.758 FERNANDO CLINTON MESQUITA DO NASCIMENTO - MF: 308.666-4-9; II) CIENTIFICAR os acusados e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado(DOE), em conformidade com o art. 34º, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE, e REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 19 de janeiro de 2023.

Elzinete Barbosa de Araújo
1ºTEN PMSINDICANTE

PORTARIA CGD Nº036/2023 - A SINDICANTE ELZINETE BARBOSA DE ARAÚJO - 1ºTEN PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR (CESIM), por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria CGD nº 343/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 219 de 02/10/2020; CONSIDERANDO os fatos constantes no expediente protocolado sob SISPROC nº 2000145633, com o intuito de apurar o constante no Termo de Declarações e nos Boletins de Ocorrência nºs 303-190/2020 e 303-3349/2020, registrados por Márcia Maria de Lima Esmeraldo Araújo, nos quais formulou denúncia contra o 3º SGT PM 22.502 PAULO EVERTON GOMES ARAÚJO - MF: 300.886-1-1, o qual é filho de seu ex-esposo e que, em tese, rotineiramente profere ameaças, injúrias e difamação contra a denunciante, seja de forma presencial ou mandando recados através das filhas dela, que são irmãs do policial. Fato ocorrido no dia

06/01/2020, na Rua Ari Maia, 1343, no bairro Granja Lisboa, nesta capital; CONSIDERANDO que nas informações acostadas aos autos, vislumbram-se indícios quanto ao cometimento de transgressão disciplinar passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, IX e X, e os Deveres Militares incursos no art. 8º, XV, XVIII, XXIII e XXVII, configurando transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e art. 13, § 1º, XXX e XXXII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração em toda sua extensão no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** tendo como sindicado o 3º SGT PM 22.502 **PAULO EVERTON GOMES ARAÚJO** - MF: 300.886-1-1; II) CIENTIFICAR o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34º, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 19 de janeiro de 2023.

Elzinete Barbosa de Araújo
1ºTEN PMSINDICANTE

*** **

PORTARIA CGD Nº037/2023 - A SINDICANTE ELZINETE BARBOSA DE ARAÚJO - 1ºTEN PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR (CESIM), por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria CGD nº 343/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 219 de 02/10/2020; CONSIDERANDO os fatos constantes no Relatório Técnico nº 523/2020, noticiando acerca de conduta transgressiva cometida pelo CB PM 12.088 IRAN ALVES DE SOUSA - MF: 054.849-1-X, que no dia 13/11/2020, na cidade de Baturité/CE, quando de folga, estaria embriagado, armado e ameaçando os frequentadores do local denominado Bar do Poeta, sendo acionada uma composição da Polícia Militar para o local, onde foi constatado que o PM portava 02 (duas) armas de fogo (uma pistola e um revólver) e 01 (uma) faca tipo peixeira, tendo o mesmo resistido à prisão e desacatado os policiais de serviço que se utilizaram da força para contê-lo; CONSIDERANDO que o CB PM ALVES foi preso e autuado em flagrante, por desacato aos policiais, ameaça, resistência, desobediência e por porte ilegal de armas, sendo instaurado o Inquérito Policial nº 425-355/2020 na Delegacia Regional de Baturité; CONSIDERANDO que nas informações acostadas aos autos, vislumbram-se indícios quanto ao cometimento de transgressão disciplinar passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, III, IV, V e X, e violam os Deveres Militares incursos no art. 8º, II, XIII, XV, XVIII e XXIII, configurando transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e art. 13, § 1º, XXX, XXXII e XLVIII, § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração em toda sua extensão no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** tendo como sindicado o CB PM nº 12.088 **IRAN ALVES DE SOUSA** - MF: 054.849-1-X; II) CIENTIFICAR o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34º, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 19 de janeiro de 2023.

Elzinete Barbosa de Araújo
1ºTEN PMSINDICANTE

*** **

PORTARIA CGD Nº038/2023 - A SINDICANTE ELZINETE BARBOSA DE ARAÚJO - 1ºTEN PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR (CESIM), por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria CGD nº343/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 219 de 02/10/2020; CONSIDERANDO os fatos constantes no expediente protocolado sob SISPROC nº 2203104079, com o intuito de apurar ocorrência envolvendo o SD PM 33.870-MARCOS VINÍCIUS OLIVEIRA DA SILVA - MF: 309.088-3-X, que teria, em tese, agredido e ameaçado sua companheira de nome Clarice da Silva Santos, a qual registrou o Boletim de Ocorrência nº 201-1879/2022 por violência doméstica na Delegacia Metropolitana de Caucaia/CE, submetendo-se a exame de corpo de delito, conforme Laudo Pericial nº 2022.0219603, o qual confirmou haver ofensa à integridade corporal e à saúde da denunciante. Fato ocorrido no dia 24/03/2022, no Bairro Alto do Garrote, em Caucaia/CE; CONSIDERANDO que nas informações acostadas aos autos, vislumbram-se indícios quanto ao cometimento de transgressão disciplinar passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO a tramitação prioritária dos procedimentos administrativos disciplinares envolvendo vítimas de violência doméstica disciplinada pela Portaria CGD nº 404/2022, publicada no DOE nº 176, de 30/08/2022; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, IX e X, e violam os Deveres Militares incursos no art. 8º, II, VIII, XVIII, XXII, XXIII e XXXIII, configurando transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e art. 13, § 1º, XXX, XXXI e XXXII, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração em toda sua extensão no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** tendo como sindicado o SD PM 33.870 **MARCOS VINÍCIUS OLIVEIRA DA SILVA** - MF: 309.088-3-X; II) CIENTIFICAR o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34º, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 13 de janeiro de 2023.

Elzinete Barbosa de Araújo
1ºTEN PMSINDICANTE

*** **

PORTARIA CGD Nº039/2023 - A SINDICANTE ELZINETE BARBOSA DE ARAÚJO - 1ºTEN PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR (CESIM), por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria CGD nº 343/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 219 de 02/10/2020; CONSIDERANDO os fatos constantes na Manifestação registrada no Portal Ceará Transparente sob nº 5969602, datada de 02/03/2022, corroborado pelos boletins de ocorrências nºs 931-27205/2022 e 931-27061/2022, registrados respectivamente no 6º Distrito Policial por Ameaça e na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, por maus-tratos a animais, com informações acerca da conduta do SD PM 22.887 DENIS HOLANDA COSTA - MF: 301.922-1-4 que, em tese, teria cometido maus-tratos a animais, aprisionando gatos em gaiola e ameaçado moradores do condomínio onde mora, situado à Rua Maria Quintino, 800, Parque Santa Maria, Fortaleza/CE; CONSIDERANDO que nas informações acostadas aos autos, vislumbram-se indícios quanto ao cometimento de transgressão disciplinar passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, IV, VII e X e violam os Deveres Militares incursos no art. 8º, III, XV, XVIII e XXIII, configurando transgressões disciplinares previstas no art. 12 § 1º, I e II, art. 13, § 1º, XXX e XXXII, § 2º, XXXVII e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração em toda sua extensão no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** tendo como sindicado o SD PM 22.887 **DENIS HOLANDA COSTA** - MF: 301.922-1-4; II) CIENTIFICAR o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34º, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 19 de janeiro de 2023.

Elzinete Barbosa de Araújo
1ºTEN PMSINDICANTE

*** **

PORTARIA CGD Nº040/2023 - A SINDICANTE ELZINETE BARBOSA DE ARAÚJO - 1ºTEN PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR (CESIM), por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria CGD nº 343/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), nº 219 de 02/10/2020; CONSIDERANDO os fatos constantes no Relatório Técnico nº nº 516/2021 - CONIT/CGD, com informações de que o SD PM 33.646 CAIO FILIZOLA DE PAIVA - MF: 308.971-8-8, em tese, encontrava-se na casa de show Ibiza, localizada no Porto das Dunas, desorientado e com sintomas de embriaguez, estando armado. Quando um popular de nome Israel Fernandes de Sousa, vendo que se tratava de um policial, ofereceu ajuda e o levou para sua residência, acionando a CIOPS para dar



apoio ao referido policial militar, comparecendo ao local a viatura RP15421, comandada pelo ST PM Adalberto Pereira Silveira, o qual recebeu a pistola Taurus 840, número de série SZE95878, desmuniada e um carregador com 10 (dez) munições de calibre .40 (ponto quarenta), das mãos de Israel e, após orientação do Oficial de Operações, levou o SD PM FILIZOLA até a residência do mesmo e deixou a arma guardada no quartel do 15º BPM. Fato ocorrido em 07/09/2021, no Porto das Dunas, município de Aquiraz/CE; CONSIDERANDO que nas informações acostadas aos autos, vislumbra-se indícios quanto ao cometimento de transgressão disciplinar passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que o fato, em tese, viola o(s) valor(es) militar(es) contido(s) no art. 7º, II, IV, V e VII, e violam os Deveres Militares incursos no art. 8º, VIII, XV e XVIII, configurando transgressões disciplinares previstas no art. 12 § 1º, I e II, e art. 13, § 1º, XLVIII, § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração em toda sua extensão no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** tendo como sindicado o policial militar SD PM 33.646 **CAIO FILIZOLA DE PAIVA** - MF: 308.971-8-8; II) CIENTIFICAR o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o art. 34º, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 19 de janeiro de 2023.

Elzinete Barbosa de Araújo
1º TEN PMSINDICANTE

*** **

PORTARIA CGD Nº041/2023 - O CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, I e IV, e art. 5º, I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, e CONSIDERANDO as informações contidas no SPU nº 2202598515, do qual consta ofício nº 2022 00 000 0288, oriundo do Gabinete do Perito Geral, informando sobre provável abandono de cargo público por parte do médico perito legista Júlio Marcos Caldas, uma vez que este servidor estava devidamente afastado desde 2018, para tratar de interesse particular, e expirado o prazo, apesar das tentativas de localização do servidor, este não se apresentou na Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFOCE para retorno às funções; CONSIDERANDO que o afastamento do mencionado servidor se deu, oficialmente, no dia 28/02/2018 e que a Coordenadoria de Planejamento e Gestão da PEFOCE manteve contato com o referido servidor, através de e-mail, no qual comunicou que o médico perito Júlio deveria retornar às funções no dia 28/02/2022; CONSIDERANDO que a Coordenadoria de Planejamento e Gestão, através do mencionado e-mail, anexou uma carta para o servidor, constando a informação de que, caso não retorne às atividades em 30 dias, será considerado abandono de cargo; CONSIDERANDO que foi verificado pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão da PEFOCE que o médico legista Júlio Caldas se afastou de suas atividades desde o dia 01/02/2018, e portanto antes da data da publicação no Diário Oficial do Estado, qual seja, a data de 28/02/2018, motivo pelo qual o servidor tem 27 dias de falta, antes da mencionada publicação; CONSIDERANDO parecer jurídico da ASJUR/SSPDS, datado de 06/04/2022, o médico perito Júlio Marcos Caldas não respeitou os trâmites administrativos, pois somente poderia ter se afastado após a publicação do seu nome no Diário Oficial do Estado; CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 40, parágrafos 1º a 4º da Lei nº 12.124/1993; CONSIDERANDO que a Coordenadoria de Planejamento e Gestão da PEFOCE verificou ainda que, em nome do servidor, há um segundo afastamento em aberto correspondente à prorrogação do afastamento por interesse particular, o qual não foi publicado no Diário Oficial do Estado; CONSIDERANDO que, até a data de 28/03/2022, o médico perito Júlio Marcos Caldas não se apresentou no Núcleo de Gestão de Recursos Humanos – NGRH/PEFOCE; CONSIDERANDO que a conduta objeto de apuração não preenche, a priori, os pressupostos legais para aplicação de mecanismos tais como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do processo disciplinar, previstos nos arts. 3º e 4º da Lei nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais, que estabelece que a solução consensual no âmbito das atividades desenvolvidas por esta CGD poderá ser atendida quando inexistir: enriquecimento ilícito; efetiva lesividade ao erário, ao serviço ou aos princípios que regem a Administração Pública; dolo ou má-fé na conduta do servidor infrator; crime tipificado em lei quando praticado em detrimento do dever inerente ao cargo ou função, ou quando o crime for considerando de natureza grave, nos termos da legislação pertinente, notadamente, os definidos como crimes hediondos e assemelhados; e conduta atentatória aos direitos humanos fundamentais e de natureza desonrosa, e que não tenha sido condenado por outra infração disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos; CONSIDERANDO que a conduta do médico perito legista Júlio Marcos Caldas viola, em tese, os deveres constantes do artigo 100, inciso I, bem como, supostamente, incorreu na transgressão disciplinar prevista no artigo 103, alínea “c”, inciso I, todos da Lei nº 12.124/1993; RESOLVE: I) **Instaurar Processo Administrativo Disciplinar** para apurar a conduta do médico perito legista **JÚLIO MARCOS CALDAS**, M.F. nº 168.044-1-X em toda a sua extensão administrativa, ficando cientificados os acusados e/ou defensor(es) legal(is) que as decisões da CGD quanto a este Processo Regular serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará, de acordo com o art. 34º, § 2º do Decreto nº 33.447, publicado no DOE 021, de 30/01/2020, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Disciplina e Correição dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário da CGD; II) **Designar** a 1.ª Comissão Civil Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, formada pelos **DELEGADOS** de Polícia Civil Bianca de Oliveira Araújo, M.F. nº 133.807-1-6 (Presidente), Renato Almeida Pedrosa, M.F. nº 126.888-1-4 (Membro) e pelo Escrivão de Polícia Civil Antônio Marcos Dantas dos Santos, M.F. 198.256-1-2 (Secretário), para processamento do feito, III). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. GABINETE DA CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, em Fortaleza-CE, 19 de janeiro de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro
CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA

*** **

PORTARIA CGD Nº042/2023 - O CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, I e IV, e art. 5º, I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, e CONSIDERANDO as informações contidas no SPU nº 2209479660 do qual consta informação de que o Policial Penal Fábio Braga Rego supostamente abandonou o cargo que ocupa na Unidade Prisional Desembargador Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal em Caucaia/Ce; CONSIDERANDO que consta do ofício nº 622/20200 – COGEP/SAP a informação de que o mencionado servidor tem apresentado sucessivas faltas injustificadas referente aos meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2020, bem como vem acumulando faltas no período de fevereiro de 2021 a agosto de 2022; CONSIDERANDO que do mencionado ofício consta ainda a informação de que foi localizado no Sistema de Perícia Médica – SPM, registro de licença saúde para o servidor somente no período de agosto e novembro de 2019, bem como a informação de que no Sistema de Gestão de Férias – SGF, o servidor estaria de férias nos períodos 03/05 a 01/06/2021 e 27/12/21 a 25/01/2022; CONSIDERANDO que constam dos autos boletins de frequência em nome do servidor referente aos meses de outubro de 2020, maio, junho, julho, agosto, outubro e dezembro de 2021, janeiro, fevereiro, março, abril, julho e agosto de 2022, nos quais consta a ausência do PP Fábio do primeiro ao último dia de cada mês; CONSIDERANDO que dos autos constam ainda a frequência dos policiais penais da referida unidade prisional, para fins de adicional noturno, referente aos meses de fevereiro e março de 2021, nos quais constam a ausência do servidor do primeiro ao último dia de cada mês; CONSIDERANDO que a conduta objeto de apuração não preenche, a priori, os pressupostos legais para aplicação de mecanismos tais como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do processo disciplinar, previstos nos arts. 3º e 4º da Lei nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais, que estabelece que a solução consensual no âmbito das atividades desenvolvidas por esta CGD poderá ser atendida quando inexistir: enriquecimento ilícito; efetiva lesividade ao erário, ao serviço ou aos princípios que regem a Administração Pública; dolo ou má-fé na conduta do servidor infrator; crime tipificado em lei quando praticado em detrimento do dever inerente ao cargo ou função, ou quando o crime for considerando de natureza grave, nos termos da legislação pertinente, notadamente, os definidos como crimes hediondos e assemelhados; e conduta atentatória aos direitos humanos fundamentais e de natureza desonrosa, e que não tenha sido condenado por outra infração disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos; CONSIDERANDO que a conduta do Policial Penal Fábio Braga Rego viola, em tese, o dever prescrito no artigo 6º, inciso I, bem como incorreu nas transgressões disciplinares dispostas no artigo 8º, inciso V, bem como o artigo 10, inciso III, todos da Lei Complementar nº 258/2021; RESOLVE: I) **Instaurar Processo Administrativo Disciplinar** para apurar a conduta do policial penal **FÁBIO BRAGA REGO**, M.F. nº 300.837-1-7 em toda a sua extensão administrativa, ficando cientificados os acusados e/ou defensor(es) legal(is) que as decisões da CGD quanto a este Processo Regular serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará, de acordo com o art. 34º, § 2º do Decreto nº 33.447, publicado no DOE 021, de 30/01/2020, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Disciplina e Correição dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário da CGD; II) **Designar** a 1.ª Comissão Civil Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, formada pelos **DELEGADOS** de Polícia Civil Bianca de Oliveira Araújo, M.F. nº 133.807-1-6 (Presidente), Renato Almeida Pedrosa, M.F. nº 126.888-1-4 (Membro) e pelo Escrivão de Polícia Civil Antônio Marcos Dantas dos Santos, M.F. 198.256-1-2 (Secretário), para processamento do feito, III). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. GABINETE DA CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, em Fortaleza-CE, 19 de janeiro de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro
CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA



OUTROS

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Extrato das Atas de Registro de Preços nºs 1601.01/2023 – SME/PE-SRP; 1601.02/2023 – SME/PE-SRP; 1601.03/2023 – SME/PE-SRP; 1601.04/2023 – SME/PE-SRP e 1601.05/2023 – SME/PE-SRP. Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Educação - CNPJ Nº 35.050.756/0001-20 Detentoras: Sial Comércio de Alimentos LTDA, inscrito no CNPJ nº 31.970.697/0001-57, classificada nos Itens: 01; 10; 12; 13; 14; 18; 19; 21; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55 e 56, no valor global de R\$ 768.779,10 (setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e dez centavos); S W de Lima Cardoso – ME, inscrito no CNPJ nº 20.375.092/0001-00, classificada nos Itens: 02; 06; 15; 16; 17; 20; 23; 25; 26; 57; 58; 59; 60; 61; 63; 64; 67 e 69, no valor global de R\$ 468.387,50 (quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); YBP Comercial LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 26.970.227/0001-53, classificada nos Itens: 09; 11 e 22, no valor global de R\$ 94.700,00 (noventa e quatro mil e setecentos reais); DLA Comercial de Alimentos LTDA, inscrita no CNPJ Nº 24.334.945/0001-08, classificada nos Itens: 03; 04; 05; 07; 08 e 27, no valor global de R\$ 738.867,20 (setecentos trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais); R N Distribuidora de Alimentos LTDA, inscrita no CNPJ Nº 12.622.231/0001-16, classificada nos Itens: 24; 45; 62; 65; 66; 68; 70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 83; 84 e 85, no valor global de R\$ 439.869,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais). Prazo de Validade da Ata de RP: 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de RP. Processo de Licitação Pregão Eletrônico Nº 0408.01/2022 – SME/PE/SRP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Signatária: Ivoneide de Araújo Rodrigues – Secretária Municipal de Educação. Edy Marcio Falção Soares – Repres. Legal da Empresa Sial Comércio de Alimentos LTDA; Sérgio Wilker de Lima Cardoso – Repres. Legal da Empresa S W de Lima Cardoso – ME; Yulle Batista Pinheiro Teixeira – Repres. Legal da Empresa YBP Comercial LTDA - ME; Diego Marcondes Cartaxo Tavares – Repres. Legal da Empresa DLA Comercial de Alimentos LTDA; Rivaldo Dantas Bandeira Neto – Repres. Legal da Empresa R N Distribuidora de Alimentos LTDA. **Prefeitura de Fortim, 23 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Câmara Municipal de Pindoretama - Convocação para Assinatura do Termo de Posse - Concurso Público da Câmara Municipal de Pindoretama/Ceará – Edital nº 01/2022. A Presidente da Câmara municipal de Pindoretama/Ceará, Maria Gorette Cavalcanti Bastos Sobrinha, no uso de suas atribuições legais, Considerando a homologação do resultado do Concurso Público Nº 01/2022, através do Ato da Presidência da Mesa da Câmara Municipal de Pindoretama Nº 10 de 29 de Dezembro de 2022. Considerando a convocação dos aprovados conforme Edital de Convocação 01/2023. Considerando a Lei Complementar 02/2022 de 06 de Julho de 2022. Convoca: Os candidatos relacionados no Anexo I, com vistas A Posse dos Cargos Efetivos para os quais foram aprovados, sob a égide da Lei Complementar Municipal Nº 02/2022. Os aprovados deverão comparecer pessoalmente ou por intermédio de procurador, com procuração pública com poderes específicos, na Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Pindoretama, situado na rua Padre Antônio Nepomuceno, Nº 56 – Centro de Pindoretama – CE, no 26 de Janeiro de 2023 às 09:00 horas, para a assinatura do respectivo termo de posse na forma do Art.13 da Lei Federal 8.112/90. Com a assinatura e publicação do termo, inicia-se o prazo para entrar em exercício, nos termos do artigo 15 § 1º da Lei Federal 8.112/90. **Pindoretama/Ceará 19 de Janeiro 2023. Maria Gorette Cavalcanti Bastos Sobrinha - Presidente da Câmara Municipal de Pindoretama. Anexo I.** Relação dos Candidatos Convocados e Habilitados: Cargo: Agente Administrativo. Classificação - Nome - Inscrição 1º - Anabelle Conceição Frota Oliveira - 373000102; 2º - José Wagner Oliveira - 373001070; Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais. Classificação - Nome - Inscrição. 1º - Pedro Vitor Ribeiro das Neves - 373001815; 2º - Herval de Sousa Candido - 373001184. Cargo: Motorista – CAT. B. Classificação - Nome - Inscrição. 1º - Caio Max Sampaio da Cruz - 373000994. Cargo: Recepcionista. Classificação - Nome - Inscrição. 1º - Dário da Silva Monteiro - 373000233. Cargo: Técnico de Controle Interno. Classificação - Nome - Inscrição. 1º - Hernelson Antonio Holanda Pereira - 373000701. Cargo: Vigia. Classificação - Nome - Inscrição. 1º - Lucas Aragão Vasconcelos - 373000936; 2º - Antonio Sergio Sousa de Lima - 373000849; 3º - Paulo Alberto Tavares da Silva - 373000611. **Pindoretama/Ceará 19 de Janeiro 2023. Maria Gorette Cavalcanti Bastos Sobrinha - Presidente da Câmara Municipal de Pindoretama/Ceará.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA – AVISO DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023. ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO – GEMAN/IJF. **OBJETO:** CONSTITUI O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CONJUNTO DE PISTOLAS PRESSURIZADAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. **DO TIPO:** MENOR PREÇO. **DA FORMA DE FORNECIMENTO:** PARCELADO. O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **24 de janeiro de 2023 a 06 de fevereiro de 2023 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **06 de fevereiro de 2023, às 10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min. do dia 06 de fevereiro de 2023**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: <https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp>, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 | CLFOR**, Fortaleza-CE, 23 de janeiro de 2023. **JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA** – Pregoeiro(a) da CLFOR.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES - Aviso de Julgamento (Fase de Habilitação). O Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL torna público, que fora concluído o julgamento referente à fase de habilitação do Certame Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 2022.12.27.1, sendo o seguinte: **Empresas Habilitadas** - FLAY ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, ELETROPORT SERVIÇOS PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, RAMALHO SERVIÇOS E OBRAS EIRELI, ECOS EDIFICAÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, EUGENIA FERNANDA PEREIRA FEITOSA, A.I.L. CONSTRUTORA LTDA e R M CLEMENTE CANDIDO, por cumprimento integral às exigências editalícias. **Empresas Inabilitadas** - META EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, por descumprimento aos itens 3.2.19 e 3.2.20; J. H. S. SERVIÇOS E OBRAS LTDA, itens 3.2.15, 3.2.16 alínea “b” e 3.2.17 alíneas “a” e “b” c/c 3.2.18; MOMENTUM CONSTRUTORA LIMITADA, itens 3.2.16 alínea “b” e 3.2.17 alíneas “a” e “b”; BARBOSA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, itens 3.2.16 alíneas “a” e “b” e 3.2.17 alíneas “a” e “b” c/c 3.2.18; FF EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, itens 3.2.16 alíneas “a” e “b” e 3.2.17 alínea “a” c/c 3.2.18; J DE FONTE RANGEL EIRELI, MT PROJETOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e ABIK ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, itens 3.2.16 alíneas “a” e “b” e 3.2.17 alíneas “a” e “b”. Maiores informações na sede da CPL, sito na Rua Helena Mendonça Figueiredo nº 200 - Centro, no horário das 7:30 às 13:30 ou ainda através do e-mail: milagresceara@outlook.com. Milagres/CE, 20 de janeiro de 2023. Luan dos Santos Ferreira - Presidente da CPL.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Poranga - Extratos de Contratos Nºs 20230113.001; 20230113.002; 20230113.003; 20230113.004 e 20220301.005. Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação, Ciências e Tecnologia, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Trabalho e Assistência Social, Secretaria de Infraestrutura Recursos Hídricos, Indústria e Comércio e Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Poranga. CNPJ Nº 07.438.187/0001-59. Empresa Detentora do Registro de Preços Antonia Amanda Martins Torres 01483759369, CNPJ sob o nº 31.226.486/0001-04, com o Valor total do Contrato nº 20230113.001 - R\$ 25.595,00; 20230113.002 - R\$ 32.959,00; 20230113.003 - R\$ 34.187,00; 20230113.004 - R\$ 35.825,00; 20220301.005 - R\$ 26.234,00. Prazo de validade dos Contratos: Até 31/12/2022 a partir da data de assinatura dos Contratos. Processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 0902.1/2022. Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de refeições, lanches, salgados e bebidas destinados aos eventos das Diversas Secretarias do Município de Poranga-CE. Signatário: Maria Pereira da Silva – Secretária de Educação, Ciências e Tecnologia, Marcos da Conceição Feitosa - Secretária de Administração e Finanças, Jonas Chaves Ferreira - Secretária de Trabalho e Assistência Social, Antônio Lidiuino Lima - Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos, Indústria e Comércio, José Wilton Sales de Sousa - Secretária de Saúde – Antonia Amanda Martins Torres 01483759369, Sócio Administrador Antônia Amanda Martins Torres. **Poranga - CE, 23 de janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através do Gabinete do Prefeito e a empresa Auto Posto Tres Irmãos LTDA. Objeto: Aquisição de combustível destinados ao atendimento das necessidades dos veículos locados do Gabinete do Prefeito do Município de Granjeiro/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 151.500,00 (cento e cinquenta e um mil e quinhentos reais). Vigência Contratual: até 31/12/2023. Signatários: Jose Rodrigues dos Reis e Francisco de Assis Pereira. **Granjeiro/CE, 20 de Janeiro de 2023.**



Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Horizonte - Chamada Pública Nº 2022.08.15.1 - Extrato de Julgamento Final. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Horizonte/CE, torna público para conhecimento dos interessados o julgamento final da Chamada Pública Nº 2022.08.15.1, cujo objeto é a Seleção de Organização Social, já qualificada na área da saúde, no âmbito do município para posterior celebração de Contrato de Gestão para a prestação de serviços técnicos especializados de operacionalização, gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Horizonte/CE. A CPL analisou a Proposta Financeira apresentada, frente às exigências editalícias, e frente às exigências da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como frente às considerações dos Relatórios Técnicos e Mapa de Pontuações da Comissão Especial de Seleção, apresentando o seguinte resultado: Fica Classificada a Proposta Financeira da organização social: Instituto de Gestão e Cidadania – IGC, por atender a todas as exigências do edital, atingindo 81,45 pontos, com valor global proposto de R\$ 15.545.728,20 (quinze milhões quinhentos e quarenta e cinco mil setecentos e vinte e oito reais e vinte centavos), para o período de 12 (doze) meses. Diante do exposto a Comissão Permanente de Licitação e a Comissão Especial de Seleção Declaram a organização social: Instituto de Gestão e Cidadania – IGC vencedora do certame, conforme ata de julgamento final realizada no dia 19/01/2023, acostado aos autos do processo licitatório. Fica disponíveis vistas ao processo e aberto o prazo para a interposição de recursos referente a este julgamento a partir da data desta publicação. Informações na sede da CPL ou (85)3222.0583. **Horizonte/CE, 23 de Janeiro de 2023. Rosilândia Ribeiro da Silva - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Baixo - Extrato da Ata de Registro de Preço. O Município de Baixo/CE, torna público o Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 2022.12.20.01/2021-SRP, Processo Nº 2022.12.20.01-SRP, Pregão Eletrônico Nº 2022.12.20.01-SRP- do tipo Menor Preço por Lote. Validade: 12 (doze) meses, Data Da Assinatura: 10 de janeiro de 2023. Órgão Gerenciador: Secretaria de Saúde. Órgãos Participantes: Secretaria Mun. de Assistência Social; Secretaria de Finanças; Gabinete do Prefeito; Secretaria de Agricultura e Secretaria de Educação. Objeto: Registro de Preços destinado à aquisição de combustível e derivados de petróleo, para suprir as necessidades locais e no âmbito da Capital Fortaleza-Ceará, das Unidades Administrativas do Município de Baixo/Ce, conforme anexo I, parte integrante deste processo de Pregão Eletrônico Nº 2022.12.20.01-SRP, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com as propostas das licitantes vencedoras, bem como com os mapas de apuração de lances ofertados e/ou verbais apresentados pelas licitantes. Empresa Ganhadora/com seus respectivos Lotes: Regia e Pinheiro Comercio de Derivados de Petroleo LTDA - CNPJ Nº 14.491.899/0001-05, Vencedora do certame dos Lotes 01, 02 e 03 pelo valor global de R\$ 2.808.000,00 (dois milhões oitocentos e oito mil reais), projeção Comercio de Derivados de Petroleo LTDA - CNPJ Nº 22.278.355/0001-80, vencedora dos lotes: 05 E 05, pelo o valor global de R\$ 264.600,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e seiscentos reais), e Francisco Alves da Silva Comercio - CNPJ Nº 47.483.246/0001-25, vencedora do lote 06, pelo o valor global de R\$ 124.258,70 (cento e vinte e quatro mil e duzentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos). **Baixo/CE, 10 de janeiro de 2023.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ - EXTRATO DO CONTRATO 037/2023 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2022.00.004 - VINCULADA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 2022.00.004 CPRP - VIGÊNCIA: 17/01/2023 A 31/12/2023. ÓRGÃO ADERENTE: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÕES DE EVENTOS COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, DIVULGAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ-CE. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.01.04.122.0002.2.082. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. VALOR: R\$ 97.464,85 (NOVENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS). CONTRATADA: JOÃO SOUSA GOMES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº: 07.188.838/0001-08, SEDIADA NA ESTRADA DO AÇUDE CASTRO, 10 - ZONA RURAL - CEP: 62.740-000 - ITAPIUNA - CE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPUÍ/CE, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA. SECRETÁRIO: IRAN RODRIGUES FÉLIX.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Caucaia – Extrato da Inexigibilidade de Licitação Nº 2023.01.20.01-SMS. Objeto: contratação de profissionais técnicos visando a complementaridade da estrutura da rede de atendimento da Saúde Pública de interesse da Secretaria de Saúde do Município de Caucaia/CE, tudo conforme Credenciamento Nº 2023.01.02.01-SMS. Fundamentação legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Favorecido: MT Mais Saúde – Cooperativa de Trabalho e Serviços de Atendimento Pré-Hospitalar e Saúde LTDA – CNPJ Nº 30.182.555/0001-62. Lotes: Nº 01 - R\$ 21.535.522,56 (vinte e um milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos); Nº 02 - R\$ 9.760.384,44 (nove milhões, setecentos e sessenta mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos); Nº 03 - R\$ 22.526.360,52 (vinte e dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos); e Nº 04 - R\$ 7.242.475,32 (sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos). Valor Global: R\$ 61.064.742,84 (sessenta e um milhões, sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos). Prazo de Execução: 12 (doze) meses. Dotação Orçamentária: 06.20.10.122.01.61.2024 / 06.21.10.301.0013.2030 / 06.21.10.301.0013.2031 / 06.21.10.302.0014.2035 / 06.21.10.302.0014.2037 / 06.21.10.302.0015.2039 / 06.21.10.305.0014.2043. Elemento de Despesa: 3.3.90.34.00. Fonte: Recursos Ordinários. Data da Ratificação: 20/01/2023. **Caucaia/CE, 20 de janeiro de 2023. Emerson Diniz Lima - Ordenador de Despesas da Secretaria de Saúde.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Barbalha - Aviso de Julgamento – Credenciamento Nº 001.2022 SEPLAG. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que fora concluído o julgamento referente ao Credenciamento Nº 001.2022 SEPLAG, sendo o seguinte: Pessoas Físicas (leiloeiro(a)s) Credenciado(a)s - Eduardo Sydney Bezerra de Girão, Fernando Montenegro Castelo, João Paulo Ferreira, Daniela de Souza Castelo e Georgia de Souza Castelo, por cumprimento integral às exigências do Edital Convocatório. Ordem de classificação: Em primeiro lugar Eduardo Sydney Bezerra de Girão (CPF: 582.179.833-72, Matrícula Junta comercial: Nº 027), em segundo lugar Fernando Montenegro Castelo (CPF: 098.455.773-34, Matrícula Junta comercial: Nº 01/84), em terceiro lugar João Paulo Ferreira (CPF: 915.417.603-44, Matrícula Junta comercial: Nº 039/2021), em quarto lugar Daniela de Souza Castelo (CPF: 017.781.153-65, Matrícula Junta comercial: Nº 023/2012) e em quinto lugar Georgia de Souza Castelo (CPF: 930.526.853-68, Matrícula Junta comercial: Nº 024/2016) em obediência ao critério de ordem de entrega do envelope estabelecido no edital convocatório. Maiores informações, na sede da Comissão de Licitação, sito na Avenida Domingos Sampaio Miranda, no 715, Loteamento Jardim dos Ipês – Bairro Alto da Alegria, Barbalha - CE. Moises Souza Domingos – Presidente da Comissão de Licitação, **Barbalha/CE, 11 de janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Barbalha - Aviso de Homologação e Adjudicação - Pregão Eletrônico nº 2022.10.26.1. Objeto: Contratação de empresa/pessoa física para execução dos serviços de Transporte Escolar dos Alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Barbalha/CE, conforme especificações apresentadas no Edital Convocatório. Licitantes Vencedores: O licitante a pessoa física Sebastião Alves Coutinho Inscrito Nº CPF Nº 010.509.143-09 Classificado no Lote 03 - Rota 11- CE 386 / Sítio Macenas / Monte Castelo / Coité / Arajara, no Valor Global de R\$ 45.751,68 (quarenta e cinco mil setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos) e a Empresa Victor Valério da Silva Lopes Nogueira – ME Inscrito no CNPJ Nº 27.499.707/0001-40 Classificada no Lote 01 - Rota 02 - Sítio Pelo Sinal - Caldas, no Valor Global de R\$ 48.232,80 (quarenta e oito mil duzentos e trinta e dois reais e oitenta centavos), Lote 02 - Rota 09 - Vila Severo / Macaúba, no Valor Global de R\$ 29.779,20 (vinte e nove mil setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos), Lote 04 - Rota 13 - Sítio Espinhaço / Arajara, no Valor Global de R\$ 59.067,36 (cinquenta e nove mil sessenta e sete reais e trinta e seis centavos), Lote 05 - Rota 28 – Vila São João / Brejinho / Escola Maria Cleonice, no Valor Global de R\$ 46.499,88 (quarenta e seis mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), de conformidade com o Mapa Comparativo de Preços acostado aos autos. Homologo a presente Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 – Jussara de Luna Batista - Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Educação. Data da Homologação e Adjudicação: 23 de janeiro de 2023.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Fortim. Pelo presente Aviso e em cumprimento a Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019 e 8.666/93 e suas alterações, a Pregoeira Oficial da Prefeitura de Fortim - CE, Comunica aos interessados que realizará Pregão Eletrônico nº 1701.01/2023 – PMF/PE, para a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva automotiva por hora trabalhada no Município de Fortim/Ce. sendo o cadastramento das propostas a partir do dia 24/01/2023, até o dia 06 de fevereiro de 2023 às 08h00 horas (Horário de Brasília), no site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Abertura das Propostas no dia 06 de fevereiro de 2023 às 11h30 horas (Horário de Brasília) e a fase da Disputa de Lances no dia 06 de fevereiro de 2023 às 13h00 horas (Horário de Brasília). O referido edital poderá ser adquirido no endereço da Prefeitura Municipal de Fortim, a Vila da Paz, nº 40 – Centro – Fortim/CE – CEP: 62.815-000, no horário de expediente ao público e no Portal de Licitações BBMNET – licitações públicas - site www.bbmnetlicitacoes.com.br, para verificação de informação e alterações supervenientes. **Maria Vanessa Lourenço Menezes – Pregoeira.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE CONVOCAÇÃO – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2023 – O Prefeito Municipal de Cariré-CE, Antonio Rufino Martins, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado do Concurso Público Nº 01/2019, através do Decreto Municipal nº 44, de 11 de dezembro de 2019, e considerando a prorrogação do certame feita através do Decreto Municipal Nº 50, de 16 de novembro de 2021, **CONVOCA** os candidatos relacionados no ANEXO I do Edital de Convocação Nº 01/2023, com vistas à nomeação e posse nos cargos efetivos para os quais foram aprovados, sob a égide da Lei Complementar Municipal Nº 03/2009 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Cariré/CE). Os candidatos relacionados no ANEXO I do presente Edital deverão comparecer pessoalmente ou por intermédio de procurador, com procuração pública com poderes específicos, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cariré, situado à Rua Belarmina Rodrigues, S/Nº, Centro, Cariré/CE, CEP 62184-000, no período de **24 de Janeiro de 2023 a 30 de Janeiro de 2023**, em dias úteis, **das 08h às 11h30min e das 13h às 16h30min**, para apresentação e entrega dos documentos constantes no ANEXO II deste Edital, na forma do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal. O Edital de Convocação Nº 01/2023 na íntegra está disponível nos Sites: <https://www.carire.ce.gov.br> e www.consulpam.com.br. Mais informações nos Telefones: (88) 3646-1133 e (88) 3646-1168 e no E-mail: prefeituramcarire@gmail.com.

*** **

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE. Aviso de Julgamento do Sorteio – Concorrência nº 2022.11.22.1. A Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE, torna público, que fora concluído o sorteio entre os candidatos homologados junto ao Chamamento nº 001/2022 – NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO, obtendo-se o seguinte resultado: sorteados que não possuem vínculo contratual: **Antonio Rogério de Brito e Antonio de Tarso Araújo Bastos**. Sorteados que possuem vínculo contratual: **Erika Cristina de Souza; Francisco Diego de Carvalho Moreira; Dalila da Silva Feitosa e Emmanuelle Monike Silva Feitosa**. Maiores informações na sede da Comissão, sito à Av. Leão Sampaio, nº 1748 - 1º andar – Lagoa Seca - CEP: 63.040-000, Juazeiro do Norte/CE, no horário de 08:00 às 14:00 horas ou pelo telefone (88) 3199-0363. Juazeiro do Norte/CE, 20 de janeiro de 2023. Raimundo Emanuel Bastos de Caldas Neves – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Concorrência nº 2022.11.07.1. **Objeto:** Contratação de serviços a serem prestados na construção de Unidade Básica de Saúde – UBS (padrão 02) no Loteamento Padre Cicero III, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro do Norte/CE, conforme especificações apresentadas no Edital Convocatório. **Licitante Vencedor:** a empresa FROTA MACEDO ENGENHARIA EIRELI, totalizando sua proposta no valor de R\$ 1.856.433,65 (um milhão oitocentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), de conformidade com o Mapa Comparativo de Preços acostado aos autos. Homologo a presente Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 – Francimones Rolim de Albuquerque - Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde. **Data da Homologação:** 23 de Janeiro de 2023.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Secretaria de Educação - Aviso de Homologação - Pregão Eletrônico nº 0408.01/2022 – SME/PE/SRP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Licitantes Vencedores: Sial Comércio de Alimentos LTDA, inscrito no CNPJ nº 31.970.697/0001-57, classificada nos Itens: 01; 10; 12; 13; 14; 18; 19; 21; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55 e 56, no valor global de R\$ 768.779,10 (setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e dez centavos); S W de Lima Cardoso – ME, inscrito no CNPJ nº 20.375.092/0001-00, classificada nos Itens: 02; 06; 15; 16; 17; 20; 23; 25; 26; 57; 58; 59; 60; 61; 63; 64; 67 e 69, no valor global de R\$ 468.387,50 (quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); YBP Comercial LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 26.970.227/0001-53, classificada nos Itens: 09; 11 e 22, no valor global de R\$ 94.700,00 (noventa e quatro mil e setecentos reais); DLA Comercial de Alimentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.334.945/0001-08, classificada nos Itens: 03; 04; 05; 07; 08 e 27, no valor global de R\$ 738.867,20 (setecentos trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos); R N Distribuidora de Alimentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.622.231/0001-16, classificada nos Itens: 24; 45; 62; 65; 66; 68; 70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 83; 84 e 85, no valor global de R\$ 439.869,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais). Homologo a presente Licitação na forma da Lei nº 8.666/93, Ivoneide de Araújo Rodrigues - Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Educação. Data da Homologação: 23 de janeiro de 2023.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Cedro - Extrato Contratual. O Município de Cedro/CE, torna público o Extrato dos Contratos decorrente do Pregão Eletrônico Nº. 1312.01/2022-03, cujo objeto é a aquisição de combustíveis para atender as necessidades das Secretarias do Município de Cedro – Ce no Exercício Financeiro de 2023. Contratada: Cedro Diesel LTDA, com endereço na Rua Dr. Guedes Martins, Nº 520 - Centro, Cedro-CE, CEP: 63.400-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.445.908/0001-05, representada por seu Sócio administrador o Sr. Magno Diniz Cortez, CPF nº 004.664.773-25. Contratos: Nº 0901.01/2023-02 - R\$ 1.812.510,00 (Hum milhão, oitocentos e doze mil, quinhentos e dez reais) - Secretaria de Saúde; Nº 0901.02/2023-01 - R\$ 1.312.750,00 (Hum milhão, trezentos e doze mil, setecentos e cinquenta reais) - Secretaria de Educação; Nº 0901.03/2023-04 - R\$ 244.660,00 (Duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta reais) - Secretaria do Trabalho e Assistência Social; Nº 0901.04/2023-05 com o valor de R\$ 2.323.480,00 (Dois milhões, trezentos e vinte e três mil e quatrocentos e oitenta reais) - Secretaria de Infraestrutura; Nº 0901.05/2023-03 - R\$ 108.900,00 (Cento o oito mil e novecentos reais) - Secretaria de Agricultura; Nº 0901.06/2023-03 - R\$ 240.250,00 (Duzentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta reais) - Gabinete do Prefeito. Da Vigência: Até 31 de dezembro de 2023. Ordenadores de Despesas: Luciana Vieira Marques Viana - Secretária do Trabalho e Assistência Social, Regina Célia Cavalcante da Silva Leite - Secretária de Educação; Antonia Norma Teclane Marques Lima - Secretária de Saúde; Marcus Irineo Carvalho de Almeida - Secretário de Infraestrutura e Manoel Bezerra Filho - Secretário de Agricultura e Ordenador de Despesas do Gabinete do Prefeito. **Cedro - CE, 10 de janeiro de 2023. Tulio Lima Sales - Presidente da CPL.**

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DAS PRAÇAS DO ESTADO DO CEARÁ, ASPRA-CE, PARA AS ELEIÇÕES 2023

O presidente do CONSELHO DELIBERATIVO da ASSOCIAÇÃO DAS PRAÇAS DO ESTADO DO CEARÁ – ASPRA-CE, inscrita no CNPJ sob o nº 06.919.641/0001-20, situada na Av. do Imperador, 1600 – Centro – Fortaleza- Ceará, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “b” do Inciso I do artigo 13, combinado com inciso X do artigo 17 e inciso III do art. 56, todos do Estatuto Social da entidade, resolve: Convocar para o próximo dia 03 de abril de 2023 das 8:00h às 17:00h, Assembleia Geral Ordinária da ASPRA-CE, para realização das eleições gerais do quadriênio 2023-2027, que se destinará a escolha dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Fica nomeado como Presidente da Comissão Eleitoral, o senhor FRANCISCO FLÁVIO DOS SANTOS WILSON, Capitão QOAPM, matrícula funcional nº 034-801-1-9. Por fim, determina-se a abertura de prazo para as inscrições e registros de chapas do dia 1º de fevereiro de 2023 ao dia 03 de março de 2023, sendo reservados do dia 04 de março de 2023 ao dia 02 de abril de 2023 ao período de divulgação e de campanha das chapas registradas. Fortaleza, 16 de janeiro de 2023.

ST PM Josué de Sousa Lopes

Matrícula Funcional nº 118.964-1-3

Presidente do Conselho Deliberativo da ASPRA-CE

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Eusébio - Resultado de Julgamento - Chamada Pública Nº 06.027/2022. A Prefeitura Municipal de Eusébio, CE, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado de julgamento da habilitação da Chamada Pública nº 06.027/2022, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios para suprir as necessidades de fornecimento de merenda escolar para os alunos da rede pública de ensino de Eusébio-CE., com o seguinte resultado: Habilitar as seguintes Cooperativas: Cooperativa Agropecuária de Agricultores Familiares – COOPAFAM - CNPJ nº 21.872.925/0001-00; Cooperativa da Agricultura Familiar e Econômica Solidária do Estado do Ceará – COOPAFESP – CNPJ nº 18.813.064/0001-77; Cooperativa dos Agricultores Familiares de Guaiuba e Território Metropolitano – COOPAG – CNPJ nº 36.446.105/0001-16; Cooperativa dos Produtores Familiares de Pacajus – LTDA COPROOFAP - CNPJ nº 26.645.620/0001-71; Cooperativa de Produção Agropecuária e Serviços Santa Bárbara - COPASB - CNPJ nº 02.981.979/0001-51; COOSEMCE – Cooperativa do Semiárido Cearense - CNPJ nº 32.001.740/0001-39; Cooperativa Cearense de Produtores Familiares – CCPF - CNPJ nº 21.128.101/0001-12. Fica a partir desta publicação aberto o prazo recursal previsto na Alínea “a”, Inciso I, Art. 109, da Lei 8.666/93. O relatório de julgamento da Comissão encontra-se a disposição dos interessados na Sede da Comissão de Licitação. **Eusébio/CE, 20 de janeiro de 2023 Raylse Rafaelle Jerônimo Lima - Presidente da Comissão.**

*** **

Estado do Ceará – Câmara Municipal de Quixadá – Aviso de Edital de Tomada de Preço nº. 1801.01/23. Técnica e Preço. Objeto: prestação de serviços técnico administrativo em consultoria aos processos de compras e serviços comum junto ao Poder Legislativo Municipal de Quixadá. Recebimento da habilitação e propostas técnicas e preços: dia 23 de fevereiro de 2023, às 10:30h. Local da audiência pública: Sala de Licitação da – Tv. Tiradentes, 514, Centro. Informações: fone (88) - 3412-0442 - de segunda a sexta das 08:00 às 12:00h. **24 de janeiro de 2023. Maria Salete Pontes da Silveira – Presidenta.**



Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 1701.01/2023 – SME/PE-SRP. Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Educação - CNPJ Nº 35.050.756/0001-20 Detentora: S W de Lima Cardoso – ME, inscrito no CNPJ nº 20.375.092/0001-00, classificada no Item: 01, no valor global de R\$ 51.920,00 (cinquenta e um mil novecentos e vinte reais). Prazo de Validade da Ata de RP: 12 (doze) meses a partir da assinatura da Ata de RP. Processo de Licitação Pregão Eletrônico Nº 1811.02/2022 – SME/PE/SRP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gênero alimentício (Leite em Pó Integral – item fracassado na licitação anterior) destinado a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Signatária: Ivoneide de Araújo Rodrigues – Secretária Municipal de Educação. Sérgio Wilker de Lima Cardoso – Repres. Legal da Empresa S W de Lima Cardoso – ME. **Prefeitura de Fortim, 23 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Extrato das Atas de Registro de Preços Nº 1601.01/2023-SME/SRP/PE e Nº 1601.02/2023-SME/SRP/PE. Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação - CNPJ Nº 35.050.756/0001-20. Empresas Detentoras: Edições IPDH-Gráfica, Editora e Serviços LTDA, CNPJ Nº 09.596.757/0001-64. Vencedora do Lote: Lote nº 01 - R\$ 435.536,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais); Multiplus Empreendimentos Educativos LTDA, CNPJ Nº 08.830.347/0001-73. Vencedora do Lote: Lote nº 02 - R\$ 994.960,00 (Novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta reais); Prazo de Validade da Ata de RP: 12 (doze) meses a partir da assinatura da Ata de RP. Processo de Licitação Pregão Eletrônico Nº 2212.01/2022 – SME/SRP/PE. Objeto: Registro de Preços para futuras e eventual aquisição de livros didáticos para o 1º, 2º, 5º e 9º Anos do Ensino Fundamental e Material Didático para alunos das Creches e Educação Infantil, através da Secretaria Municipal de Educação do Município de Fortim – CE. Signatária: Ivoneide de Araújo Rodrigues - Secretaria de Educação. Francisco Leonardo de Castro Bezerra Melo - Repres. Legal da Empresa: Edições IPDH-Gráfica, Editora e Serviços LTDA; José Augusto Oliveira de Araújo Pontes - Repres. Legal da Empresa Multiplus Empreendimentos Educativos LTDA. **Prefeitura de Fortim, 23 de Janeiro de 2023.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 230118.02-SRP-DIV – A Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Município de Coreaú-CE, através do seu Ordenador de Despesas, torna público que realizará Sessão Pública às 09h do dia 06 de Fevereiro de 2023, no Endereço Eletrônico: <https://bnccompras.com.br/>, o Pregão Eletrônico Nº 230118.02-SRP-DIV, com o Objeto: **Registro de Preços para Eventual Contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos municipais, localizados na sede, Distritos e localidades do Município de Coreaú/CE, com fornecimento de materiais e insumos diversos, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município, pelo Maior Percentual de Desconto pela Tabela de Custos e Insumos da SEINFRA-CE, Tabela Nº 27.1.** O Edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos Endereços Eletrônicos: <https://bnccompras.com.br>, no Portal de Licitações do TCE-CE: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas> e no Site no Município: <https://www.coreau.ce.gov.br/transparencia/licitacoes>. Informações pelo E-mail: licitacaocoreau2021@gmail.com ou no Endereço: Av. Dom José, Nº 55, Centro, Coreaú-CE. **Coreaú-CE, 20 de Janeiro de 2023. Francisco Ximenes Albuquerque Neto – Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – Órgão Gerenciador.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL - CPSMCAS – RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 09.26.22/01-TP – A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel – CPSMCAS torna público, para conhecimento dos interessados o Resultado do Julgamento das Propostas de Preços referente a Licitação na Modalidade Tomada de Preços, tombado sob o Nº 09.26.22/01-TP, com o seguinte **OBJETO:** a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte externo, tratamento e destinação final adequada de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), gerados pelo CEO Dr. Francisco Mansueto de Sousa e pela Policlínica Dra. Márcia Moreira de Meneses, junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel – CPSMCAS. **EMPRESA VENCEDORA: URBANLIMP SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.525.971/0001-13. Portanto fica aberto o prazo recursal, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores de acordo com o Artigo 109, inciso I, alínea “b”. Maiores informações na Sede da Comissão de Licitação, localizada à Avenida Doca Nogueira, S/Nº, Centro, Pacajus, Ceará, CEP: 62.780-000, no horário de 08h às 16h. **Sherida Cardoso Sales – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE VARJOTA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/23-PE-SEINF – A Prefeitura Municipal de Varjota torna público que a partir do dia 24 de Janeiro de 2023, estará disponível o Cadastro das Propostas de Preços no Site: <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, referentes ao Pregão Eletrônico Nº 003/23-PE-SEINF, cujo Objeto é o **Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de placas e materiais para implantação de sinalização vertical das vias públicas do Município de Varjota-CE.** Início da Sessão: dia 07 de Fevereiro de 2023, às 09h. O referido Edital poderá ser adquirido no Site: <https://municipios.tce.ce.gov.br/> ou ainda no horário de 08h às 14h na Sala da Comissão de Licitação, situada na Avenida Presidente Castelo Branco, Nº 1744, Acampamento. **Varjota-CE, 23 de Janeiro de 2023. Francisco César Farias de Aquino – Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE VARJOTA – EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO – INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023-FMS – TERMO DE FOMENTO Nº 20230018. PARTES: Secretaria de Saúde e CENTRO DE PESQUISAS EM DOENÇAS HEPATO RENAIIS DO CEARÁ – CEPHRECE, no VALOR GLOBAL de R\$ 3.409.191,36 (Três Milhões Quatrocentos e Nove Mil Cento e Noventa e Um Reais e Trinta e Seis Centavos). **OBJETO:** Execução do gerenciamento e execução das ações e serviços centro de reabilitação, central de transporte, centro de especialidades médicas e unidades de atenção primária a saúde, no âmbito do Município de Varjota - Ceará. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Regiane Maria Pereira Nobre. **ASSINA PELA CONTRATADA:** João Martins Neto. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 04/01/2023. **VIGÊNCIA:** 04/01/2023 a 04/04/2023.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA/CE – Título: **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO** – Unidade Administrativa: **SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS** – Regente: **Pregoeira e Equipe de Apoio** – Processo Originário: **Pregão Eletrônico Nº PCS-01.091222-SEPROS** – Objeto: **Registro de preço para aquisição de kit natalidade destinados aos munícipes com vulnerabilidade social atendidos pela Secretaria Municipal de Proteção Social e Direitos Humanos do Município de Santa Quitéria/CE** – Local de Acesso ao Edital: **Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracicaba, Santa Quitéria – Ceará – CEP 62280-000, Santa Quitéria-CE;** <https://bnc.org.br>; <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> – Funcionamento do Órgão: **Segunda à Sexta de 08H00 ÀS 12H00** – Local de Realização da Licitação: <https://bnc.org.br> – Data de Abertura: **08/02/2023** – Horário: **08H30M** – Pregoeira Oficial do Município.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA – Título: **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO** – Unidade Administrativa: **Secretaria Municipal de Educação** – Regente: **Pregoeira e Equipe de Apoio** – Processo Originário: **Pregão Eletrônico Nº PCS-01.201222-SEDUC** – Objeto: **Aquisição de material didático para o Projeto “Educação Física Escolar” destinado aos alunos e professores dos anos finais do ensino fundamental, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação Básica da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria/CE** – Local de Acesso ao Edital: <https://bnc.org.br>; <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> – Funcionamento do Órgão: **Segunda à Sexta de 08H00M às 12H00M** – Local de Realização da Licitação: <https://bnc.org.br> – Data de Abertura: **07/02/2023** – Horário: **08H30M** – Pregoeira Municipal.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001.23.01.2023-DIV – A Pregoeira comunica, aos interessados que estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica Nº 001.23.01.2023-DIV, cujo Objeto é o **Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de materiais permanentes: equipamentos de climatização, eletrodomésticos, mobiliários e equipamentos diversos, destinados ao atendimento das Diversas Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Russas, Conforme especificações constantes neste Termo de Referência. Tipo: Menor Preço por Lote, que no dia 07 de Fevereiro de 2023, às 09h, no Endereço Eletrônico: www.licitacoes-e.com.br. O Edital estará à disposição dos interessados após esta publicação no Site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e na Plataforma: www.licitacoes-e.com.br, e no horário de 08h às 12h na Comissão de Licitação (Endereço: na Travessa João Nogueira da Costa, Altos, Nº 01, Russas-CE). **Russas-CE, 23 de Janeiro de 2023. Roberta Carlos Gonçalves Bezerra – Pregoeira Oficial.****

*** **



ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023 – PROCESSO Nº 2023.01.24.01 – A Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro-CE, através da sua Pregoeira, torna público que realizará às **08h30min, do dia 06 de Fevereiro de 2023**, no Endereço Eletrônico: <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, Pregão Eletrônico Nº 006/2023. Objeto: **Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados ao atendimento da Merenda Escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, da Rede de Ensino Público Municipal, de interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Piquet Carneiro - CE.** O Edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos Endereços Eletrônicos: <https://compras.m2atecnologia.com.br/> - www.piquetcarneiro.ce.gov.br - <https://licitacoes.tce.ce.gov.br>. Informações pelo Telefone: (88) 3516 - 1800 ou no Endereço: Praça Mariano Aires, S/Nº, Centro, Piquet Carneiro-CE. CEP: 63605-000. **Piquet Carneiro-CE, 24 de Janeiro de 2023. Francisca Vera Lúcia Barbosa Lima – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 1601.01/2023-TP – O Presidente da CPL de Acaraú torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia **09 de Fevereiro de 2023, às 09h**, na Sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Major Coelho, Nº 185, Centro, Acaraú-CE, estará realizando Licitação na Modalidade Tomada de Preços, cujo Objeto é a **Contratação para prestação de serviços técnicos especializado de consultoria e assessoria em gestão de políticas públicas, bem como o desenvolvimento profissional e gerencial para gestores e educadores visando o melhoramento da aprendizagem de alunos, além de suporte à gestão escolar da Rede Municipal de Ensino, junto a Secretaria de Educação do Município de Acaraú/CE**, conforme especificações dos Anexos do Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, de Segunda às Sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 17h. **Acaraú-CE, 23 de Janeiro de 2023. Paulo Costa Santos – Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1101.01/2023-PE – O Pregoeiro do Município de Acaraú-CE, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital do Pregão Eletrônico Nº 1101.01/2023-PE, cujo Objeto é a **Aquisição de equipamentos e material permanente, destinados à Unidade de Atenção Especializada em Saúde, conforme Proposta Nº 11278.643000/1220-14 da Portaria Nº 3692/2022 – Ministério da Saúde, junto à Secretaria de Saúde do Município de Acaraú/CE**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante dos Anexos do Edital, sendo o Cadastramento das Propostas **até o dia 06 de Fevereiro de 2023, às 08h55min (Horário de Brasília)**; Abertura das Propostas no dia **06 de Fevereiro de 2023, a partir das 09h (Horário de Brasília)** e a Fase da Disputa de Lances no dia **06 de Fevereiro de 2023 a partir das 10h (Horário de Brasília)**. O Referido Edital poderá ser adquirido no Endereço Eletrônico: <https://www.bbmnet.com.br>, a partir da data desta publicação. **Acaraú-CE, 23 de Janeiro de 2023. Paulo Costa Santos – Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1201.01/2023-PE – O Pregoeiro do Município de Acaraú-CE, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital do Pregão Eletrônico Nº 1201.01/2023-PE, cujo Objeto é a **Aquisição de equipamentos e material permanente, destinados ao Hospital Regional Especializado de Acaraú, em conformidade com o Plano de Trabalho – MAAP Nº 5044 do Convênio Nº 182/2022 – SESA, junto à Secretaria de Saúde do Município de Acaraú/CE**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante dos Anexos do Edital, sendo o Cadastramento das Propostas **até o dia 08 de Fevereiro de 2023, às 08h55min (Horário de Brasília)**; Abertura das Propostas no dia **08 de Fevereiro de 2023, a partir das 09h (Horário de Brasília)** e a Fase da Disputa de Lances no dia **08 de Fevereiro de 2023 a partir das 10h (Horário de Brasília)**. O Referido Edital poderá ser adquirido no Endereço Eletrônico: <https://www.bbmnet.com.br>, a partir da data desta publicação. **Acaraú-CE, 23 de Janeiro de 2023. Paulo Costa Santos – Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO SPU Nº P227949/2022 – EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE23003 – SMS (SRP) (BB Nº 983718) – Central de Licitações. **Início da Disputa: 06/02/2023 às 09h (Horário de Brasília).** **OBJETO:** Registro de Preço para Futuras e Eventuais Aquisições de gás oxigênio medicinal não liquefeito com fornecimento de cilindros (em regime comodato) para atender as Unidades Básicas de Saúde, os pacientes acompanhados pelo Serviço de Atenção Domiciliar e o Hospital Municipal Dr. Estevam Ponte, conforme especificações constantes no Termo de Referência. **Valor do Edital:** Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: <http://licitacoes.sobral.ce.gov.br> e à Rua Viriato de Medeiros, Nº 1.250, 4º andar. **Fone:** (88) 3677-1157 e 1146. **Sobral-CE, 23 de Janeiro de 2023. O Pregoeiro – Jorge Luiz de Sousa Ferreira Júnior.**



*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL – AVISO DE 1º ADENDO AO EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023/PE – O Pregoeiro Oficial do Município de Tamboril, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados o termo de **ADENDO** ao Edital na Modalidade Pregão Eletrônico Nº 008/2023/PE, cujo **OBJETO:** Aquisição de medicamentos e material médico hospitalar destinados a Central de Atendimento Farmacêutico - CAF junto a Secretaria da Saúde do Município de Tamboril - CE. **Motivo:** Correção ao Termo de Referência. A Data de Abertura do Certame será Alterada para o dia **03 de Fevereiro de 2023**. Fim do Cadastramento das Propostas **até às 08h45min do dia 03 de Fevereiro de 2023**; Abertura das Propostas: **às 09h do dia 03 de Fevereiro de 2023**; Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 09h30min do dia 03 de Fevereiro de 2023**. O Adendo encontra-se a disposição dos interessados na sede da CPL e no Site: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/>. **Tamboril-CE, 23 de Janeiro de 2023. Helais Gomes de Sousa – Pregoeiro Oficial.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS – EXTRATO DE CONTRATO – TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022 SEINFRA – O Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal da Infraestrutura do Município de Crateús torna público o Extrato de Contrato Nº 2023.11.01.002, decorrente da Tomada de Preços Nº 011/2022 SEINFRA. **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:** Nº 10.10.15.451.0332.1010, **FONTE DE RECURSOS:** 701.0000.00. **ELEMENTO DE DESPESAS:** Nº 4.4.90.51.00 – **OBJETO** é a Contratação de empresa para prestação dos serviços de pavimentação em pedra tosca em diversas ruas na localidade de Santo Antônio dos Azevedos conforme Termo de Convenio Estadual Nº 374/2022, junto a Secretaria da Infraestrutura do Município de Crateús – CE. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 90 (noventa) dias contados a partir da data de assinatura. **CONTRATADA:** A & V PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.069/0001-20 com um **VALOR GLOBAL** de **R\$ 396.123,73** (Trezentos e Noventa e Seis Mil Cento e Vinte e Três Reais e Setenta e Três Centavos). **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Gilmar Leite Siqueira. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Francisco de Assis Ximenes Macedo. **Crateús-CE, 23 de Janeiro de 2023. Gilmar Leite Siqueira – Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal da infraestrutura.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23.01.02/PE – Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada em recargas e fornecimento de recipiente de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha) do tipo P13 e P45. Para atender as necessidades das Unidades da Secretaria de Educação Básica e Secretaria Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação e do Município de Itapipoca – CE.** A Prefeitura Municipal de Itapipoca, por meio do Pregoeiro do Município, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na Modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com o objeto acima descrito, conforme informações a seguir: Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **até o dia 07 de Fevereiro de 2023, às 09h**; Abertura das Propostas: **dia 07 de Fevereiro de 2023, às 09h30min**; Sessão de Disputa de Preços: **dia 07 de Fevereiro de 2023, às 10h**. O Edital poderá ser retirado nos Sítios: www.tce.ce.gov.br; www.licitacoes-e.com.br. **Itapipoca-CE, 23 de Janeiro de 2023. Heloilson Barbosa Oliveira – Secretário Executivo da Secretaria de Educação Básica.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Irauçuba – Aviso para Apresentação das Amostras do Edital de Chamamento Nº. 007/2022. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, oriundos da Agricultura Familiar, destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Irauçuba/CE, de responsabilidade da Secretaria da Educação. A Prefeitura Municipal de Irauçuba/CE, através da Secretaria da Educação, conforme exigência do Edital de Chamada Pública de Nº. 007/2022 na Cláusula 6. – Das Amostras dos Produtos, vem Convocar todos os Credenciados a se fazerem presentes em local e data abaixo citados, para apresentação e degustação das amostras dos produtos a serem adquiridos por esta Administração, para avaliação e seleção dos mesmos. Local de Entrega: Secretaria da Educação, Praça São Luiz, Nº. 30, Centro, Irauçuba/CE. data: 24 e 25 de janeiro de 2023. Hora: De 08h00min as 11h00min e das 14h00min às 17h00min. Informações: Secretaria da Educação, Fone: (85) 99759.4816. **Irauçuba, 23 de janeiro de 2023. Renata Mesquita Ferreira – Presidente da Comissão Central de Licitação.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jardim - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.01.23.1. O Pregoeiro Oficial do Município de Jardim/CE, torna público, que será realizado Certame Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico. Objeto: Aquisição de oxigênio gasoso medicinal e equipamentos correlatos, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Jardim/CE. Início de acolhimento das propostas: Dia 25 de Janeiro de 2023 às 17:00 horas, encerramento de acolhimento das propostas: Dia 06 de fevereiro de 2023 às 10:00 horas, Início da sessão: Dia 06 de Fevereiro de 2023 às 10:30 horas, através do site www.comprasjardimceara.com.br. Os interessados poderão obter o texto integral do Edital através dos endereços eletrônicos www.comprasjardimceara.com.br, e www.tce.ce.gov.br. Informações pelo telefone: (88) 3481-7445. **Jardim/CE, 23 de janeiro de 2023. Francisco Arquimedes Soares Lucena – Pregoeiro Oficial.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Independência. A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro, torna público o Resultado do julgamento das propostas apresentada pelas licitantes participantes da Tomada de Preços de N.º IN-TP010/22, cujo objeto é a Execução dos serviços de reforma do prédio da antiga cadeia pública, na sede do Município de Independência/CE, é declarada vencedora a licitante Medeiros Construções e Serviços LTDA, inscrita no CPNJ Nº 07.615.710/0001-75, no valor global de 358.986,97 (Trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos). Fica aberto o prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações no endereço acima, no horário de expediente, ou pelo e-mail: (licitacaoindependencia@gmail.com). **Independência/CE, 23 de janeiro de 2023. Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Solonópole - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.01.20.01 - SRP. A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Solonópole – Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 13 de Fevereiro de 2023, às 08:00h (oito horas), por meio do sítio “www.licitacoes-e.com.br”, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, modo de disputa Aberto e Fechado, critério de julgamento Menor Preço por Lote, tombado sob o nº 2023.01.20.01 - SRP, com fins ao Registro de Preços visando futura e eventual aquisição de combustível e lubrificantes, de interesse do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Solonópole, tudo conforme especificações contidas no Projeto Básico/Termo de Referência em Anexo, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão, situada a Rua Dr. Queiroz Lima, nº 330, Centro – Solonópole/CE - CEP: 63.620-000 ou pelo site <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. Maiores informações no endereço citado ou licita.solonopole@gmail.com ou (88) 3518.1387, no horário de 07h30min às 11h30min. **Solonópole, 23 de janeiro de 2023. Maria Mônica Barbosa - Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte – Aviso de Licitação. Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 16.01.01/2023-SRP. Objeto: seleção de empresa visando o registro de preços para futura e eventual fornecimento de peças originais, genuínas ou legítimas, acessórios originais, legítimos ou genuínos, baterias e ou acumuladores e produtos afins dos veículos vinculados e pertencentes as diversas unidades administrativas (secretarias) do município de Tabuleiro do Norte/CE. **tipo:** Menor Preço Por Lote - maior percentual de desconto de tabela de preços das concessionárias autorizadas ou tabela AUDATEX. A comissão de pregão comunica aos interessados que a entrega das propostas: a partir desta data, no sítio www.licitacoes-e.com.br. **Abertura das propostas:** 06 de fevereiro de 2023 às 08h30min (horário de Brasília) no sítio www.licitacoes-e.com.br. **Formalização de lances:** 06 de fevereiro de 2023 às 09h00min (horário de Brasília). Informações gerais: o edital poderá ser obtido através do sítio referido acima. Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acesso ao sítio www.licitacoes-e.com.br para verificação de informações e alterações supervenientes. Maiores informações através do e-mail licitacao@tabuleirodonorte.ce.gov.br. Leydiane Vieira Chagas – Pregoeira.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte – Aviso de Licitação. Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 17.01.01/2023-SMAS. Objeto: aquisição de urnas funerárias para distribuição gratuita e serviço de traslado de cadáveres, de responsabilidade da secretaria municipal de assistência social do município de Tabuleiro do Norte referente ao exercício de 2023. **tipo:** Menor Preço Por lote. A comissão de pregão comunica aos interessados que a entrega das propostas: a partir desta data, no sítio www.licitacoes-e.com.br. **Abertura das propostas:** 06 de fevereiro de 2023 às 08h30min (horário de Brasília) no sítio www.licitacoes-e.com.br. **Formalização de lances:** 06 de fevereiro de 2023 às 09h30min (horário de Brasília). Informações gerais: o edital poderá ser obtido através do sítio referido acima. Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acesso ao sítio www.licitacoes-e.com.br para verificação de informações e alterações supervenientes. Maiores informações através do e-mail licitacao@tabuleirodonorte.ce.gov.br. Leydiane Vieira Chagas – Pregoeira.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CONTRATO Nº. 041/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2023.01.18.01 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA CONFEÇÃO DO BOLO PARA COMEMORAÇÃO DOS 38 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA CIDADE DE ICAPIÚ. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. CONTRATADA: TAIRES DA SILVA REGO 04611875318 - CNPJ Nº 32.828.145/0001-71. VALOR GLOBAL: R\$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS). ORIGEM DOS RECURSOS: PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.02.13.392.0024.2.097. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. DATA DE ASSINATURA: 19 DE JANEIRO DE 2023. RIANA JÉSSICA DA ROCHA ARAÚJO - SECRETÁRIA DE CULTURA E TURISMO

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CONTRATO Nº. 040/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2023.01.13.01 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA “DISCO DE VINIL” PARA ACOMPANHAR OS CALOUROS DO CONCURSO “A MAIS BELA VOZ DE ICAPIÚ” DURANTE AS FESTIVIDADES DOS 38 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ICAPIÚ “SEMANA DO MUNICÍPIO 2023”. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. CONTRATADA: SILVANA SOUSA DE OLIVEIRA SILVA 01240179405-ME – CNPJ: 19.291.982/0001-46. VALOR GLOBAL: R\$ 12.700,00 (DOZE MIL, SETECENTOS REAIS). ORIGEM DOS RECURSOS: PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.02.13.392.0024.2.097. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. DATA DE ASSINATURA: 17 DE JANEIRO DE 2023. RIANA JÉSSICA DA ROCHA ARAÚJO - SECRETÁRIA DE CULTURA E TURISMO

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CONTRATO Nº. 012/2023 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2023.01.09.01 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA “DESEJO DE MENINA” PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM COMEMORAÇÃO À FESTA DE 38 (TRINTA E OITO) ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ICAPIÚ “SEMANA DO MUNICÍPIO 2023”, NO DIA 21 DE JANEIRO 2023, COM DURAÇÃO DE 02:00 (DUAS HORAS), NA PRAÇA ADAUTO RÓSE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. CONTRATADA: YARA TCHÊ E ALESSANDRO EVENTOS LTDA. - ME. VALOR GLOBAL: R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS). ORIGEM DOS RECURSOS: PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.02.13.392.0024.2.097. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. DATA DE ASSINATURA: 10 DE JANEIRO DE 2023. RIANA JÉSSICA DA ROCHA ARAÚJO - SECRETÁRIA DE CULTURA E TURISMO

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CONTRATO Nº. 013/2023 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2023.01.10.01 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR “ZEZO POTIGUAR” PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM COMEMORAÇÃO À FESTA DE 38 (TRINTA E OITO) ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ICAPIÚ “SEMANA DO MUNICÍPIO 2023”, NO DIA 18 DE JANEIRO 2023, COM DURAÇÃO DE 02:00 (DUAS HORAS), NA PRAÇA ADAUTO RÓSE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. CONTRATADA: ULTRA PROMOÇÕES E EVENTOS EIRELI - EPP - CNPJ Nº. 23.626.845/0001-92. VALOR GLOBAL: R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS). ORIGEM DOS RECURSOS: PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.02.13.392.0024.2.097. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. DATA DE ASSINATURA: 11 DE JANEIRO DE 2023. RIANA JÉSSICA DA ROCHA ARAÚJO - SECRETÁRIA DE CULTURA E TURISMO

*** **



ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº. 014/2023 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2023.01.11.01 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO ARTISTA "ZÉ CANTOR" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM COMEMORAÇÃO À FESTA DE 38 (TRINTA E OITO) ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ICAPIÚ "SEMANA DO MUNICÍPIO 2023", NO DIA 19 DE JANEIRO 2023, COM DURAÇÃO DE 02:00 (DUAS HORAS), NA PRAÇA ADAUTO RÓSEO. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. CONTRATADA: ICZ GRAVAÇÕES, PARTICIPAÇÕES E ENTRETENIMENTOS LTDA. - EPP - CNPJ Nº. 43.915.507/0001-88. VALOR GLOBAL: R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS). ORIGEM DOS RECURSOS: PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.02.13.392.0024.2.097. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. DATA DE ASSINATURA: 12 DE JANEIRO DE 2023. RIANA JÉSSICA DA ROCHA ARAÚJO - SECRETÁRIA DE CULTURA E TURISMO

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
- CONTRATO Nº. 015/2023 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2023.01.11.02 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "FORRÓ BALANCEAR" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM COMEMORAÇÃO À FESTA DE 38 (TRINTA E OITO) ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ICAPIÚ "SEMANA DO MUNICÍPIO 2023", NO DIA 20 DE JANEIRO 2023, COM DURAÇÃO DE 02:00 (DUAS HORAS), NA PRAÇA ADAUTO RÓSEO. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. CONTRATADA: MÁXIMO ENTRETENIMENTO LTDA. - ME - CNPJ Nº 26.917.899/0001-03. VALOR GLOBAL: R\$ 38.000,00 (TRINTA E OITO MIL REAIS). ORIGEM DOS RECURSOS: PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.02.13.392.0024.2.097. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. DATA DE ASSINATURA: 12 DE JANEIRO DE 2023. RIANA JÉSSICA DA ROCHA ARAÚJO - SECRETÁRIA DE CULTURA E TURISMO

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DO CONTRATO 033/2023 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2022.00.004 - VINCULADA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 2022.00.004 CPRP - VIGÊNCIA: 17/01/2023 A 31/12/2023. ÓRGÃO ADERENTE: SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÕES DE EVENTOS COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, DIVULGAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO JUNTO A SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ-CE. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.02.13.392.0024.2.097. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. VALOR: R\$ 1.353.321,96 (UM MILHÃO, TREZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E VINTE E UM REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS). CONTRATADA: JOÃO SOUSA GOMES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº: 07.188.838/0001-08, SEDIADA NA ESTRADA DO AÇUDE CASTRO, 10 - ZONA RURAL - CEP: 62.740-000 - ITAPIUNA - CE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ/CE, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA. SECRETÁRIA: RIANA JÉSSICA DA ROCHA ARAÚJO.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DO CONTRATO 034/2023 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2022.00.004 - VINCULADA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 2022.00.004 CPRP - VIGÊNCIA: 17/01/2023 A 31/12/2023. ÓRGÃO ADERENTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÕES DE EVENTOS COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, DIVULGAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ-CE. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01.12.122.0002.2.015. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. VALOR: R\$ 124.314,60 (CENTO E VINTE QUATRO MIL, TREZENTOS E QUATORZE REAIS E SESENTA CENTAVOS). CONTRATADA: JOÃO SOUSA GOMES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº: 07.188.838/0001-08, SEDIADA NA ESTRADA DO AÇUDE CASTRO, 10 - ZONA RURAL - CEP: 62.740-000 - ITAPIUNA - CE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ/CE, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETÁRIO: DIUMBERTO DE FREITAS CRUZ.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DO CONTRATO 035/2023 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2022.00.004 - VINCULADA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 2022.00.004 CPRP - VIGÊNCIA: 17/01/2023 A 31/12/2023. ÓRGÃO ADERENTE: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÕES DE EVENTOS COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, DIVULGAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ-CE. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.08.122.0002.2.050. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. VALOR: R\$ 155.475,38 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS). CONTRATADA: JOÃO SOUSA GOMES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº: 07.188.838/0001-08, SEDIADA NA ESTRADA DO AÇUDE CASTRO, 10 - ZONA RURAL - CEP: 62.740-000 - ITAPIUNA - CE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ/CE, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SECRETÁRIA: MARIA APARECIDA DE ALCÂNTARA.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DO CONTRATO 036/2023 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2022.00.004 - VINCULADA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 2022.00.004 CPRP - VIGÊNCIA: 17/01/2023 A 31/12/2023. ÓRGÃO ADERENTE: SECRETARIA DE SAÚDE. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÕES DE EVENTOS COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, DIVULGAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ-CE. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.01.14.122.0002.2.037. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. VALOR: R\$ 61.725,42 (SESSENTA E UM MIL, SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS). CONTRATADA: JOÃO SOUSA GOMES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº: 07.188.838/0001-08, SEDIADA NA ESTRADA DO AÇUDE CASTRO, 10 - ZONA RURAL - CEP: 62.740-000 - ITAPIUNA - CE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ/CE, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. SECRETÁRIO: REGINALDO ALVES DAS CHAGAS.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DO CONTRATO 038/2023 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2022.00.004 - VINCULADA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 2022.00.004 CPRP - VIGÊNCIA: 17/01/2023 A 31/12/2023. ÓRGÃO ADERENTE: SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÕES DE EVENTOS COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, DIVULGAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO JUNTO A SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ-CE. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.02.27.812.0023.2.103. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. VALOR: R\$ 127.896,61 (CENTO E VINTE E SETE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS). CONTRATADA: JOÃO SOUSA GOMES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº: 07.188.838/0001-08, SEDIADA NA ESTRADA DO AÇUDE CASTRO, 10 - ZONA RURAL - CEP: 62.740-000 - ITAPIUNA - CE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ/CE, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE. ORDENADORA DE DESPESA: ELIDIANE FERREIRA DA COSTA.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPIÚ - EXTRATO DO CONTRATO 039/2023 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2022.00.004 - VINCULADA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 2022.00.004 CPRP - VIGÊNCIA: 17/01/2023 A 31/12/2023. ÓRGÃO ADERENTE: SECRETARIA DE GOVERNO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÕES DE EVENTOS COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, DIVULGAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO JUNTO A SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ICAPIÚ-CE. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.01.04.122.0002.2.003. ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00. VALOR: R\$ 159.173,58 (CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL, CENTO E SETENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS). CONTRATADA: JOÃO SOUSA GOMES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº: 07.188.838/0001-08, SEDIADA NA ESTRADA DO AÇUDE CASTRO, 10 - ZONA RURAL - CEP: 62.740-000 - ITAPIUNA - CE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ICAPIÚ/CE, POR MEIO DA SECRETARIA DE GOVERNO. ORDENADORA DE DESPESA: BRUNA NARCISO FONSECA.

*** **



ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAU. O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAU, SR. DANIEL MARCIO CAMILO DO NASCIMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CUMPRIDO TODAS AS EXIGÊNCIAS DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO, CUJO OBJETO É A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E.E.I.F. PADRE SEVERIANO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAU-CE, CONFORME PROJETO BÁSICO, VEM, ADJUDICAR O PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 0811.01/2022, PARA QUE PRODUZA OS DEVIDOS EFEITOS LEGAIS E JURÍDICOS. ASSIM, NO TERMO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, FICA O PRESENTE PROCESSO ADJUDICADO EM FAVOR DA EMPRESA: MILLENIUM SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 11.952.190/0001-63, QUE VENCEU COM UM VALOR GLOBAL DE R\$ 2.564.637,56 (DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E SESENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS).

*** **

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAU O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAU, SR. ANTONIO JUNIOR CARNEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, CONSIDERANDO HAVER A COMISSÃO DE LICITAÇÃO CUMPRIDO TODAS AS EXIGÊNCIAS DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO, CUJO OBJETO É A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E.E.I.F. PADRE SEVERIANO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAU-CE, CONFORME PROJETO BÁSICO, VEM, HOMOLOGAR O PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 0811.01/2022, PARA QUE PRODUZA OS DEVIDOS EFEITOS LEGAIS E JURÍDICOS. ASSIM, NO TERMO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, FICA O PRESENTE PROCESSO HOMOLOGADO EM FAVOR DA EMPRESA: MILLENIUM SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 11.952.190/0001-63, QUE VENCEU COM UM VALOR GLOBAL DE R\$ 2.564.637,56 (DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E SESENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS).

*** **

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1901.01/2023 A Pregoeira da Prefeitura do Município de Baturité/CE torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto para cadastramento de propostas de preços e documentos de habilitação da licitação na modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO, tombado sob o nº 1901.01/2023, critério de julgamento menor preço por lote, que será realizado no dia 09 de fevereiro de 2023, às 09h30min, no portal: <http://www.bbmetlicitacoes.com.br>, com o seguinte objeto: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, EM GERAL, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE, o qual se encontra na íntegra na Sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada à Travessa 14 de Abril, S/N, Centro, Baturité/CE, no horário de 08h às 12h e no site do Tribunal de Contas do Estado <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Nylmara Gleice Moreira de Oliveira - Pregoeira.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.01.23.1. O Pregoeiro oficial do Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará, torna público, que estará realizando, na sede da Prefeitura, através da plataforma eletrônica: www.portaldevarzeaalegrece.com.br, com suporte técnico do sistema GM Tecnologia (GM Tecnologia & Informação Ltda, certame licitatório, na modalidade Pregão nº 2023.01.23.1, do tipo eletrônico, cujo objeto é a contratação de serviço a serem prestados na realização do “carnaval de Várzea Alegre - Ano 2023”, através da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Várzea Alegre - CE, com abertura marcada para o dia 06 de fevereiro de 2023, a partir das 08:00 horas. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 25 de Janeiro de 2023, às 08:00 horas. Maiores informações e entrega de editais nos endereços eletrônicos: www.portaldevarzeaalegrece.com.br, www.tce.ce.gov.br/licitacoes, www.varzeaalegre.ce.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 9 9839-7074. **Várzea Alegre – CE, 23 de Janeiro de 2023. Ícaro Bastos Batista - Pregoeiro Oficial do Município.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Fortim. Pelo presente Aviso e em cumprimento a Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019 e 8.666/93 e suas alterações, a Pregoeira Oficial da Prefeitura de Fortim - CE, Comunica aos interessados que realizará Pregão Eletrônico nº 1601.01/2023-PMF/SRP/PE, para o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de água adicionada de sais em garrafas de 20lt, garrafas de 500ml e Gás Liquefeito de Petróleo – glp (de 13kg e 45kg), destinados a atender as necessidades das Unidades Administrativas do Município de Fortim – CE. Sendo o Cadastro das Propostas a partir do dia 24/01/2023, até o dia 06 de fevereiro de 2023 às 08h00 horas (Horário de Brasília), no site www.bbmetlicitacoes.com.br. Abertura das Propostas no dia 06 de fevereiro de 2023 às 08h30 horas (Horário de Brasília) e a fase da Disputa de Lances no dia 06 de fevereiro de 2023 às 09h00 horas (Horário de Brasília). O referido edital poderá ser adquirido no endereço da Prefeitura Municipal de Fortim, a Vila da Paz, nº 40 – Centro – Fortim/CE – CEP: 62.815-000, no horário de expediente ao público e no Portal de Licitações BBMNET – licitações públicas - site www.bbmetlicitacoes.com.br, para verificação de informação e alterações supervenientes. **Maria Vanessa Lourenço Menezes – Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ipueiras - Aviso de Licitação. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação vem informar que será realizado no dia 28 de Fevereiro de 2023 às 10h00min, no auditório da Prefeitura Municipal de Ipueiras – CE, situado no Parque da Cidade José Costa Matos, 01, Centro, licitação na modalidade Concorrência Pública nº 001/23-CP-SRP, tipo menor preço, cujo objeto versa sobre o Registro de Preço visando futura e eventual contratação de empresa pelo menor percentual de desconto sobre a Tabela SEINFRA e SINAPI (vigente com desoneração), para eventuais serviços de manutenção predial, preventiva, corretiva e ampliação por demanda, pertencentes ou sob a responsabilidade de Diversas Secretarias do Município de Ipueiras/CE. O referido Edital poderá ser adquirido a partir da data desta publicação, no horário de 08:00hs às 12:00hs às 16:00hs expediente ao público ou pelo portal do TCE-CE: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>. **Ipueiras/CE, 23 de Janeiro de 2023. Lucas Matos de Abreu Oliveira - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Cedro – Aviso de Licitação. A Comissão de Licitação, em cumprimento ao que determina as Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19 e suas posteriores alterações, o Pregoeiro Oficial do Município de Cedro/CE torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 1601.02/2023-02, cujo objeto é a aquisição de consultórios odontológicos completo, kits profissionais, escada clínica e compressores odontológicos destinados a Unidades Básicas de Saúde do Município de Cedro/CE, entrega das propostas a partir desta data e abertura das propostas dia 10 de fevereiro de 2023 às 09:00 horas. tudo conforme especificações contidas no edital, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão Permanente de Licitação, no horário de 07:00h às 13:00h e nos sites www.tce.ce.gov.br e www.bllcompras.org.br. **Túlio Lima Sales – Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Tianguá - Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Tianguá-Ce, por meio do Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados o Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico Nº. PE01/2023-SESA, ID 983897, que tem como objeto a aquisição de 02 (duas) ambulâncias tipo a de simples remoção, 02 (dois) veículos tipo minivan e 01 (um) veículo tipo ônibus rodoviário, conforme discriminado no Anexo I – Termo de Referência, para atender as demandas da Secretaria de Saúde de Tianguá - CE. O Edital poderá ser obtido no site do Banco do Brasil através dos endereços eletrônicos: <http://www.licitacoes-e.com.br>, <https://tiangua.ce.gov.br/> e <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. O recebimento das propostas através do site do Banco do Brasil dar-se-á até às 08h30min do dia 06/02/2023. Abertura das Propostas: 06/02/2023 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 08h45min dia 06/02/2023 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico de e-mail: licitacao@tiangua.ce.gov.br. **Prefeitura Municipal de Tianguá, 23 de janeiro de 2023. Tiago Pereira Andrade e Vasconcelos – Pregoeiro Oficial.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jardim - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.01.23.2. O Pregoeiro Oficial do Município de Jardim/CE, torna público, que será realizado Certame Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico. Objeto: Contratação de serviços de locação de máquinas pesadas, sob demanda, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos do Município de Jardim/CE. Início de acolhimento das propostas: Dia 25 de Janeiro de 2023 às 17:00 horas, encerramento de acolhimento das propostas: Dia 06 de fevereiro de 2023 às 14:00 horas, Início da sessão: Dia 06 de Fevereiro de 2023 às 14:30 horas, através do site www.comprasjardimceara.com.br. Os interessados poderão obter o texto integral do Edital através dos endereços eletrônicos www.comprasjardimceara.com.br e www.tce.ce.gov.br. Informações pelo telefone: (88) 3481-7445. **Jardim/CE, 23 de janeiro de 2023. Francisco Arquimedes Soares Lucena – Pregoeiro Oficial.**



Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Camocim - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.01.18.004. A CPL da Prefeitura Municipal de Camocim/CE, torna público para conhecimento dos interessados, que a partir do dia 25 de janeiro de 2023 às 14h00min (horário de Brasília), através do endereço eletrônico www.bbmnet.com.br, iniciará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação. A íntegra do Edital poderá ser obtida junto ao site www.licitacoes.tce.ce.gov.br e www.bbmnet.com.br, ou no seguinte endereço na Sede da Prefeitura, localizada à Praça Severiano Morel, Centro, Camocim/CE. A data de abertura do certame será dia 06 de fevereiro de 2023, às 09h00min, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Global, tombada sob o N.º 2023.01.18.004, com fins a Objeto: aquisição de kit escolar destinados a atender os alunos da Rede de Educação, junto a Secretaria de Educação do Município de Camocim-CE. As referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília. Informações pelo fone: (88) 3621-7075. **Camocim/CE, 23 de janeiro de 2023. Francisca Maurineide Carvalho de Araújo – Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Deputado Irapuan Pinheiro – Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2023.01.04.1- PP. O Pregoeiro da do Município de Deputado Irapuan Pinheiro torna público para conhecimento dos interessados que foi alterada a data de abertura do Pregão Presencial de Nº 2023.01.04.1-PP, cujo objeto é o Registro de Preços visando futuras e eventuais contratações de empresa para prestação de serviços de arbitragem em diversas modalidades esportivas, a serem executadas por ocasião da realização de competições, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Governo, Esportes, Juventude, Cultura e Turismo do Município de Deputado Irapuan Pinheiro-CE, em razão de modificações no Edital. A nova data a ser realizada será no próximo dia 06 de Fevereiro de 2023 às 09:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, Av. dos Três Poderes, 75, Centro, Deputado Irapuan Pinheiro-CE, o novo Edital com as devidas alterações estará disponível no endereço acima no horário de 08:00h às 12:00h ou pelo portal do TCE-CE: <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Deputado Irapuan Pinheiro - CE, 23 de Janeiro de 2023. Antonio Lucas Feitoza de Sousa – Pregoeiro do Município de Deputado. Irapuan Pinheiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Benedito - Extrato de Contrato - Contrato Nº 20230041 - Origem: Concorrência Nº 2022.09.14.01. Contratante: Secretaria de Educação, Contratada: Construtora Bambu EIRELI ME; Objeto: Contratação dos Serviços Técnicos Especializados em Engenharia Civil, para a Execução da Obra de Construção de Creche Escolar com 08 salas de aula, no Distrito do Inhuçu, Município de São Benedito/CE; Valor Total: R\$ 3.500.626,40 (três milhões, quinhentos mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos); Programa de Trabalho: Exercício 2023 Projeto 0702.123650551.1.022 Const., Amp. e Recuperação de Unidades Escolares de Ensino Infantil - FUNDEB 30%, Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e instalações, Subelemento 4.4.90.51.99, no valor de R\$ 3.500.626,40; Vigência: 20 de janeiro de 2023 a 20 de janeiro de 2024; Data da Assinatura: 20 de Janeiro de 2023.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Barbalha - Aviso de Julgamento Final - Tomada de Preços nº 2022.11.18.1. A CPL da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, torna público, que fora concluído o julgamento referente a fase de proposta de preços do Certame Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 2022.11.18.1, sendo a seguinte: Empresa vencedora MR Engenharia Imobiliária e Serviços EIRELI sagrou-se vencedora da presente licitação, com proposta no valor global de R\$ 642.745,40 (seiscentos e quarenta e dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos). Empresa com propostas desclassificadas: J 2 Construções E Serviços LTDA – ME, M Minervino Neto Construções e Construtora Astron LTDA, por descumprimento ao item 4.2.2 do Edital Convocatório. Maiores informações, na sede da Comissão de Licitação, sito na Av. Domingos S. Miranda, nº 715 - Lot. J. dos Ipês, Alto da Alegria, Barbalha/CE, no horário de 08:00 às 12:00h. Esclarecimentos: Fone (88) 3532-2459. **Barbalha/CE, 10 de janeiro de 2023. Moises Souza Domingos – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara - Aviso de Cancelamento do Pregão Eletrônico Nº 2023.01.03.01PE. A Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara/CE, por intermédio do Pregoeiro, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, torna público o Cancelamento do Pregão Eletrônico Nº 2023.01.03.01PE, destinado a Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Jijoca de Jericoacoara/CE, com data de abertura para o dia 26 de janeiro de 2023 às 09:00 horas, por tornar-se inviável para a Administração em virtude do pedido de esclarecimento, é notório que será necessário revisar as especificações dos produtos questionados e fazer as adequações dos mesmos no Termo de Referência, a fim de garantir que esses erros sejam devidamente sanados, do acolhimento da decisão referente a alegação apresentada, decido promover o Cancelamento do presente procedimento licitatório. **Jijoca de Jericoacoara (CE), 23 de janeiro de 2023. Francisco Leandro Silva Sales - Pregoeiro.**



*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Pregão Eletrônico Nº 0201.01/2023-PE-SRP. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Trairi – Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, a Alteração para Nivelamento de Informações via Adendo do Pregão Eletrônico tombado sob o Nº 0201.01/2023-PE-SRP com fins ao Registro de Preços visando futuras e eventuais contratação de empresa para prestação de serviços de locação de estrutura para eventos diversos, serviços de apoio para suprir as necessidades de Diversas Secretarias do Município de Trairi-CE. Ressaltamos que não houve alteração que afete a formulação da proposta, apenas nivelamento de informação, deixando de forma clara o conteúdo nele contido. Maiores Informações: site: www.bll.org.br e/ou no endereço citado e pelo email: comissaoedlicitacao2021@outlook.com, no horário de 08:00h às 12:00h ou pelo site www.tce.ce.gov.br/licitacoes. **Trairi – CE, 23 de janeiro de 2023. Alex da Costa - Pregoeiro.**

*** **

Prefeitura Municipal de Icó - Aviso de Licitação Pregão Eletrônico nº 13.003/2023 - PERP. O Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados, a licitação do tipo menor preço por lote, cujo objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de alimentos destinada ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, junto a Secretaria da Educação do município. Datas e Horários: 1. Início de recebimento das propostas: das 08h do dia 24/01/2023; 2. Fim do recebimento de propostas: às 08h do dia 03/02/2023; 3. Abertura e Julgamento das propostas: das 08:01h às 08:59h do dia 03/02/2023; 4. Início da sessão de disputa de preços: às 09h do dia 11/05/2021, maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada à Rua Francisca Alves de Moraes, s/n, 1º andar, Gerência, Icó/CE, das 07:30h às 11:30h ou pelo telefone (88) 99300-1896 e no site: www.tce.ce.gov.br. Petrus Barbosa de Lima.

*** **

Prefeitura Municipal de Pambu - O Presidente da Comissão de Licitação torna público o Resultado do Julgamento das Propostas de Preços da Concorrência Pública Nº 2022.10.26.001-GM. Objeto: Contratação de empresa para construção e instalação de poços tubulares com rede de energia em diversas localidades no município de Pambu, conforme projeto em anexo, parte integrante deste processo, a saber: Desclassificada: Uzimetal Serviços e Locação e Plataforma Serviços e Construções Eireli. Classificadas: J A S Domingos Agronegócios Ltda, valor global R\$ 4.919.373,20; Nordril Nordeste Poços Artesianos Profundos Ltda valor global R\$ 4.943.948,10; M K Serviços em Construção e Transporte Escolar Eireli, valor global R\$ 4.885.759,90; Felipe Henrique Silva-ME, valor global R\$ 4.944.292,50. Fica aberto a partir da data desta publicação, o prazo recursal previsto no artigo 109 inciso I Alínea 'b' da lei de licitações. Gabriel José Fernandes Noronha.

*** **

Prefeitura Municipal de Pindoretama - Aviso de Licitação Pregão Eletrônico nº 01.20.01/2023. A Pregoeira, através da Secretaria da Educação e Juventude, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o edital cujo objeto: Aquisições de material escolar em forma de Kit Escolar destinado aos alunos da Rede Pública de Ensino do Município. Recebimento das propostas: a partir desta publicação até o dia 25/01/2023, às 08h, horário de Brasília, abertura das propostas, no site www.bbmnet.com.br. O início da sessão de disputa de preços: 06/02/2023 às 09h, horário de Brasília, no site www.bbmnet.com.br. Informações gerais: O Edital poderá ser obtido através do site referido acima e demais informações poderão ser adquiridas no endereço: Rua: Juvenal Gondim, nº 221 - Centro - Pindoretama/CE. Telefones: (85) 3375-1427 / 3375-1891, de segunda a sexta-feira, das 08h às 14h. Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acesso ao site www.bbmnet.com.br para verificação de informações e alterações supervenientes. Nilcirlene Melo de Oliveira.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Irauçuba - Aviso de Revogação de Licitação. A CCL da Prefeitura Municipal de Irauçuba comunica aos interessados que encontra-se Revogada a licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 2023.01.02.01, destinada a contratação de Pessoa Jurídica para prestar os serviços de ampliação dos galpões industriais no Município de Irauçuba - CE, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Informações pelo e-mail: licitacao@irauçuba.ce.gov.br. **Irauçuba/CE, 20 de janeiro de 2023. Renata Mesquita Ferreira – Presidente da CCL.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES - Aviso de Julgamento (Propostas de Preços). O Município de Milagres/CE, através da CPL torna público que concluiu o julgamento da Fase de Propostas de Preços da Tomada de Preços nº 2022.12.16.1, sendo o seguinte resultado: a empresa **MR ENGENHARIA, IMOBILIARIA E SERVIÇOS EIRELI**, sagrou-se vencedora com proposta no valor global de R\$ 103.115,34 (cento e três mil, cento e quinze reais e trinta e quatro centavos). **Empresa com Proposta Desclassificada:** MOMENTUM CONSTRUTORA LIMITADA, por descumprimento ao item 4.2. do edital convocatório. Maiores informações na sede da CPL, sito na Rua Helena Mendonça Figueiredo nº 200 - Centro, no horário das 7:30hs às 13:30hs ou ainda através do e-mail: milagresceara@outlook.com. Milagres/CE, 23 de janeiro de 2023. Luan dos Santos Ferreira - Presidente da CPL.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú – Aviso de Anulação. Os Ordenadores de Despesas das Secretarias Municipais, através da Comissão de Pregão do Município, comunica aos interessados a Anulação da Pregão Presencial Nº 2912.01/2022, cujo objeto e a Seleção de Melhor Proposta para Registro de Preços visando futura e eventual Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Publicações Oficiais junto às Diversas Secretarias do Município de Santana do Acaraú/CE, por razões de interesse público amplamente justificadas. Por se tratar de Procedimento cujos atos antecedem a adjudicação do processo, não ensejará a aplicação do art.49, parágrafo terceiro, da Lei nº 8.666/93 e atualizações, conforme Decisões MS 7.017/DF, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Seção, julgado em 18/12/2000, DJ 02/04/2001 p. 248 e STJ - RMS 23.402/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 18/03/2008, DJe 02/04/2008. Maiores informações na Sala da Comissão de Licitações e Pregões ou por meio eletrônico (licitacao@santanadoacarauc.ce.gov.br), situada na Av. São João, 75 - Bairro Centro, Santana do Acaraú - CE, das 07:00h às 13:00h. Santana do Acaraú-CE, 24 de Janeiro de 2023.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAPINA – AVISO DE LICITAÇÃO. A Câmara Municipal de Ibiapina, através da Comissão de Pregão, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **06 de fevereiro de 2023, às 09:00hs**, estará abrindo licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 2001.01/2023. Objeto: Registro de Preços Visando Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis (Gasolina e Diesel) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Ibiapina.** O edital estará disponível no site <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/> ou nos dias úteis na Sala da Comissão de Licitação no horário das 08:00hs às 12:00hs, na sede da Câmara à Rua Padre Ibiapina, 680, Bairro Centro. Ibiapina - CE, 24 de janeiro de 2023. **Rejane Ximenes de Melo – Pregoeira da Câmara Municipal de Ibiapina.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO – AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Pregão Eletrônico Nº PE-001/2023 - SEDUMA. **Objeto:** Aquisição de Ração e Insumos Veterinários, destinados aos Animais abrigados no Abrigo Municipal Jane Freire, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, deste Município, de acordo com as especificações e quantidades constantes no termo de referência. **Tipo:** Menor Preço Lote. A Comissão de Pregão comunica aos interessados que a entrega das propostas comerciais dar-se-á até o dia **06.02.2023 às 08:00 horas (horário de Brasília).** O edital e seus anexos estarão disponíveis através dos sites: www.bll.org.br e www.tce.ce.gov.br. Maiores informações através do fone (88) 3429-2080. A Comissão.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE SABOIEIRO - AVISO. Por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Tomada de Preços Nº. 012301.2023-TP**, cujo objeto é a **contratação da prestação dos serviços Técnicos especializados de Assessoria e Consultoria em diversas Áreas, junto ao Poder Legislativo do Município de Saboeiro /CE.** A realização está prevista para o dia **08 de Fevereiro de 2023, às 10h45min.** O Edital completo está à disposição dos interessados, na Câmara Municipal /CE – Setor de Licitações, nos dias úteis das 08h às 12:00h, Rua Edite Olinda Cavalcante, 44, Centro, Saboeiro - CE, Centro, ou acessando o site: <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes>. Saboeiro /CE, 23 de Janeiro de 2023. **Ana Pereira Leite – Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará – Câmara Municipal de Saboeiro - Aviso. Por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Tomada de Preços Nº. 012302.2023-TP**, cujo objeto é a **contratação da Prestação dos Serviços Técnicos especializados de Assessoria e Consultoria em diversas Áreas, junto ao Poder Legislativo do Município de Saboeiro /CE.** A realização está prevista para o dia **08 de Fevereiro de 2023, às 13h45min.** O Edital completo está à disposição dos interessados, na Câmara Municipal /CE – Setor de Licitações, nos dias úteis das 08h às 12:00h, Rua Edite Olinda Cavalcante, 44, Centro, Saboeiro - CE, centro, ou acessando o site: <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Saboeiro/CE, 23 de Janeiro de 2023. Ana Pereira Leite – Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2023.01.20.2. Realizará a licitação para Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, junto as impressoras, copiadoras e computadores pertencentes à Câmara Municipal de Mauriti/CE, incluindo a recarga (toner e tinta), hardware e software e reposição de peças e acessórios, assim como a locação de impressoras para atendimento das necessidades deste legislativo. Abertura: 06 de fevereiro de 2023 às 11:00hs. Edital disponível à Rua Tabelião Chagas Sampaio, nº 517 - Centro, Mauriti/CE, no horário de 08:00 às 12:00h. Esclarecimentos: Fone (88) 3552-1470. Mauriti - CE, em 20 de janeiro de 2023. **Aureni Cardoso de Lima - Pregoeira Oficial da Câmara Municipal.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Hidrolândia – Aviso de Abertura de Licitação. Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Regente: Pregoeiro e Equipe de Apoio – Processo Originário: Pregão Eletrônico Nº PMH-180123-PE01. Objeto: aquisição de material de expediente e copa e cozinha para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Hidrolândia-CE. – Local de Acesso ao Edital: Avenida Luiz Camelo Sobrinho, nº. 640, Centro, CEP: 62.270-000, Hidrolândia-CE; <https://www.licitamaisbrasil.com.br>; <https://www.hidrolandia.ce.gov.br/licitacao.php>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> – Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 07h30m às 13h00m – Local de Realização da Licitação: <https://www.licitamaisbrasil.com.br> – Data de Abertura: 06/02/2023 – Horário: 08h00m. **Pregoeiro: Raimundo Rodrigues de Oliveira.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Cedro – Aviso de Licitação. A Comissão de Licitação, em cumprimento ao que determina as Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19 e suas posteriores alterações, o Pregoeiro Oficial do Município de Cedro/CE torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 1601.01/2023-02, cujo objeto é a aquisição de materiais médico-hospitalares para atender as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Cedro – CE, entrega das propostas a partir desta data e abertura das propostas dia 09 de fevereiro de 2023 às 09:00 horas. Tudo conforme especificações contidas no edital, o qual encontra-se na íntegra na sede da comissão permanente de licitação, no horário de 07:00h às 13:00h e nos sites www.tce.ce.gov.br e www.bllcompras.org.br. **Túlio Lima Sales – Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Ipuéiras – Aviso de Abertura de Licitação. Unidade Administrativa: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE – Regente: Pregoeiro e Equipe de Apoio – Processo Originário: Pregão Eletrônico Nº 01-190123-PE-SAAE. Objeto: locação de veículos e máquina para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Ipuéiras/CE. Local de Acesso ao Edital: Rua Camaral Rodrigues Moreira, nº 136 - Bairro Centro, Ipuéiras - Ceará, Fone: 88-3685-1193; <https://bnc.org.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> – Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 07h00m às 12h00m e 14h00m às 17h00m – Local de Realização da Licitação: <https://bnc.org.br> – Data de Abertura: 06/02/2023 – Horário: 08h30m. **Pregoeiro: José Gerardo da Silva Moreira.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Mauriti - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2023.01.23.01/PP. Objeto: contratação de serviços de locação de impressoras multifuncionais monocromática a laser, assim como a sua devida manutenção e recarga de tonners, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação de Mauriti/CE. Abertura das Propostas de Preços: 06 de Fevereiro de 2023 às 09:00min. Local: Av. Senhor Martins, s/nº, Bela Vista, Mauriti/CE. O Edital poderá ser obtido através dos sites <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes> e www.mauriti.ce.gov.br ou junto ao Pregoeiro na Comissão de Licitação, no endereço mencionado, nos dias úteis das 08:00h às 12:00h. **Mauriti/CE, 23 de Janeiro de 2023. José Willian Cruz Figueirêdo - Pregoeiro Oficial.**



Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Pedra Branca - Aviso de Prorrogação. O Município de Pedra Branca torna público, o 1º Aditivo ao edital do Pregão Eletrônico Nº 064/2022, o qual prorroga a data de abertura das propostas e disputa do preço, assim ficam estabelecidas as seguintes datas e horários: Data de Abertura das Propostas: 07 de Fevereiro de 2023 das 08:00h às 08:30h. Data da Disputa de Preços: 07 de Fevereiro de 2023 às 09:00 horas (Horário de Brasília-DF). O edital poderá ser adquirido nos dias úteis, das 08:00 às 09:00 horas e das 14:00h às 17:00h (Horário local), no Centro Administrativo Cesário Mendes, Centro, Pedra Branca/CE, através do site <<https://bll.org.br/>> (local de realização do pregão), <<http://licitacoes.tce.ce.gov.br/>> ou <www.pedrabranca.ce.gov.br/licitacao.php>. **Pedra Branca, 23 de janeiro de 2022. João Vieira de Souza Neto – Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Mauriti - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico N.º 2023.01.23.02/PE/SRP. Objeto: Registro de Preços visando a Contratação de Empresa especializada no agenciamento de viagem, compreendendo os serviços de reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Mauriti/CE. Entrega das Propostas: a partir desta data e abertura das propostas: 06/02/2023 às 14h30min (horário de Brasília) no site www.bllcompras.com. Informações gerais: O Edital poderá ser obtido através do site referido acima e nos sites <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes/> e www.mauriti.ce.gov.br ou junto ao Pregoeiro na Comissão de Licitação, sito à Av. Senhor Martins, S/Nº - Bairro Bela Vista. **Mauriti/CE, 23 de janeiro de 2023. José Willian Cruz Figueirêdo - Pregoeiro Oficial.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Ipueritas – Aviso de Adiantamento de Licitação. O Pregoeiro do Município de Ipueritas, vem informar aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Registro de Preços, Menor Preço nº 003/23-PE-FMAS, cujo objeto versa sobre o Registro de Preços visando futura e eventuais aquisições de materiais de construção para distribuição gratuita para pessoas com extrema vulnerabilidade, junto à Secretaria de Assistência Social e Trabalho do Município de Ipueritas-CE, fica adiada para o dia 03 de Fevereiro de 2023, às 09:00hrs, motivado pela necessidade de alteração no Edital. O referido edital poderá ser adquirido após essa publicação nos endereços: www.licitacoes-e.com.br/ e www.licitacoes.tce.ce.gov.br/. **Ipueritas/CE, 23 de Janeiro de 2023. Lucas Matos de Abreu Oliveira – Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Alcântaras – Aviso de Licitação. A Comissão de Pregões, localizada na Rua Antunino Cunha, 361, Bairro Centro, torna público o Edital de Pregão Presencial Nº 0401.02/2023 – cujo objeto é a aquisição de material de consumo (material para manutenção de bens imóveis, material elétrico, eletrônico e material hidráulico), destinados a atender as necessidades de Diversas Secretarias do Município de Alcântaras/CE, conforme termo de referência, mediante Pregão, conforme especificação contida no Anexo I deste Edital, que realizar-se-á no dia 03.02.2023, às 09:00 horas. Referido edital poderá ser adquirido no endereço acima, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 16:00 horas. **Alcântaras - Ce, 24 de Janeiro de 2023. Charllys Alcântara Soares - Pregoeiro Municipal.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Paraipaba - Aviso de Tomada de Preços Nº 004.2023. A Prefeitura Municipal de Paraipaba, através da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Joaquim Braga, 296, Centro, Paraipaba-CE, torna público aos interessados que no dia 09 de fevereiro de 2023 às 09h00min, realizará licitação na Modalidade Tomada de Preços nº 004.2023, cujo objeto é a contratação de empresa para execução dos serviços de reforma da Unidade Básica de Saúde da Localidade Camburão, no Município de Paraipaba-CE. O edital poderá ser obtido no endereço supracitado nos dias úteis, em horário de expediente, e nos sites eletrônicos municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/; www.paraipaba.ce.gov.br. **Paraipaba, 23 de janeiro de 2023. Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará – Autarquia de Desenvolvimento do Turismo, Mobilidade e Qualidade de Vida de Jericoacoara - ADEJERI da Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara - Extrato de Ratificação Dispensa de Licitação nº 003/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de botijão de gás GLP 13kg (recarga), para atender as necessidades da Autarquia de Desenvolvimento do Turismo, Mobilidade e Qualidade de Vida de Jericoacoara-ADEJERI Contratada: Karine da Costa Oliveira. Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil). Fundamentação: art. 24, inc. II. Ratificação em 23/01/2023. **Benedita Neta da Silva – Superintendente da ADEJERI, 23 de Janeiro de 2023. Rita Erica Rodrigues - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa Auto Posto Tres Irmãos LTDA. Objeto: Aquisição de combustível destinados ao atendimento das necessidades da frota de veículos oficiais e locados pertencentes ao Programa de Atenção Básica a Saúde, junto a Secretaria de Saúde do Município de Granjeiro/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 51.900,00 (cinquenta e um mil novecentos reais). Vigência Contratual: até 31/12/2023. Signatários: Cícera Aderilma Soares Fernandes e Francisco de Assis Pereira. Data de Assinatura do Contrato: 20 de Janeiro de 2023.

*** **

Estado do Ceará – Câmara Municipal de Pacatuba - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 001/2023 PP. O Pregoeiro da Câmara Municipal de Pacatuba, torna público que às 13:00hs do dia 06/02/2023, na Sala de Reuniões na Rua Major Crisanto de Almeida, 195 – Bairro Centro, Pacatuba - Ceará, receberá Propostas, para Serviços de comunicação multimídia, incluindo transmissão ao vivo (interno e externo via web), gravação, produção de áudio e vídeo, postagem, publicação de imagens durante as sessões, imagens institucionais inclusive aérea (drone), acompanhamento do site oficial e locação de equipamentos com viatura estúdio móvel, junto a Câmara Municipal de Pacatuba/CE, Conforme especificações no Termo de Referência do Edital. O Edital poderá ser adquirido no site do TCE, a partir da publicação deste Aviso. **Pacatuba, 23/01/2023. Tiago Pinto de Oliveira – Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Jaguaratama. O Pregoeiro torna público a abertura do Pregão Eletrônico nº 006/2023-PE, cujo objeto: aquisição de aparelhos, equip. e utensílios médicos / máquinas, uten. e equip. diversos / aparelhos e uten. domésticos / equip. de processamento de dados e de equip. energéticos, junto a Sec. de Saúde de Jaguaratama-CE. O mesmo ocorrerá no site www.bbmnet.com.br com início do acolhimento das propostas: 24/01/2023 às 08h00min, fim do acolhimento das propostas: 06/02/2023, às 08h00min; data de abertura das propostas: 06/02/2023, às 08h05; início de disputa de preços: 06/02/2023, às 09h00min, horário de Brasília, o edital se encontra na sede da licitação, nos sites: www.tce.gov.br; www.bbmnet.com.br; <http://www.jaguaratama.ce.gov.br>. **Jaguaratama - CE, 23 de Janeiro de 2023. Sebastião Alexandre Lucas de Araújo - Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.12.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Educação e a empresa São Camilo Textil LTDA. Objeto: Contratação de serviços a serem prestados na confecção de fardamento escolar, destinado aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Granjeiro/CE, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 41.788,50 (quarenta e um mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos). Vigência Contratual: 31/12/2023. Signatários: Maria Iris Meiry Vieira Brito Lima e Edelweiss Yedda Nunes Fernandes Teixeira. **Granjeiro/CE, 19 de Janeiro de 2023.**

*** **

Prefeitura Municipal de Icó - Aviso de Licitação Pregão Presencial nº 13.002/2023-PP. O Presidente da Comissão de Licitações torna público que se encontra à disposição dos interessados, a licitação do tipo menor preço por lote, cujo objeto: Contratação de serviços de formação de profissionais da educação, por meio de ação pedagógica direcionada aos professores e demais profissionais integrantes da Secretaria da Educação do Município. O recebimento e abertura dos envelopes será no dia 10/02/2022, às 08:30h, maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada à Rua Francisca Alves de Moraes, s/n, 1º andar, Gerência, Icó/CE, das 07:30h às 11:30h ou pelo telefone (88) 3561-1508 e no site: www.tce.ce.gov.br. Petrus Barbosa de Lima.

*** **

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT – AVISO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO – O IDT comunica resultado do Pregão Eletrônico nº 09/2022 – lote 02. OBJETO: Locação de veículos. VENCEDOR: LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A., CNPJ: 02.491.558/0001-42. VALOR: R\$ 768.000,00. CEL – IDT.



Estado do Ceará – Câmara Municipal do Tururu - Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 001/2023-TP-DIV. A Comissão de Licitação da Câmara Municipal do Tururu, torna público que, às 09:00 horas do dia 27 de janeiro de 2023, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Francisco Sales, 132, Centro, Tururu, Ceará, receberá propostas para a contratação de empresa apta para serviços de assessoria e consultoria contábil afim de atender as necessidades da Câmara Municipal do Município de Tururu/CE, Modalidade: Tomada de Preços, Tipo: Menor Preço. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos junto à Comissão de Licitação no endereço já citado, a partir da publicação deste Aviso, no horário de 07:00h às 13:00 h. **Tururu, 23 de janeiro de 2023. Josimar Martins de Almeida - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e a empresa Auto Posto Tres Irmãos LTDA. Objeto: Aquisição de combustível destinados ao atendimento das necessidades da frota de veículos oficiais, locados e máquinas pesadas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Granjeiro/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 396.462,00 (trezentos e noventa e seis mil quatrocentos e sessenta e dois reais). Vigência Contratual: até 31/12/2023. Signatários: Luiz Marcio Pereira e Francisco de Assis Pereira. **Granjeiro/CE, 20 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Agricultura e a empresa Auto Posto Tres Irmãos LTDA. Objeto: Aquisição de combustível destinados ao atendimento das necessidades da frota de veículos oficiais e locados e máquinas pesadas oficial pertencentes da Secretaria de Agricultura do Município de Granjeiro/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 291.550,00 (duzentos e noventa e um mil quinhentos e cinquenta reais). Vigência Contratual: até 31/12/2023. Signatários: Damiao Marques Rodrigues e Francisco de Assis Pereira. **Granjeiro/CE, 20 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Cedro – Aviso de Abertura das Propostas. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Cedro/CE comunica aos interessados que no próximo dia 25 de janeiro de 2023, às 08:00 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Travessa Liberato Moacir de Aguiar, S/N, Bairro Centro, Cedro/CE, estará abrindo os envelopes de propostas de preços referente à Tomada de Preços Nº 0206.01/2022-05, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de pavimentação em pedra tosca e construção de passagens molhadas na Zona Rural, junto a Secretaria de Infraestrutura do Município de Cedro/CE. **Cedro - CE, 23 de janeiro de 2023. Túlio Lima Sales - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Salitre - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.01.17.01S. O(A) Secretaria de Saúde, através do(a) seu(ua) Pregoeiro(a), torna público que realizará às 09:00h, do dia 06 de fevereiro de 2023, no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, Pregão Eletrônico nº 2023.01.17.01S. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para o Hospital de Pequeno Porte São Francisco e Unidades Básicas de Saúde do Município de Salitre/CE. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos <https://compras.m2atecnologia.com.br/>. Informações pelo telefone: (88) 3537-1201 ou no endereço: Praça São Francisco, S/N, Centro - Salitre/CE. **Salitre/CE, 23 de janeiro de 2023. João Adoniran Fialho Cavalcante - Pregoeiro(a).**

*** **

Estado do Ceará – Câmara Municipal de Iraporanga - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 01/23/TP/CMI. O Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Iraporanga, torna público que no dia 08 de fevereiro de 2023, às 08h00min, na sala da Comissão de Licitação, localizada à Rua Augusto Evaristo, nº 30, Central, Iraporanga, CE, receberá propostas para a contratação dos serviços técnicos administrativos a serem prestados para orientação e acompanhamento no planejamento das aquisições e serviços e ao fiscal de contrato, junto ao Município de Iraporanga, que deverão ser executados conforme Projeto Básico do Edital. Modalidade: Tomada de Preços Nº 01/23/TP/CMI, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, obedecendo ao disposto no art. 191 da Lei nº 14.133/2021. **Iraporanga, 23 de janeiro de 2023. Raimundo Bezerra Lima - Presidente.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Extrato do Contrato Nº 1701.02/2023 – SME - Referente ao Processo Administrativo de Pregão Eletrônico nº 0408.01/2022 – SME/PE/SRP. Partes: Município de Fortim, através da Secretaria de Educação; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios destinados a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Contratado: S W de Lima Cardoso – ME, inscrita no CNPJ nº 20.375.092/0001-00, Valor Global: R\$ 234.193,75 (duzentos e trinta e quatro mil cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos); Vigência: Até 31 de Dezembro de 2023; Assina pela Contratante: Ivoneide de Araújo Rodrigues – Secretária de Educação. **Fortim/CE, 23 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Extrato do Contrato Nº 1701.04/2023 – SME - Referente ao Processo Administrativo de Pregão Eletrônico nº 0408.01/2022 – SME/PE/SRP. Partes: Município de Fortim, através da Secretaria de Educação; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios destinados a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Contratado: DLA Comercial de Alimentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.334.945/0001-08, Valor Global: R\$ 369.433,60 (trezentos e sessenta e nove mil quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos); Vigência: Até 31 de Dezembro de 2023; Assina pela Contratante: Ivoneide de Araújo Rodrigues – Secretária de Educação. **Fortim/CE, 23 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Extrato do Contrato Nº 1701.01/2023 – SME - Referente ao Processo Administrativo de Pregão Eletrônico nº 0408.01/2022 – SME/PE/SRP. Partes: Município de Fortim, através da Secretaria de Educação; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios destinados a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Contratado: Sial Comércio de Alimentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.970.697/0001-57, Valor Global: R\$ 384.389,55 (trezentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos); Vigência: Até 31 de Dezembro de 2023; Assina pela Contratante: Ivoneide de Araújo Rodrigues – Secretária de Educação. **Fortim/CE, 23 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Extrato do Contrato Nº 1701.05/2023 – SME - Referente ao Processo Administrativo de Pregão Eletrônico nº 0408.01/2022 – SME/PE/SRP. Partes: Município de Fortim, através da Secretaria de Educação; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios destinados a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Contratado: R N Distribuidora de Alimentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.622.231/0001-16, Valor Global: R\$ 219.934,50 (duzentos e dezenove mil novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos); Vigência: Até 31 de Dezembro de 2023; Assina pela Contratante: Ivoneide de Araújo Rodrigues – Secretária de Educação. **Fortim/CE, 23 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Extrato do Contrato Nº 1701.03/2023 – SME - Referente ao Processo Administrativo de Pregão Eletrônico nº 0408.01/2022 – SME/PE/SRP. Partes: Município de Fortim, através da Secretaria de Educação; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios destinados a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Contratado: YBP Comercial LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 26.970.227/0001-53, Valor Global: R\$ 47.350,00 (quarenta e sete mil trezentos e cinquenta reais); Vigência: Até 31 de Dezembro de 2023; Assina pela Contratante: Ivoneide de Araújo Rodrigues – Secretária de Educação. **Fortim/CE, 23 de Janeiro de 2023.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2023.01.20.1. Realizará a Licitação para Aquisição de computadores e tablets, com vistas a modernização dos Gabinetes dos Vereadores da Câmara Municipal de Mauriti/CE. Abertura: 06 de fevereiro de 2023 às 09:00hs. Edital disponível à Rua Tabeião Chagas Sampaio, nº 517 - Centro, Mauriti/CE, no horário de 08:00 às 12:00h. Esclarecimentos: Fone (88) 3552-1470. Mauriti - CE, em 20 de janeiro de 2023. Aurení Cardoso de Lima - Pregoeira Oficial da Câmara Municipal.

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Secretaria de Educação - Aviso de Homologação - Pregão Eletrônico nº 1811.02/2022 – SME/PE/SRP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gênero alimentício (Leite em Pó Integral – Item Fracassado na Licitação Anterior) destinado a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Licitante Vencedor: S W de Lima Cardoso – ME, inscrito no CNPJ nº 20.375.092/0001-00, classificada no Item: 01, no valor global de R\$ 51.920,00 (cinquenta e um mil novecentos e vinte reais). Homologo a presente Licitação na forma da Lei nº 8.666/93. Ivoneide de Araújo Rodrigues - Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Educação. Data da Homologação: 23 de janeiro de 2023.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Extrato do Contrato Nº 1801.01/2023 – SME - Referente ao Processo Administrativo de Pregão Eletrônico nº 1811.02/2022 – SME/PE/SRP. Partes: Município de Fortim, através da Secretaria de Educação; Objeto: aquisição de gênero alimentício (Leite em Pó Integral – Item Fracassado na Licitação Anterior) destinado a compor a alimentação escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fortim/CE. Contratado: S W de Lima Cardoso – ME, inscrita no CNPJ nº 20.375.092/0001-00, Valor Global: R\$ 25.960,00 (vinte e cinco mil novecentos e sessenta reais); Vigência: Até 31 de Dezembro de 2023; Assina pela Contratante: Ivoneide de Araújo Rodrigues – Secretária de Educação. **Fortim/CE, 23 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Município de Iguatu – Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº PE-2023.01.18.01-SAAE. Objeto: Contratação de Serviço de Administração, Gerenciamento, Emissão e Fornecimento de Documentos de Legitimação – “Auxílio Alimentação”, na forma de cartão eletrônico com “chip” de segurança, compras mediante senha, na forma definida pela legislação pertinente. Tipo: Maior percentual de desconto. A comissão comunica aos interessados que a abertura e análise das propostas de preços e documentos de habilitação dar-se-á no dia: 06/02/2023 às 09:00hrs. O edital e seus anexos estarão disponíveis através dos sites: www.bllcompras.com e licitacoes.tce.ce.gov.br. Informações: (88) 3566-7700. **Iguatu - CE, 23/01/2023. Pregoeiro Oficial.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Carnaubal – Aviso de Adesão a Ata de Registro de Preços. A Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Carnaubal/CE torna público a Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 008/2021, de origem do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 2021.05.31.01, de origem da Saúde do Município de São Benedito – CE, para a aquisição de oxigênio medicinal para atender as necessidades das Unidades Básica de Saúde e Hospital Municipal, junto a Secretaria de Saúde do Município de Carnaubal - CE. – Processo Carona Nº 2022.01.03-CAR – Contratada: Santa Cruz Distribuidora de Medicamentos EIRELI – CNPJ: 23.535.727/0001-79, Valor Global de R\$ 463.450,00 (quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais). **Carnaubal - CE, 01 de Fevereiro de 2022. Daniely Rodrigues de Almeida Macêdo - Ordenadora da Secretaria de Saúde.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Milhã - Aviso de Licitação - Tomada de Preços. O Município de Milhã, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital de licitação na modalidade Tomada de Preços, nº 1601.01/23-TP, do tipo Menor Preço, visando a Contratação de consultoria e assessoria jurídica para atender as necessidades da Secretaria de Assistência, Trabalho, Empreendedorismo e Inclusão Social do Município de Milhã/CE. A realizar dia 08 de fevereiro de 2023 às 09:00 horas, maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Pedro José de Oliveira 406, Centro - Milhã – Ceará, das 08:00h às 17:00h pelo telefone (85) 99684.6419 e nos site: www.tce.ce.gov.br. **Milhã - CE, 24 de janeiro de 2023. Gabriela Oliveira Braz - Presidente.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA – AVISO DE ANULAÇÃO. O Município de Ubajara, Estado do Ceará, através do Pregoeiro do Município, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados a **ANULAÇÃO do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.002/2023-PE**, cujo o objeto é a **Aquisição de 01 (uma) prótese transumeral unilateral destinado a paciente, conforme parecer social, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Ubajara - CE.** Desta forma em conformidade com o art. 109, inc. I, alínea “c” da Lei 8666 de 21 de junho de 1993. **Ubajara/CE, 23 de Janeiro de 2022. João Paulo Miranda Albuquerque - Pregoeiro.**

*** **

Prefeitura Municipal de Quixeramobim - Aviso de Abertura de Prazo para Contrarrazões Tomada de Preços Publica Nº 1412050122-TP. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público, a apresentação de Recurso Administrativo pela empresa: Clezinaldo S de Almeida Construções EPP, contra decisão de inabilitação-la. Portanto fica aberto o prazo para contrarrazões, conforme preceitua o § 3º, artigo 109, I da Lei Federal Nº 8.666/93. Maiores Informações, na sede da Comissão de Licitação com endereço Rua Monsenhor Salviano Pinto, 707, CEP 63.800-000, Quixeramobim/CE no horário das 08h às 12h ou pelo site www.tce.ce.gov.br/licitacoes. Jose Mac Dowel Teixeira Azevedo Neto.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de São Benedito - Aviso de Homologação e Adjudicação - Modalidade: Concorrência nº 2022.09.14.01. Objeto: Contratação dos Serviços Técnicos Especializados em Engenharia Civil, para a Execução da Obra de Construção de Creche Escolar com 08 salas de aula, no Distrito do Inhuçu, Município de São Benedito/CE. Vencedor(es): Construtora Bambu EIRELI ME, com o valor total de R\$ 3.500.626,40 (Três Milhões, Quinhentos Mil, Seiscentos e Vinte e Seis Reais e Quarenta Centavos). Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - Lúcia de Fátima Gonçalves de Paula. 20 de janeiro de 2023.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Campos Sales - Aviso de Julgamento Final – Fase de Propostas de Preços – Tomada de Preços Nº 2022.06.23.42.TP.FMS. A Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Campos Sales/CE torna público o resultado do julgamento final do Certame Licitatório na modalidade Tomada de Preços. Empresa vencedora: Amazonas Construções LTDA com proposta no valor global de R\$ 2.249.609,46 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e nove reais e quarenta e seis centavos). Informações: email: www.cplcampossales@hotmail.com. **Campos Sales/CE, 23 de janeiro de 2023. Luclessian Calixto da Silva Alves - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Novo Oriente. A Comissão de Licitação torna público que no próximo dia 13 de Fevereiro de 2023 às 09:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 00.002/2023, cujo objeto é a contratação de instituição para execução dos serviços de planejamento, organização e operacionalização de processo seletivo de provas e títulos, títulos e entrevistas, objetivando contratação de profissionais das diversas Secretarias do Município de Novo Oriente – CE. O edital completo poderá ser adquirido na sala de licitações, nos dias úteis após esta publicação, no horário de atendimento ao público das 08:00 às 12:00 horas. **Novo Oriente/CE, 24.01.2023. Paulo Sergio Andrade Bonfim - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Ipaumirim - Extrato de Contrato - Tomada de Preços nº 2022.11.04.1. Partes: o Município de Ipaumirim, através da Sec. de Agric. Rec. Hid. e Meio Ambiente e a empresa R F A Const, Loc e Empreend EIRELI. Objeto: Contratação de serviços a serem prestados na locação de 526 horas de trator destinadas ao preparo de área de agricultores familiares do Município de Ipaumirim/CE, nos termos do Convênio SDA n. 010/2022, celebrado com o Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário. Valor Total do Contrato: R\$ 102.600,00. Vigência Contratual: 12 (doze) meses. Signatários: Victor Wilby Lopes de Freitas e Ricardo Ferreira Alencar. **Ipaumirim/CE, 23 de janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Educação e a empresa Auto Posto Tres Irmãos LTDA. Objeto: Aquisição de combustível destinados ao atendimento das necessidades da frota de veículos oficiais e locados pertencentes a Secretaria de Educação do Município de Granjeiro/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 579.672,00 (quinhentos e setenta e nove mil seiscentos e setenta e dois reais). Vigência Contratual: até 31/12/2023. Signatários: Maria Iris Meiry Vieira Brito Lima e Francisco de Assis Pereira. **Granjeiro/CE, 20 de Janeiro de 2023.**

*** **



Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa Auto Posto Tres Irmãos LTDA. Objeto: Aquisição de combustível destinados ao atendimento das necessidades da frota de veículos oficiais e locados da Secretaria de Saúde do Município de Granjeiro/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 57.090,00 (cinquenta e sete mil noventa reais). Vigência Contratual: até 31/12/2023. Signatários: Cícera Aderilma Soares Fernandes e Francisco de Assis Pereira. **Granjeiro/CE, 20 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Administração e a empresa Auto Posto Tres Irmãos LTDA. Objeto: Aquisição de combustível destinados ao atendimento das necessidades dos veículos locados da Secretaria de Administração do Município de Granjeiro/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 25.950,00 (vinte e cinco mil novecentos e cinquenta reais). Vigência Contratual: até 31/12/2023. Signatários: Meiryane Vieira Brito Clementino e Francisco de Assis Pereira. **Granjeiro/CE, 20 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Educação e a empresa Auto Posto Tres Irmãos LTDA. Objeto: Aquisição de combustível destinados ao atendimento das necessidades da frota de veículos oficiais e locados pertencentes a Secretaria de Educação do Município de Granjeiro/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 77.850,00 (setenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais). Vigência Contratual: até 31/12/2023. Signatários: Maria Iris Meiry Vieira Brito Lima e Francisco de Assis Pereira. **Granjeiro/CE, 20 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato de Contrato - Referente ao Pregão Eletrônico Nº 2022.12.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a empresa Auto Posto Tres Irmãos LTDA. Objeto: Aquisição de combustível destinados ao atendimento das necessidades da frota de veículos oficiais e locados da Secretaria de Assistência Social do Município de Granjeiro/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 51.900,00 (cinquenta e um mil novecentos reais). Vigência Contratual: até 31/12/2023. Signatários: Raimunda Edina Pereira e Francisco de Assis Pereira. **Granjeiro/CE, 20 de Janeiro de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Quixadá - Aviso de Edital de Pregão Presencial nº. 1801.01/23-PP. Menor Preço. Objeto: locação de 02(dois) veículos tipo utilitário - SUV, destinado ao Poder Legislativo Municipal de Quixadá. Recebimento de propostas preços e habilitação: dia 06 de fevereiro de 2023, às 09:00hs. Local da audiência pública: Sala de Licitação da - Tv. Tiradentes, 514, Centro. Informações: fone (88) - 3412-0442 - de segunda a sexta das 08:00h às 12:00h. **24 de janeiro de 2023. Maria Salete Pontes da Silveira - Pregoeira**

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Quixadá - Aviso de Edital de Tomada de Preço nº. 1801.02/23-TP. Técnica e Preço. Objeto: prestação de serviços em assessoria e consultoria contábil junto ao Poder Legislativo Municipal de Quixadá. Recebimento da habilitação e propostas técnicas e preços: dia 23 de fevereiro de 2023, às 08:30hs. Local da audiência pública: Sala de Licitação da - Tv. Tiradentes, 514, Centro. Informações: fone (88) - 3412-0442 - de segunda a sexta das 08:00 às 12:00h. **24 de janeiro de 2023. Maria Salete Pontes da Silveira - Presidenta.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura de Novo Oriente. A Comissão torna público que no próximo dia 06 de fevereiro de 2023 às 09:00 horas, estará abrindo Pregão Presencial Nº 08.001/2023, cujo objeto é a contratação de serviços de casa de apoio em fortaleza para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Novo Oriente/CE. O edital encontra-se a disposição nesta Prefeitura ou nos sites: www.tce.ce.gov.br ou www.novoorientec.ce.gov.br. **Novo Oriente/CE, 24.01.2023. Paulo Sérgio A. Bonfim - Presidente da CPL.**

*** **

AVISO

Informamos que, a venda do Diário Oficial do Estado é feita exclusivamente na Casa do Cidadão, no endereço abaixo:
Casa do Cidadão do Shopping Benfica: Av. Carapinima nº2200 - Benfica.

MAIORES INFORMAÇÕES

PELOS TELEFONES: (085) 3101-2252 / 3101-2250 (**Benfica**)
3466-4025 / 3466-4911 (**Casa Civil**)

Horário de atendimento: 09h às 12h
13h30 às 15h



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)

ASSINATURA E/OU PUBLICAÇÃO

Local: Casa Civil – Coordenadoria de Atos e Publicações Oficiais (COAPO)

Endereço: Palácio da Abolição

Av. Barão de Studart, 505 - Meireles

CEP 60120-000

Fortaleza-CE

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

9h às 12h e 13h00 às 15h.

EXEMPLARES AVULSOS

POSTOS DE VENDAS: CASA DO CIDADÃO – SHOPPING BENFICA

VALOR DO EXEMPLAR

R\$ 21,97

VALOR DA ASSINATURA

ASSINATURA TRIMESTRAL DIRETA	R\$ 1.180,78
ASSINATURA TRIMESTRAL POSTADA	R\$ 1.729,98
ASSINATURA SEMESTRAL DIRETA	R\$ 2.361,56
ASSINATURA SEMESTRAL POSTADA	R\$ 3.432,50
ASSINATURA ANUAL DIRETA	R\$ 4.530,90
ASSINATURA ANUAL POSTADA	R\$ 6.370,72

O Diário Oficial do Estado está disponível na Internet, sendo possível ler e fazer o download dos últimos Jornais. O Acesso pode ser feito através do seguinte endereço: <http://www.ceara.gov.br>

DESTINADO(A)

--